

Cíntia Vieira Essinger

ENTRE A FÁBRICA E A RUA

A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário.

Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Profª Drª Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Co-Orientador: Profª Drª Ester Judite Bendjouya Gutierrez

Pelotas, 2009

Dados de catalogação na fonte:  
Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

E78e

Essinger, Cíntia Vieira.

Entre a fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário, Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974) / Cíntia Vieira Essinger. - Pelotas, 2009.

117f. : il. ; color.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

1. Memória. 2. Narrativas orais. 3. Cotidiano operário. 4. Bairro da Várzea. 5. Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. I. Ferreira, Maria Letícia Mazzucchi, orient. II. Título.

CDD 907.2

## **BANCA EXAMINADORA**

Profª Drª Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Profª Drª Nuncia Santoro de Constantino

Prof Dr Sidney Gonçalves Vieira

Dedico este trabalho ao meu avô, Álvaro José Essinger, químico têxtil por profissão, narrador de alma. Foi por escutar desde muito pequena as suas histórias sobre a nossa família que adquiri o gosto pelo passado.



## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, por me mostrar a riqueza de se trabalhar com fontes orais, por dividir comigo suas experiências de pesquisa, pela confiança depositada no meu trabalho, pela amizade.

À amiga e co-orientadora Ester Judite Bendjouya Gutierrez, que me acompanha desde o início de meu caminho pela área da pesquisa, por tantos ensinamentos e pelas considerações feitas ao longo deste trabalho.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que tornou possível a inteira dedicação ao trabalho de pesquisa e redação desta dissertação.

Aos ex-operários da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, que dividiram comigo suas lembranças de vida e possibilitaram a existência deste trabalho: Danilo, Nede, João, Maria Nelci, Ida, Carlos Adão, Marlei, Maria, Maria Helena, Iza e Paulo.

Às funcionárias e estagiárias da Biblioteca Pública Pelotense, pela atenção e pela disponibilidade em procurar pelos documentos solicitados.

Ao pessoal do Núcleo de Documentação Histórica, em especial à professora Beatriz Loner e ao Paulo Koschier, pela atenção com a qual me acolheram nos dias de pesquisa no acervo.

Aos colegas de turma, especialmente Paulina von Laer, Alexandre Maciel, Kátia Oliveira, Luciana Peixoto, Renato Dias, Sérgio Peres e Roberto Heiden, pela amizade e pelos momentos de troca de informações e entrosamento.

À Marta Rickes Agrello, pela pesquisa em alguns jornais e por ceder a fotografia de sua tia fiandeira.

Ao Ricardo Calovi pela linda foto da “minha” chaminé.

Ao Eduardo Rocha, por estar sempre disposto a dialogar e incentivar.

À Ana Luíza Schwonke, por todo o apoio e por ouvir meus questionamentos e certezas durante esses dois anos.

Aos cunhados e amigos Aline Silveira e Giovanni Maurício, pela acolhida carinhosa em Porto Alegre e pela companhia nos momentos de pesquisa na PUC-RS.

Aos amigos Marcela, Wagner, Jean, Fernanda, Marina e Nísia, pelo contato diário, pelos momentos de descontração que proporcionaram em meio à redação deste trabalho.

Aos meus queridos Dinda e Dindo, Marília e Paulinho, Fafá e Marcelo, pelo interesse em saber sempre como estava o andamento do trabalho, e pelo eterno carinho.

Ao meu irmão Daniel Essinger, pela companhia durante as visitas para fotografar o prédio da Cia Fiação e Tecidos Pelotense e a zona da Várzea.

Aos meus pais, Eitel e Sinaia Essinger, por me apoiarem, incentivarem e estarem sempre presentes na minha vida.

Ao Eduardo Silveira, companheiro de todas as horas, por toda a compreensão, paciência, cuidado e amor.

Ao meu filho, que conviveu parte de sua gestação com a elaboração deste trabalho, e que certamente muito me inspirou.

“Pelas histórias de lugares, eles se tornam habitáveis. Habitar é narrativizar. Fomentar ou restaurar esta narratividade é, portanto também uma tarefa de restauração. É preciso despertar as histórias que dormem nas ruas que jazem de vez em quando num simples nome, dobradas neste dedal como as sedas da feiticeira.”

Michel de Certeau e Luce Giard

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal registrar as vivências que se deram em um antigo espaço operário pelotense, a zona da Várzea, entre os anos de 1953 e 1974. Para isto foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com doze ex-operários de uma das empresas mais importantes da área, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, fundada em 1908, funcionando até o início da década de 1970. Além das entrevistas, a pesquisa historiográfica em periódicos da época, documentos municipais, documentos produzidos pela empresa e as fontes iconográficas, como as fotografias fornecidas pelos entrevistados foram utilizadas para a interpretação e montagem deste trabalho.

Lugar da memória operária, o bairro da Várzea passou por um período de desvalorização econômica, que resultou na manutenção de suas características urbanas, como a horizontalidade, o casario simples, e a permanência das estruturas fabris do início do século, algumas das quais hoje já em adiantado estado de ruína.

A memória construída e repassada nas narrativas está situada nesse lugar, entendido como uma categoria de análise, adensamento de significações socialmente construídas. O espaço é também fundamental, pois nos referimos a um local da cidade que concentrou um grande número de estabelecimentos fabris, apresentando, portanto, uma dinâmica em termos de relações de trabalho e circuitos de movimentação operária.

**Palavras-chave:** memória, narrativas orais, cotidiano operário, bairro da Várzea, Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

## ABSTRACT

This study has as main objective to register the experiences lived in an old labor space of Pelotas, the Várzea area, between 1953 and 1974. In order to do it, semi-structured interviews were used with twelve former workers of one of the most important companies of the area, Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, which was founded in 1908 and kept working until the beginning of the 1970's. Besides the interviews, the historiographic research in newspapers of that time, municipal documents, documents produced by the company and the iconographic sources, like the photographs supplied by the interviewees were used for the interpretation and assemblage of this work.

Place of the labor memory, the Várzea area suffered a period of economical devaluation, that resulted in the maintenance of its urban characteristics, like the horizontality, the simple 'casario', and the permanency of the industrial structures of the beginning of the century, of which some are already in advanced ruin state nowadays.

The memory that was built and read over again in the narratives is placed in that location, understood as an analysis category, densification of socially built significances. The space is also fundamental because we referred to a place of the city that concentrated a great number of industrial establishments, presenting, therefore, a dynamics in terms of work relationships and circuits of labor movement.

**Key words:** memory, oral narratives, labor routine, Várzea area, Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

## RESUMÉ

L'étude qu'on présente ici a eu pour objectif l'enregistrement des expériences vécues dans un ancien quartier ouvrier pelotense, la région de la Varzea, entre les années 1953 à 1974. Pour cela on s'a utilisé des récits de vie de douze anciens travailleurs de la plus importante usine de la région: la Compagnie Fiação e Tecelagem Pelotense, fondée à 1908 et en marche jusqu'à 1970. Au delà des interviews, on a cherché la documentation de l'usine, les journaux de l'époque, des photographies.

Prise comme un "lieu de mémoire" la région de la Varzea a passé pour une dévaluation économique très importante mais on trouve encore ses caractéristiques plus importantes sur le point de vue de l'architecture, c'est à dire, les immeubles industriels.

Dans ce travail on a vu que la mémoire garde une très forte liaison avec l'espace compris comme une cathégorie d'analyse, lieu des significations sociales.

**Mots-clés:** mémoire, récits de vie, quotidien ouvrier, région da la Varzea, Compagnie Fiação e Tecidos Pelotense.

## SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	9
Lista de Tabelas .....	10
Lista de Abreviaturas.....	10
1 Introdução .....	12
2 Do centro à várzea: a história do lugar.....	21
2.1 Consolidação da malha urbana inicial .....	22
2.2 A cidade cresce em direção à zona do porto e da Várzea.....	24
2.3 As “classes perigosas” e sua expulsão do centro da cidade .....	31
2.4 Planos e expansão da cidade.....	37
2.5 A Várzea: espaço fabril e operário.....	44
2.6 A desaceleração portuária e industrial e os efeitos na zona da Várzea .....	51
3 A Fábrica de Tecidos .....	55
3.1 A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense .....	55
3.1.1 Os Primeiros Tempos.....	56
3.1.2 O complexo fabril da Cia Fiação e Tecidos Pelotense .....	59
3.1.3 A Inauguração Oficial .....	63
3.1.4 Plano para uma Vila Operária .....	67
3.1.5 Entre o auge e a decadência, as crises .....	69
3.1.6 A Falência .....	73
3.1.7 Um destino para o patrimônio da Companhia .....	79
3.2 Memórias do trabalho .....	82
3.2.1 O acesso à fábrica .....	83
3.2.2 Do algodão bruto ao tecido .....	86
3.2.3 O cotidiano fabril .....	94
3.2.4 Condições de trabalho .....	97
3.3 Filhos do trabalho .....	103
3.3.1 A “Irmandade” – memória coletiva sobre a fábrica de tecidos .....	103
3.3.2 Ambiente familiar.....	107
3.4 Dois universos em um mesmo espaço .....	109
3.4.1 O Universo Masculino .....	110
3.4.2 O Universo Feminino.....	115
4 Pelas calçadas e pelas casas: a vida operária na zona da Várzea.....	121
4.1 As condições de vida e a infra-estrutura do bairro.....	122
4.1.1 As reivindicações coletivas .....	122
4.1.2 Pavimentação e enchentes .....	127
4.1.3 Iluminação .....	134
4.1.4 Esgoto e asseio público .....	135
4.1.5 Transportes .....	136
4.2 A Casa Operária .....	139
4.3 Pelas calçadas, pelas ruas... ..	147
4.3.1 Fábricas, operários e movimento na Várzea.....	147
4.3.2 Comércio na zona da Várzea .....	148
4.4 Momentos de Sociabilidade.....	150
4.4.1 O Carnaval .....	151
4.4.2 O futebol de várzea: paixão pelo “Pentacolor” .....	152
4.4.3 O Cinema, os Bailes.....	155
4.5 Memórias gravadas no espaço urbano.....	158
5 Conclusão .....	162
Referências .....	167

Apêndices.....	176
Apêndice A – Roteiro semi-estruturado para as entrevistas .....	176

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Zona urbana de Pelotas, 2009.....	22
Figura 2: Planta da freguesia de São Francisco de Paula, 1815.....	23
Figura 3: Planta da cidade de Pelotas, 1835.....	25
Figura 4: Planta da cidade de Pelotas, 1882.....	27
Figura 5: Bondes puxados por tração animal na praça Dom Pedro II.....	28
Figura 6: O porto de Pelotas. ....	30
Figura 7: Escola Carlos Laquintini e Mercado Regional do Porto. ....	31
Figura 8: Imagens da vila do Prado.....	35
Figura 9: O bairro Simões Lopes.....	36
Figura 10: Planta da cidade de Pelotas, 1926.....	37
Figura 11: Plano de Fernando Rullmann.....	39
Figura 12: Anteprojeto de extensão da cidade, 1927. ....	41
Figura 13: Anteprojeto de extensão da cidade, 1947. ....	43
Figura 14: Cervejaria Sul Rio-Grandense. ....	46
Figura 15: Frigorífico de Pelotas. ....	47
Figura 16: Prédio do Moinho Pelotense. ....	47
Figura 17: Endereços de operários de indústrias de fiação e tecelagem, Pelotas. ...	50
Figura 18: Concentração dos endereços operários na zona da Várzea.....	51
Figura 19: Pelotas, 1967. ....	52
Figura 20: Fragmentos que restaram da vida da fábrica.....	56
Figura 21: Ação da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.....	58
Figura 22: Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.....	60
Figura 23: O prédio da fábrica de tecidos. ....	61
Figura 24: Interior da fábrica de tecidos. ....	62
Figura 25: Interior e exterior do prédio onde funcionou a fábrica de tecidos.....	62
Figura 26: Exposição de produtos da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.....	63
Figura 27: Espaço de produção da Companhia na década de 1910.....	67
Figura 28: Carteira de Trabalho do Menor. ....	84
Figura 29: Caldeira da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.....	88
Figura 30: Seção de fiação.....	89
Figura 31: Setor de urdição. ....	90
Figura 32: Seção de tecelagem.....	91
Figura 33: Tear com tecido xadrez.....	92
Figura 34: Calandra.....	93
Figura 35: Prédio do refeitório da Companhia.....	96
Figura 36: Saída dos operários pelo corredor de acesso.....	97
Figura 37: Ficha de avaliação médica para igresso. ....	101
Figura 38: Ficha de avaliação médica de operário.....	101
Figura 39: Unidade Móvel de Raio-X do Sesi.....	103
Figura 40: Dois universos em um mesmo espaço.....	110
Figura 41: Jogadores do time de futebol do Esporte Clube Fiação e Tecidos. ....	112
Figura 42: Operária trabalhando nas máquinas da fiação.....	119
Figura 43: A manifestação no largo da Prefeitura, no dia 6 de julho de 1954. ....	126
Figura 44: Veículos atolados na zona da Várzea.....	128

Figura 45: Enchentes na praça Domingos Rodrigues. ....	134
Figura 46: Enchentes na zona da Várzea. ....	134
Figura 47: Prédio e trator do Asseio Público. ....	136
Figura 48: Fragmentos da planta 220/51. ....	141
Figura 49: Fragmentos da planta 201/46. ....	141
Figura 50: Fragmentos da planta 48/26. ....	142
Figura 51: Fragmentos da planta 103/26. ....	143
Figura 52: Fragmentos da planta 160/22. ....	147
Figura 53: Cine Apollo. ....	156
Figura 54: Festejos dos 50 anos da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. ....	158
Figura 55: A chaminé da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense .....	160

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação das plantas de casas de operários encontradas na SMU. ....	140
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS

FAUrb – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

ICH – Instituto de Ciências Humanas

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

NDH – Núcleo de Documentação Histórica

NEAB – Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira

PMP – Prefeitura Municipal de Pelotas

SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo

UFPel – Universidade Federal de Pelotas



## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou nesta dissertação foi motivada por uma possibilidade de aprofundamento de uma outra investigação, iniciada em 2005 durante a especialização em História do Brasil (ICH/UFPel). O estudo intitulado *Bicho da Seda: o espaço dos operários das fábricas de fiação e tecelagem de Pelotas* (ESSINGER, 2007) buscou analisar o espaço onde viveram e trabalharam antigos operários das fábricas têxteis pelotenses. Para isto, se utilizou revisão bibliográfica, entrevistas com três antigos operários, mapas da cidade e plantas arquitetônicas de algumas residências. A fonte inicial para a pesquisa foi o Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, em que constam os nomes dos operários, sua idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade, função na fábrica, endereço residencial, número e série da carteira profissional, número de identificação na previdência social e, ainda, observações como, por exemplo, data de falecimento, aposentadoria ou de saída da fábrica. Este universo de informações possibilitou uma série de cruzamentos, e abriu ainda a possibilidade de encontrar antigos operários através de registros de nomes ou endereços.

O mapeamento dos endereços que constam no Livro de Registros demonstrou que os trabalhadores das fábricas têxteis residiam próximos ao local de trabalho. Esta constatação, de caráter quantitativo, levou ao questionamento e ao interesse em se pesquisar, de forma qualitativa, a zona da Várzea<sup>1</sup>, lugar onde se

---

<sup>1</sup> Conforme MOURA (2006, p.120), a região da Várzea corresponde à área delimitada ao sul pelo canal São Gonçalo, ao norte pela rua General Neto, a oeste pela rua Almirante Barroso e a leste ela avenida Juscelino Kubitschek.

identificou a maior concentração de residências operárias de trabalhadores da antiga Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

O acesso às informações sobre estes trabalhadores que o Livro trazia e a importância que teve esta empresa na história da cidade - empregando durante seu funcionamento um número grande de trabalhadores, a maioria deles vivendo próximos à fábrica – foram decisivos para a escolha em trabalhar com os relatos dos antigos operários desta empresa. Foi através do seu trabalho de memória que a área da Várzea se descortinou. Por meio das suas lembranças e dos seus silêncios conseguimos entender como a fábrica e a rua se relacionavam e formavam esse espaço operário.

A denominação Várzea tem na topografia da cidade a sua justificativa. Conforme Mário Rosa (1985, p. 61), a área urbana de Pelotas está localizada em um terreno que apresenta terraços, que são áreas mais elevadas onde se situa o centro da cidade, e várzeas, superfícies mais baixas, “planas e constituídas de aluviões mal drenados”. Por outro lado, podemos entender também que esta denominação esteja ligada ao que Roberto DaMatta (1997, pp. 30-31) chama de “lógica social”, ou seja, nomeiam-se os espaços conforme sua segmentação social ou econômica. Assim, o nome Várzea pode indicar um duplo sentido: local baixo, úmido e alagadiço; local onde se instalou a população pobre. De qualquer maneira, durante as entrevistas os informantes designaram a área como “a Várzea”, e em várias ocasiões afirmaram que ali era difícil ter uma família na qual um membro não tivesse trabalhado na fábrica de tecidos ou em alguma das fábricas da zona portuária. Efetivamente a população se apropriou da denominação da área para indicar seu local de vida.

A zona antigamente abrigou diversas fábricas, como a Cervejaria Sul-Rio-Grandense, o Moinho Pelotense, a Companhia Fiação e Tecidos, o Frigorífico Anglo, além de outras pequenas manufaturas. Foi também neste espaço que se instalaram os operários em casas humildes, geralmente alugadas, chalés de madeira, casas de porta e janela. Esta característica de casario operário ainda se mantém no local, configurando núcleos de moradia em casas de renda, ou casas de aluguel.

O interesse em reconstituir as vivências no espaço da fábrica de tecidos e do espaço à sua volta a partir do olhar e das memórias dos antigos operários e moradores da Várzea se deu através da constatação de que este foi um lugar onde a população operária pelotense se concentrou, viveu, conviveu, lutou e trabalhou. Este espaço se configura como um lugar de memória, numa interpretação do

conceito elaborado por Pierre Nora, pois é permeado de simbologia para um grupo de pessoas com um passado em comum. Mas um lugar que não teve contada parte da sua história, a história vivida pelos operários. A possibilidade de registro dessas memórias sobre o lugar e a fábrica foi um elemento mobilizador da emoção para os antigos trabalhadores, como se pôde perceber na fala de um deles ao dizer que “esse trabalho é pra nós também. Ele vai ajudar a preservar essa nossa memória. Tu vê, nunca que a gente ia imaginar que alguém ia se interessar pelo nosso passado... Se eu soubesse tinha juntado coisas desde aquela época”.<sup>2</sup>

O período ao qual nos referimos nessa pesquisa é aquele entre os anos de 1953 até 1974. Este recorte temporal se justifica pelo fato de que as anotações encontradas no Livro de Registros se iniciam em 1953. Muitos operários ali registrados tinham na época entre 20 e 29 anos, o que possibilitou encontrar alguns desses ex-trabalhadores para fins de entrevista. O ano escolhido para o final do período, 1974, coincide com o ano da decretação de falência da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, que representou o fim de uma etapa da vida para muitas destas pessoas, algumas seguindo para trabalhar em outras empresas e outras nunca mais exercendo outra atividade profissional.

Para esta reconstituição do passado através dos fragmentos de memória, o trabalho foi pautado pela pesquisa qualitativa, que segundo Denzin e Lincoln (2006, p.17) envolve a coleta e o uso de uma variedade de materiais empíricos com o objetivo de descrever “momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos”.

Além das memórias registradas nas entrevistas, foram utilizadas também outras fontes, como notícias de periódicos da época, documentos da fábrica, processos da Justiça do Trabalho, literatura, fotografias, mapas e plantas arquitetônicas. Esta diversidade de materiais utilizados para a reconstituição do espaço operário da Várzea, assemelha o pesquisador a um *bricoleur*, que a partir do estudo e da montagem das peças de um quebra-cabeça começa a perceber a imagem do todo. (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.18)

O produto final deste trabalho trata da descrição da vida dos trabalhadores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e moradores do bairro da Várzea e das relações por eles estabelecidas, do espaço da produção para o espaço da rua e

---

<sup>2</sup> Relato do sr. João Iriart, no dia 18 de janeiro de 2008.

vice-versa, no período compreendido entre 1953 e 1974, buscando identificar seus lugares de sociabilidade, de conflito, seus trajetos e personagens.

Através das memórias do tempo em que trabalharam na *fábrica de tecidos*<sup>3</sup>, os entrevistados conduziram a pesquisadora à realidade da cidade e do espaço no qual viviam naquela época, e mostraram os caminhos para a reconstituição daquele momento, com seus trajetos e seus lugares de sociabilidade. Conforme Nuncia Constantino (2006, p.64) com a História Oral o pesquisador cria fontes, auxiliado pelos que vivenciaram e narraram os fatos passados. Os relatos deram pistas sobre lugares, fatos e momentos da época estudada, e a pesquisa em fontes primárias recolheu outras peças do quebra-cabeças, que foram agrupadas e montadas num todo, um texto que descreveu uma realidade social que foi narrada pelos informantes, mas que passou pelo filtro da interpretação do pesquisador.

A construção do trabalho seguiu algumas etapas. A primeira delas foi o momento de coleta de dados junto aos informantes. Para encontrá-los, o Livro de Registros foi fundamental. A partir dos nomes ali anotados chegou-se aos primeiros ex-operários: os irmãos Maria, Danilo e Paulo Plá, ainda no momento da pesquisa para a realização da monografia de especialização. Quando se iniciou este segundo momento de pesquisa, foi o Sr. Danilo o primeiro entrevistado e, a partir de uma indicação dele, descortinou-se algo semelhante a uma rede ou a uma teia, onde se entendeu que efetivamente aquele grupo de ex-trabalhadores da Cia. Fiação e Tecidos Pelotense formava uma comunidade de memória. Mesmo que o tempo de trabalhar na fábrica tenha cessado há mais de 30 anos e mesmo que alguns deles já não vivam mais na zona da Várzea, ainda existe uma ligação entre os ex-companheiros de trabalho. Isto fica claro quando indicavam o lugar onde moram atualmente os antigos colegas, dando referências sobre a casa e sobre a forma de chegar lá. O Sr. Nede foi o segundo entrevistado, e indicou mais dois ex-colegas. Um deles o Sr. João, que indicou o endereço ou a forma de encontrar outros vários ex-operários e operárias. A partir dali os contatos foram sendo estabelecidos e durante as entrevistas indicações de outros possíveis informantes surgiram. De acordo com Paul Thompson (1998, p.213) estas indicações, feitas por pessoas-chave dentro do grupo em estudo, facilitam o trabalho do pesquisador que trabalha com a história oral, abrindo os caminhos em direção aos possíveis entrevistados. No

---

<sup>3</sup> Nas entrevistas os informantes tratam a Companhia Fiação e Tecidos por 'fábrica de tecidos' ou simplesmente 'a tecidos'.

total foram realizadas doze entrevistas, e com exceção de uma, todas as outras foram realizadas na casa dos ex-operários.

As entrevistas semi-estruturadas<sup>4</sup> buscaram abordar aspectos gerais da vida de cada um dos ex-operários, lembranças sobre o trabalho na fábrica e lembranças sobre a vida, a casa e o bairro. Os depoimentos foram transcritos e sistematizados, procurando identificar categorias recorrentes nas narrativas, bem como diferenças e fragmentações, como no caso das narrativas masculinas e femininas, assunto abordado no final do segundo capítulo.

De acordo com Maria Letícia Ferreira (2002, p. 19), a espécie de montagem realizada com os depoimentos orais busca criar “um contexto horizontal sincrônico que coloca cada entrevista em relação com as outras e busca assim formas narrativas coletivas, recorrências que apontam para um modelo, temas ou lugares que fazem parte de um sistema simbólico conditivo”. Dessa forma, as narrativas foram trabalhadas em conjunto, com o objetivo de elaborar uma cartografia daquele espaço através da memória, que mostrou lugares de importância simbólica para os antigos operários, lugares que já não existem fisicamente, senão na memória, e lugares que permaneceram.

Paralelamente, foi realizada a revisão bibliográfica em livros, teses e dissertações que trataram de temas relativos à questão do mundo operário, como cotidiano, memórias do trabalho, condições de habitação e de trabalho. A pesquisa historiográfica foi realizada em publicações periódicas da época, fotografias, literatura, mapas e plantas urbanas, com o objetivo de catalogar notícias e dados sobre todo o tipo de acontecimentos relacionados à Várzea, como informações sobre atividades, reivindicações, melhorias públicas, e até mesmo reclames, propagandas de estabelecimentos ali localizados. Todos os dados recolhidos ao longo da pesquisa foram cruzados para a elaboração final do texto, no qual se procura, através dos fragmentos, contar uma história, construindo uma representação sobre o já representado. (PESAVENTO, 2005, p.43)

Se durante a pesquisa de campo o contato com ex-operários que se dispuseram a conceder entrevistas foi facilitado pela corrente que parece existir entre eles, uma das dificuldades encontradas foi em relação ao acesso a alguns documentos. A obra de restauração da Biblioteca Pública Pelotense, concluída em

---

<sup>4</sup> Ver Apêndice A.

dezembro de 2008, inviabilizou a pesquisa em parte do material que faz parte do acervo do Arquivo Histórico daquela instituição. Houve também um período no qual o acervo de jornais ficou inacessível, para que fosse feita a mudança de sala e organização de todo o acervo no novo local. Quando os acervos voltaram a ser abertos aos pesquisadores, foi preciso se concentrar nos documentos de maior prioridade, e se deu preferência aos relatórios da Companhia Fiação e Tecidos. Outro entrave à pesquisa histórica diz respeito ao acesso ao processo de falência da empresa. O material encontra-se na sede do arquivo da Justiça, em Porto Alegre. O pedido para desarquivamento do processo foi protocolado junto ao cartório responsável, mas até o final de janeiro de 2009 não havia resposta sobre a data em que seria disponibilizado. Para não prejudicar o andamento da pesquisa, optou-se por trabalhar com as notícias sobre o processo de falência e fechamento da fábrica, e também foi contatado o então advogado dos operários, que esclareceu algumas dúvidas.

Alguns conceitos-chave são utilizados para dialogar com o material recolhido, entre eles os de espaço (bairro) e memória coletiva. Os autores que fornecem a teoria para esta leitura fazem parte de um universo interdisciplinar, que contempla desde a antropologia, a arquitetura, o urbanismo e a história.

Aldo Rossi (1995, p.70) analisa a cidade como um “sistema espacial formado de várias partes com características próprias”. Assim, o espaço de um bairro está ligado à evolução da cidade e à sua natureza, caracterizado por “uma certa paisagem urbana, um certo conteúdo social e por uma função”. Segundo o autor, uma alteração em qualquer uma destas características bastaria para fixar um limite no bairro.

Kevin Lynch (1999) procurou compreender a qualidade visual de cidades norte-americanas através de um método que possibilitasse analisar a imagem mental que os habitantes tinham de sua cidade. Seu estudo intitulado *A Imagem da Cidade*, baseado em mapas mentais elaborados por moradores de três cidades, definiu cinco elementos que correspondem a efeitos perceptivos gerados pelas formas físicas da cidade: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Os bairros foram identificados como áreas relativamente grandes, que possuem características comuns, como textura, usos, tipos de construção, atividades, estado de conservação ou topografia.

O bairro da Várzea<sup>5</sup>, ou simplesmente “a Várzea”, foi citado diversas vezes durante as entrevistas como uma área onde se concentravam operários e fábricas, como acima se referiu, o que indica que o lugar é reconhecido por características comuns às que Lynch e Rossi descreveram.

O tema do bairro também é abordado por Pierre Mayol, no segundo livro do estudo *A Invenção do Cotidiano*, pesquisa empreendida sob a coordenação de Michel de Certeau (2005). Segundo o autor, o bairro seria um espaço de uso quase cotidiano, onde se desenvolveria a “arte” da convivência com os vizinhos. Ele ainda observa que o espaço reconhecido como bairro funcionaria como um ponto médio entre a casa e a cidade:

Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos, ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado. (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 2005, p.42)

Assim, o bairro funcionaria como um espaço intermediário entre o público e o privado, facilitando, e, de certa forma, preparando para as relações estabelecidas do lado de fora, na cidade.

A relação do espaço urbano com a memória da comunidade permeia o entendimento dos autores aqui estudados. Conforme Rossi (1995, p. 198), “a própria cidade é a memória coletiva dos povos”. O autor sugere, buscando ampliar a tese de Maurice Halbwachs que, como a memória se prende a lugares e fatos, a cidade seria seu “locus”. Para Lynch, a imagem da cidade estaria “impregnada de lembranças e significados”, pois a realidade seria vivenciada não somente a partir do que os sentidos dão a perceber, mas também às lembranças de experiências pregressas. (LYNCH, 1999, p. 1)

---

<sup>5</sup> A Prefeitura Municipal de Pelotas não trata, administrativamente, a área em estudo como um bairro. Neste trabalho decidiu-se assim considerá-la por ser uma área com características homogêneas, conforme as definições de bairro desenvolvidas por Aldo Rossi e Kevin Lynch, já citadas.

A zona da Várzea, hoje lugar de amnésia<sup>6</sup> para grande parte da população, é também portador de um importante papel de *lugar de anamnese* para tantos outros que ali viveram, ou conforme o termo utilizado por Pierre Nora, é um lugar de memória. Ali, permanecem os prédios das fábricas e as casas dos operários. Mantém-se o aspecto de bairro horizontal, das casas geminadas, casas de renda. Ali podemos encontrar um lugar onde a memória se cristaliza, memória que, de acordo com Nora (1993, p.9)

[...] é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, [...] em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e repentinas revitalizações.

Para o autor, lugares de memória estão sempre investidos de três aspectos: material, funcional e simbólico. Nesse sentido, não basta restar como vestígio na malha da cidade, ou estar recolhido a um museu. Para que seja lugar de memória, deve estar permeado por significados para uma coletividade, assim como a zona da Várzea possui significado para o grupo aqui estudado.

Conforme uma metáfora empregada por Maurice Halbwachs (2006, p. 32), seria necessário um germe, uma semente, para que pudéssemos rememorar a respeito de algum fato. Este desencadeamento de lembranças pode se dar através da imagem espacial, pois “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”. (HALBWACHS, 2006, p.170)

A memória coletiva, segundo o mesmo autor, é socialmente construída: a memória do indivíduo está sempre ligada à memória do grupo. Ele estabelece em sua teoria a noção dos marcos sociais da memória, para demonstrar através de quais elementos a memória se constrói. Desta forma, recordamos nosso passado pressionados pelas influências destes marcos sociais que, de certa forma, reprimem e moldam nossas personalidades.

---

<sup>6</sup> Consideramos um lugar de amnésia, já que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural local pouco têm feito para conservar, reabilitar ou trazer este espaço para a discussão de uma estratégia de educação patrimonial que venha a criar um sentimento de valor e de identidade e a vontade de preservação. Em junho de 2002 o Ateliê SIRCHAL (Seminário Internacional de Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe), uma atividade de cooperação técnica firmada entre a Caixa Econômica Federal e o governo francês, discutiu as possibilidades de revitalização da zona portuária de Pelotas. Reunindo técnicos da Prefeitura Municipal, representantes dos governos Estadual e Federal, das universidades locais, da iniciativa privada e da comunidade, foram traçados alguns princípios gerais norteadores de ações para a futura requalificação da área. Não houve seguimento aos trabalhos do grupo, e o plano de ações proposto não saiu do papel. O relatório do Ateliê pode ser visualizado no site:

[http://www.archi.fr/SIRCHAL/atelierdexpertise/pelotas/pel\\_accueil.html](http://www.archi.fr/SIRCHAL/atelierdexpertise/pelotas/pel_accueil.html)



O autor divide os marcos em específicos e gerais. Dentro dos específicos estariam a família, a religião ou a classe social. Os marcos gerais estariam relacionados ao *espaço*, ao tempo e à linguagem.

Espaço e tempo, segundo Halbwachs (1990, p.189), são capazes de situar a memória e diferenciá-la do sonho, desprovido de referências espaço-temporais, mas o marco social espacial tem papel fundamental na rememoração, pois “é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente”.

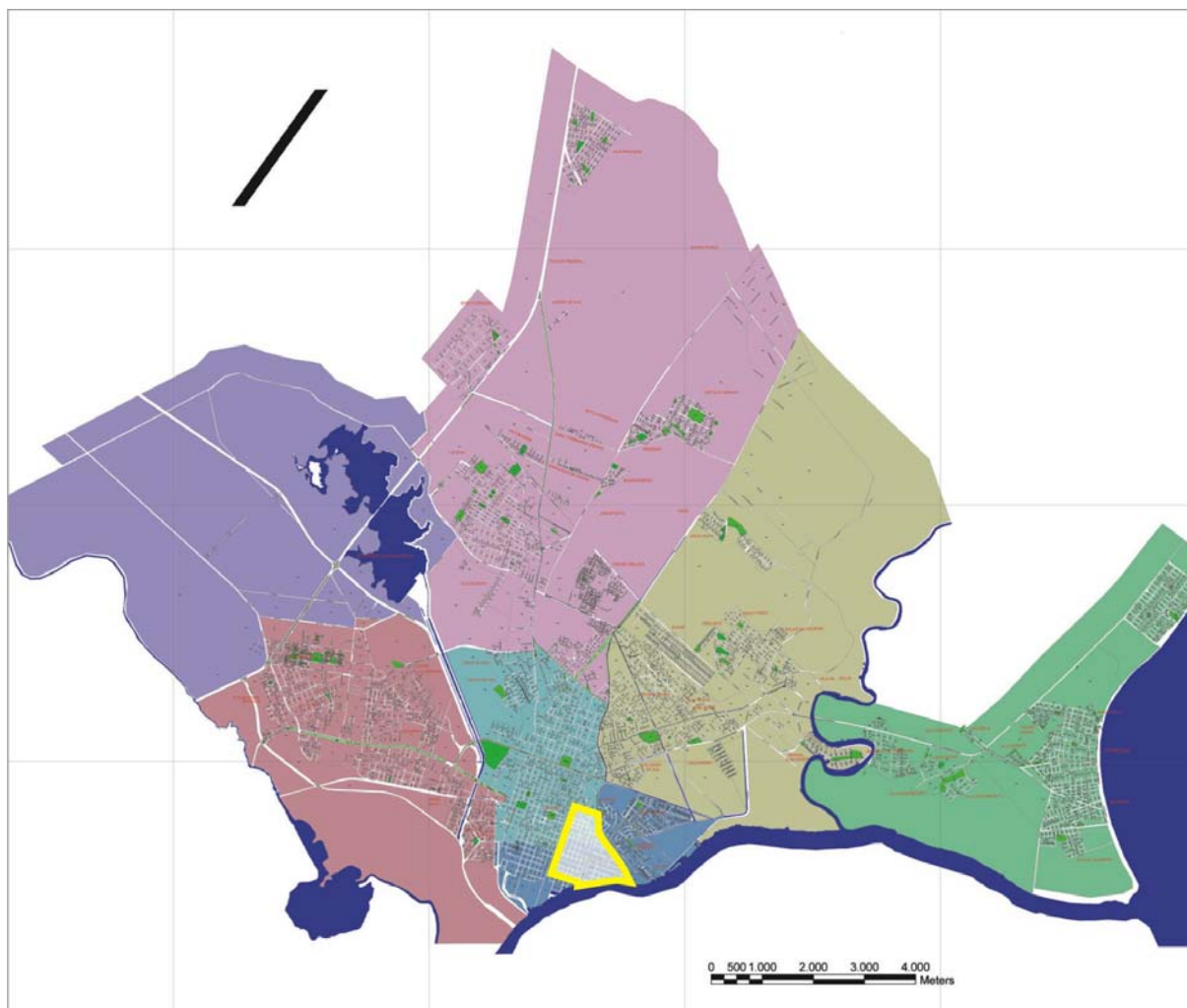
Assim compreendemos a importância do espaço para a memória da comunidade. É através das marcas deixadas na paisagem que rememoramos, ou como escreveu Ecléa Bosi (1987, p.368a), “as lembranças se apóiam nas pedras da cidade”.

O trabalho foi desenvolvido ao longo de três capítulos. No primeiro, intitulado *Do centro à Várzea: a história do lugar* apresenta-se uma contextualização do espaço da Várzea, abordando a criação e desenvolvimento do Porto de Pelotas, a formação do núcleo industrial, o incentivo à construção de casas operárias naquele lugar, a concentração das fábricas na zona do porto até a década de 1970, a criação de loteamentos voltados à habitação popular, e o período de decadência da zona. O capítulo seguinte, chamado *A Fábrica de Tecidos* aborda o universo operário dentro da fábrica, apresentando um histórico da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, um panorama do processo e das condições de trabalho na fábrica, bem como o cotidiano fabril, resgatado através das memórias dos antigos operários, e finaliza com uma abordagem das diferenças encontradas entre os relatos femininos e masculinos. O último capítulo busca reconstituir alguns aspectos do bairro, como as condições de vida e a infra-estrutura, a casa operária, e os momentos de sociabilidade, e foi intitulado *Pelas calçadas e pelas casas: a vida operária na zona da Várzea*.

## **2 DO CENTRO À VÁRZEA: A HISTORIA DO LUGAR**

Este estudo trata de uma área da zona urbana pelotense, que a partir do final do século XIX até aproximadamente o final da década de 1970, se consolidou como um espaço fabril e operário. Neste primeiro capítulo busca-se analisar o crescimento da cidade a partir de seu núcleo inicial, crescendo em direção ao sul, ao encontro do porto, e a transformação do espaço a sul e a sudeste, as chamadas zonas da Várzea e do Porto, no lugar onde se instalaram várias empresas e onde os operários também se concentraram. Na figura 1 a zona da Várzea aparece demarcada no interior da zona urbana atual da cidade de Pelotas.

Atualmente a zona em questão passa por um processo de renovação, já que a Universidade Federal de Pelotas ali instalou algumas de suas faculdades e setores administrativos. Esta revitalização não se dá pautada em nenhum tipo de planejamento específico, que trate a área como um espaço de valor histórico e cultural, utilizando-se de algum programa de educação patrimonial que venha a mostrar para a comunidade a importância da preservação de certas características do lugar. Apenas faz parte de uma renovação da população que ali reside ou transita. Daí o interesse em resgatar alguns aspectos da história deste lugar, e registrá-los como uma forma de restaurá-la, narrativizando-a.



**Figura 1:** Zona urbana de Pelotas, 2009.

Zona da Várzea demarcada em amarelo, a sudeste.

Fonte: Mapa base da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas.

## 2.1 CONSOLIDAÇÃO DA MALHA URBANA INICIAL

**Pelotas** (S. Francisco de Paula). Sobre a margem esquerda do rio S. Gonçalo, entre os arroios de Santa Bárbara e Pelotas, [...] demora a florescente cidade de Pelotas que teve origem em 1780 em uma charqueada que outrora aí existiu, e cujos habitantes fizeram construir uma capela consagrada a S. Francisco de Paula; foi em torno desta capela que os moradores de outras charqueadas fundadas posteriormente começaram a edificar casas, cujo numero dentro em pouco aumentou pelo comércio que desde logo recebeu grande desenvolvimento e que atraiu para aí grande número de habitantes: foi elevada à categoria de paróquia por Carta Régia de 14 de Agosto de 1812, à vila em 7 de dezembro de 1830 e à cidade pela Lei de 27 de Junho de 1835<sup>7</sup>. [...] A cidade está situada sobre uma colina, 4 léguas acima da foz do rio S. Gonçalo na lagoa dos Patos, e é formada de ruas muito regulares, e ornadas de edifícios bons e elegantes, e quase todos de sotéa. (ARAÚJO E SILVA, 1865, pp.71-72)

<sup>7</sup> Foi encontrada divergência em relação a esta data. Conforme Ester Gutierrez, a lei data de 9 de julho de 1835. (GUTIERREZ, 2004, p.224)



Dando continuidade à malha desenhada em 1815, a segunda área loteada se desenvolveu sobre as terras de Mariana Eufrásia da Silveira, acrescentando-se quinze ruas em direção ao sul, em 1832 (ver figura 3). Passados 26 anos o arruamento cresceu para o norte, com a abertura de cinco novas ruas. (GUTIERREZ, 2004, pp. 133-134 e ANJOS, 2000, p.34 e 39)

Durante este período, a área hoje conhecida como Várzea era ocupada por charqueadas. O terreno onde se instalou o primeiro loteamento da cidade, antes de ser comprado por Antônio Francisco dos Anjos, fez parte de uma delas, de propriedade de José Silveira Calheca (GUTIERREZ, 2004, p.116). Outra família que possuía terras naquela zona, onde hoje se localiza o porto, era a de Domingos Rodrigues. No “Almanach de Pelotas” de 1914, o artigo Notícia Histórica traz a seguinte informação:

Por essa época, distanciado embora do centro que a igreja constituía, já na aproximação do povo existia, como que a denunciá-lo para quem vinha do mar, à beira do rio colocado, o sobrado de Domingos Rodrigues, construção de 1784, que até os nossos dias se manteve impávida no caráter de testemunha do desenvolver rápido do povoado, a meia légua distante começado, junto à igreja erguida solitária em esplanada longínqua, e que a ele, casarão também solitário, posto à beira d'água, em meio século se ligou, vindo por fim a envolvê-lo, pondo-o encravado, como relíquia venerada, no centro de um quarteirão moderno, que o intendente dr Cypriano Barcellos adquiriu, e fez demolir para o alargamento do porto. (FERREIRA & C, 1914, p. 65)

Cypriano Corrêa Barcellos foi intendente municipal em dois momentos. Assumiu em 1904 pela primeira vez, e depois em 1912. É provável que o sobrado de Domingos Rodrigues tenha sido demolido durante seu primeiro mandato, pois no relatório que apresentou em 1908, o intendente dava conta das reformas no cais do porto, que havia concluído naquele mandato (PIMENTEL, 1940, p.23).

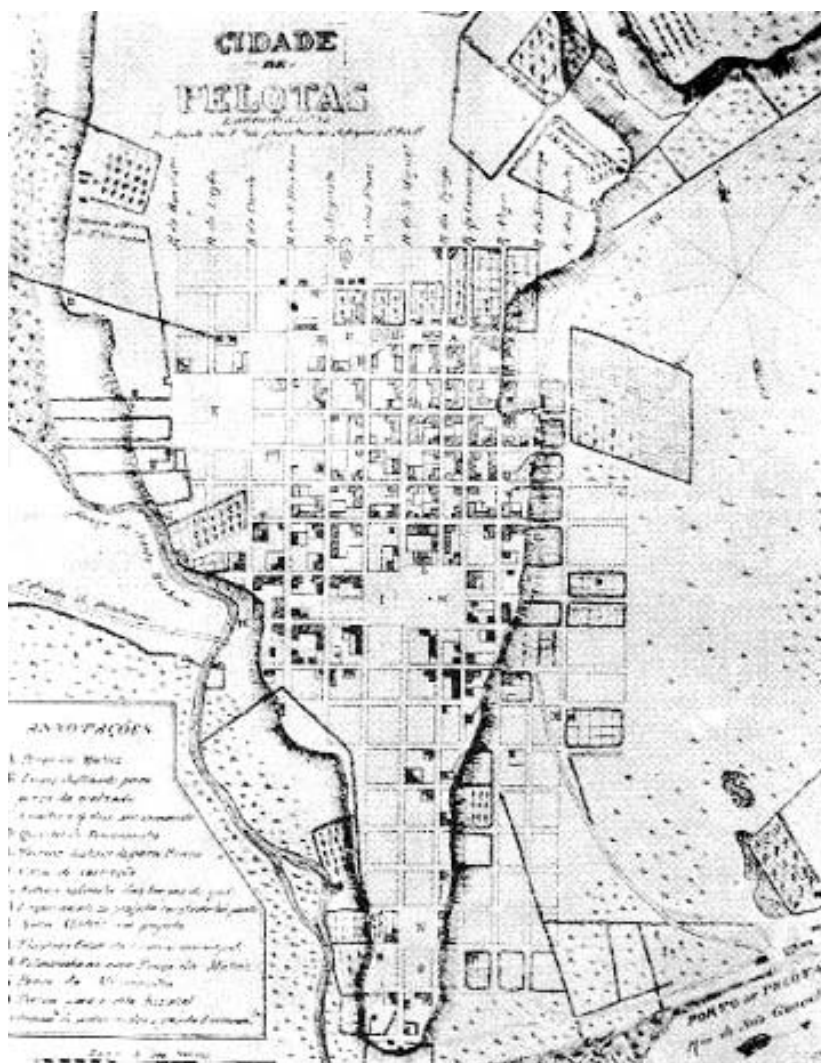
A aproximação da cidade em direção à zona da Várzea teve relação com o desenvolvimento portuário e também do núcleo fabril que no seu entorno foi se estabelecendo.

## **2.2 A CIDADE CRESCE EM DIREÇÃO À ZONA DO PORTO E DA VÁRZEA**

O porto de Pelotas, um dos mais importantes pontos de entrada e saída de pessoas e mercadorias da cidade no século XIX e início do XX, iniciou sua formação no ano de 1832 quando a Câmara declarou a proibição de construções numa faixa de 22 metros às margens do São Gonçalo, mandando ainda que se construísse um trapiche onde pudessem atracar os barcos. Dois anos mais tarde, as margens do

canal foram declaradas como logradouro público<sup>9</sup>. Em 1845 a margem livre de construções foi aumentada para 33 metros, e a área da atual praça Domingos Rodrigues foi cedida à municipalidade por João Ribas e Irmãos, em troca da permissão que lhe havia sido dada para construir um armazém a 19,20m do canal (GUTIERREZ, 2004, p.216-217).

Na planta da cidade desenhada em 1835 (figura 3) pode-se perceber a indicação do porto, e observa-se também que as ruas ainda não alcançavam as margens do canal.



**Figura 3:** Planta da cidade de Pelotas, 1835.

Observar a indicação do porto de Pelotas, abaixo, à direita e a curva de nível que mostra a parte alta da cidade coincidindo com a área central.

Fonte: OSÓRIO, 1997, ilustração.

<sup>9</sup> Segundo Ester Gutierrez (2004, pp. 141-1422), logradouro público “constituía espaço destinado ao bem comum e de reserva para expansão urbana. [...] serviria para o pasto de animais, coleta de madeiras e lenhas, para algum plantio e, também, para novas divisões de terras, abertura de estradas, ruas e praças. A Câmara deveria administrar, preservar e zelar para que o patrimônio público não sofresse invasões por parte de quem fosse”.

Em 1839 o viajante Nicolau Dreys (1927, p.114) observava a tendência de crescimento em direção à região portuária:

A cidade parece tender a se aproximar do rio São Gonçalo, e quando chegar a estender seu cais sobre as margens daquele rio majestoso, com o qual está já em comunicação pelo porto aonde descarregam as embarcações que lhe são destinadas [...] poderá ser contada como uma das mais importantes praças de comércio.

Talvez a demora em expandir a cidade em direção ao porto se desse em razão do entrave ocasionado pelo baixo calado do canal São Gonçalo, que impedia que alguns navios aportassem em Pelotas, acarretando prejuízos aos charqueadores da cidade que eram obrigados a embarcar seus produtos em iates menores, conduzindo-os até Rio Grande, para lá serem reembarcados em navios maiores (ANJOS, 2000, p.43). Neste sentido, desde o ano de 1833, charqueadores e comerciantes pelotenses empenhavam-se em realizar a desobstrução da foz do São Gonçalo (LOPES NETO, 1912a, p.69).

De acordo com relato do Conde d'Eu (1981, p.139) ainda em 1865 o problema persistia, assim como a vontade do grupo pelotense:

A navegação do rio São Gonçalo não deixa de ter encantos [...] O curso do rio é sinuoso, mesmo neste trecho inferior. A sua foz na Lagoa dos Patos acha-se, por assim dizer, fechada por um vasto banco de areia que não permite passagem senão a embarcações de pequeno calado; mas asseguraram-me que não seria difícil abrir através deste banco um canal fundo. Feito isso, que admirável porto ofereceria o rio! Que nova superioridade adquiriria Pelotas sobre o Rio Grande.

Da mesma maneira o viajante Augusto de Pinho, em 1869, lamentava a barra obstruída do canal, e informava que na cidade havia sido fundada uma “companhia com o fim de remover aquele obstáculo, oposto pela mão do tempo ao progresso e desenvolvimento de Pelotas”. Observou ainda as más condições e a “mesquinha aparência” do incipiente porto: sobre a ponte de desembarque disse que estaria “a cair aos pedaços” e em relação ao largo em frente, observou ser “irregular [...] todo em barrancos, que a menor chuva transforma em profundos lamaçais” (PINHO, 1872, p. 59 apud MAGALHÃES, 2000).

Entre 1845 e 1862 o governo imperial estudou o assunto da desobstrução da foz do canal, e em 1868 firmou contrato com a Companhia da Desobstrução da Foz do S. Gonçalo. A companhia foi autorizada a funcionar finalmente em 1869, pelo decreto 4380.







Aquidaban<sup>10</sup>, da Constituição<sup>11</sup>, Bento Martins e da Liberdade<sup>12</sup> (ANJOS, 2000, p.40). Na planta de 1882 (figura 4) nota-se a densidade de edificações construídas entre as praças da Matriz e a atual Coronel Pedro Osório. Aparecem também as novas ruas que começavam a aproximar a malha urbana do porto, e se pode perceber a ocupação de alguns lotes próximos a ele.

Reforçando a ligação do porto com a cidade, em 1873 inaugurou-se a linha de bondes por tração animal (figura 5), que conectou as praças Domingos Rodrigues e Dom Pedro II<sup>13</sup>. A linha do bonde percorria as ruas São Domingos<sup>14</sup> e São Miguel<sup>15</sup>, que na época concentrava, juntamente com a rua do Comércio, grande quantidade de lojas, como observou o Conde d'Eu (1981, p.135):

Espacialmente na rua do Comércio e na rua São Miguel vê-se uma fila contínua dessas lojas, onde estão expostos estribos, esporas enormes, peitorais e freios, tudo de prata, ostentando esplendor deslumbrante, que iguala, não digo já o da rua do Ouro, de Lisboa, mas até o da "Strada degli Orefici", de Gênova.



**Figura 5:** Bondes puxados por tração animal na praça Dom Pedro II.  
Fonte: BUCCELLI, 1906, p. 378.

Em 1875 a Companhia de Desobstrução do Canal São Gonçalo entregava a obra de dragagem do canal, aumentando o seu calado e permitindo que os navios maiores aportassem na cidade, como foi o caso do vapor nacional Guaíba, que no

<sup>10</sup> Atual rua Coronel Alberto Rosa.

<sup>11</sup> Atual rua Álvaro Chaves.

<sup>12</sup> Atual rua João Pessoa.

<sup>13</sup> Atual praça Coronel Pedro Osório.

<sup>14</sup> Atual rua Benjamin Constant.

<sup>15</sup> Atual rua XV de Novembro.

dia 11 de outubro de 1875, “totalmente carregado e calando 10 e meio palmos d’água: fundeou no porto da cidade às 11 horas da manhã” (LOPES NETO, 1912a, p.70).

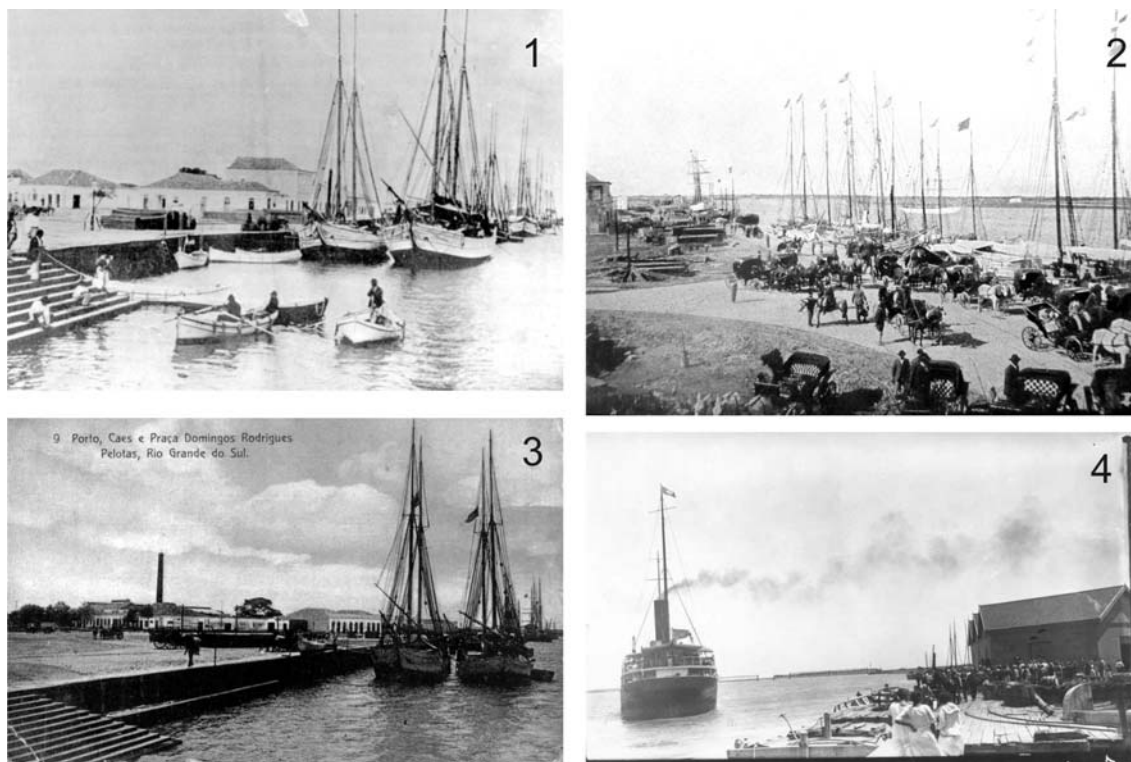
A partir de então o porto começou a receber intenso movimento de navios, que os relatos dos viajantes não deixaram de documentar. Herbert Smith esteve em Pelotas em 1882, ano em que a cidade contava com uma população que ultrapassava 24.000 pessoas. O norte-americano chamou o porto de “antipático”, composto de “três ou quatro ruas de aspecto sujo, com armazéns desguarnecidos e caiados e algumas vendas” (SMITH, 1922, pp.134-142, apud MAGALHÃES, 2002). Mesmo assim contou o movimento de 54 navios durante o tempo em que desembarcava, “sem contar os vasos miúdos e as chatas”. Dali tomou o bonde que o levou para a cidade.

Um ano depois, Carl Von Kosertiz embarcava no mesmo porto. Para este viajante, porém, o local apresentava “um aspecto muito animado” contando ele cerca de 40 navios que se encontravam às margens do São Gonçalo. Alegrou-se com a visão e lembrou “do tempo em que o pequeno Mauá era admirado como um animal fabuloso quando chegava”. (KOSERITZ, 1972, p.1, apud MAGALHÃES, 2002)

Em 1905, Vittorio Buccelli ao navegar pelo canal e passar em frente ao porto, anotou que o cais estava em construção “para facilitar a comunicação dos vagões ferroviários com as embarcações” (BUCCELLI, 1906, p.48). Referia-se à obra que ligou o porto à Estação Férrea, iniciada em 1903 e concluída em setembro de 1905. No contrato, a Intendência Municipal responsabilizava-se pela construção do trecho de linha férrea, conforme informou Fortunato Pimentel (1940, p.26):

da mesma bitola e condições técnicas da Estrada de Ferro Southern Brazilian Rio Grande do Sul (Rio Grande a Bagé) [...] cujo trecho e dependências, depois de prontos e em perfeito estado de funcionar, gratuitamente, livres e desembaraçados de qualquer ônus, [passarão] à Companhia da Estrada de Ferro Southern Brazilian Rio Grande do Sul, para esta Companhia trafegar e conservar por conta própria, como parte integrante da sua via férrea.

Desta forma, no final do século XIX a zona do porto começou a se integrar à malha da cidade, primeiro através de ruas e em seguida pelas linhas do bonde e do trem.



**Figura 6:** O porto de Pelotas.

Fotos do final do século XIX (1), do ano de 1906 (2), da década de 1910 (3) e do ano de 1923 (4).  
 Fonte: (1 e 3) Acervo Projeto Pelotas Memória, (2) BUCCELLI, 1906, p.376, (4) Acervo Biblioteca Pública Pelotense.

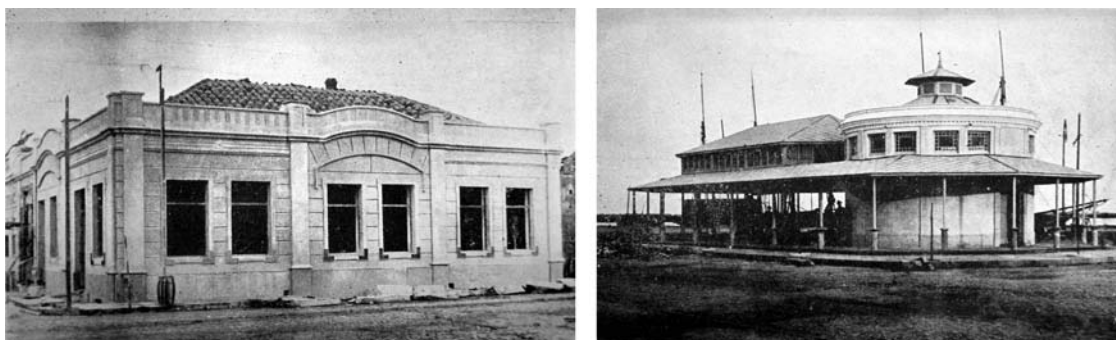
Em 1915 o “Almanach” de Pelotas anunciou o movimento para a construção do Santuário do Sagrado Coração de Jesus na rua Aquidaban, atual rua Coronel Alberto Rosa esquina com a rua Gomes Carneiro. A paróquia foi criada em 1912, e em 1913 se construiu uma capela provisória. O periódico chamava a atenção para os benefícios que a igreja traria para o entorno, “especialmente para o lado do Porto, onde bem vagarosos tem sido os progressos urbanos”. O texto concluía dizendo que seria

um melhoramento notável este edifício, que [...] fomentará extraordinariamente todo aquele bairro do Porto e há de forçosamente atuar com energia para o aumento da população, beleza e número das edificações, ali tão escassas, e avolumará, sem dúvida, o comércio e indústria locais. (FERREIRA & CIA, 1915, p.224)

Pelo que parece, apesar das ruas e transportes terem estendido a cidade em direção ao leste e ao porto, a zona ainda era pouco ocupada por moradores.

Na década de 1920 a intendência levou melhoramentos à região. O Mercado Regional do Porto foi construído em 1922, provavelmente na entorno da praça Domingos Rodrigues. Também neste entorno se reconstruiu e adaptou um prédio para a Escola Municipal Carlos Laquintini, que até hoje está em funcionamento no mesmo local (figura 7). O “Almanach” de Pelotas de 1923, na seção Progresso de

Pelotas, que festejava as realizações dos dois anos anteriores “da fecunda administração do preclaro pelotense Dr. Pedro Luís Osório”, informou sobre a nova escola e sobre o “mercado regional do porto, cujos numerosos habitantes há muito por tal suspiravam” (PARADEDA, 1923, pp. 329-332).



**Figura 7:** Escola Carlos Laquintini e Mercado Regional do Porto.  
Fonte: Almanach de Pelotas, 1924, ilustrações.

Em 1927, já no mandato de Augusto Simões Lopes na intendência, a rua Benjamin Constant recebeu “excelente calçamento [...] com os seus passeios alargados, e que outra impressão dá aos que demandam a cidade chegados via marítima” (PARADEDA, 1927, p. 172). A cidade efetivamente estava ligada ao porto.

### **2.3 As “CLASSES PERIGOSAS” E SUA EXPULSÃO DO CENTRO DA CIDADE**

Desde o início de sua formação urbana até pelo menos 1881, a cidade de Pelotas não apresentava um zoneamento que demarcasse áreas específicas para tipos de habitação, separando assim as classes sociais. O que havia no primeiro e segundo loteamentos era uma distinção entre as ruas norte-sul, e as leste-oeste. Esclareceu assim Glenda Pereira da Cruz (1992, p.117):

As ruas norte-sul eram denominadas de “principais” e nelas situavam-se os prédios e habitações de maior expressão formal, enquanto que as leste-oeste eram chamadas de “travessas” ou transversais e abrigavam habitações e comércio mais populares. [...] O principal motivo da hierarquia das ruas [...] era o sentido de escoamento das águas pluviais [...].

A autora se refere em seguida ao artigo nº 63 das Posturas Policiais de 1834, que afirmou que o escoamento se dava com mais facilidade pelas ruas leste-oeste “conforme o nivelamento dos edifícios e a inclinação dos terrenos”. Observando a planta de 1835 (figura 3), se vê o desenho do talude sobre o qual a maior parte da cidade estava situada. No sentido leste-oeste as águas escoavam em direção aos arroios Pepino e Santa Bárbara.

As Posturas Policiais de 1829 não permitiam o despejo de esgotos e enterro de animais mortos dentro dos limites da freguesia. Proibiam ainda a criação de porcos e a construção e reconstrução de casas cobertas de capim (LOPES NETO, 1912b, pp. 110-111). Já as Posturas de 1834, segundo Ester Gutierrez (2004, p. 204), apresentavam os lugares adequados à instalação de fábricas poluentes. De certa forma havia ali um zoneamento, com uma tendência a eliminar certos tipos de atividades dos limites urbanos. Mas não se percebia ainda uma estratégia que buscasse separar as pessoas de distintas classes sociais no espaço da cidade.

Este zoneamento social começou a ocorrer no final do século XIX, justamente quando a cidade passou a receber um incremento de população vinda de outros municípios e também da zona rural, que buscava oportunidades de trabalho. Além destes imigrantes, os escravos libertos, agora desalojados das senzalas e das casas dos senhores, também faziam parte da população pobre.

Novos habitantes, vindos das antigas senzalas e casebres do interior do país ou dos portos estrangeiros, somavam-se aos antigos escravos, forros e brancos pobres que já inchavam as cidades imperiais, e junto a eles aprenderiam a sobreviver na instabilidade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat. Movimentar-se-iam, todos eles, pelas ruas alvoroçadas em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões – e espaços. (MARINS, 1998, p.132)

Naquele momento a carência de habitações levou a população a procurar formas alternativas de moradia. Surgiam os chamados cortiços, termo que segundo Rosa Rolim de Moura (2006, p. 55) “tornou-se o mais comum para definir todo o tipo de moradia coletiva de construção e conservação precária, com espaço interno reduzido e superpovoado”. A mesma autora empreendeu uma pesquisa sobre os cortiços encontrados em Pelotas entre 1890 e 1913, e encontrou algumas tipologias recorrentes: o *galpão*, edificação semelhante a um depósito, sem denominação dos espaços no projeto, que poderia ser utilizada para indústria, comércio ou mais provavelmente, para habitações coletivas. O *portão*, formado “por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote com pequena rua interna onde, geralmente, situavam-se as latrinas e os tanques para uso coletivo”, que tinha voltado para a rua apenas um muro e um portão. Os *contrafeitos*, “pequenos compartimentos, quase sempre com o telhado constituído por apenas um plano inclinado” que podiam ser construídos de forma semelhante ao tipo portão (longitudinalmente ao lote) ou com todas as unidades voltadas para rua. Encontrou ainda registros de casas antigas transformadas em cortiços, ou seja, precariamente

divididas em várias peças que eram sublocadas (MOURA, 2006, pp. 65-74). Concluiu a autora que as características de um cortiço eram a mínima área construída por unidade, a utilização de um mesmo compartimento para várias atividades (cozinhar, comer, dormir) e o uso coletivo dos equipamentos sanitários.

Em fevereiro de 1881 a Câmara proibiu a construção de cortiços na área da cidade compreendida entre as atuais ruas Senador Mendonça, Dom Pedro II, Gonçalves Chaves e Barão de Santa Tecla. Sete anos depois, o novo Código de Posturas da cidade aumentou a área de restrição em direção ao sul, proibindo cortiços agora desde a rua Senador Mendonça até a rua Benjamin Constant. O documento também definia o que seria considerado cortiço:

Chama-se cortiço, para os efeitos desta postura, todo o prédio em que residir mais de um indivíduo ou família com economia separada e em cuja edificação não sejam observadas as regras normais de disposição das habitações e as estipuladas nestas posturas. (MOURA, 2006, p.59)

Paralelamente à criação da área de restrição, a Câmara instituiu um imposto para os cortiços, o que causou revolta entre os proprietários destes tipos de habitação (MOURA, 2006, pp. 60-61).

Estigmatizados como focos de doenças por consequência da falta de higiene e saneamento, estes tipos de moradia começaram a fazer parte das discussões da imprensa e dos órgãos públicos. De maneira a justificar a expulsão dos pobres das zonas mais valorizadas e centrais das cidades, os debates criaram uma imagem das classes pobres que as assemelhou a classes perigosas, como explicou Sidney Chalhoub (1996, p.20). Segundo o autor, o termo começou a ser utilizado no Brasil por volta de 1888, logo após a abolição da escravidão, quando a ordem do dia era reprimir a “ociosidade” nas ruas. Em discussões na Câmara de Deputados os parlamentares utilizavam embasamento teórico em autores franceses que relacionavam a pobreza à insegurança pública:

[...] pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício, e o que é pior, pela ociosidade. (ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1888, apud CHALHOUB, 1996, p.21)

Em Pelotas não foi diferente. Vários documentos registraram essa forma de relacionar a população pobre ao perigo, fosse ele à saúde ou à moral<sup>16</sup>. Em jornal de 1892 lê-se a seguinte notícia:

O que significa, numa cidade como Pelotas – pode-se dizer sem exagero – viverem, ociosamente, em cortiços imundos, verdadeiras sentinelas, mil a duas mil mulheres, explorando a prostituição mais reles, passando os dias e as noites na ebriedade e nos maxixes, recusando-se ao serviço em casas de família, ou impondo-lhes condições tais que importam uma confissão implícita de não quererem trabalhar honestamente? Ali está a sede da grande variedade de males oriundos da malandrice e da sífilis que envenena e dizima as populações, transformando-se da noite para o dia, homens válidos em verdadeiros cretinos. (CORREIO MERCANTIL, 25/11/1892, p.1)

O texto faz a ligação da figura da mulher aos vícios, à ociosidade e à preguiça, alegando serem as mulheres as responsáveis pela transformação de homens em “cretinos”. Interessante é perceber como em seguida a mulher pobre, a mãe de família e “rainha do lar”, é transformada na imagem da salvadora da sociedade de todos esses males.

Somando-se à área livre de cortiços e às taxas as quais estas moradias estavam sujeitas, surgiu a partir de 1894 uma nova forma de controle das suas condições sanitárias – a fiscalização, seguindo a tendência de intervenção sanitária do poder público da época, identificada por Nabil Bonduki (1998, p.29) na tríade legislação, controle sanitário das habitações e dotação de infra-estrutura (saneamento de baixadas, urbanização da área central e implantação de redes de água e esgoto). Rosa Rolim de Moura (2006, p. 65) observou que “apesar das visitas sanitárias serem previstas para acontecer em todas as habitações, independente do seu tipo arquitetônico ou de sua localização na malha urbana, a moradia do pobre era a mais freqüentemente visitada”.

Como consequência da taxa e fiscalização imposta aos cortiços, os proprietários oneravam no aluguel os aumentos de despesas que tinham com os impostos e melhoramentos exigidos. Dessa forma, dava-se início à expulsão dos mais pobres da área central da cidade, que bem documentou Alberto Coelho da Cunha, falando da Cidade em Crescimento:

O pobrerio, não se sentindo com forças suficientes para arcar com as apertadas condições de vida, para ele esmagadoras, e que classes mais favorecidas de recursos, se podiam afeiçoar, via-se dela enxotado; mas a

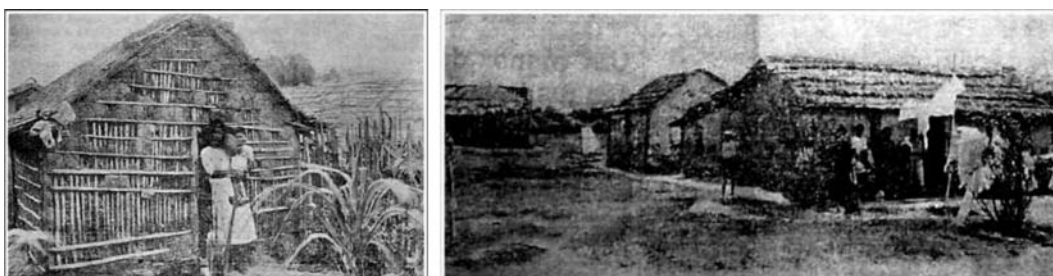
<sup>16</sup> Nos trabalhos de Lorena Almeida Gil (2007), sobre a tuberculose e as políticas de saúde e de Rosa Rolim de Moura (2006), sobre a habitação popular em Pelotas, encontramos vários exemplos deste tipo de preconceito em documentos da imprensa e do governo municipal.

ela preso pelos interesses do seu trabalho, dela não podia muito se afastar para estar fora dos seus muros e poder nela ter fácil ingresso, deliberou de, pelos seus arredores, montar o rancho de onde a ela se pudesse dirigir.

Em busca de moradia mais barata, a solução eram os arrabaldes da cidade, onde a terra era menos valorizada. Nas primeiras décadas do século XX, proprietários de terra promoveram parcelamentos em alguns terrenos periféricos, vendendo lotes a famílias operárias incentivados pela Lei nº81, publicada em 1913, que concedia isenções para construções destinadas a operários, para as quais o aluguel fosse inferior a 35\$000<sup>17</sup>. Estes novos loteamentos estavam localizados fora do perímetro urbano, como foi o caso das vilas do Prado, Gotuzzo e Simões Lopes, para o lado oeste da cidade, hoje bairro Fragata. As duas primeiras estavam bastante afastadas da cidade, e cresciam sem a mínima infra-estrutura, em desordem e miséria. Alberto Coelho da Cunha, em seu texto *Formação Suburbana*, de 1928, chamava a atenção para a vila do Prado, dizendo que:

Ao lado da cidade é uma cidade em formação independente, cuja fundação, se por algum plano se rege, se por alguma regra se governa, é bem possível que estejam em contradição com os preceitos seguidos no quadro urbano para arruamento, colocação dos prédios e outros.

Fotografias de uma reportagem realizada em 1929 na vila do Prado terminam por descortinar a realidade de seus moradores, vivendo em “habitações como galpões construídos com paredes de madeira ou ranchos de barro cobertos por palha e subdivididos por meias paredes para abrigar mais de uma família” (MOURA, 2006, p.182).



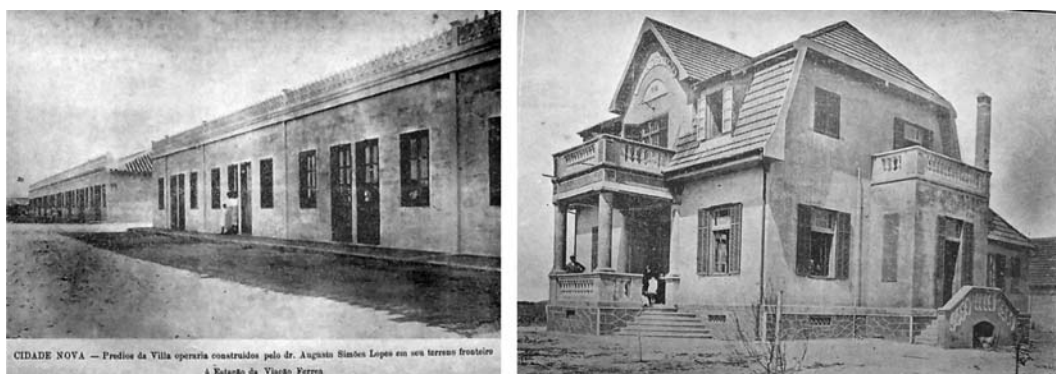
**Figura 8:** Imagens da vila do Prado.  
Fonte: OPINIÃO PÚBLICA, 26/01/1929, p.1.

Augusto Simões Lopes, o promotor da vila que levou seu nome, parcelou entre os anos de 1914 e 1916 um terreno localizado mais próximo à cidade, no entorno da Estação Férrea, e construiu algumas casas “higiênicas” de aluguel com valor reduzido, para trabalhadores, aproveitando os incentivos da Lei nº81.

<sup>17</sup> A criação desta lei foi estimulada por uma solicitação de isenção de impostos para a construção de casas para operários, enviada pela Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, em 1913. (MOURA, 2006, p.107-109) O pedido será analisado no capítulo seguinte.



Construiu ainda praças, a avenida principal, hoje avenida Brasil, e alguns chalés para famílias de maior poder aquisitivo. No “Almanach” de Pelotas de 1919, o redator A.H. descreveu uma visita feita ao *bairro Simões Lopes*, na qual foi recebido pelo próprio empreendedor. Segundo o redator, o bairro era a promessa de “uma cidade nova de grande beleza e, sobretudo, muito saudável e higiênica”. (PARADEDA, 1919, p. 175) Já Alberto Coelho da Cunha observou que o acesso ao local se dava de maneira difícil e tortuosa.



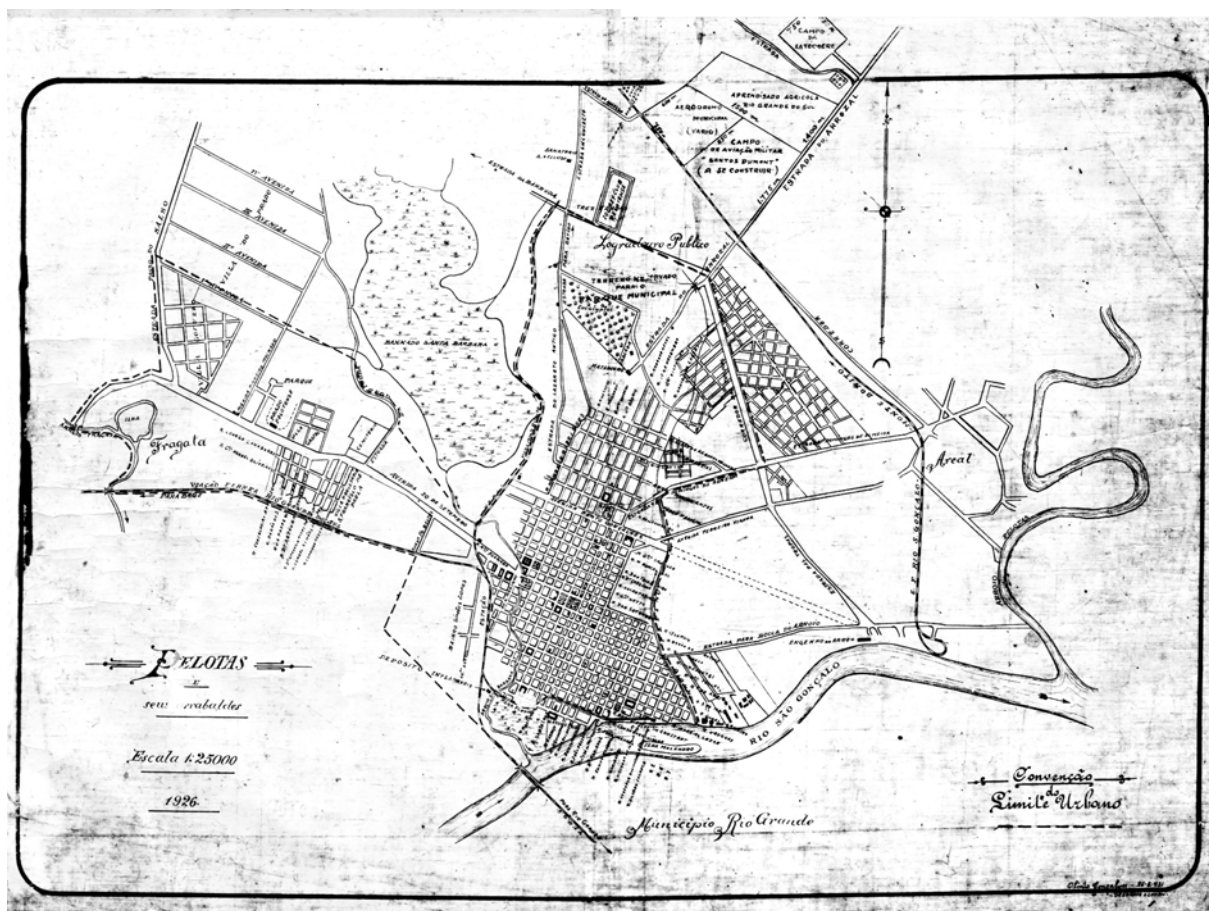
**Figura 9:** O bairro Simões Lopes.

Casas para operários e chalets.

Fonte: Almanach de Pelotas, 1916, ilustração e 1919, ilustração.

Visualizando as duas realidades pode-se perceber que quanto mais afastados do centro e, portanto menos visíveis, piores eram as condições oferecidas pelos novos loteamentos.

Segundo Paulo Soares (2002, p.477), a atuação dos proprietários de terras no mercado de loteamentos acabou cercando a cidade reticulada inicial e abastecida de infra-estrutura, por uma rede de arruamentos “emaranhados” (como se pode observar na planta da cidade, de 1926, na figura 10) e sem infra-estrutura, para onde se dirigiu a classe pobre.



**Figura 10:** Planta da cidade de Pelotas, 1926.

A planta apresenta projeto para abertura de algumas ruas da malha urbana da cidade. Algumas não foram concluídas, como a rua Rio Grande, que ligaria a Várzea ao arroio Pelotas.

Fonte: Acervo NEAB.

## 2.4 PLANOS E EXPANSÃO DA CIDADE

Em 1924 o intendente da cidade, Pedro Luís Osório, incumbiu o engenheiro-arquiteto Fernando Rullmann de elaborar um plano de expansão e melhoramento para Pelotas. Segundo o administrador, “a cidade está fadada a grande expansão. Cumpre evitar o chamado método natural de crescimento em que as edificações se constroem a esmo, dispersando a população e encarecendo pelas distâncias os serviços públicos” (DIÁRIO POPULAR, 20/04/1924, p.5). O plano (figura 11), publicado no DIÁRIO POPULAR, trazia uma planta da proposta e as justificativas técnicas e teóricas do projetista. Em entrevista ao jornal o intendente observou que o plano não visava realizar transformações radicais na cidade existente, mas sim “diversas soluções relativas a um futuro imediato ou longínquo”.

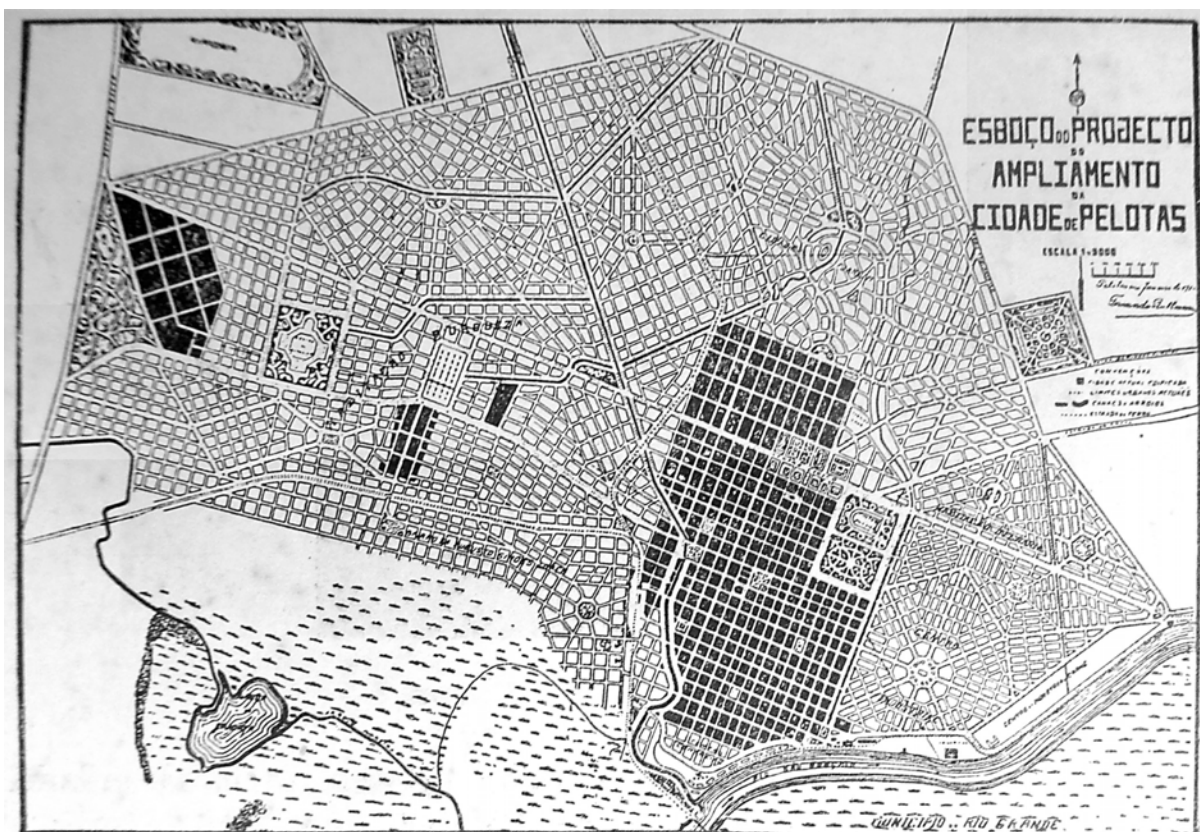
O projeto dividiu o território da cidade em oito zonas diferenciadas por tipos de atividade e de classe social, que o engenheiro-arquiteto denominou ‘quarteirões’. Ao sul da cidade existente, previu o aterramento de terrenos às margens do canal

São Gonçalo, e ali a instalação do *centro comercial* “para a alta importação e exportação visto as facilidades da via férrea e marítima”. Na zona da Várzea localizou o *centro industrial*, devido a proximidade do porto e da estrada de ferro e, ainda, ao regime de ventos dominantes, nordeste e noroeste, que não levariam a poluição em direção às zonas residenciais. Disse o projetista que a zona da Várzea havia sido preterida até então pelo desenvolvimento imobiliário, que se dirigiu aos “terrenos altos da Luz e da Lomba”, mas que a correção do escoamento poderia ser realizada a partir da abertura de canais de drenagem. Mesmo assim, preferiu não propor ali a residência da elite.

Ainda às margens do São Gonçalo, “onde já se encontra o Frigorífico Pelotas e grande número de charqueadas ativas” demarcou a *zona da indústria da carne*. Ao norte do centro industrial e contíguo a ele, projetou a *zona de habitação operária*, que justificou ser vantajoso ao operário e ao industrial.

No sentido oeste e norte da malha urbana existente, e por ela separados da zona de indústrias e habitações operárias, o projeto previu a instalação do quarteirão destinado à *habitação burguesa* e da *cidade jardim*, esta última com lotes diferenciados, nos quais as construções se edificariam recuadas do alinhamento, cercadas de jardins. Completando o plano de “ampliamento”, havia o *centro de cultura cívica e intelectual*, composto de “edifícios da administração pública, teatro municipal, biblioteca, museu, escolas de ensino superior e universidade”, instalado no plano mais alto da cidade, ao redor da praça Julio de Castilhos, e o *centro de cultura física*, que seria construído no terreno vazio existente entre a malha consolidada e o arroio Pepino.

O projetista disse basear-se no “sistema moderno de organização de artérias principais de tráfego que dão fácil acesso a todos os pontos da cidade”, e traçou no plano ruas e avenidas que ligavam os quarteirões. Para algumas escolheu o sistema radial de disposição de ruas, como no caso do centro industrial. Em outros, principalmente na cidade jardim, desenhou-as sinuosas. Na zona de habitação operária adotou um sistema misto, ora radial, ora ortogonal.



**Figura 11:** Plano de Fernando Rullmann.  
Esboço do projeto de *ampliação* da cidade de Pelotas, 1924.  
Fonte: DIÁRIO POPULAR, 20/04/1924, p.6.

O plano de Rullmann não foi realizado. A intendência, o teatro, a biblioteca permaneceram no entorno da praça Coronel Pedro Osório. O *stadium* para 15.000 expectadores não foi construído. O bairro Simões Lopes e seu entorno não se consolidaram como o local da moradia burguesa. Mas de certa maneira o zoneamento realizado pelo engenheiro-arquiteto legitimou a separação das classes sociais no espaço da cidade, que vinha se delineando: na zona reservada à indústria da carne se localizaram um matadouro e um frigorífico. Na zona da Várzea, alagadiça, próxima ao porto e às indústrias que ali funcionavam, se instalou grande parte da população operária. Ao norte, próximo ao quarteirão chamado *cidade jardim*, estabeleceu-se mais tarde a população de maior poder aquisitivo.

Três anos após a publicação do plano de Rullmann, a intendência comandada então por Augusto Simões Lopes, contratou o escritório de Saturnino de Brito para realizar estudos sobre a cidade e planejar a expansão das redes de água e esgoto.

Segundo Paulo Soares (2002, p.142) a contratação de outro planejamento para a cidade num curto período de tempo pode ter duas explicações: a ambição do

novo intendente em deixar sua marca na cidade, não dando continuidade ao plano de seu antecessor ou as excessivas pretensões do primeiro projeto “realizado em um período de desenvolvimento econômico e de crescimento urbano que possibilitou uma ampla valorização de terrenos periféricos da cidade”.

O documento sobre o projeto de saneamento de Pelotas apresentado pelo escritório de Saturnino de Brito traz um parecer sobre as condições da cidade na época. Sobre a zona da Várzea e do Porto observou que eram zonas alagáveis, destacando que a maior enchente ocorrida havia inundado as terras até a cota 10,5 metros, e indicava a necessidade de aterrar até a cota 10 ou 10,5 metros os terrenos mais baixos, “em que está projetada a expansão da cidade a oeste, nas margens do Santa Bárbara, ao sul na do São Gonçalo e a leste no ângulo formado pela margem esquerda do rio São Gonçalo e o arroio Pepino” (BRITO, 1944, p.25).

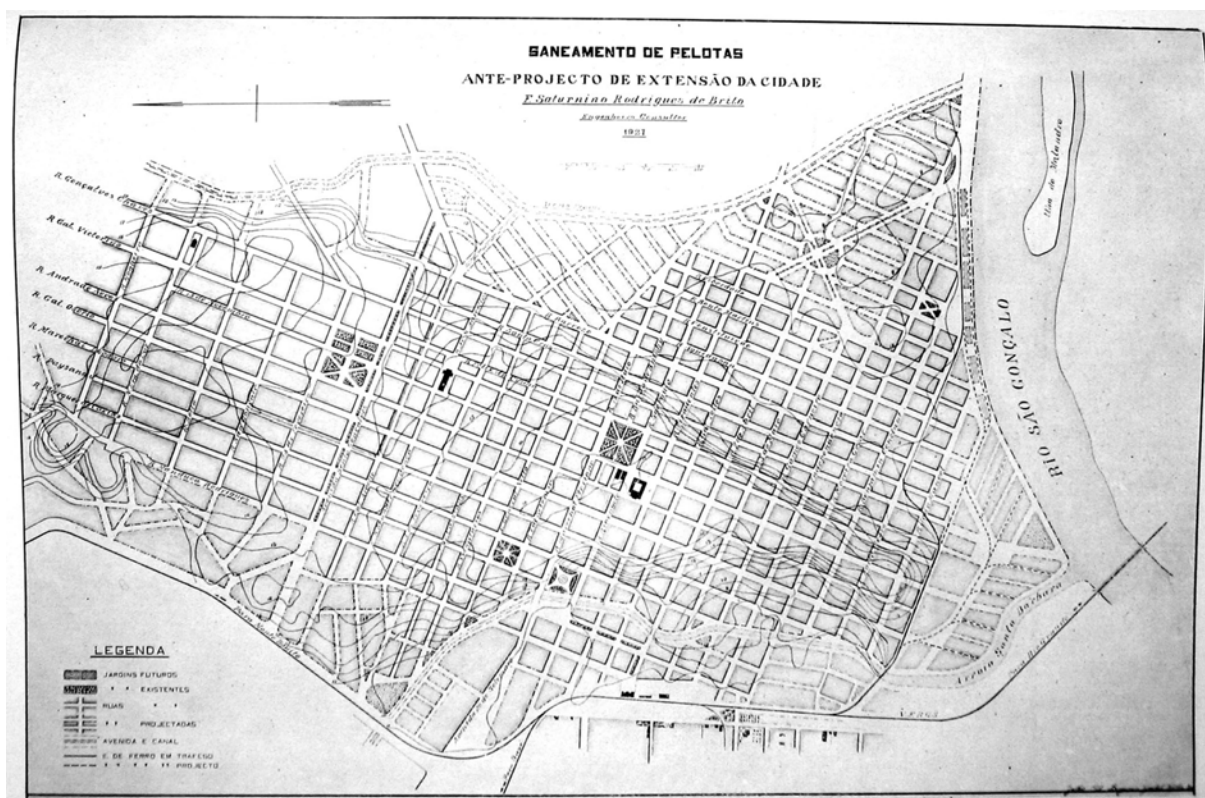
O engenheiro sanitaria observou também o crescimento da cidade em direção ao norte e a noroeste. Disse que o desenvolvimento em direção ao bairro da Luz se fazia com “atividade”, impulsionado pelos melhoramentos na pavimentação realizados no local pela Intendência. Previa que a expansão da rede de águas e esgoto para aquele sentido animaria mais ainda este crescimento. Com relação à zona noroeste, avaliou o crescimento como desordenado, resultado de procura por terrenos baratos e facilidades de construir sem obedecer às regras urbanas impostas pelos códigos municipais, se dando

ao longo das estradas, ou formando-se aglomerações de pequenas habitações, com algumas ruas ou vielas de escassa largura, traçadas sem a preocupação de constituírem elementos harmônicos com o plano geral. (BRITO, 1944, pp. 25-26)

Sobre a salubridade da cidade avaliou que, se estava deixando a desejar, era em razão de a cidade ter crescido sem o devido acompanhamento e complementação das obras de saneamento. Citava a contaminação da terra, ar e água por resíduos de charqueadas, curtumes, lixos, fossas e cubos higiênicos, que se disseminava ainda mais com a ajuda de enxames de moscas.

O projeto de 1927 (figura 12) constou da ampliação da rede servida por esgotos e abastecimento de água, da colocação de filtros nos mananciais Moreira e Sinotti e da construção de um canaleta na rua General Argolo, para coletar o esgoto pluvial e minimizar o efeito das enchentes. Indicou ainda a futura canalização do arroio Pepino e algumas modificações na estrutura portuária que constava no projeto para o porto de Pelotas, elaborado pelo governo estadual. Alertou ainda Saturnino

de Brito que de nada adiantaria a realização das obras de saneamento sem o acompanhamento da salubridade das habitações. Observou que na zona urbana de Pelotas as residências estavam construídas encostadas umas às outras e em lotes estreitos e compridos, o que não permitia a entrada de ar e luz suficientes. Entre as medidas a serem tomadas, citou a instalação de clarabóias nestas casas. Indicava a necessidade de adotar regulamentação com disposições que regrassem os projetos de novas construções (BRITO, 1944, pp. 30-31).



**Figura 12:** Anteprojeto de extensão da cidade, 1927.  
Projeto do escritório de Saturnino de Brito.  
Fonte: BRITO, 1944, ilustração.

Nas terras abaixo da cota 10,5 para as quais previa o aterro, o engenheiro sugeriu a instalação de um bairro industrial “para fábricas e armazéns, combinando-se o serviço de transportes ferroviários com os da navegação, por meio de desvios da linha férrea e do cais ao longo do São Gonçalo e do Santa Bárbara, ou ainda de canais em espiga” (BRITO, 1944, p.25).

Na malha urbana existente na zona da Várzea, o plano propunha a criação de vias diagonais ao traçado reticulado, “onde ainda nos parece possível abri-las com menores despesas”, o que deixa concluir que a área continuava pouco ocupada na época. Contígua a esta área, em direção ao norte e margeando o arroio Pepino,

completou a malha com quarteirões e ruas dispostas de forma radial. (BRITO, 1944, p.25)

O aterro, o bairro industrial e as modificações na malha viária da Várzea não foram realizados.

Em 1946 a Prefeitura Municipal contratou novamente o escritório Saturnino de Brito, agora dirigido pelo filho do engenheiro, para que realizasse estudos e projeto de extensão das redes. No documento “Saneamento de Pelotas – Novos Estudos” os engenheiros esclareceram que as condições sanitárias da cidade, naquele ano, se pareciam com as encontradas por Saturnino de Brito em 1927, decorrentes da falta de complementação das redes de água e esgoto para as zonas onde a cidade havia crescido desde a realização dos projetos do escritório.

[...] se a cidade, o núcleo principal das construções, recebeu a influência benéfica das obras de saneamento, inclusive o canaleta de drenagem da zona da Luz, o arroio Santa Bárbara, o arroio Pepino e grande parte da margem do rio São Gonçalo mantém águas paradas, com esgotos e resíduos de fábricas lançados “in natura”. Enxames de moscas e ondas de mosquitos ainda, no verão, constituem verdadeiro flagelo que urge aniquilar com medidas acertadas. (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.31)

O relatório avaliou o crescimento da cidade, do número de prédios e de população e os fluxos dos bondes entre os bairros da cidade. Observou que a população dirigia-se em maior número para o bairro Fragata, depois Porto e em terceiro lugar, Três Vendas.

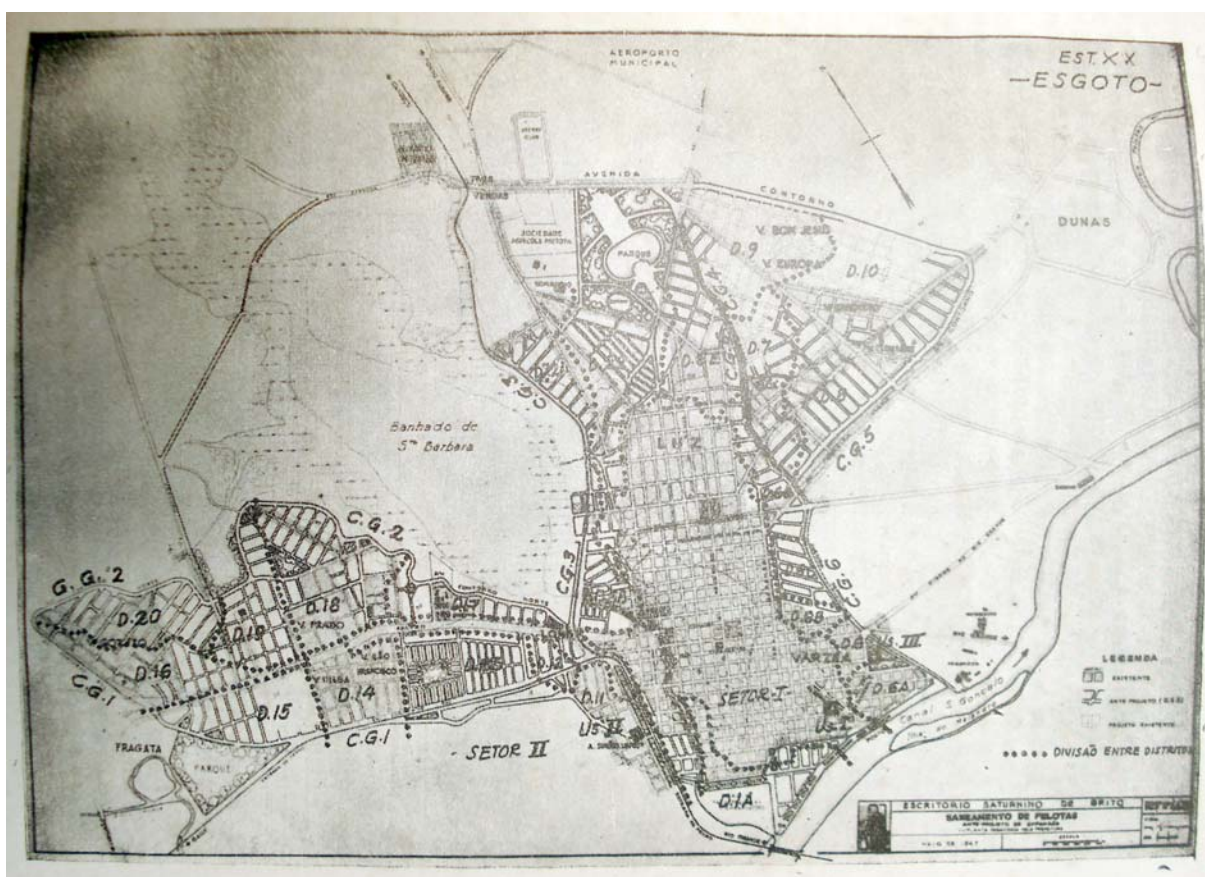
Propôs um plano de saneamento e extensão da cidade para os 30 anos seguintes, tomando por base um cálculo de tendência, a partir do qual a população, em 1980, atingiria a cifra de 100.000. A área atingida pelo projeto era composta pela zona urbana da época acrescida dos bairros Santa Terezinha, Bom Jesus e Europa e dos terrenos entre a avenida Domingos de Almeida e Ferreira Viana (figura 13).

Com relação à zona da Várzea o relatório dizia não mais ser possível a realização do projeto de 1927, “com ruas cuja direção evitaria os inconvenientes da má insolação do traçado atual [que] já está prejudicado pela edificação que se estendeu mantendo os alinhamentos da cidade” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p. 41). O projeto propôs então a criação de duas diagonais, que já apareciam no plano de Rullmann e no de Saturnino de Brito, partindo da praça Domingos Rodrigues em direção ao norte. Prosseguiu com a sugestão do aterro até a cota da máxima cheia das ruas e terrenos próximos ao arroio Pepino, o qual também previu canalizar.



Para resolver o problema da falta de habitações populares o projeto sugeriu a criação de dois loteamentos no bairro do Fragata, entre a avenida Daltro Filho, hoje Duque de Caxias, e o leito da ferrovia. Também sugeriu que na Várzea, nos terrenos não habitados “entre as diagonais 1 e 2 até a rua 3 de Maio, ou mais além, poderá ser organizado um bairro popular, reunindo-se os quarteirões em um só bloco para novo loteamento com jardins, etc” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.43). Para as vilas já existentes, propôs um novo arruamento e sugeriu a criação de um grande quarteirão com edifícios de três andares no terreno situado entre a vila do Prado e o Parque Souza Soares.

Analizando a localização das indústrias, e percebendo que a maior parte delas estava situada às margens do canal São Gonçalo e do arroio Santa Bárbara, os engenheiros propuseram a criação de uma bacia para pequenas embarcações, e a localização de um núcleo industrial no seu entorno, recuperando a sugestão do aterro proposto pelo projeto de 1927.



**Figura 13:** Anteprojeto de extensão da cidade, 1947.

Projeto do escritório de Saturnino de Brito.

Fonte: SANEAMENTO DE PELOTAS – NOVOS ESTUDOS, 1947, ilustração.

Paulo Soares (2002, p.249) chamou a atenção para os verdadeiros objetivos do plano de 1947, que além de projetar a extensão das redes de esgoto e de



abastecimento de água, indicou zoneamentos, projetou bairros populares e parques, criou avenidas. Considerou este autor que o plano seria um intermediário entre um plano de saneamento e um plano diretor, pois foi mais além do que os itens que deveriam estar contidos no primeiro, e não chegou a ter todos os elementos necessários para ser considerado o segundo. Seria um exemplo de “planejamento possível” para a cidade, naquele momento.

O plano de 1947 para as obras nas redes de água, esgotos, ramais e o plano de aterro da área na várzea do arroio Pepino foi aprovado pela Lei nº 18 de 1948, que autorizou ainda a desapropriação de uma faixa de terreno de aproximadamente 500 metros compreendida entre as ruas Barroso e Princesa Isabel, arroio Pepino e o prolongamento da Avenida Bento Gonçalves. As obras foram realizadas até 1955, quando 2.396 casas foram ligadas à rede de água e 595 à de esgotos, sendo o bairro Fragata o maior beneficiado com as novas conexões (SANTOS, 2002, p.256). As modificações propostas no sistema viário da Várzea não foram realizadas.

## **2.5 A VÁRZEA: ESPAÇO FABRIL E OPERÁRIO**

Entre o final do século XIX e começo do XX, as charqueadas que impulsionaram a formação e o desenvolvimento de Pelotas começaram a diminuir sua produção. Segundo o “Almanach” de Pelotas de 1920, em 1918 funcionavam apenas cinco estabelecimentos, quando em 1873 havia 35. A revista informou que o número de cabeças de gado abatidas entre 1871 e 1885 havia sido de pouco mais de cinco milhões, caindo para 1.837.095 entre 1905 e 1919.

Como uma das alternativas, os lucros do período saladeiril foram aplicados na industrialização, e já no final do século XIX começou a se delinear em Pelotas um núcleo fabril importante.

No primeiro dia do ano de 1893 o jornal DIÁRIO POPULAR publicou colaboração intitulada “As nossas indústrias”, de autoria de João Simões Lopes Neto, na qual o autor informava sobre os produtos exportados pelo município na época. Na vasta listagem apresentada, observa-se grande número de gêneros produzidos com matéria-prima oriunda das charqueadas e da pecuária, como couros, sebo, chifres e canelas de boi, línguas, óleo de mocotó, unhas e nervos. Citou também produtos agrícolas, como farinhas, polvilho, feijão, milho, fumo, erva-mate, alfafa, legumes, tubérculos e frutas. Entre os produtos manufaturados indicou

[...] bolachas e biscoitos, vinho, cerveja, vinagre e álcool, tabuado, moirões, madeiras de construção e dormentes para estrada de ferro, móveis, carvão vegetal e ervas medicinais; toucinho, banha e carne de porco; peixe salgado; penas e peles de pássaros; sabão e sabonetes, óleos e perfumarias, cera bruta e preparada, doces, remédios, salames, vassouras, chapéus, sapatos e tamancos, arreios de montaria e *paracarros* e todos os aprestos, carruagens, massas alimentícias, granitos para calçamentos e construção, telhas, tijolos e ladrilhos, louça de barro, cal, papel de embrulho e papelão, obras de vime e de bambu, etc., e muitos outros produtos de pequena indústria. (DIÁRIO POPULAR, 1/1/1893, p.01)

Fernando Luís Osório (1922, p. 241) registrou que em 1910 a cidade contava com 188 fábricas e 278 oficinas, e afirmou que entre estas poucas haviam sido fundadas antes de 1875. O mesmo autor organizou uma listagem das fábricas em funcionamento em 1922, com os endereços de cada uma. Analisando esta listagem percebe-se que não havia um zoneamento claro em relação à localização das fábricas. Havia fábricas instaladas no entorno do porto e da estação ferroviária, outras às margens do arroio Santa Bárbara e na praça 20 de Setembro e algumas no centro e ainda outras no bairro da Luz e na zona chamada Três Vendas. Segundo Paulo Soares (2002, p. 239) a escolha desses locais se deu em função da proximidade aos eixos de transportes.

Com a possibilidade de receber navios de maior calado a partir de 1875 e com as melhorias na estrutura portuária, implementadas no início do século XX, a zona do porto e da Várzea atraíram algumas das empresas de maior importância econômica e também que maiores números de operários concentraram.

Em 1889 foi fundada a Cervejaria Sul Rio Grandense, de propriedade de Leopoldo Haertel (figura 14). Inicialmente funcionou em um prédio alugado à rua Conde de Porto Alegre. Por volta de 1914 foi construído o complexo de prédios que ocupou o quarteirão entre as ruas Benjamin Constant e Conde de Porto Alegre, José do Patrocínio e João Pessoa. Produzia, em 1916, 15.000 garrafas de cervejas e águas gasosas por dia, usando maquinário importado da Alemanha (DOMEQ, 1916, pp. 250-252). O “Almanach” de Pelotas de 1913 registrou que a equipe de trabalhadores da fábrica contava com “um guarda-livros e um ajudante de escritório, um maquinista e três ajudantes, um mestre e quarenta operários”, na época ainda operando no primeiro prédio. Segundo Soares (2002, p.236) as duas empresas de cervejas instaladas na cidade no início do século XX<sup>18</sup>, chegaram a empregar 250 trabalhadores.

---

<sup>18</sup> A outra fábrica de cervejas que funcionou em Pelotas foi a Cervejaria Ritter, fundada em 1870, que se localizou na atual rua Marechal Floriano. No mesmo volume do Almanach de Pelotas que forneceu



**Figura 14:** Cervejaria Sul Rio-Grandense.

Construção do novo conjunto e anúncio publicitário de 1922.

Fonte: Almanach de Pelotas, 1915, p. 215 e Almanach de Pelotas, 1922, p.28.

A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, que será abordada no capítulo seguinte, foi fundada em 1908 e suas instalações, concluídas em 1910, ocuparam todo um quarteirão próximo ao porto, entre as ruas Tamandaré, Xavier Ferreira, Uruguai e Garibaldi.

Às margens do São Gonçalo, também próximo ao porto, funcionou o frigorífico Anglo. A história deste estabelecimento iniciou em 1917, quando foi fundada a Companhia Frigorífica Rio Grande (figura 15), “organizada com capitais exclusivamente nacionais, sendo incorporadores da mesma a União dos Criadores do Rio Grande do Sul e a Associação Comercial de Pelotas” (PARADEDA, 1919, p.292). As obras começaram em setembro de 1917, e suas instalações, construídas pela firma argentina Scott e Hume, estavam constituídas de currais, área de matança, câmaras frigoríficas, oficinas, depósitos, ramal ferroviário e trapiches (PARADEDA, 1921, pp.291-293). Funcionou como Frigorífico de Pelotas no ano de 1920, e foi adquirido pela empresa inglesa Vestey Brothers em 1921, passando a se chamar Frigorífico Anglo de Pelotas a partir de 1924. Teve uma produção pequena até 1926 e foi fechado, permanecendo assim até a década de 1940, quando as instalações passaram por uma remodelação e o frigorífico foi reinaugurado. Produzia

---

o número de operários da Cervejaria Sul Rio Grandense em 1913, encontra-se a informação de que neste mesmo ano a Cervejaria Ritter empregava 80 trabalhadores.

carnes enlatadas, frutas e legumes em conserva e empregava mensalmente cerca de 1500 operários. Funcionou como matadouro até 1985 e a partir esta data até o fechamento em 1991 produziu apenas conservas (SILVA, 1999, pp.40-43).<sup>19</sup>



**Figura 15:** Frigorífico de Pelotas.

Fotografia da fase de construção, vista do prédio concluído tirada do canal e Frigorífico Anglo visto a partir do porto, em 2005. (da esquerda para a direita)

Fonte: Almanach de Pelotas, 1919, ilustração; Almanach de Pelotas, 1921, ilustração; Foto Marina Coelho, 2005.

No ano de 1928 em terreno situado entre as instalações portuárias e o Frigorífico Anglo, a empresa Vva. Albino Cunha & Cia construiu o conjunto do Moinho Pelotense (figura 16), filial do Moinho Rio Grandense que funcionava em Porto Alegre. Segundo notícia do Diário de Notícias da capital, publicada no “Almanach de Pelotas” de 1928, o moinho “com linhas férreas à porta, está instalado em um magnífico edifício de 5 andares, sendo todo construído em cimento armado [...] [com capacidade para] produzir em 24 horas 60 toneladas de farinha de trigo”. (PARADEDA, 1928, p.103)



**Figura 16:** Prédio do Moinho Pelotense.

Fonte: Almanach de Pelotas, 1928, ilustração.

<sup>19</sup> Neuza Janke da Silva discutiu, em sua dissertação intitulada *Entre os valores do patrão e os da nação como fica o operário (O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970)*, a formação da vila da Balsa a partir da instalação dos operários do Frigorífico Anglo no entorno de sua planta industrial.

Além destas empresas, outras fábricas e oficinas também se instalaram nos arredores do porto, formando ali um núcleo fabril. Nas entrevistas com os antigos operários da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, algumas delas foram citadas:

Ah, é brabo. [silêncio] Mas... Fechou tanta coisa que tinha aqui dentro. Tinha a Fiação e Tecidos, tinha o Anglo, que empregava duas mil pessoas em época de safra, tinha o Moinho Rio-Grandense, tinha a dragagem, tinha a Cotada, tinha a Olvebra, tinha bah... O Leivas Leite na época que eu trabalhei lá tinha mais de 200 pessoas na empresa aqui e tinha mais oito filiais pelo Brasil todo. (NEDE MATOS, ex-operário da Cia Fiação e Tecidos Pelotense)

[...] aquela zona ali do porto tinha muito, muito, muito emprego. Tudo naquela volta ali. Porque iniciava aqui por baixo que tinha tipo de um matadouro que era a Sudeste. Trabalhavam com carne [...]. Depois tinha o Casarin também, ali perto da Sudeste, depois tinha o Anglo [...]. Aquele costado da margem do São Gonçalo era só fábrica. Depois do Anglo tinha eu acho que era o Moinho Pelotense, tinha a Incamar que era de peixe, tinha a Fábrica de Tecedo, tinha a Brahma, tinha o Cotada [...] tinha a Tritícola, que era de arroz, era tipo um engenho, era cooperativa que chamavam. Depois tinha o Naoli que era onde faziam aquele óleo pra comida Naoli, o Leivas Leite, tinha a Leal Santos, tudo, tudo era firma [...]. Era toda essa volta aí. (MARIA NELCI ALVES, ex-tecelã da Cia Fiação e Tecidos Pelotense)

A Várzea, bah... Era Moinhos Pelotense, era Cotada, era Fiação e Tecidos, Incamar, tinha a Sudeste, o Anglo, bah... Quer dizer, o pessoal todo criou seus filhos, sustentavam a sua família tudo através das fábricas, [...] pessoas analfabetas que não tinham estudo, trabalhavam nas fábricas, não podiam trabalhar num escritório, trabalhar no balcão, não é, no comércio, então as fábricas, todo esse pessoal trabalhava. (CARLOS ADÃO MACHADO, ex-tecelão da Cia Fiação e Tecidos Pelotense)

As narrativas confirmam que a zona em estudo foi repleta de empresas e de movimento de trabalhadores, pelo menos até a década de 1980, quando o Frigorífico Anglo ainda funcionou.

A concentração fabril foi um fator que contribuiu para a ocupação da zona sul e leste da cidade pelas famílias operárias. Estimulados pelos incentivos oferecidos pelas legislações municipais que, a partir de 1913, isentaram impostos para a construção de casas populares e pela possibilidade de lucro com aluguéis, proprietários de terrenos naquela zona construíram vilas e conjuntos de casas geminadas e em fita<sup>20</sup>. Rosa Rolim de Moura (2006, pp. 107-110) fez uma revisão destas legislações, inauguradas pela Lei nº81, que fomentaram a construção de casas para operários e de certa forma foram responsáveis pela ocupação da zona da Várzea. As leis que perduraram até 1929 deram isenção de IPTU por períodos

<sup>20</sup> Rosa Rolim de Moura denominou *vilas* os conjuntos de casas semelhantes, voltadas para uma rua interna e *casas em fita*, conjuntos de três ou mais casas iguais, voltadas para o passeio público, sem recuos laterais e com cobertura contínua (MOURA, 2006, p.117). *Casas geminadas*, conforme o Dicionário da Arquitetura Brasileira, são casas construídas encostadas uma à outra, com a parede central em comum. (CORONA E LEMOS, 1972, p.239)

que variaram entre cinco e dez anos, dispensaram taxas de aprovação de projeto e de licença para obra e estipularam o número de unidades a serem construídas em cada conjunto, o valor do aluguel a ser cobrado e o preço final da obra. Conforme a mesma autora,

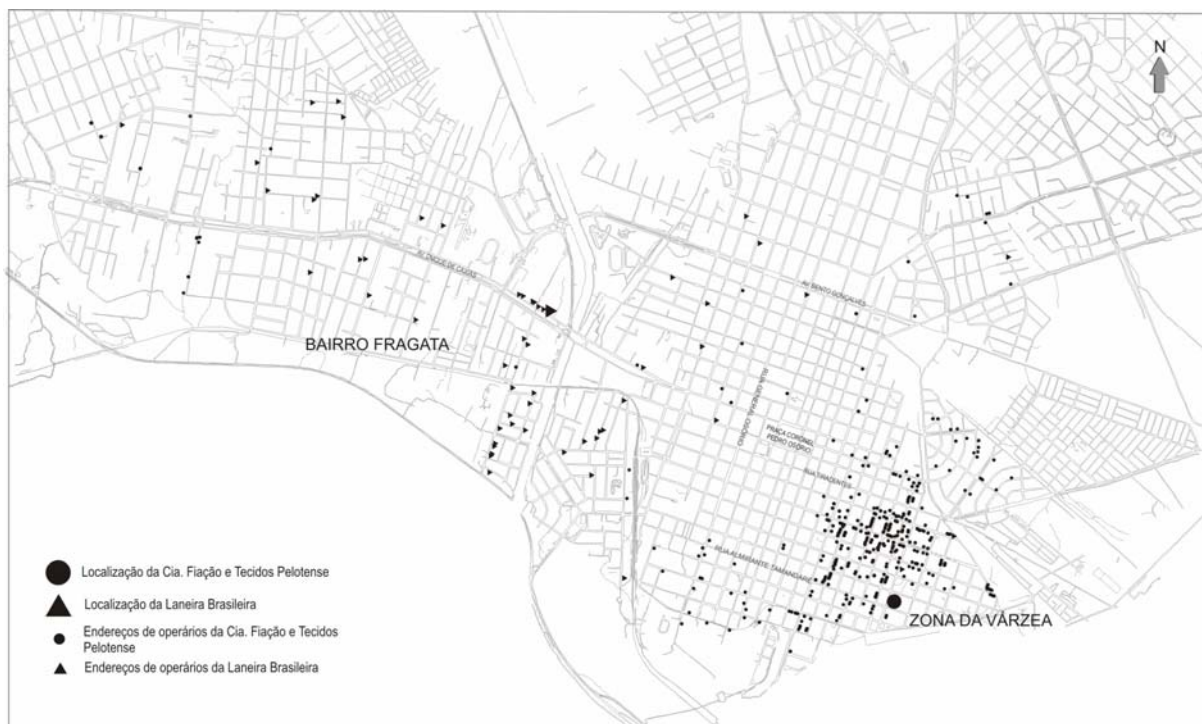
Durante o período de vigência das leis citadas, e ultrapassando esse tempo, foram construídas muitas moradias populares na cidade. Utilizando ou não as isenções, mas predominantemente construídas em grupos e comercializadas através do aluguel, estas novas habitações constituíram uma alternativa de moradia tanto para os grupos de menor renda como também para as classes médias da população. (MOURA, 2006, p.117)

O capital empregado nas construções das “casas de renda” teve sua origem na atividade charqueadora<sup>21</sup> e, com o declínio desta, os lucros excedentes advindos das indústrias e do comércio alimentaram a especulação imobiliária. O estudo de Rosa Rolim de Moura concluiu que não houve um “grande proprietário de casas de aluguel” em Pelotas, mas que este tipo de investimento foi utilizado por comerciantes e industriais como forma de garantir uma aposentadoria futura. Quanto à localização dessas moradias, a autora apontou a implantação em zonas tradicionais ao sul da cidade, povoando seus vazios e inaugurando novos quarteirões, sobretudo na zona da Várzea.

No estudo intitulado *Bicho da Seda: o espaço dos operários das fábricas de fiação e tecidos em Pelotas* (ESSINGER, 2007), foi possível analisar a localização das habitações dos operários têxteis em Pelotas, nas décadas de 1950-60. A partir dos endereços anotados no Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas foi elaborado um mapa (figura 17) que mostrou que estes trabalhadores concentravam suas residências na zona da Várzea.

---

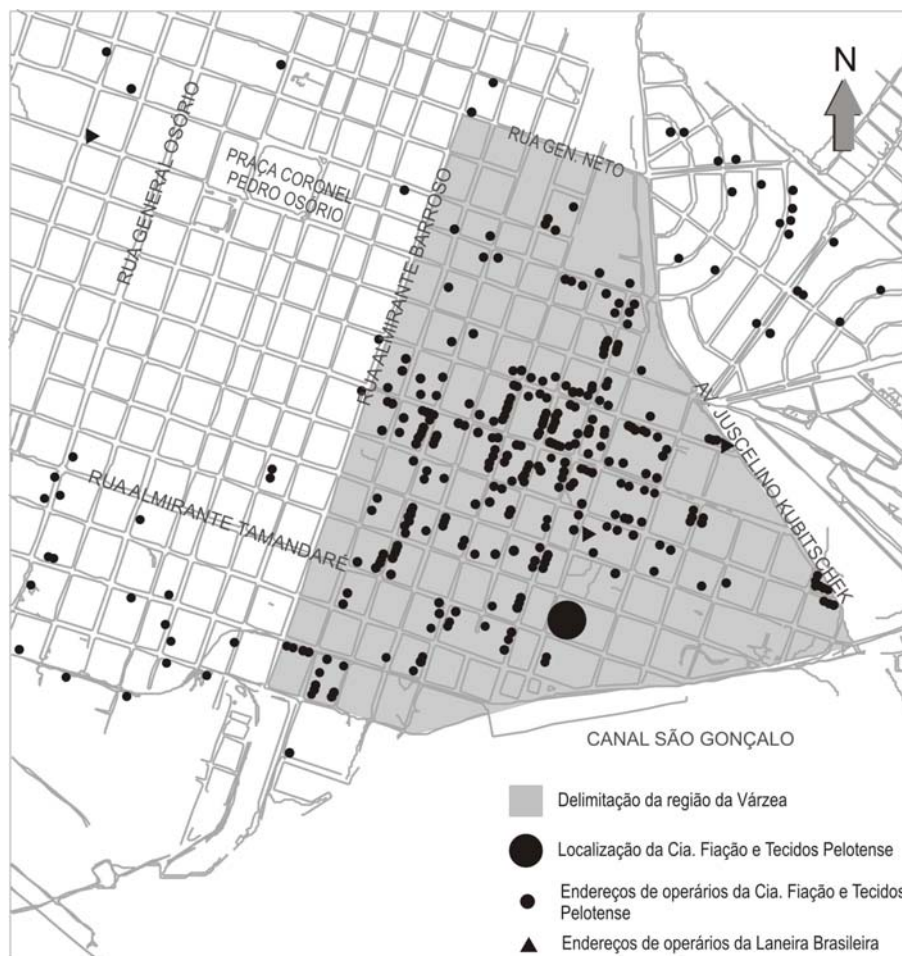
<sup>21</sup> Sobre o emprego do capital do charque em imóveis urbanos, ver os inventários de charqueadores pesquisados por Ester Gutierrez (2000, pp.407-424), onde constam as propriedades urbanas, entre elas “propriedades de casas térreas” e “lances de casas” provavelmente casas de renda.



**Figura 17:** Endereços de operários de indústrias de fiação e tecelagem, Pelotas.  
Décadas de 1950-60.

Fonte: ESSINGER, 2007, p.117.

Aumentando a escala para melhor analisar a área de concentração de endereços operários (figura 18), pode-se perceber que algumas moradias se localizavam vizinhas umas às outras, o que evidenciaria que pertenciam a conjuntos de casas de aluguel.



**Figura 18:** Concentração dos endereços operários na zona da Várzea. Décadas de 1950-60.

Fonte: ESSINGER, 2007, p. 118.

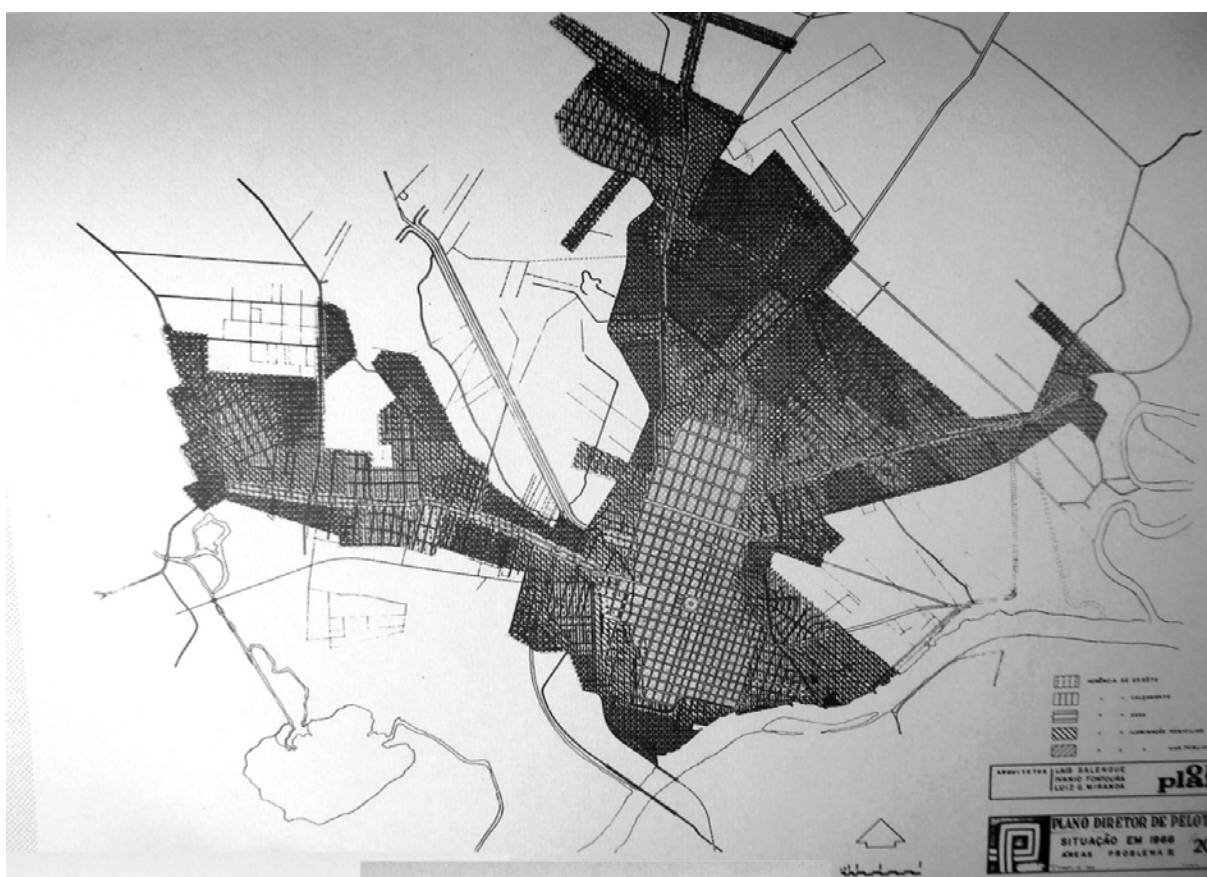
## 2.6 A DESACELERAÇÃO PORTUÁRIA E INDUSTRIAL E OS EFEITOS NA ZONA DA VÁRZEA

Em 1966 a equipe técnica responsável pela elaboração do 1º Plano Diretor de Pelotas realizou um diagnóstico da cidade, reunindo informações e mapas, descrevendo os problemas e lançando propostas para a sua resolução. Com 178.265 habitantes, dos quais 53% se localizavam na zona urbana, os técnicos identificaram uma cidade que vivia problemas urbanos sérios como consequência das normas urbanísticas ultrapassadas. Segundo o documento, o crescimento da cidade se fazia “de forma tão acelerada quanto desordenada e a estrutura física que respondia congruentemente aos reflexos da época áurea das charqueadas já não resiste ao impacto de uma população que cresce a uma taxa de 4,7% ao ano” (PELOTAS, 1967, p. 7).

Sobre a distribuição da população na cidade, o relatório observou que havia concentração elevada na área central, e que a densidade diminuía no seu entorno



imediatamente, rareando e acentuando as disparidades nas zonas mais distantes (PELOTAS, 1967, p.77). O modelo do início do século vinha sendo reproduzido, com a zona central servida por infra-estrutura e as periferias, quanto mais distantes, mais desamparadas. O mapa que reproduziu a situação da infra-estrutura na zona urbana da cidade mostrou essas disparidades (figura 19). As hachuras representaram a ausência de redes de água e esgoto, iluminação pública e calçamento. As zonas que não apresentam o preenchimento, servidas por toda a infra-estrutura, coincidem com as primeiras áreas urbanizadas ou seja, 1º e 2º loteamentos, o bairro da Luz e as primeiras quatro ruas em direção à zona leste a partir da rua Almirante Barroso.



**Figura 19:** Pelotas, 1967.

Mapa apresentando a distribuição da infra-estrutura de água, esgoto, pavimentação e iluminação, elaborado pela equipe técnica responsável pelo 1º Plano Diretor de Pelotas.

Fonte: PELOTAS, 1967, mapa 20.

Paralelamente à falta de infra-estrutura nas áreas periféricas, foi identificado uma grande quantidade de casas “demasiadamente pequenas para o número de pessoas que nelas habitam” (PELOTAS, 1967, p.77). O relatório atribuía o fato à falta de recursos, de assistência social, de habitações populares mais baratas e ao desemprego, que levava as famílias a buscarem soluções alternativas, como a

subdivisão de lotes unifamiliares ou mesmo das casas para abrigar duas ou mais economias, a ocupação clandestina e o favelamento.

Na zona do porto e da Várzea se percebeu uma densidade alta de população por hectare, o que estaria relacionado à dimensão pequena dos lotes e à ocupação dos mesmos com residências para mais de uma família. Apontavam também os técnicos para uma decadência da área:

A área norte ao Porto apresenta uma densidade bruta de 142 hab/ha, sendo, sem dúvida, alta para uma implantação de habitações unifamiliares. Correspondendo a zona sul à moradia de trabalhadores e operários, em sua maioria de recursos limitados e restritos, existe uma total incapacidade para processar uma renovação urbana, com isso acarretando a decadência de toda a zona sul. (PELOTAS, 1967, p. 29)

Tal decadência era consequência da desaceleração da atividade portuária, que começou a ocorrer a partir de 1952, em função da falta de manutenção da dragagem e da diminuição do calado do canal São Gonçalo e, em seguida, devido a construção da ponte sobre o mesmo canal, potencializando a ligação rodoviária entre Pelotas e Rio Grande. Segundo Ana Paula Souto (2000, pp.190-191), cinco foram os fatores que levaram à obsolescência do porto de Pelotas: a crise das indústrias tradicionais pelotenses, a elevação dos preços dos transportes marítimos ocorrida a partir de 1953, a concorrência com o porto marítimo de Rio Grande, a necessidade de modernização das estruturas de transporte dessa natureza, que começavam a trabalhar com importação e exportação a granel, e demandavam instalações portuárias próprias e, por fim, o desinteresse do governo em investir na modernização dos portos fluviais, dando preferência aos marítimos e ao transporte rodoviário.

O relatório de 1967 indicava, na seção “Perspectivas Regionais”, que Pelotas poderia vir a reconquistar e ampliar sua influência na região, já que uma malha rodoviária estava se concretizando no seu entorno. Observava, porém, que isto dependeria do “comportamento econômico de Pelotas, especialmente da modernização e dinamização do seu parque industrial” (PELOTAS, 1967, p.19). Provavelmente influenciado por esta análise, na década de 1970 o governo municipal começou a movimentar-se para a criação de um novo distrito industrial, efetivado em 1973 pela Lei nº 2.096, ocupando um terreno ao norte da cidade, com aproximadamente 575 hectares. Neste momento as intenções de instalação de novas indústrias deixaram de considerar a localização próxima ao porto, devido aos benefícios oferecidos pela prefeitura para a ocupação da nova zona industrial. Nos

jornais da época várias notícias informaram e festejaram os planos de novas indústrias que cogitavam se instalar na cidade:

O estado executará a preparação do terreno e a terraplanagem, sendo que o referido distrito industrial, após sua implantação, criará cerca de 5000 novos empregos, contribuindo assim para ampliar o mercado de trabalho, consolidar o parque industrial pré-riograndense. (DIÁRIO POPULAR, 23/02/1974, 2º caderno, p.3)

Moto-niveladoras e tratores adiantarão os trabalhos já em andamento no distrito industrial. A pressa no arruamento completo do local é motivada pelo interesse manifestado por diversos grupos industriais de sua instalação também em Pelotas. (DIÁRIO POPULAR, 02/04/1974, 2º caderno, p.4)

Pelotas terá até o final do próximo ano mais 11.500 empregos gerados pela instalação de 6 novas empresas e ampliação de 3 já existentes. As novas indústrias são a Velnac do Brasil, fabricante de veludos, a Irisete do Brasil, fabricante de produtos de cama e mesa, a Dragoco Perfumes e Aromas Ltda, Frigoríficos Riopel e Extremo Sul e os frigoríficos de coelhos e suínos da Sonva S.A., sendo que em expansão estão a Olvebra, a Máquinas Vitória e a Metalúrgica Peres. [...] A Velnac investirá Cr\$ 220.000.000,00 no distrito industrial de Pelotas e empregará cerca de 1000 operários. A Irisete investirá Cr\$ 200.000.000,00 e ocupará em sua fase final cerca de 5.000 operários. (DIÁRIO POPULAR, 14/11/1974, p.4)

Voltando os olhos para o norte com o novo distrito industrial prometendo um futuro promissor, o jornal sequer lamentou o fechamento da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, ocorrido no mesmo período.

### **3 A FÁBRICA DE TECIDOS**

O objetivo deste capítulo é recuperar a história da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, através da documentação oficial, como jornais e revistas locais, imagens da época de funcionamento e relatórios da empresa, além dos relatos dos antigos operários, de suas memórias e dos documentos que guardaram daquele tempo.

Foi a partir das relações travadas dentro da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense que se buscou entender o cotidiano dos operários que viviam na zona da Várzea. Dentro do ambiente fabril amizades cresceram, famílias se formaram, laços foram consolidados e continuaram a existir fora dos portões da empresa. O apito ditava os horários, avisando que eram sete e trinta, servindo tanto aos seus operários quanto àqueles que moravam nas redondezas, chamando a atenção para a hora de sair de casa ou avisando às famílias que em seguida os operários retornariam após mais uma jornada. Além de marcar o compasso dos dias, a fábrica também criou espaços de sociabilidade que reuniam nos finais de semana tanto os trabalhadores quanto os moradores da Várzea: o campo de futebol, os bailes na “sede”. No carnaval, pelo menos durante dois anos, o bloco Filhos do Trabalho, constituído apenas por operários da fábrica, se misturava aos outros blocos da cidade, seguindo desde o prédio fabril até o centro da cidade.

#### **3.1 A COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE**

No ano de 2008, quando a pesquisa de campo que embasa este trabalho teve início, a fundação da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense completou cem anos. As atividades da fábrica não perduraram até esta data, tendo a empresa decretado falência em 1974. O prédio, testemunho material desta história, se manteve, hoje sub-locado a algumas empresas, e abrigando a produção de cervejas

em uma de suas áreas. O proprietário declarou em entrevista para jornal local que seus planos são concluir uma reforma que vem fazendo e posteriormente abrir as portas do conjunto de edifícios para a visitação do público. (DIÁRIO POPULAR, 10/02/2008, p.8) Hoje já não se pode imaginar o local como um museu da fábrica, pois não mais existem o maquinário, mobiliário, amostras de tecidos ou ferramentas que foram vendidos em leilão para saldar as dívidas da massa falida. Apenas se mantém, além do conjunto de prédios e da imponente chaminé, os documentos do departamento pessoal, a “maquina grande”, denominação dada pelos operários à caldeira, e alguns eixos que ligavam as máquinas à força motriz à vapor (figura 20).



**Figura 20:** Fragmentos que restaram da vida da fábrica.

Os eixos que conectavam a caldeira às máquinas, passando pelas paredes, de seção em seção (1 e 2) e as passagens entre os compartimentos da fábrica, hoje fechadas.

Fonte: Acervo da autora, 2007.

### 3.1.1 OS PRIMEIROS TEMPOS

A iniciativa de fundar uma fábrica de tecidos em Pelotas foi de Alberto R. Rosa, Arthur Rios e Plotino A. Duarte, conforme Fernando Osório, “numa palestra à rua General Netto esquina Marechal Deodoro”, onde os três haveriam planejado que Alberto e Arthur ficariam responsáveis por providenciar maquinário na Europa, enquanto Plotino Duarte ficaria na cidade a fim de angariar o capital. (OSÓRIO, 1922, p.243)

João Iriart, ex-operário da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e sobrinho de Francisco Vieira da Cunha (que também trabalhou na fábrica, exercendo um papel importante e que foi lembrado várias vezes durante as entrevistas, como será abordado mais tarde) forneceu um documento datilografado que recebeu de seu tio, onde está relatado, entre outras informações, que a iniciativa da criação da fábrica se deu pela percepção de seus incorporadores de que os navios que transportavam o charque de Pelotas para outros estados do Brasil voltavam vazios para buscar novos carregamentos. Segundo os dados anotados por Francisco:

Os navios que levavam o charque de Pelotas para o nordeste do país, retornavam vazios, tornando os custos quase proibitivos, pois aos índices normais somava-se o “frete morto”, ou valor dos porões não ocupados. Decidiu-se então que o problema estaria resolvido com a instalação de uma fiação e tecelagem de algodão em pelotas, voltando os navios que levassem o charque ao nordeste, carregados de algodão. Assim nasceu a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. Nasceu de um fato econômico, de uma solução econômica.

Não foram encontradas outras fontes que dessem conta da veracidade deste fato na época da fundação da companhia, nem nos periódicos e livros das primeiras décadas do século XX que trazem informação sobre a história de empresas pelotenses. Apenas em um material preparado pela direção da empresa no ano de 1964 com o objetivo de fazer propaganda da fábrica para possíveis novos acionistas, foi citado o mesmo texto que constava no documento deixado por Francisco Vieira da Cunha. Não foi possível saber se de fato o aproveitamento do porão dos navios de charque com algodão foi o motivo da fundação da fábrica ou se esta versão foi criada mais tarde.

Em julho de 1907 o jornal DIÁRIO POPULAR anunciou:

Distinto comerciante desta praça, espírito empreendedor e que já há agitado melhoramentos de que, hoje, nos felicitamos, tem confabulado com alguns capitalistas, a propósito da fundação aqui de uma grande fábrica de tecidos. Tem obtido o melhor acolhimento esse cavalheiro para o seu projeto, que reverterá, sem duvida, num importante melhoramento local. Podemos afirmar que o assunto está bastante adiantado, que não só aqui, como na Europa respeitáveis contrterrâneos e fortes capitalistas estão interessados nisso e prontos a emprestar seus valiosos auxílios, nunca regateados até o presente no que condiz com o progresso de Pelotas, que tanto querem. (DIÁRIO POPULAR, 17/07/1907, p.1)<sup>22</sup>

O jornal creditou toda a confiança ao empreendimento, e chamou a comunidade a colaborar com a idéia “subscrevendo ações desde já, não só os capitalistas, negociantes e industrialistas, como também o povo, com suas pequenas economias”. (DIÁRIO POPULAR, 17/07/1907, p.1)

No mês seguinte o mesmo jornal informou que dois terços do capital já haviam sido subscritos por investidores locais, tendo saído da “fase tentativa” a idéia de fundar uma fábrica de tecidos pelotense. (DIÁRIO POPULAR, 03/08/1907, p.1) De Paris, Alberto R. Rosa enviou correspondência a seus associados para que fosse preparado o estatuto da nova companhia. (DIÁRIO POPULAR, 11/08/1907, p.2)

Em cinco de fevereiro de 1908 a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foi fundada, em sessão de Assembléia Geral na Praça do Comércio, com o capital de mil contos de réis dividido em cinco mil ações de duzentos mil réis cada uma (figura

<sup>22</sup> Os trechos retirados dos periódicos tiveram o português atualizado.

21). Teve por incorporadores Alberto R. Rosa, que foi designado para o posto de diretor-gerente, Eduardo Sequeira e Joaquim Assumpção. Entre os acionistas estavam o Banco da Província e o Banco Pelotense, Carlos Ritter, a Viscondessa da Graça, a empresa FC Lang & Cia, Augusto Simões Lopes, Joaquim Luís Osório. Ainda constavam na listagem de acionistas pais que assinavam por seus filhos menores, o que mostra que a iniciativa foi bem aceita pelos investidores como fonte para lucros futuros.



**Figura 21:** Ação da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

Interessante observar que o prédio fabril representado na ação não corresponde ao prédio construído. No ano de 1908 talvez o projeto ainda não estivesse concluído, e o que se fez foi apenas representar um edifício fabril de grandes proporções, no entorno de um porto.

Fonte: Acervo da autora.

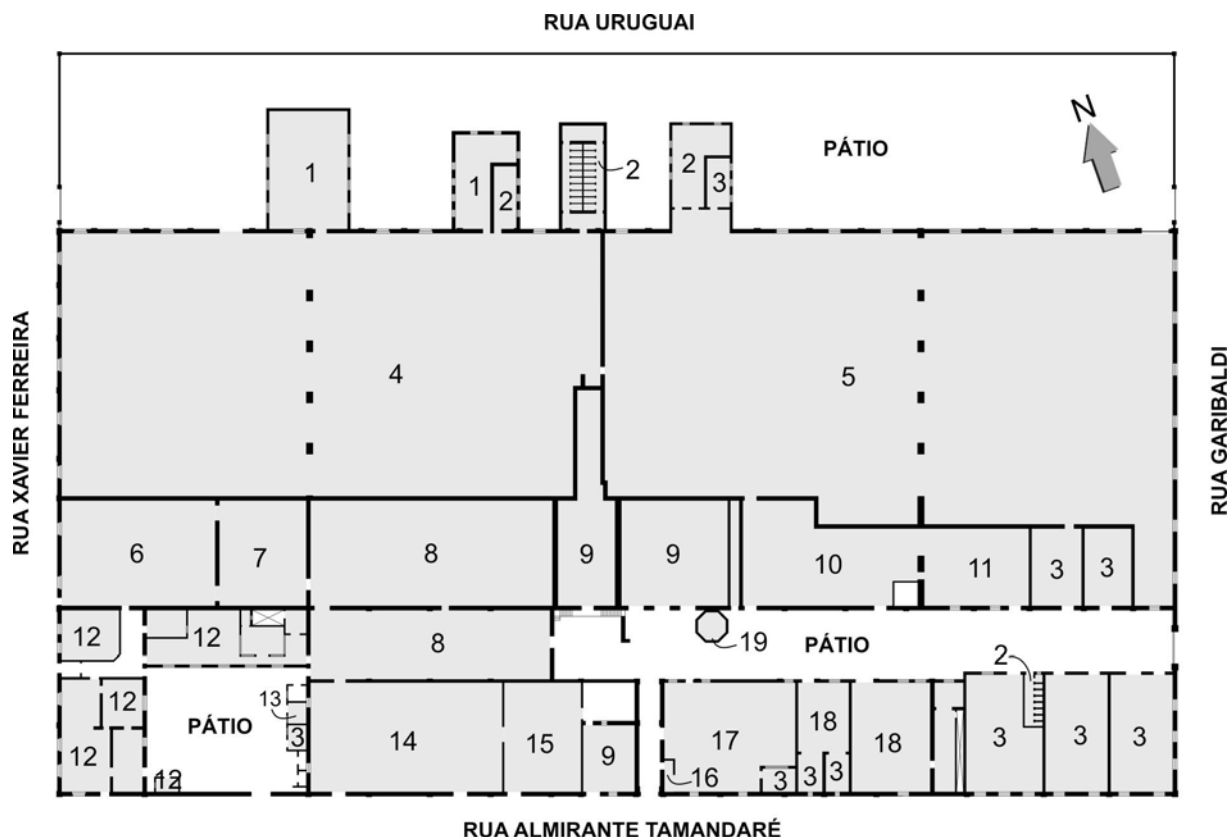
### 3.1.2 O COMPLEXO FABRIL DA CIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE

As obras para a construção do conjunto de prédios da fábrica (que pode ser observado em planta baixa na figura 22) iniciaram em junho do mesmo ano, sob a responsabilidade do engenheiro Benjamin Gastal, também diretor da fábrica. O construtor Caetano Casaretto foi contratado para a fase de fundações do prédio, que ocupou um quarteirão entre as ruas Almirante Tamandaré, Uruguai, Xavier Ferreira e Garibaldi. O jornal DIÁRIO POPULAR chamou a atenção para a valorização da zona onde estava se instalando a fábrica: “Escusamos-nos referir à importância que a localização da fábrica vai dar aquele ponto, valorizando terrenos e prédios e concorrendo para o povoamento e embelezamento da referida zona.” (DIÁRIO POPULAR, 16/07/1908, p.2) Em setembro o mesmo jornal informou que haviam chegado no porto de Pelotas, a bordo do navio Itacolomy, as duas caldeiras compradas na Inglaterra, pesando 25 toneladas cada uma. (DIÁRIO POPULAR, 23/09/1908, p.1)

O projeto para o prédio da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense trouxe inovações para a arquitetura fabril da época. Conforme Ana Paula da Gama Souto (2000, p. 176),

[...] a construção da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense configura uma grande experiência arquitetônica no sentido de procurar a legitimação da construção fabril no interior da cidade. Os arquitetos (e engenheiros) enfrentam, junto ao problema da nova *tipologia*, também, a questão da grandeza das escalas.





- |                               |                          |  |
|-------------------------------|--------------------------|--|
| 1 - Urdição                   | 7 - Medição e enfardação | 13 - Consultório médico                  |
| 2 - Banheiros e vestiários    | 8 - Engomação            | 14 - Acabamento dos tecidos e secagem    |
| 3 - Depósitos e almoxarifados | 9 - Máquinas e caldeira  | 15 - Alvejamento                         |
| 4 - Tecelagem                 | 10 - Passadeiras         | 16 - Vigia                               |
| 5 - Fiação                    | 11 - Máquina do diabo    | 17 - Tinturaria                          |
| 6 - Depósito e expedição      | 12 - Administração       | 18 - Manutenção (carpintaria e oficinas) |
|                               |                          | 19 - Chaminé                             |

**Figura 22:** Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

Planta baixa do complexo fabril.

Fonte: ESSINGER, 2007, p.102

Os principais espaços que faziam parte do conjunto fabril eram os dois grandes galpões da tecelagem e da fiação. Para a sustentação dos grandes vãos foi utilizada uma estrutura metálica em sistema modular. A iluminação natural se dava através de sheds<sup>23</sup> e a ventilação entrava pelas janelas altas.

Completando o complexo fabril havia a casa das máquinas, os setores de engomação, urdição, tinturaria, alvejamento, acabamentos (passadeiras, medição, enfardação, depósito e expedição), além dos setores administrativos, a sala do

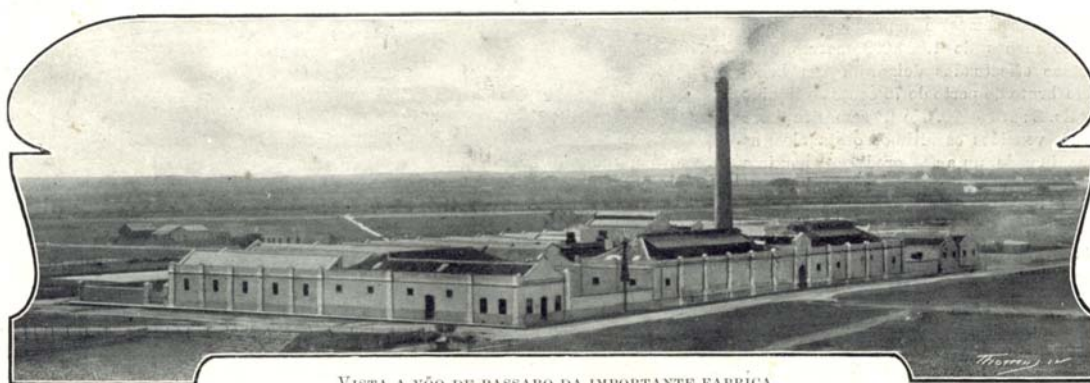
<sup>23</sup> Shed: telhados em forma de serra, com um dos planos em vidro para favorecer a iluminação natural. Bastante comum em fábricas e galpões.

médico, os depósitos de material e as oficinas. No pátio que se comunicava com a rua Garibaldi estava a chaminé. Através de trilhos que atravessavam o pátio e o leito da rua, um carrinho carregava a lenha do terreno vizinho, também de propriedade da companhia, e a levava para os foguistas, que mantinham as caldeiras em funcionamento. Nas figuras 23, 24 e 25 pode-se observar algumas imagens da fábrica, no interior e exterior.

A estrutura metálica da cobertura foi importada da Inglaterra e a fábrica fornecedora enviou um técnico para acompanhar a montagem. Também para as máquinas inglesas a montagem foi supervisionada por profissional estrangeiro. (DIÁRIO POPULAR, 15/11/1910, p.2)

Na ocasião da inauguração da fábrica, o DIÁRIO POPULAR assim descreveu o complexo fabril da companhia:

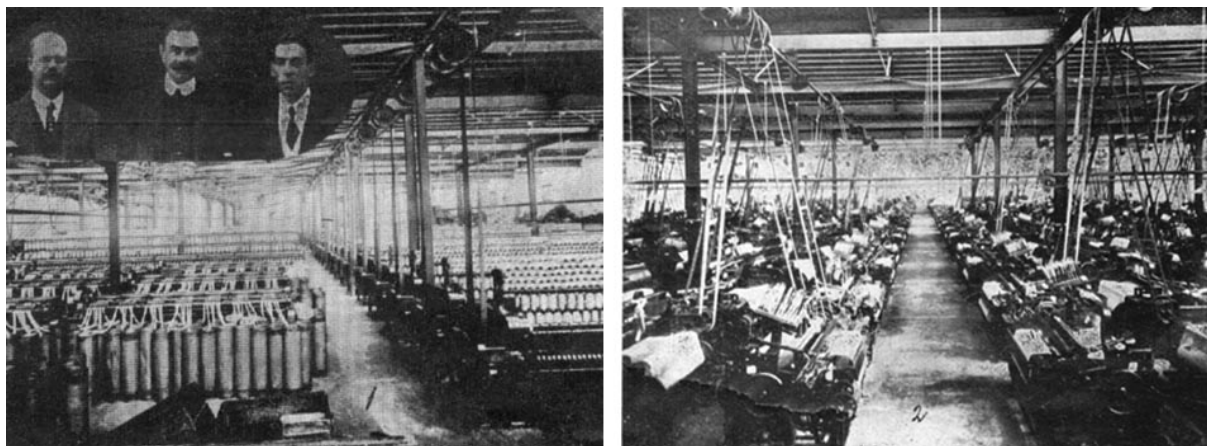
O edifício da fábrica, de construção sólida e severa, é constituído de quatro pavilhões de alvenaria com cobertura de ferro e vidro. Os dois pavilhões da frente são ocupados pelas seções de acabamento de quanto produz a fábrica e pela tinturaria. No do fundo, com a seção de máquinas ao centro, estão os ateliês da fiação e da tecelagem. O quarto e último pavilhão, à esquina da rua Garibaldi, é o depósito de algodão em bruto. Posteriormente foram construídas dependências para o depósito de fazendas e escritório, no espaço compreendido entre os dois pavilhões da frente e o do fundo. (DIÁRIO POPULAR, 15/11/1910, p.2)



VISTA A VÔO DE PASSARO DA IMPORTANTE FABRICA

**Figura 23:** O prédio da fábrica de tecidos.  
Vista geral.

Fonte: DOMEQ, 1916, p.227



**Figura 24:** Interior da fábrica de tecidos.  
Seções de Fiação e Tecelagem.  
Fonte: COSTA, 1922, s/p.



**Figura 25:** Interior e exterior do prédio onde funcionou a fábrica de tecidos.  
Estrutura de ferro da cobertura e iluminação zenital (1), aspecto externo dos sheds (2) e o pátio interno da fábrica com a chaminé.  
Fonte: Acervo da autora, 2007.

No balanço de dezembro de 1909 ficou claro que o capital inicial de mil contos de réis não havia sido suficiente para suprir os custos de compra de terreno e maquinário e construção do prédio. Na somatória dos valores gastos o valor alcançou 1.257:807\$720 réis, ou seja, a dívida flutuante da companhia era de 257:807\$720 réis. Para se ter idéia dos valores despendidos, a compra do terreno importou em 26:836\$760 e as construções até aquele momento haviam custado 1.106:955\$866. Em janeiro 1910 as obras estavam praticamente concluídas, e a diretoria reuniu os acionistas em assembléia para solicitar a aprovação de um pedido de empréstimo de 600 contos em debêntures, dividindo-os em 3.000 ações de 200 réis cada uma, para equilibrar as contas e concluir os arremates nas seções de fiação e tecelagem. (DIÁRIO POPULAR, 27/03/1910, p.1)

Mesmo faltando concluir alguns detalhes construtivos, o que motivou o aumento do capital da companhia, a fábrica foi posta em teste de funcionamento em fevereiro:

A Fiação e Tecidos está pronta a funcionar.  
Ainda há pouco, fez-se ali uma experiência geral das máquinas, funcionando todas com a melhor regularidade.  
A matéria-prima, algodão, que se esperava, já chegou, não tardando, pois, o início dos trabalhos, que vão abrir uma nova era de prosperidade. (DIÁRIO POPULAR, 15/02/1910, p.2)

No seu relatório de março de 1910 a diretoria informou que faltava apenas a chegada do mestre tintureiro, da matéria-prima e a contratação de alguns operários para que os 200 teares estivessem em condições de funcionar regularmente. Em outubro a fábrica de tecidos já produzia a pleno, e durante a 6ª Exposição da Feira da Sociedade Agrícola Pastoril, expôs seus produtos em local de destaque numa das salas do Clube Caixeiral, recebendo medalha de ouro. O DIÁRIO POPULAR noticiou a demonstração do material produzido pela fábrica:

A Fiação e Tecidos Pelotense, cujo mostruário, ocupando toda uma sala, está a cargo de seu inteligente e operoso representante, sr. A. Perret Filho, que conseguiu fazer uma bela exposição dos produtos da mesma, apresenta: 26 marcas de morim, 2 de cretone, 3 de troe, 28 de algodão liso, trançado e enfiado.  
Expõe mais magníficos brins, zefires a fantasia, riscados e mesclas.  
É deveras interessante a exposição do algodão em bruto e já trabalhado até o fio mais fino. (DIÁRIO POPULAR, 15/11/1910, p.2)

Em outros momentos também a companhia esteve presente nestas exposições, como testemunha a figura a seguir.



**Figura 26:** Exposição de produtos da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense Expofeira da década de 1960.

Fonte: Acervos de João Iriart e Maria Helena Mendes.

### 3.1.3 A INAUGURAÇÃO OFICIAL

No dia 15 de novembro de 1910 a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense ornamentou sua fachada com bandeiras e festões e abriu suas portas para a sociedade local, realizando uma inauguração oficial, à qual compareceram “muitas excelentíssimas famílias, autoridades civis e militares, conselheiros municipais, médicos, engenheiros, advogados, cônsules, comerciantes, capitalistas,

industrialistas, representantes do clero, da Agrícola Pastoril, comissões de associações de clubes e representantes do DIÁRIO POPULAR”. O discurso inaugural foi proferido por Joaquim Luís Osório, e a inauguração simbólica se deu através da abertura da válvula do motor, que deu movimento às máquinas. Em comitivas os convidados foram acompanhados pelos diretores a uma visita ao prédio da fábrica, onde passaram por todas as seções, observando o funcionamento dos trabalhos. Ao final, foram “em sala especialmente preparada, servidas fartas mesas de sanduíches, doces e champanhe aos convidados” e as autoridades presentes discursaram, louvando a iniciativa e desejando prosperidade à nova empresa. “Às onze e meia, hora habitual, foram suspensos os trabalhos, sendo servidas mesas de doces e líquidos para os operários, homens, mulheres e crianças, trocando-se entre eles vários brindes.” (DIÁRIO POPULAR, 15/11/1910, p.2)

No mesmo artigo onde dava detalhes da inauguração oficial da fábrica, o jornal local descreveu os pormenores do funcionamento de todas as seções da fábrica, num rico itinerário que está reproduzido a seguir.

A fábrica estava em plena atividade, uma multidão de operários diligentes e silenciosos entregava-se aos labores, enquanto as máquinas, impelidas pelas transmissões e estas movimentadas pelo vapor enchiam todo o vasto âmbito daquela grandiosa colméia de um ruído estrepitoso de trabalho e de vida.

[...] A visita teve início pela casa do motor, da força de 500 cavalos e de alta e baixa pressão. O mesmo foi assento a 3 metros acima do solo e o seu volante tem 6 metros de diâmetro. Aí estão também um dínamo de 220V com motor próprio de 50 cavalos que produzem a energia elétrica necessária para a iluminação de todo o edifício, tanto interna como externamente. Os focos são em número de 400. A força motriz é dividida por 4 transmissões, duas para a tecelagem e duas para a fiação. Duas enormes caldeiras do tipo Lancashire e da força de 250 cavalos cada uma geram o vapor. A pressão máxima é de 120 libras trabalhando elas comumente com a de 100.

Há aí um aparelho que representa notável economia, o mesmo aproveita todo o calor perdido elevando a água que comporta dentro de si a 120°, água que torna às caldeiras. Encontra-se ainda nessa dependência uma poderosa bomba suplementar para alimentação das caldeiras. Quando o motor incidentemente não funciona, ou por ocasião de limpeza.

A alterosa chaminé, que fica fora, junto à casa das máquinas, tem 36 metros e meio ou 120 pés de altura a contar do nível do solo. A mesma é dotada de escadas interna e externa, para o caso de ser necessário fazer limpeza ou reparos.

Próxima está localizada a oficina de reparação, com forja patente, máquina de furar, torno mecânico, o maior de Pelotas, e completo arsenal de ferragens. No amplo pátio, cortado por uma seção de trilhos que do interior vai até o cais e serve para o transporte do algodão em bruto e carvão, há um poço de 3,5 metros de diâmetro e 7 de profundidade. Esse poço recebe água do São Gonçalo por um tubo sifão de 12 polegadas e munido de um ejetor. Um outro tubo leva água ao condensador que passa então para a seção de bombas, no interior. Pode ainda esse poço receber água diretamente de um açude ao fundo do edifício, e o qual tem a capacidade

de 2.500m<sup>3</sup>. O tubo que conduz a água à seção de bombas transporta-a a um arejador fora, de onde ela é forçada por uma bomba ao filtro de pressão. Finalmente desse filtro a água vai ter um depósito de 40.000 litros. No pátio há mais um poço suplementar da água do açude e que é aproveitada quando salga o São Gonçalo.

Eis-nos na fábrica, ou por outra, vamos começar a assistir as transformações porque passa o algodão desde que é desenfundado, até o alvíssimo morim marcado com a sua garrida etiqueta.

A primeira fase é a da limpeza que se faz na sala da ventilação. O algodão entra para a batedora, a máquina do diabo como é conhecida pelos operários, e aí é batido, ventilado, despojado enfim da maior parte das impurezas. Da batedora passa o mesmo para outras duas máquinas que preparam a pasta. Esta é daí transportada às cardadoras, em número de 24 e instaladas no atelier da fiação. As cardadoras completam a limpeza do algodão e iniciam o fabrico do fio, que logo vai para outras duas máquinas que lhe dão a primeira torção e em seguida para 4 mais, chamadas intermediárias. Sucedem-se outras máquinas e com elas a evolução maravilhosa do algodão, pouco antes em estado bruto. São 15 para fio fino, 3 para carretéis de fio branco e de cor, que rodam vertiginosamente aos olhos atentos dos operários. São mais duas maçarocas de fio de cor, 4 ara meadas, um para fio torcido, máquinas por toda a parte, que as polias acionam, que obedecem dóceis nas engrenagens lubrificadas ao impulso criador da força inconsciente, e vão pacientes e engenhosas manufaturando os tecidos, sob a inspeção dos artífices.

Na vasta sala da fiação há uma pequena dependência para reparos dos rolos das máquinas de fio fino e um depósito de sobressalentes e miudezas. Aí também está ao alto, dominando toda a sala, o laboratório do mestre, onde se encontram curiosos aparelhos, com o auxílio dos quais e com exatidão rigorosa se determina a resistência e peso de acordo com os números dos fios.

Encaminhamo-nos para o atelier da tecelagem, penetrando na seção de urdidura em que há 4 máquinas de urdir e engomar o fio. Daí passa este a ser enfiado, trabalho que é feito manualmente. Eis-nos finalmente no salão da tecelagem, que não é menos amplo que o da fiação. Como pelotões de disciplinados soldados germânicos, estão ali 200 teares. Um instante paramos para observar e, recém iniciados, admirados do engenho inventivo do homem, que ao ferro bruto deu forma e pôde realizar o que víamos enlevados.

Retirando-nos dali fomos à sala onde estão assentados os maquinismos destinados a dobrar e medir os tecidos, a marcar e enfardar. O depósito de fios e tecidos está quase abarrotado, sendo valioso o estoque.

Na seção de preparo do morim há uma batedora e outras máquinas para umedecer, alvejar, engomar e secar o pano. Imediatamente estão os tanques para o branqueamento, com capacidade para uma tonelada de fazenda, três máquinas para lavar, uma caldeira para ferver e tirar a gordura do algodão e um tanque em que este fica de molho durante quinze horas. Segue-se o tanque do cloro para o branqueio do algodão, e máquinas para tirar, por meio de calor de uma chapa de cobre aquecida, as felpas do tecido.

Na tinturaria estão três máquinas para lavar as meadas, oito tanques de tintas, outro para branqueamento de meadas e um para lavar as mesmas. Uma máquina centrífuga seca as meadas para as quais se destina ainda um aparelho lixiviador.

Próximo ficam as estufas, em número de duas. Provisoriamente está funcionando aí a carpintaria.

[...]

A fábrica ocupa atualmente 300 operários, número que será elevado logo que comecem a trabalhar os quarenta teares parados, o que se dará no momento em que o consumo exija o aumento da produção, esta atualmente é de seis metros diários. A fábrica produz algodões, morins, cretones, troés,

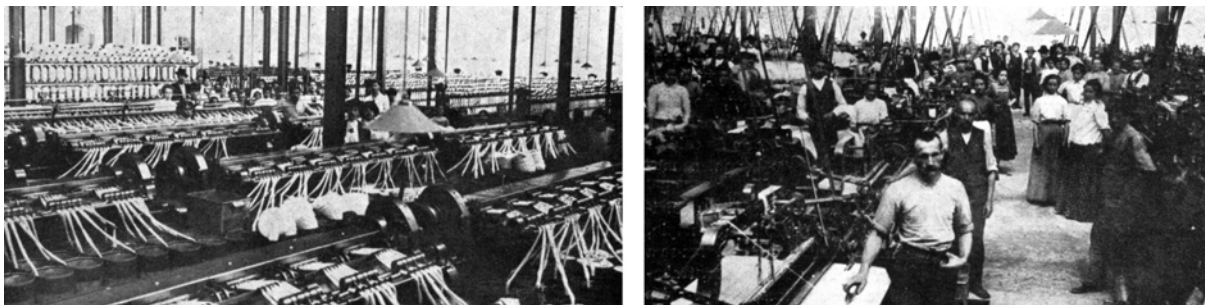
riscados diversos, zefires, mescla e brins de cores. Entre os operários predominam as mulheres e crianças. Na fiação por exemplo, só se empregam elas. Na tecelagem mesmo há grande número de mulheres. (DIÁRIO POPULAR, 15/11/1910, p.2)

Após a leitura da detalhada visita ao prédio nos primeiros dias de funcionamento da fábrica, pode-se fazer algumas considerações quanto ao discurso encontrado. Nos primeiros parágrafos o repórter chamou a atenção para a “multidão de operários diligentes e silenciosos”, fazendo nas entrelinhas uma comparação a um exército de formigas ou abelhas, empenhados no serviço braçal e cotidiano. Os trabalhadores parecem ser relacionados à extensão das máquinas, estas sim, enchendo “com o ruído estrepitoso do trabalho e da vida” o lugar. Parece haver uma inversão, pois às máquinas é creditada a vida que preenchia o espaço fabril. Ainda sobre a comparação das máquinas aos seres humanos, ao chegar na seção de tecelagem o autor do texto vê os teares enfileirados como “pelotões de disciplinados soldados germânicos”, deixando perceber uma visão estereotipada em relação à eficiência dos trabalhadores estrangeiros. Ainda durante todo o trajeto pelos espaços da produção, a ênfase é sempre dada ao funcionamento de máquinas, que parecem fazer o trabalho de transformar o algodão bruto em refinados morins, colocando os trabalhadores no papel de meros observadores do movimento ordenado das máquinas.

Quanto às instalações e dependências da fábrica, cabe chamar à atenção para o sistema de tubulações que fazia a captação da água do São Gonçalo para os poços que alimentavam as caldeiras, cuja construção envolveu, além de escavações no próprio terreno, escavações também ao longo de ruas do entorno, desde a fábrica até o canal.

Outro ponto que interessa observar é a hierarquia espacial encontrada pelo menos na seção de fiação, onde a sala do mestre estava colocada ao alto, acima do nível do chão da fábrica, de onde podia se observar todo o movimento do setor. Maria Letícia Mazzuchi Ferreira também observou esta hierarquia dentro do espaço de produção na Fábrica Rheingantz, localizada na cidade de Rio Grande. Nos setores de fiação e tecelagem, os mestres permaneciam numa sala apelidada pelos operários de “gaiola”, de onde podiam ter uma visão de toda a seção sob sua responsabilidade. Ainda conforme a autora, os setores de pessoal, financeiro e a sala gerência desta empresa estavam localizados no segundo pavimento da fábrica, de forma que

[d]essa sala, como aliás de todo o chamado setor administrativo, as aberturas proporcionam uma visão bastante ampla do pátio central e do corredor que leva até as seções posteriores da fábrica. Subir a estreita escada de ferro em formato caracol remete a uma ordem disciplinar e hierárquica que previa o acesso a esse pavimento em casos que, via de regra, se enquadravam em punições, demissões ou, mais raramente, a busca dos chefes superiores para alguma solicitação de caráter pessoal. (FERREIRA, 2002, p.86)



**Figura 27:** Espaço de produção da Companhia na década de 1910.

Seções de fiação e tecelagem.

Fonte: DOMEQ, 1916, p.228.

### 3.1.4 PLANO PARA UMA VILA OPERÁRIA

Buscando implementar ações que ligassem o trabalhador à fábrica e que ao mesmo tempo colocasse a Companhia no patamar das fábricas da época – ou seja, conforme Keller (2006, p.5) fábricas que dotavam seu entorno com um complexo aparato socioeconômico, cultural e político – em 1913 a diretoria solicitou ao Conselho Municipal a isenção do imposto predial conhecido por “décima”, durante um período de dez anos, para as casas para operários que pretendia construir em terreno contíguo ao da fábrica.

De acordo com Vera Pereira, a estratégia de alugar casas aos trabalhadores servia aos interesses das fábricas, pois além de fixar o operário próximo ao local de trabalho e garantir sua permanência no emprego, “a família dos trabalhadores empregados constituía um reservatório de força de trabalho substitutiva que poderia ser incorporado na medida das necessidades de expansão da produção”. (PEREIRA, 1979, p.40)

Para José Sérgio Leite Lopes (1988, p.17) o fornecimento de casas aos operários por aluguéis baratos e obrigações não econômicas “significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social e extra-fábrica dos trabalhadores”. Essas obrigações não econômicas às quais se referiu Leite Lopes são apontadas por Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (2002, p.108):

A contrapartida era esperada sempre, pois além de naturalmente pertencerem à unidade de bombeiros da fábrica, [os operários que viviam nas casas da fábrica] podiam ser solicitados a qualquer momento, para



cobrir eventuais faltas de funcionários ou reparar algum defeito em máquinas e equipamentos.

No plano descrito na solicitação da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, haveria um conjunto de casas para famílias e outro para solteiros, além de equipamentos de lazer e instrução:

As habitações – para famílias – cujo plano e distribuição de luz e cubagem de arejamento, instalação de água e asseio, etc. obedecem as exigências do código municipal de posturas, ocuparão as quatro faces da quadra, abrindo para as ruas mencionadas [Três de Maio, Xavier Ferreira, Gomes Carneiro e Garibaldi]; a segunda secção de aposentos para solteiros, ocupará o espaço – interior – sobrando da primeira, e nas mesmas condições de instalação; por último, ao centro do terreno, erguer-se-á um pavilhão, de dimensões apropriadas e destinado para salão comum de reuniões e diversões, no qual a Companhia instalará uma biblioteca e colégio de instrução primária para crianças e adultos. (CONSELHO MUNICIPAL DE PELOTAS, 03/07/1913, s/p).

A solicitação esclareceu que se tratavam de habitações destinadas preferencialmente aos seus operários, na maioria mulheres e crianças, e das quais a Companhia não auferiria maior lucro, “mas apenas uma remuneração módica sobre a importância nelas revertida”. Ressaltou também que a proximidade com a fábrica era vantajosa, pois os dias frios de inverno acarretavam na irregularidade do comparecimento dos trabalhadores, e que nos dias quentes, o rendimento era diminuído devido à fadiga das longas caminhadas de casa até a fábrica.

O pedido da Companhia não recebeu inteira aprovação na resposta do intendente, em setembro do mesmo ano, que julgou que o prazo sugerido pela companhia era longo, que era preciso especificar o valor dos aluguéis dos prédios e que a Intendência deveria estabelecer as condições para a concessão. Observou que era justo conceder isenção para empreendimentos do mesmo porte, e promulgou a já citada Lei n.81, de 28 de dezembro que concedia isenção do imposto predial por no máximo seis anos, para as construções que fossem feitas para a moradia de operários, das quais o aluguel não ultrapassasse o valor de 35\$000 e que deveriam ter no mínimo, dois dormitórios, uma sala de jantar e uma cozinha no corpo da casa e um water-closed e tanque externos.

A vila operária da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense não se concretizou. Anos mais tarde uma outra iniciativa criou o Esporte Clube Fiação e Tecidos, que aplicando menos capital, aproximou os operários da fábrica nos dias de descanso, controlando seu tempo de ócio, como será abordado mais adiante.

### 3.1.5 ENTRE O AUGUE E A DECADÊNCIA, AS CRISES

Já nos primeiros anos de funcionamento, a Companhia passou por crises que se refletiram nos números de sua produção. Conforme Domecq' & Cia (1918, pp.227-228), no primeiro semestre do ano de 1911 a produção foi inferior a 1.000.000 de metros de tecidos, número que foi considerado baixo, mas justificado devido à fase inicial dos trabalhos. No ano seguinte a produção dobrou, e todo o estoque foi vendido. Em 1913, uma crise obrigou a restringir a produção a 1/3, o que durou até o primeiro semestre de 1914, acarretando um prejuízo superior a 18 contos de réis. No semestre seguinte já houve um lucro de 25 contos, o que equilibrou as contas da fábrica. No ano de 1918 a produção era de cerca de 5.000.000 metros de tecido, que eram vendidos para Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, além de alguns países europeus.

No Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, em 1914 a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foi citada como uma iniciativa local de sucesso. Solicitando a votação de uma lei especial que proporcionasse isenção de taxas para indústrias de papel, louça, cordoagem e aniagem, fundadas entre 1913 e 1918, o intendente exemplificou que

O elevado grau de prosperidade a que, em bem diminuto espaço de tempo, alcançou a Fiação e Tecidos Pelotense [...] é atestado evidente do meio propício em que achar-se-ão iniciativas de tal ordem, desde que assentem bases ponderadas e tenham a orientá-las espíritos esclarecidos. (PELOTAS, 1914, p.6)

A análise dos relatórios da Companhia encontrados permitiu visualizar ao longo dos anos as suas condições de funcionamento e as dificuldades às quais atravessou.

No ano de 1928 a crise atingiu a indústria brasileira e os diretores Ambrósio Perret e Carlos Brenner observaram que

Em nossos últimos relatórios temos chamado a atenção dos Srs Acionistas para a extraordinária crise que vem sofrendo a nossa indústria, e cuja situação hoje é verdadeiramente aflitiva não se podendo fazer a menor previsão quanto à uma melhora dentro de breve futuro. (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE, 1929, s/p)

A concorrência com os preços mais baixos das empresas do norte do país obrigaram a diretoria a diminuir também os preços dos seus produtos, e como consequência, neste ano mais uma vez a fábrica teve prejuízos. Os dias de trabalho foram reduzidos para cinco por semana, já que havia em estoque produtos que

estavam desvalorizados. Os valores para pagamento das contas e dos dividendos pagos aos acionistas (de 6% neste ano) foram retirados das contas de Lucros Suspensos e do Fundo de Reserva Especial.

No relatório de 1930 os diretores observaram que mesmo com a crise que se abatia sobre a indústria, a Companhia havia obtido lucros, mas que era prudente que não fossem pagos os dividendos já que a situação financeira geral mantinha-se instável. “Preferimos aumentar as nossas reservas com os modestos lucros que conseguimos obter com um esforço tenaz, persistente e o máximo de economia.” (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE, 1931, s/p)

A Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder se refletiu nas atividades da Companhia, suspendendo seu funcionamento durante sete semanas. No período em que a fábrica operou, a produção foi reduzida, trabalhando-se apenas quatro dias por semana. Havia muito tecido em estoque, ainda vendido por preços inferiores ao custo de produção, mas mesmo assim os produtos da Cia Fiação e Tecidos Pelotense continuavam a gozar de algum respeito no mercado: “As nossas vendas continuam animadoras assim como continuam todos os nossos produtos a gozar da mesma aceitação por parte da nossa distinta clientela.”

A Nova Era política trouxe esperanças para os diretores que, otimistas, declararam: “nos abrem, agora, novos horizontes para a nossa atividade.” (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE, 1931, s/p)

No ano de 1932 o relatório demonstrou que as esperanças haviam sido infundadas. A Revolução Constitucionalista paralisou as vendas e a alta nos preços do algodão fez que com a Companhia fosse obrigada a reduzir novamente a jornada de trabalho. Além destes fatos, pelo Decreto nº 21.364 de maio de 1932, Vargas instituiu a jornada de 8 horas de trabalho na indústria, o que foi citado também no texto dos diretores como fator de redução e encarecimento da produção. (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE, 1933, s/p)

Em 1935 a situação da fábrica melhorou. O relatório registrou que os negócios se desenvolveram com normalidade, trabalhando a fábrica seis dias por semana em todas as seções, sem conseguir vencer a demanda, encerrando o ano com certo número de pedidos por produzir (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE, 1936, p.7). Neste ano e no seguinte os dividendos pagos aos acionistas foram de 10%.

A crise voltou às páginas dos relatórios da Companhia no ano de 1940:

Durante o ano em apreço a indústria de tecidos de algodão sofreu uma das crises a que estão sujeitas todas as indústrias, de tempos em tempos, e cujas causas são múltiplas e variadas, como sejam superprodução com o conseqüente “dumping”, oscilações bruscas no custo da matéria prima sem aparente motivo justificado, retraimento por parte dos compradores e consumidores, etc. (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE, 1941, p.3)

Em conseqüência desta crise a fábrica diminuiu de seis para quatro os dias de trabalho durante três semanas neste ano. Logo após a súbita alta do valor do algodão, houve um movimento de baixa deste preço, o que obrigou a baixar também os preços dos produtos da fábrica.

Neste mesmo ano o Decreto-lei nº 2.162 fixou os valores de salário mínimo, o que também implicou em aumento nos custos com salários na fábrica. No primeiro semestre de 1940 os dividendos pagos aos acionistas foram de 6%, e no segundo semestre não houve distribuição de dividendos, conseqüência dos baixos preços dos produtos e do aumento no valor das remunerações dos operários. (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE, 1941, p.4)

O que se percebeu na leitura dos relatórios de 1932 e 1940 foi que a empresa não estava preparada para atender aos direitos de seus empregados, garantidos a partir da década de 1930 por legislações trabalhistas, pois os dois decretos mencionados acima foram citados nos documentos como fatores encarecedores da produção.

Em 1952 o relatório da diretoria observou que para poder enfrentar a forte concorrência de preços do setor de tecidos de algodão, estava empreendendo a diminuição dos custos de produção, mas não explicou de que forma estariam realizando esta economia. A falta de modernização do maquinário já era sentida, e novas máquinas para a seção de fiação foram encomendadas, recebendo também o setor de tinturaria nova aparelhagem. Mesmo assim ainda havia muito a fazer: “Muitas outras reformas, entretanto está a exigir a nossa companhia. Procuraremos executá-las conforme a nossa possibilidade” (DIÁRIO POPULAR, 22/02/1953, p.2) Neste ano os estatutos da Companhia foram alterados, o capital social foi aumentado para Cr\$ 9.000.000,00 e a diretoria da fábrica passou a ser composta por mais um membro: um diretor-presidente, um diretor-gerente e um diretor-técnico. O antigo diretor Carlos Guilherme Brenner solicitou exoneração neste ano, após 34 anos de atividade, e a nova diretoria ficou composta por Ariano R. de Carvalho, Manoel G. de Moraes e Ambrósio Perret.

No relatório referente a 1953 os diretores observaram que

Apesar de já termos modificado várias seções de nossa fábrica, introduzindo diversos melhoramentos no setor de administração, fiação, tecelagem, tinturaria, depósito, etc., ainda nos julgamos distantes da meta desejada para colocarmos nossa fábrica à altura da indústria moderna de tecidos. (DIÁRIO POPULAR, 28/03/1954, p.2)

Naquele ano os dividendos distribuídos foram de 7 e 8% no 1º e 2º semestres, respectivamente.

Uma década depois, um material da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense preparado em 1964 e intitulado “Companhia Fiação e Tecidos Pelotense – um monumento industrial do Rio Grande do Sul” ofereceu alguns dados que são interessantes de analisar. O objetivo do material era demonstrar a segurança e a rentabilidade que a Companhia oferecia a novos acionistas. No prospecto aparece a intenção em aumentar o capital da fábrica de Cr\$ 270.000.000,00 para Cr\$ 600.000.000,00.

Durante o texto são apresentados gráficos com o crescimento do capital, evolução das vendas e dividendos e bonificações repassadas aos acionistas durante os 56 anos de existência da Companhia. No gráfico “Valor das vendas” aparece que o montante em negociações no ano de 1950 havia sido de Cr\$ 15.806.373,00 e a partir da década de 1960 estes valores teriam sofrido um aumento brusco, sendo de Cr\$ 125.140.869,40 em 1960 e Cr\$ 415.096.924,80 em 1963. Justamente na década de 1960 aparecem diversos processos na Justiça do Trabalho, onde os operários da Companhia reclamam por salários atrasados, o que indica que a fábrica não se encontrava em situação econômica tão favorável assim. Exemplificando, no processo de nº JCJ 916/66 movido pela operária E.G.P. contra a Companhia, aparece na petição inicial, item 2: “a Reclamada vem, desde há muito, atrasando o pagamento dos salários de seus empregados, inclusive à Reclamante, à que está devendo os salários relativos à 2ª quinzena de agosto e duas de setembro.” Solicitava o pagamento de Cr\$ 120.000,00. Na Ata da Audiência os procuradores das partes envolvidas chegaram a acordo, e a reclamante recebeu Cr\$ 70.884,00. A fábrica ofereceu no acordo valor referente a quase a metade do solicitado, o que foi aceito pela operária. Provavelmente a situação dos operários era também delicada, pois no momento foi aceito o valor bem abaixo do exigido. (PROCESSO JCJ nº 916, 1966)

Um outro indício de que a fábrica estaria em condições econômicas difíceis é a possibilidade, apontada no mesmo material, de voltar a produção para a industrialização de lã. Ora, qual a razão da mudança de produção de algodão para lã, fios que necessitam de maquinários diferentes, e ainda quando em parágrafos anteriores o texto parece festejar o sucesso dos produtos da fábrica dizendo que

A produção não tem meios de atender à procura. Toda a linha de tecidos de algodão, isto é, brins, riscados, xadrezes, atalhados, peluciados, acolchoados e cobertores, não chegam a ser oferecidos, pois tem colocação pré-determinada pelos pedidos recebidos com grande antecedência. (COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE..., s/d, s/p)

O que transparece é uma tentativa de salvar a Companhia, atraindo novos investidores através de promessas de dividendos garantidos e de flexibilidade de produção.

Aparece também no mesmo documento de 1964 uma intenção da fábrica em aumentar a jornada de trabalho para 16 horas, o que realmente ocorreu e será abordado adiante.

### 3.1.6 A FALÊNCIA

Em 1967 a fábrica passou o controle acionário a um grupo paranaense, de quem era credora. Esta nova administração inaugurou uma fase descrita pelos ex-operários como a fase da “nova diretoria”, e que teve na figura de Joaquim Aguirre, apelidado pelos operários de *Guará*, o personagem que agregou todos os sentimentos de perda que guardaram na memória. A partir dessa última tentativa de reerguer a fábrica iniciou-se o caminho para o fim.

Nos relatos dos ex-operários, a última fase pela qual passou a fábrica foi de tentativas de modificação na estrutura e nas formas de trabalhar. Além disso, algumas alterações no cotidiano dos operários também foram impostas, o que foi lembrado como “perseguição”.

Então se criou uma série de atritos, demitiram funcionários, foram parar na justiça, então quer dizer que dali mudou totalmente o ambiente. Ficou ruim de trabalhar. A gente estava acostumado a trabalhar noutro sistema no tempo do seu Manoel Moraes, veio esse outro pessoal e a coisa mudou totalmente. [...] a fábrica tinha aquele negócio, tratar bem os funcionários e o ambiente era muito bom. Quando mudou a diretoria a coisa foi... Muita gente foi embora, quem pôde sair saiu, [...] muita gente saiu pressionado, aquela pressão e saiu fora. Quem tinha tempo de se aposentar começou a se aposentar e sair fora. E na realidade era o que eles queriam, eles queriam mudar totalmente, só que não conseguiram. Queriam mudar o perfil dos trabalhadores. A fábrica foi de mal a pior. (JOÃO IRIART, 16/01/2008)

As chamadas “tábuas”, dispositivo que foi implementado para a utilização do banheiro foi uma das novas regras criadas neste momento, conforme contou dona Maria Helena:

[...] depois quando essa gente veio, quando veio o Guará e mais outros que vieram, antes não tinha, eles botaram umas tábuas assim desse tamanho, que a gente tinha que [...] levar aquela tábua no banheiro. Se a tábua não tava pendurada quando tu ias pegar ela, tu não podia ir ao banheiro, tu tinha que esperar. E uma montoeira de gente. Aí era uma briga às vezes pra ir ao banheiro. (MARIA HELENA MENDES, 12/02/2008)

Um dos gerentes que operou na fábrica nestes últimos anos foi Joaquim Aguirre. Segundo os ex-operários, Aguirre era um homem que falava com sotaque espanhol, um “castelhano”, como sempre se referiram nas entrevistas. “O apelido dele nós botamos de Guará porque diz que Guará é um bicho muito ruim né. Eu nunca soube o nome dele” contou dona Iza, que foi suspensa por Aguirre por ter sido surpreendida lanchando, o que ocasionou um rancor que ela carregou por toda a vida.

Eles proibiram a gente de levar comida. Não podia. Podia assim, levar um lanche, um pão, um café. Mas comida não. E era de muito sacrifício porque a gente pegava às seis da manhã, e soltava quatro, cinco horas da tarde. Mas eu tinha uma companheira, que era da pá virada igual a mim, então nós levávamos escondido [...] e a gente escondia no meio do algodão, só que a gente tinha que levar coisas frias, comida fria. Então uma cuidava quando ele passava, porque ele andava em cima. [...] E não é que ele me pegou comendo? Depois de vinte e tantos anos de casa. Aí ele me mandou no escritório e fez me suspenderem. [...] Nunca tinha ido. Eu fiquei com um ódio dele, sabe, na época. Cinco dias eu fui suspensa. Além de tudo perdi os meus vencimentos, perdi domingo, perdi não sei que mais, perdi não sei que mais. Aí o seu Manoel que era o diretor, o seu Manoel disse “ué, dona Iza, quê que houve?” Eu digo “ué, eu estava me alimentando. Estou fraca, estou me alimentando.” E ele disse “mas ela sabe que é proibido”. Esse desgraçado desse castelhano disse pra mim. Aí eu olhei bem pra ele [...], eu já estava suspensa mesmo, já vinha pra casa, eu digo “eu vou perder cinco dias, mas quando o senhor morrer eu vou atirar pedra no seu caixão”. [...] E ele disse “tá bem, vamos ver quem é que morre primeiro”. Vim pra casa e tudo. Aí quando voltei a trabalhar eu não podia olhar pra cara dele. E ele ficou na minha marcação. (IZA BARBOSA, 14/02/2008)

Colocado à frente da fábrica num momento crítico, Aguirre personificou, pelo menos para os empregados da fábrica, esta fase de desilusões e decadência. Na sua imagem está cristalizada toda a memória destes últimos momentos de funcionamento da Cia Fiação e Tecidos Pelotense. José Sérgio Leite Lopes (1988, p.66) observou o mesmo tipo de negação dos novos sistemas implementados nas fábricas têxteis de Paulista, o que se assemelhou com o sentimento de revolta que tomou os operários da fábrica de tecidos pelotense quando da posse da nova diretoria e das tentativas de modificação interna. O autor constatou que

A transformação da própria forma como se exerce a dominação destruindo fontes de trabalho e garantias tradicionais de existência, leva à construção, a partir de uma escolha de elementos interiorizados da forma de dominação anterior, de uma contra-argumentação dos trabalhadores calcada na legitimidade do “sistema Paulista” que se volta contra seus novos gerentes e patrões.

Principalmente nos relatos das mulheres apareceram as queixas sobre este novo gerente, na maioria das vezes contando como ele era inflexível e rigoroso, não permitindo que merendassem como estavam acostumadas. Geralmente a merenda era feita durante o serviço, como lembrou dona Marlei:

Nós fazíamos lanche nos teares. A gente botava a canequinha com café, ou o vidro, tinha gente que levava vidro, café no vidro, [...] depois apareceu as garrafas térmicas, então a gente botava a garrafa térmica no cantinho do tear e tava trabalhando e comendo, trabalhando e comendo. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Na pesquisa realizada nos arquivos da Justiça do Trabalho, os processos nº 3673 a 3677/68 ilustram esse momento de tensão entre operários e direção. Na ocasião, cinco de nove operárias da seção de fiação que haviam sido suspensas por três dias por terem sido surpreendidas merendando no horário de trabalho reclamaram por não aceitarem a suspensão. Em sua defesa, a fábrica alegou que os lanches só eram permitidos quando a fábrica funcionasse até as 18 horas e 30 minutos, mas que as operárias haviam sido surpreendidas lanchando num período em que o horário de trabalho terminava mais cedo, e por isso haviam recebido um dia de suspensão. Agravando a situação, as operárias teriam “gracejado” do gerente no Departamento de Pessoal sobre a punição que estavam recebendo, e se negaram a assinar a notificação de ciência, pelo que receberam mais dois dias de suspensão pela “indisciplina, insubordinação e mau procedimento”. Em seus depoimentos as operárias contestaram dizendo não saber de nenhuma proibição. Não havendo acordo, foram chamadas três testemunhas das reclamantes e três da reclamada. As primeiras contaram que o lanche sempre fora permitido no horário das 15 horas e que os trabalhadores surpreendidos merendando fora deste horário seriam suspensos. Disseram que o lanche estava sendo realizado por elas no horário permitido, e sem prejuízo do prosseguimento do trabalho, já que merendavam enquanto as máquinas continuavam a funcionar. Testemunhando a favor da Companhia, três outros operários se contradisseram. Um deles, mestre da seção de fiação, informou que houve um período em que o lanche havia sido expressamente proibido, o qual coincidia com a data do ocorrido com as operárias. O operário a dar o testemunho seguinte disse nunca ter tido conhecimento sobre um



período no qual o lanche havia sido proibido. Na decisão, o juiz julgou procedente em parte a reclamação das operárias, “entendendo não ter ficado efetivamente demonstrado que a empresa houvesse suspenso o lanche e dado ciência aos empregados” mas julgando justas as suspensões do segundo e terceiro dias. A Companhia foi condenada a pagar um dia de trabalho a cada reclamante. (PROCESSOS JCJ 3673 a 3677, 1968) Além da tensão apresentada no litígio entre as partes envolvidas nos processos, o fato revela uma fragilidade organizacional na administração da empresa, já que nem mesmo os horários para alimentação ficavam claros entre chefes e operários.

Ainda durante o período da “nova diretoria” os horários de funcionamento da fábrica foram alterados. O horário habitual era das sete e trinta até onze e trinta da manhã, e das treze horas até dezessete e quarenta e cinco da tarde, trabalhando aos sábados pela manhã, até as onze e quarenta e cinco. A alteração feita em janeiro de 1968 colocou a fábrica em funcionamento desde as seis horas da manhã até as vinte e duas horas, sem parar ao meio dia, este horário sendo cumprido inclusive aos sábados. Os operários trabalhavam por turnos: uma turma começava às seis e soltava às dez horas da manhã, retornando às quatorze horas para trabalhar até as dezoito horas da noite, e outra entrava às dez trabalhando até as quatorze horas, folgando daí até às dezoito e então retornando para trabalhar até as vinte e duas horas.

Aí quando ela passou a trabalhar das seis da manhã às dez da noite, ela começou a trabalhar sábado também. Aí a gente soltava sábado às dez horas da noite. Pegava só segunda-feira às duas da tarde. Quem soltava às seis pegava às seis da manhã. Aí já não dava pra gente aproveitar nada. Porque trabalhava... Aquilo ali nos tirou a tal da semana inglesa que a gente dizia né. Semana inglesa, semana inglesa, sábado de tarde não trabalhava. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Mais uma vez a situação entre os operários e direção se complicou. Nos processos nº 186 a 255/68, 69 operários solicitaram a revogação do novo horário que lhes havia suprimido o “sábado inglês”. A fábrica apresentou na sua defesa a alegação de que era necessário que se trabalhasse seis dias por semana, das seis da manhã às vinte e duas horas da noite, devido à crise pela qual passava a Companhia, com débitos que ultrapassavam a quantia de NC\$ 1.250.000,00, tendo entre seus credores o INPS, o ICM e o Imposto de Renda. Justificava que com o horário anterior não era possível produzir o suficiente para quitar os débitos, quanto menos para reaparelhar seu parque fabril, que há muito operava com máquinas

obsoletas. A saída encontrada no momento era a de utilizar o maquinário existente, mas para isso era necessário aumentar as horas de produção. O processo correu durante três anos, com recursos sendo acionados pelos reclamantes e pela reclamada depois da primeira decisão do juiz. Em 1971 o Tribunal Regional do Trabalho julgou que era improcedente a reclamação dos empregados. (PROCESSOS JCJ 186 a 255, 1968)

Na busca de reverter a situação da crise devido às dívidas, houve uma tentativa de fabricar tergal, tecido que recebia mais aceitação pelo mercado na época. Como o maquinário era específico para a produção de fios e tecidos de algodão, e não havia capital para investir em outras máquinas, não foi uma mudança que logrou êxito. Além disso, e em consequência do maquinário inadequado, a demora na produção também encarecia o produto. A última tecelã a sair da fábrica, dona Maria Nelci Alves, relatou que trabalhou no tear de tergal até que o fio acabasse.

Eu tinha que terminar aquele fio todo ali. Eu fiquei pra terminar o fio. Enquanto eu tive fio eu fui. E eu acho, acho não, foi o que aconteceu, como quando começou a parar os meus [teares] ainda estavam cheios, demorou um tempo. Demorou. Porque ele era muito mais demorado que os outros que a gente trabalhava [...] porque era enfiado, era 2,20m. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

Em outubro de 1972 as atividades da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foram suspensas. Na época estavam empregados na fábrica cerca de 500 pessoas. (DIÁRIO POPULAR, 06/09/1973, p.4) Os ex-operários relataram que havia dias em que chegavam para trabalhar e eram avisados de que não havia matéria-prima para trabalhar, que voltassem no dia seguinte. O pagamento há muito vinha sendo feito apenas através de “vales”<sup>24</sup>. Dona Maria Helena lembrou estes tempos, quando “os homens que trabalhavam na fábrica, se a mulher trabalhava ganhava 5, o homem ganhava 10, porque o homem era o dono da casa tinha que ganhar mais, a mulher levava menos. Então pra não deixar mal eles davam vale, às vezes. Por semana.” (MARIA HELENA MENDES, 12/02/2008) Bruschini e Rosemberg (1982, p.15) observaram o que denominaram “sexualização das funções” no mercado de trabalho, fruto da segregação populacional que levaria as mulheres trabalhadoras a se concentrarem em um pequeno número de ocupações,

<sup>24</sup> Os vales eram pagamentos fracionados, que substituíram os salários integrais na época em que a empresa enfrentou a fase final de funcionamento, ou seja, no início da década de 1970. Este tipo de pagamento resultou em dívidas da fábrica para com seus funcionários, o que se reflete na ampla listagem de operários credores da empresa, durante o processo de falência.

e conseqüentemente a receberem os menores salários, já que o grande número de trabalhadoras ficava restrito ao pequeno número de ocupações a elas permitidas. Além disso, as funções dadas às mulheres eram sempre as de menor prestígio. Analisando a lembrança da depoente sobre a diferença entre os valores repassados a homens e mulheres, poderíamos dizer que a discriminação de gênero se deu também na remuneração. Se havia homens “donos de casa”, sabemos que muitas operárias também sustentavam suas famílias, mas de qualquer forma, o vale de Cr\$ 10,00 era dado aos homens.

Em setembro de 1973 o jornal DIÁRIO POPULAR noticiou que o Prefeito Municipal e os vereadores – entre eles o então vereador Raimundo Vieira da Cunha, antigo trabalhador da Companhia – estavam em contato com o governo estadual e federal, a fim buscar uma solução para a paralisação da fábrica, através do cancelamento das dívidas com o ICM. Na opinião do prefeito a solução mais adequada seria a falência da empresa. Raimundo Vieira da Cunha discordou, alegando que a “solução apresentada pelo prefeito Ary Alcântara só seria válida se a fábrica fosse entregue aos funcionários, e estes por sua vez a negociassem com quem melhor lhes convir”. (DIÁRIO POPULAR, 13/09/1973, p.1)

Uma comissão de operários entrevistada pelo jornal informou que estavam

envergonhados diante dos avisos do Serviço de Proteção ao Crédito, dos bilhetinhos dos aluguéis de casas e dos créditos suspensos pelos armazéns, [...] que nunca estiveram em litígio com a empresa e somente querem voltar ao trabalho a fim de poderem comer. Informaram também que não podem trabalhar em outros lugares, pois estão com suas carteiras de trabalho presas na fábrica, sobrevivendo à custa de alguns biscoitos que não são suficientes para cobrir os gastos com sua alimentação e muito menos com as contas, principalmente em armazéns que sobem em alguns casos a Cr\$ 1.000,00. Contaram que antes dessa situação os salários estavam sempre em dia, muitas vezes sendo mesmo aumentado através de serviços extras que rendiam algum dinheiro a mais. Hoje recebem vales de 1 a 5 cruzeiros em períodos distantes. (DIÁRIO POPULAR, 12/09/1973, p.1)

Em dezembro um edital de intimação do Poder Judiciário publicado no mesmo jornal deu conta de que a Companhia Latinoamericana de Algodão, de São Paulo, havia solicitado a falência da Cia Fiação e Tecidos Pelotense. (DIÁRIO POPULAR, 12/12/1973, p.3) Em abril do ano seguinte o aviso de falência foi publicado:

**FALÊNCIA DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE**  
Pelo presente ficam os interessados notificados de que o Instituto Nacional de Previdência Social, INPS, requereu a restituição da importância de Cr\$ 321.525,50, correspondente a contribuições de previdência social descontadas pela empresa falida dos salários de seus empregados e não

recolhidas aos cofres do instituto, mais juros, correção monetária e custas. DIÁRIO POPULAR, 27/04/1974, p.3)

A partir de então, com a fábrica definitivamente fechada, deu-se início a um movimento de tentativas por parte da Prefeitura e do vereador Raimundo Cunha de dar destino às instalações da fábrica, e ao mesmo tempo, o processo de leilão dos bens móveis e imóveis da massa falida.

Na listagem dos credores, publicada no jornal DIÁRIO POPULAR em 30 de outubro de 1974, aparecem empregados, além de fornecedores de papel, de algodão, de combustível, de produtos químicos e prestadores de serviço, como o advogado e o médico da fábrica, e o montante geral da dívida ultrapassava quatro milhões de cruzeiros. (DIÁRIO POPULAR, 30/10/1974, p.2)

### **3.1.7 UM DESTINO PARA O PATRIMÔNIO DA COMPANHIA**

As notícias que seguiram a falência da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense não lamentaram o fechamento da “futurosa empresa” que durante sua instalação e momentos iniciais foi tão festejada. Logo após a publicação do edital de falência, uma notícia intitulada “Prefeito busca um acordo para a Fiação” informou que o prefeito Ary Alcântara estava em São Paulo em reuniões de negociações para que se instalasse no complexo fabril da falida fábrica de tecidos, a VELNAC, empresa paulista fabricante de veludos. Por outro lado, argumentava o prefeito que

caso não se concretize o acerto para a aquisição da infra-estrutura funcional da Fiateci a Prefeitura Municipal oferecerá aos industriais paulistas a possibilidade de instalação no distrito industrial numa área de aproximadamente 10.000 m<sup>2</sup>. (DIÁRIO POPULAR, 18/05/1974, p.1)

Percebe-se que a intenção do governante da cidade era a de trazer para Pelotas a empresa, não sendo prioridade ocupar o vazio deixado pela falência da Cia Fiação e Tecidos Pelotense no quarteirão da zona da Várzea. Como já foi dito, na época em que a fábrica de tecidos foi à falência, o novo distrito industrial da cidade estava em criação, e havia o interesse em trazer novas empresas para ocupá-lo.

Em junho de 1974 as notícias que foram veiculadas no jornal deram conta de que a compra dos prédios da Cia Fiação e Tecidos estava praticamente acertada, “restando a superação de obstáculos de ordem jurídica, que começarão a ser eliminados a partir de segunda-feira com gestões entre o síndico e advogados da empresa paulista”. (DIÁRIO POPULAR, 01/06/1974, p.1) Três meses depois, a implantação estava praticamente acertada, estando os engenheiros da VELNAC em

Pelotas, e em reuniões com representantes da CEEE e do SANEP acertavam os últimos detalhes. Planejava-se que a empresa estivesse funcionando a pleno em março do ano seguinte.

Contradizendo o que o jornal noticiou por cerca de seis meses, em outubro foi informado que a VELNAC não mais seria instalada nos prédios da Cia Fiação e Tecidos, mas em prédio próprio, no novo distrito industrial. Entretanto informava o mesmo artigo que a Olvebra poderia ocupar as instalações vagas.

De volta à situação inicial, ou seja, sem previsões para o destino do patrimônio da empresa falida, o prédio, terrenos, móveis e maquinário da fábrica de tecidos foram à leilão no dia 10 de dezembro de 1974. Na listagem de bens móveis a leiloar, que foram avaliados em Cr\$ 200.000,00, estavam desde móveis de escritório, como cadeiras, escrivaninhas e balcões, o próprio material do escritório, ou seja, grampeadores, cinzeiros, porta fita-adesiva, até maquinário de todas as seções da fábrica, como os teares, os filatórios, cônicos de aço, calandra, carrinhos de carregar fio, maçaroqueiras, motores, tornos, batedores. Entre os bens imóveis, o complexo fabril foi avaliado em Cr\$ 1.900.000,00, e o terreno onde estava o campo de futebol do Esporte Clube Fiação e Tecidos e o refeitório, em Cr\$ 400.000,00. Além destes imóveis, constaram na listagem outros 38 terrenos de dimensões menores, todos no entorno da fábrica, com frentes para as ruas Garibaldi, Gomes Carneiro, Xavier Ferreira e Uruguai.

No leilão, o advogado e procurador dos operários, dr Clóvis Russomano, arrematou em nome destes o prédio e o maquinário que no valor total, ou seja, Cr\$ 2.300.000,00, saldavam as dívidas que a empresa tinha para com eles. Um ex-diretor da fábrica adquiriu o terreno onde se localizava o campo de futebol e ainda alguns outros terrenos menores. Na ocasião foi dito por um dos operários que “a solução é vender tudo, porque para fazer a empresa voltar a funcionar exige uma soma de capital muito elevada e a possibilidade de uma sociedade anônima está afastada”. (DIÁRIO POPULAR, 11/12/1974, p.8) Esta afirmação feita na época por um ex-empregado contradiz o que foi demonstrado pelos entrevistados. Quando questionados sobre os sentimentos em relação à fábrica, em nenhum momento comentaram sobre a ocasião em que tiveram a chance de dar seguimento às atividades da fábrica.

Alguns disseram que se a fábrica reabrisse, gostariam de trabalhar novamente, como relatou seu Carlos Adão:

Se pudesse voltar, ah, se surgisse uma nova Fiação e Tecidos, trabalhar nos teares novamente, um ambiente de coleguismo como aquele, eu sem dúvida voltaria de braços abertos. Marcou muito, ficou mesmo, ao menos pra mim foi uma época assim, uma época gloriosa na minha vida que de nada, nada, nada, até pelo contrário, tenho que agradecer que foi lá que eu consegui uma parte do que eu tenho hoje, graças à Fiação e Tecidos. (CARLOS ADÃO MACHADO, 22/01/2008)

Outros contaram que se pudessem teriam continuado a trabalhar ali, mesmo afirmando que o fechamento da empresa lhes deu outras oportunidades de crescimento, que ali não existiriam.

Eu fiquei com muita pena quando a fábrica fechou, [...] eu tenho muita saudade, mas pra mim foi bom, porque senão eu ia estar comendo pó e ganhando pouco até hoje. Pode ser que tivesse se modernizado e melhorasse né, mas eu ia ganhar pouco, comendo pó, até hoje. A minha vida mudou muito depois que a fábrica fechou. Pra mim pra melhor. Porque eu fui trabalhar num outro serviço, ganhando mais, tive condições de subir, me aposentei e tudo, dentro da lei, que não era o caso lá né. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Uma semana após a realização do leilão os advogados do INPS, da Fazenda Pública Nacional e da Fazenda Pública do Estado – também credores da massa falida – entraram com pedido de impugnação da parte da venda correspondente a arrematação de terrenos pelo ex-diretor da fábrica, alegando que o mesmo não fazia parte da lista de credores preferenciais. O juiz homologou a compra feita pelos operários e anulou a realizada pelo ex-diretor

No último dia do ano, para o qual foi marcado o leilão em 2ª praça dos terrenos arrematados pelo ex-diretor, o jornal DIÁRIO POPULAR informou que

[...] a liquidação da existência da Companhia Pelotense Fiação e Tecidos, no que se refere à parte arrematada pelos empregados, parecia certa e sem problemas, mas poderá também ser impugnada. Fonte da 2ª Vara Cível informou que um recurso da Fazenda Nacional impetrado pelo promotor público que deverá ser encaminhado ao tribunal da justiça pede a anulação da arrematação feita em nome dos empregados. (DIÁRIO POPULAR, 31/12/1974, p.8)

A indecisão sobre o destino do leilão se manteve até meados do ano seguinte. Paralelamente à espera, o vereador Raimundo Vieira da Cunha manteve-se ocupado em criar possibilidades de venda do prédio da fábrica. Em fevereiro lançou a proposta de transformar o complexo fabril em hospital público:

A aquisição do prédio onde funcionava a Companhia de Fiação e Tecidos de Pelotas pelo Governo Federal, para a construção de um hospital do INPS foi sugerida ontem na sessão da Comissão Representativa do Legislativo, pelo vereador Raimundo Vieira da Cunha, do MDB. [...] Raimundo diz que, “tendo em vista a necessidade premente de aprimoramento no terreno do atendimento hospitalar aos trabalhadores beneficiários do Instituto Nacional de Previdência Social, é que tivemos a idéia de elaborarmos a proposição”. Disse também que dia a dia aumentam as pessoas incluídas como

seguradas no Instituto, fazendo com que sejam insuficientes os leitos hospitalares de Pelotas e mostrando a necessidade premente da existência de um noscômio, que consiga dar vazão ao grande número de casos de hospitalização e que evite congestionamento que tantos problemas graves causa, principalmente quando os casos requerem internamento urgente. (DIÁRIO POPULAR, 06/02/1975, p.8)

Em março o chefe de gabinete do Ministério da Previdência e Assistência Social informou à Câmara que a proposta estava em análise, mas não houve mais referência ao assunto nos jornais. Em junho o jornal tornou a falar sobre o prédio da fábrica de tecidos. Informou que o Laboratório Leivas Leite tinha interesse em adquirir as dependências da empresa falida pelo valor de Cr\$ 2.350.000,00, e que o único empecilho era o recurso impetrado pelo Instituto Nacional de Previdência Social. (DIÁRIO POPULAR, 14/06/1975, p.1)

Conforme a informação obtida em conversa com o advogado dos operários na época, dr. Clóvis Russomano, o leilão no qual os empregados compraram o prédio e o maquinário foi finalmente anulado, e no próximo leilão o prédio foi adquirido pelo empresário Günter Poetsch.

Hoje o prédio se mantém nas mãos da mesma família, e como já foi apontado, foi dividido em quatro imóveis. Abriga uma fábrica de cervejas, uma locadora de automóveis, a garagem e oficina da autarquia responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto local, estando um dos imóveis desocupado. Segundo o atual responsável pelo prédio, as máquinas foram vendidas para ferros-velhos, e desmontadas “a marreta”. Um triste fim para o maquinário importado do “futuroso estabelecimento industrial Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense”, como se referiu à fábrica de tecidos o jornal DIÁRIO POPULAR, a 23 de setembro de 1908.

### **3.2 MEMÓRIAS DO TRABALHO**

O dia-a-dia da fábrica que não foi descrito pelos jornais nem pelos relatórios da empresa pôde ser recuperado através dos relatos dos doze ex-operários, que contaram de suas experiências nos tempos de trabalho da fábrica de tecidos. Como num quebra-cabeças, os depoimentos trouxeram peças que se encaixaram umas às outras, através das quais foi possível compreender o cotidiano e o funcionamento do espaço da produção. Algumas outras peças não pareciam fazer parte do mesmo jogo, e foi necessário procurar nas entrelinhas para perceber que eram os outros lados da mesma história.

Para contar esta história decidiu-se fazer um percurso que vai desde o processo de admissão na fábrica, passando pelo funcionamento das seções e máquinas que compunham o ambiente fabril, terminando pela descrição das condições de trabalho. Em seguida serão abordados os aspectos do relacionamento entre colegas e com os mestres e chefes, e ao final do capítulo serão trabalhadas as diferenças encontradas entre as memórias dos operários e das operárias.

### **3.2.1 O ACESSO À FÁBRICA**

Em geral o acesso à fábrica de tecidos em Pelotas não era feito através de convocação pelos jornais. Nem mesmo na época de abertura da Companhia foram encontrados anúncios nos jornais que pudessem esclarecer a forma pela qual os operários foram chamados a trabalhar na nova fábrica. Conforme o relato dos entrevistados se pode perceber que na época em estudo as contratações eram feitas através de indicações do novo funcionário por um antigo, que muitas vezes apresentava um familiar, ou por solicitação de emprego para algum diretor ou funcionário do Departamento Pessoal. A figura de Francisco Vieira da Cunha, chamado por todos de Chiquinho, também apareceu como um dos empregados da fábrica, lotado no Departamento Pessoal, que auxiliava na concessão das vagas.

Seu Carlos Adão, ex-tecelão da fábrica de tecidos, contou que um irmão conseguiu a vaga para ele. Para a também ex-tecelã, dona Marlei, quem abriu as portas da fábrica foi um dos diretores:

O meu pai falou com o seu Manoel que era na época o diretor, Manoel Moraes, dizendo que eu tinha terminado o primário, que eu queria trabalhar, então como a gente tinha necessidade, que éramos muito pobres né, ele conseguiu. Na época não estavam colocando. Porque não tinha assim um chamamento. O pessoal ia lá um arrumava, outro arrumava, porque aquilo não era de safra, era sempre... Sempre tinha. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Seu Paulo Plá contou que na época em que foi trabalhar na fábrica pela segunda vez, seu primo Francisco Vieira da Cunha lhe conseguiu uma vaga junto ao Departamento Pessoal, onde atuou como auxiliar de contador até que fosse nomeado na Exatoria do Estado, onde havia prestado concurso.

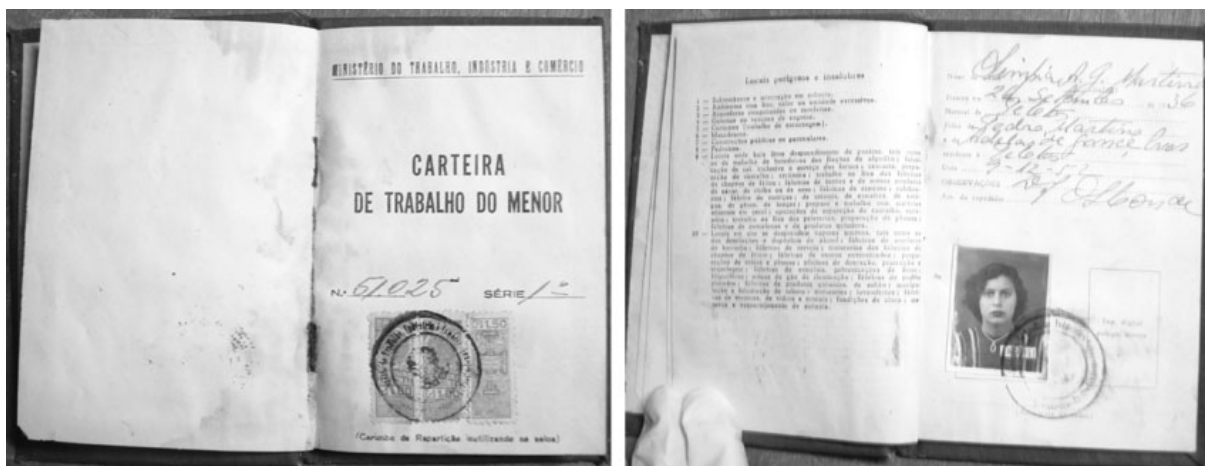
Conforme a irmã de seu Paulo, dona Maria Plá, sempre havia vaga para quem queria trabalhar. E chamou a atenção para o aspecto da falta de especialização dos operários, pois conforme as suas palavras, não era necessário saber ler ou escrever para trabalhar.

Bastava a gente chegar lá e dar o nome e que queria trabalhar e pegava o serviço. Não tinha dúvida. Eu fui, eu me lembro muito bem que eu fui numa



segunda-feira lá pedir a vaga e terça-feira peguei o serviço. Naquele tempo não precisava nem saber o nome, era só botar as digitais tinha emprego. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

A maior parte dos entrevistados começou a trabalhar na fábrica antes dos 16 anos. Na época, era fornecida pelo Juizado a Carteira da Trabalho do Menor (figura 28) àqueles que a partir de 14 anos quisessem ou precisassem trabalhar. Os menores entravam como aprendizes nos setores de fiação ou tecelagem, como foi o caso de seu Carlos Adão, dona Marlei e dona Maria Plá, ou como ajudantes, carregando fios e limpando as máquinas, como seu Danilo Plá.



**Figura 28:** Carteira de Trabalho do Menor.

Fonte: Acervo mantido no prédio da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

Analisando os dados do Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, dos 777 operários registrados na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, 511 eram mulheres, ou seja, 65,7% do contingente operário era feminino. Destas, nenhuma exercia cargo de chefia. Quando ao emprego de menores, o Livro de Registros não esclareceu: nenhum operário ali anotado tinha idade inferior a 16 anos. As entrevistas, como já foi citado, deram conta de que os operários ingressavam na fábrica aos catorze anos, e alguns, treze anos incompletos. O que se pode concluir é que os menores não faziam parte do sindicato. Conforme Ribeiro (1988, p. 160), em momentos de reivindicação, por melhores salários ou manifestações contra aumento da jornada de trabalho, algumas fábricas paulistas contratavam menores para substituir operários grevistas.

A utilização de mão-de-obra feminina e de menores se dava em tarefas que não exigiam qualificação técnica. “Exigiam, sim, agilidade manual e atenção: cuidar da máquina, remendar fios que se partiam, atentar para a alimentação do tear ou

outra máquina com o algodão, costurar panos para fazer sacos para o enfardamento das peças.” (RIBEIRO, 1988, p.134)

Ao que pareceu pela análise das trajetórias dos entrevistados dentro da fábrica, aqueles que ingressavam nos setores de fiação e tecelagem para trabalhar diretamente na produção de fios e tecidos permaneciam na mesma função, enquanto os que entravam como ajudantes e carregadores acabavam mudando de função e atingindo outros níveis dentro da linha de produção. Foi o que aconteceu com seu Nede Matos que entrou para trabalhar como ajudante na oficina, passando para o setor de tecelagem e depois conseguindo um cargo no Departamento Pessoal.

Seu Danilo Plá também iniciou como ajudante, limpando máquinas, depois passou a carregador de tabuletas de maçarocas e de fios. Após trabalhar como carregador foi convidado a trabalhar no setor de engomação e urdição, do qual chegou a ser o encarregado.

[...] aí o chefe daquele setor que eu trabalhava, que era a seção de liças, que era o mesmo chefe das engomadeiras e da urdição, me levou pra lá. [...] Era uma máquina que enchia uns rolos, tipo uns carretéis, com o fio já engomado que era pra ir pros teares. Então às vezes rebentava um fio, e tinha que estar atento, porque tinha que parar a máquina pra emendar aquele fio, senão a fazenda ficava falhada... Faltava aquele fio. Eu fui trabalhar lá nessa seção. Aí eu trabalhei um tempo ali também. Aí eu peguei de auxiliar na engomadeira, aí depois passei a ser o engomador. E depois de engomador eu passei a encarregado da seção. Das engomadeiras e da seção de urdição. (DANILO PLÁ, 10/01/2008)

Talvez a mobilidade que encontravam neste tipo de função inicial, onde caminhavam carregando os carrinhos de fios de uma seção para outra, lhes proporcionasse um maior entrosamento com os colegas e os chefes, e poderiam assim ficar atentos a novas vagas e outras oportunidades de trabalho que surgissem.

O início do aprendizado nos setores de fiação e tecelagem era supervisionado por uma operária mais experiente. Ribeiro chamou a atenção para o fato de que o como o processo era repetitivo, permitia que o trabalhador aprendesse o ofício de forma rápida, “através de um treinamento no próprio local de trabalho, [que] já capacitavam a mão-de-obra a exercitar uma atividade.” (RIBEIRO, 1988, p. 135)

Dona Maria Plá, que foi fiandeira, contou que seu aprendizado se deu em uma manhã.

Tinha uma pra ensinar. Também ela ensinava assim, na primeira manhã, eu peguei às sete e meia. Então botaram uma pra me ensinar ela me ensinou até o meio dia. Até o meio dia ela trabalhou comigo. Agora, de tarde eu já trabalhei sozinha. E quando não tinha pra tirar aquela maçaroca, não podia ficar parada no caixão. Ou empilhava fuso ou ia aprender na máquina a emendar o fio. Tinha que aprender. Mas a gente não estava acostumada, que a máquina gira muito depressa né. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Na fiação os menores começavam a trabalhar nas máquinas que faziam as maçarocas, ou seja, enrolavam o fio de algodão nos fusos de aço. Quando maiores, passavam para a máquina chamada de filatório, que enrolava os fios grossos de algodão, fazendo-os mais finos.

Na seção de tecelagem os aprendizes iniciavam trabalhando com menos teares, em geral dois. Os de menor estatura subiam em banquinhos para poder alcançar na máquina. Depois, conforme a destreza que iam adquirindo, passavam a cuidar de três ou quatro máquinas. Dona Marlei também contou como foi seu aprendizado:

Então quando eu entrei pra lá com treze anos eu comecei a trabalhar, porque eu não sabia, eu era aprendiz, então tinha uma senhora que ensinava a gente a dar o nó, a trabalhar no tear né, e eu logo em seguida como eu era muito esperta, eu logo em seguida comecei a trabalhar com três teares. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

### **3.2.2 DO ALGODÃO BRUTO AO TECIDO**

A riqueza dos detalhes sobre o caminho percorrido pelo algodão dentro da fábrica até virar tecido, com a explicação do funcionamento das máquinas de cada setor e de como eram operadas pelos trabalhadores ofereceu um panorama da movimentação da fábrica, agora não mais como se as máquinas fossem as responsáveis pela vida dentro do espaço fabril, como foi escrito na reportagem do ano de 1910 (ver 3.1.3). Os relatos humanizaram a ação do trabalho têxtil, e em alguns deles, os gestos realizados para executar as tarefas foram reproduzidos, o que demonstrou que a memória do fazer ficou retida no corpo e na mente destes ex-operários. São estes relatos que guiam neste capítulo o caminho do algodão dentro da fábrica, desde que chegava em fardos de matéria-prima em estado bruto, até ser transformado em fardos de tecido pronto.

O apito da fábrica soava às sete horas da manhã, avisando seus operários de que dali a trinta minutos iniciaria um novo dia de trabalho. Às sete horas e vinte soava mais uma vez, dando um alerta aos que ainda estivessem atrasados. Às sete horas e trinta soava pela última vez, e o portão da fábrica era fechado. Aqueles que

não conseguissem chegar até aquele momento só poderiam entrar no turno da tarde.

Ao entrar na fábrica para começar mais um turno de trabalho, às sete e trinta da manhã ou às treze horas da tarde, os operários passavam pela porta de entrada e logo em seguida, no corredor, havia um quadro de madeira onde estavam penduradas as “chapas”, placas de metal com o número de cada um. Pegavam as suas chapas e a entregavam ao porteiro, que confirmava a presença do operário naquele turno. Independente disto, em algumas seções o encarregado anotava em um caderno a presença dos operários sob sua responsabilidade, e mais tarde levava estas anotações ao Departamento Pessoal<sup>25</sup>.

[...] além de confirmar presença lá no portão trazendo a plaquinha, tirando a plaquinha e entregando pro porteiro, ali depois lá dentro ele confirmava ainda. Pra não haver por exemplo, um tirar pro outro e entregar né. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

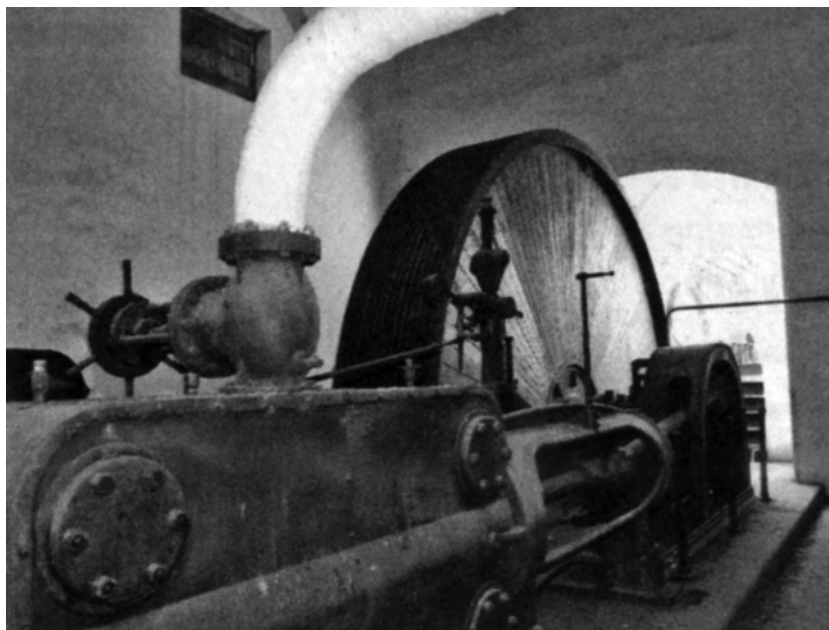
“Então dava aquele apito que se ouvia longe, e o operariado começava a trabalhar”, continuou seu Paulo Plá. E cada setor iniciava suas atividades.

Para movimentar as máquinas, o foguista colocava lenha na caldeira (figura 29).

[...] tinha um pátio muito grande lá no quarteirão do fundo, que eles depositavam lenha. Então iam comprando lenha lá pro interior, compravam, compravam, e aquela lenha ia sendo depositada. E tinha uma zorra, uma zorra com roda de ferro, com trilho, eu nem sei se o trilho ainda tem, parece que não tem mais o trilho. E atravessava a rua ali, a rua Garibaldi. Então eles iam empurrando aquela zorra, dois, três homens empurrando aquela zorra, e ela tinha, era uma mesa assim, com roda, e uns pedaços de pau fortes, altos, dois em cada lado. Aí eles tiravam aquela lenha iam botando ali. Depois empurrava aquela zorra até lá na frente da caldeira. [...] aí então tinha as fornalhas né, então depositava a lenha nas fornalhas. Ali tinha os foguistas que controlavam o fogo pra manter o vapor. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

---

<sup>25</sup> Posteriormente, na década de 1960, foi adotado o sistema de cartão-ponto para o controle da presença dos funcionários.



**Figura 29:** Caldeira da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

O maquinário da caldeira ainda permanece em seu lugar original, no prédio da antiga companhia.

Fonte: DIÁRIO POPULAR, 10/02/2008, p.8.

Através do vapor a caldeira dava movimento aos eixos, que seu Paulo chamou de varões, que eram conectados às máquinas através de polias e correias.

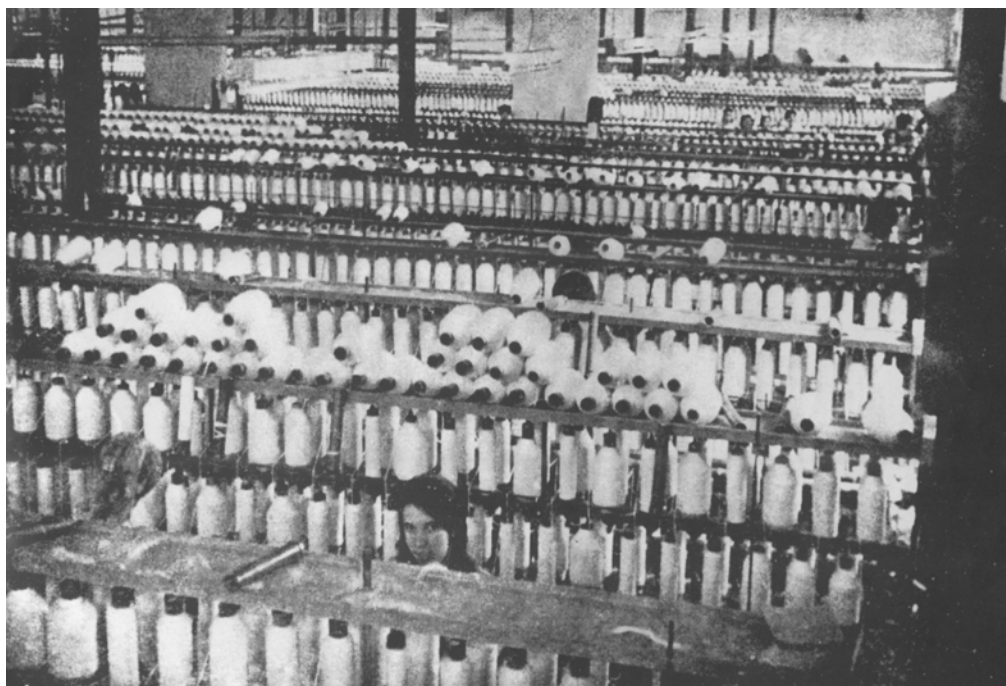
[...] os varões eram uns ferros, uns eixos de ferro, ih, super compridos, e atravessavam todas as seções, ele por exemplo chegava naquela parede, sempre pelo alto, passava por ali pra outra seção, passava outra parede, ia indo, aquele cano comprido, e por certas partes tinha umas polias. Aquelas polias presas naquele varão. Uma aqui outra ali, outra lá, e ali já era outra seção, e ele passava aquele varão e passava lá pra outra seção. E até chegar na máquina [a caldeira], que fazia virar aquele eixo todo, pra lá e pra cá. [...] e passando por dentro das seções, em cada seção, cada máquina tinha uma correia que prendia lá na polia de cima e na polia da máquina. Então ligava a máquina, aquela correia tava sempre andando. Quando ligava a caldeira é que ela fazia o movimento da máquina. De repente não queria trabalhar com aquela máquina, desligava, ela ficava girando, mas numa polia que chamavam de polia louca, porque ela estava sempre girando. E a outra polia da máquina. Era só arredar a correia pra cá, ela engrenava na máquina. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

O algodão que havia chegado em fardos, era levado para as máquinas chamadas abridores e batedores, que “soltava ele todo e fazia uma pasta”, como contou dona Maria Plá. Dali o rolo de pasta de algodão passava para as cardas, que, conforme Ribeiro (1988, p.103) são as máquinas responsáveis por paralelizar as fibras, transformando a pasta em fitas. A seguir, nas passadeiras, as fitas eram reunidas e estiradas. Este processo pode ser chamado de preparação para a fiação, conforme Pereira (1979, pp. 49-50). No setor de fiação (figura 30) as fitas eram estiradas e torcidas pelas máquinas chamadas filatórios e enroladas nos cônicos

pelas maçaroqueiras. A espessura do fio ia sendo reduzida até que se transformasse em um fio fino, que ia para o setor da tecelagem.

Dona Maria Plá lembrou sobre o seu trabalho nesta parte do setor de fiação:

Eu fui trabalhar de tirar maçaroca, eles chamavam tirar maçaroca. A gente tirava os tubos cheios de linha e botava os novos sem rebentar um fio da máquina. Tinha que tirar ligeiro. Tocava pra cada uma metade da máquina. Eram quatro, duas de cada lado da máquina, que a máquina funcionava dos dois lados. [...] trabalhava o lado de cá e o lado de lá. E eram 13 metros de comprimento cada uma delas. Então tocava 188 fusos pra cada uma. Eram 188. Dos grandes. Já dos pequenos eram trezentos e não sei quantos pra cada uma. E a gente tirava, botava aqueles fusos tudo na parte menor da caixa, botava uma caixa com uma correia na cintura e aquela caixa dessa altura, desse comprimento, dessa largura, botava os fusos tudo arrumadinhos dum lado assim, pro lado menor todo arrumadinho. E a gente tirava o cheio, botava ali e botava o vazio na máquina. E aí despejava num caixote. Tinha uns caixotes grandes e a gente despejava ali. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)



**Figura 30:** Seção de fiação.

Vista geral da seção na década de 1960.

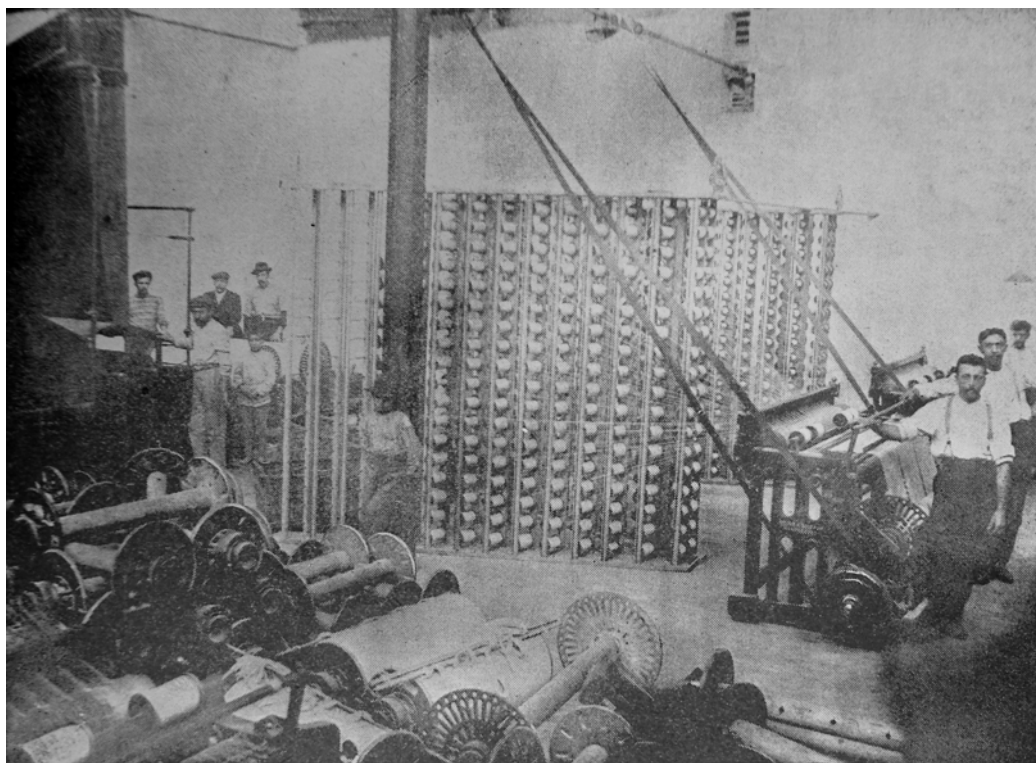
Fonte: Pelotas Memória Especial, 1992, ilustração.

O transporte dos fios entre as seções de fiação e tecelagem era feito pelos operários menores de idade, ou pelos que estavam entrando para a fábrica. Seu Danilo começou sua vida de operário nesta função. Através de seu relato pode-se ter uma idéia da organização interna do trabalho nos setores.

[...] eu trabalhava com o carrinho... Eu saía de uma seção pra ir à outra buscar maçaroca, buscar o fio. Que a fiação produzia o fio né, e tinha umas caixas quadradas e eles botavam ali dentro o fio, numerado, aqui é dez,

aqui é onze, e eu carregava de lá com o carrinho, trazia praquele departamento, aí eu botava na caixa do dez e as gurias, umas mocinhas que trabalhavam ali, elas enchiam as tabuletas com a maçaroca. Ficava pronto ali. Já botava numa prateleira, pra entregar pros teares. (DANILO PLÁ, 10/01/2008)

Na tecelagem, a primeira fase era a passagem dos fios pelo setor de engomação e urdição, onde eram engomados para adquirir mais resistência, e enrolados em carretéis conforme o padrão do tecido a ser produzido. Se fosse necessário passar pela tinturaria, os fios da trama e da urdidura<sup>26</sup> eram previamente separados e enviados pelo encarregado deste setor para o tingimento, e em seguida iam para os teares. Na fotografia a seguir pode-se visualizar o setor de urdição e a máquina que preparava os carretéis de fios de urdidura, à direita.



**Figura 31:** Setor de urdição.

Fonte: Almanach de Pelotas, 1916, ilustração.

Depois de separados e entregues os fios, os mestres e contramestres da tecelagem (figura 32) preparavam os teares para iniciar a confecção de uma nova peça. Neste setor cada operário trabalhava com três ou quatro teares simultaneamente, o que demandava atenção. A remuneração era calculada pela produção, e paga quinzenalmente. Dona Maria Nelci ponderou que o trabalho

<sup>26</sup> Conforme Ribeiro (1988, p.104), “tecer é uma operação que implica o cruzamento e entrelaçamento de fios verticais e horizontais, segundo uma ordem predeterminada. [...] são necessários dois tipos de fios: uns que tecem no sentido longitudinal, paralelos entre si e que vão de um extremo a outro da peça, chamados de teia ou urdidura; outros que são levados pela lançadeira, ficando perpendiculares aos primeiros, tecem no sentido transversal e têm o nome de trama.”

demandava capricho, e que por isso as mulheres eram as mais indicadas, ficando para os homens o serviço de chefia e manutenção.

Era um serviço mais pra mulher mesmo. Porque a mulher já tem mais capricho, porque aquilo ali tinha que ser tudo num capricho... Tinha que ter cuidado, um fio que escapasse ficava o defeito, tudo aquilo a gente tinha que estar de olho, não podia acontecer. Então o homem ficava pra outras coisas, tipo dar manutenção dos maquinários, de contramestre como eles chamavam, que quando estragava [uma máquina] a gente chamava eles, o contramestre é que vinha arrumar, tinha o contramestre, tinha o auxiliar de contramestre, era dividido em seção então cada seção tinha o seu contramestre e o seu auxiliar. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

Mesmo assim na seção de tecelagem havia homens trabalhando como tecelões, como seu Carlos Adão, que começou a trabalhar na função ainda aos 14 anos, trabalhando durante 12 anos na mesma atividade. “Quando eu entrei era pequeno tinha que subir num banquinho, naqueles banquinhos que botavam, pra poder trabalhar nos teares. Porque pra enfiar os fios tinha que ir lá atrás.” (CARLOS ADÃO MACHADO, 22/01/2008)

Seu Paulo Plá explicou o funcionamento de um tear (figura 33) de maneira bastante empírica, mas que consegue fazer imaginar o movimento da lançadeira e dos fios:

Uma lançadeira [é] tipo uma canoinha assim, e dentro ali tinha um carretel e aquele carretel cheio de fio. Então aquela lançadeira ia pra lá e vinha pra cá e ia pra lá e vinha pra cá, quando ela ia pra lá passava pelos fios 1, 3, 5, 7, 9, 11 e quando ela vinha pra cá era 2, 4, 6, 8, e ela passava pelo meio, aqueles fios se levantavam, uns levantavam e outros baixavam. E passava aquele negócio. E aí trocava, os de baixo vinha e ou outros desciam. E assim fazia e a lançadeira passava. E eram uns braços que faziam, quando a lançadeira vinha aqui, fazia assim e empurrava e a lançadeira ia lá. E o braço de lá empurrava pra cá. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

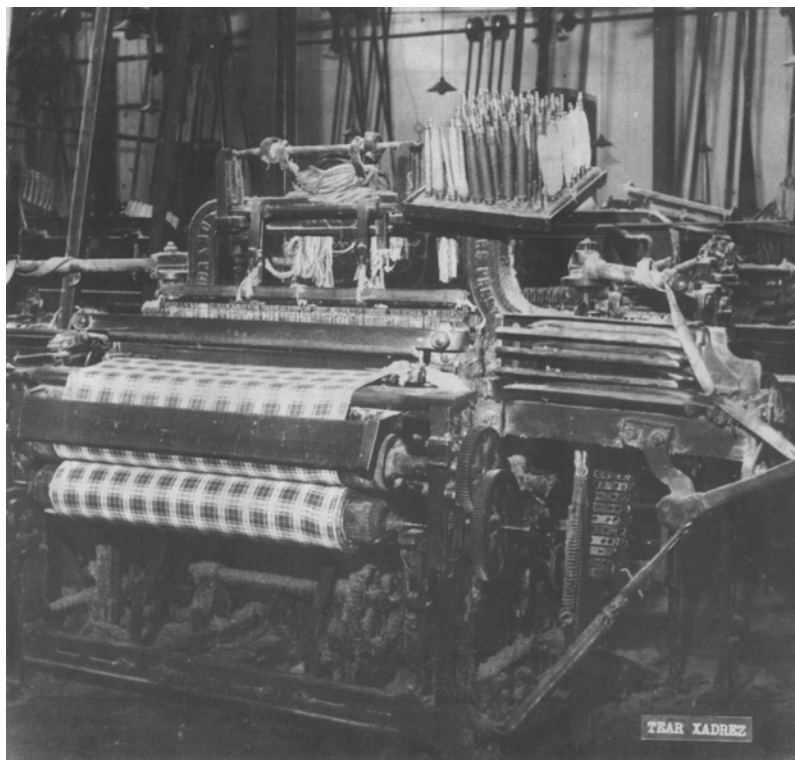


**Figura 32:** Seção de tecelagem.

Observe-se na vista geral as polias ligadas a cada máquina, e conectadas aos eixos movidos pela caldeira, localizados próximos à cobertura.

Fonte: Pelotas Memória Especial, 1992, ilustração.





**Figura 33:** Tear com tecido xadrez.

Observar acima à direita, a tabuleta de maçarocas citada por seu Danilo.

Fonte: Pelotas Memória Especial, 1992, ilustração.

O rolo com o tecido pronto ia para o setor de revisão, onde operárias revisavam todo o comprimento da peça para verificar se havia alguma imperfeição. De acordo com Vera Pereira, “o trabalho realizado por essas operárias corresponde a uma atividade de controle de qualidade da produção dos tecelões” que chegava a ser mais temido do que a autoridade dos mestres e contramestres, já que era a partir do exame feito por elas nas peças que poderiam surgir multas ou suspensões por defeitos. (PEREIRA, 1979, p.65)

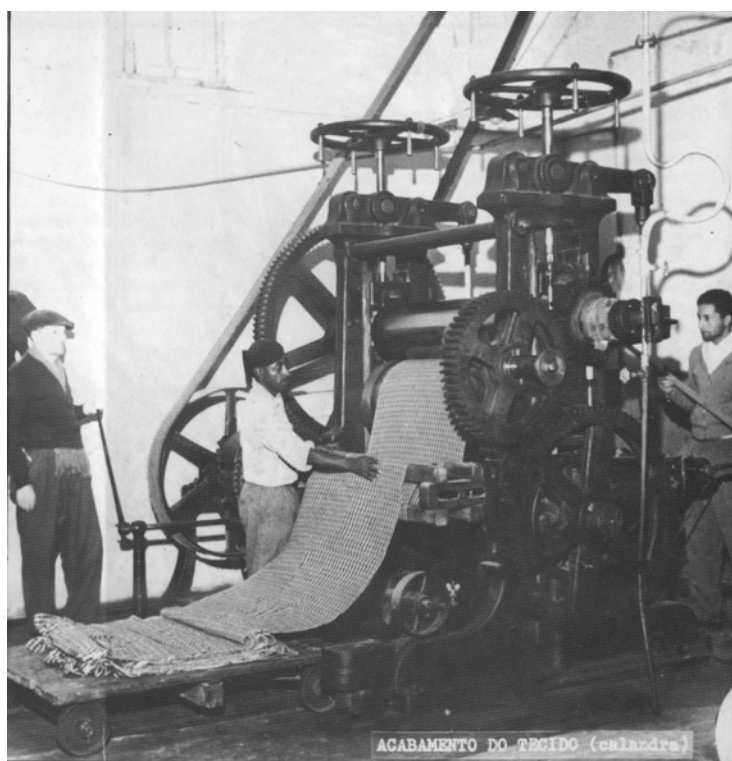
Dona Maria Helena trabalhou neste setor:

Era uma mesa comprida, tinha um pau lá em cima assim, e eles botavam um estrado. Eu mesmo era baixinha. A gente subia no estrado e a peça ficava assim, tu botava aqui a mesa, aquele pau ali, eu ficava aqui e a peça aqui. [...] e a gente ia assim, olhando. Às vezes tem uma falhazinha no tecido, se tinha um defeito, que tu vias que o defeito era grande, tu ias passando assim, aí aqui tem um defeito tu puxavas pra fora. Puxava bem pra fora assim, e seguia [...] no mesmo nosso setor tinha a costureira. Ela cortava ali e costurava. Aí ficava com uma costura. Ou ficava com uma costura ou eles cortavam né. Faziam duas se era muito grande. Se não faziam duas ia com uma costura. (MARIA HELENA MENDES, 12/02/2008)

As peças revisadas iam para o setor de acabamento. Lá, na calandra (figura 34) os tecidos passavam entre dois cilindros aquecidos e adquiriam brilho. (RIBEIRO, 1988, p.107) Em seguida iam ao setor de enfardação, onde eram

medidos, cortados e enfardados. Conforme relatou seu Paulo Plá, o serviço no setor era comumente feito em duplas.

Por exemplo, a máquina dobradeira, pra tirar os metros dobrados na máquina precisava dois. Porque por exemplo, se tem uma fazenda que vai lá e vem cá, vai lá e vem cá, fica aquele monte, aquela fazenda fica retangular, ela fica espichadinha e tudo. Se eu pegar aqui ela, é mole aquilo né. Então tinha que pegar dois, um dum lado, outro de outro. Então a gente pegava com a esquerda aqui e puxava, ela vinha vindo, aí pegava com a direita. E o outro a mesma coisa, do outro lado. Aí o outro atirava em cima da mesa a parte dele e a gente acompanhava e ela ficava espichadinha. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)



**Figura 34:** Calandra.

Máquina do setor de acabamento, que dava brilho e desamassava os tecidos.

Fonte: Pelotas Memória Especial, 1992, ilustração.

Neste setor havia diversas máquinas, que dobravam o tecido de metro em metro, marcavam a peça com carimbo e prensavam os fardos. De qualquer maneira eram necessários os operários, para colocar os tecidos nas máquinas, fechar os fardos com um ponteador, conferir os pedidos e expedi-los. As peças em estoque ficavam aguardando a venda no depósito de tecido, para onde eram enviadas já medidas, ponteadas e identificadas.

Além dos setores de produção de fio e tecido, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense mantinha uma oficina mecânica, carpintaria e ferraria, para dar manutenção nas máquinas e produzir peças que se estragavam e móveis. Na listagem de bens leiloados depois da falência da fábrica, constavam todos os

equipamentos destes setores, como tornos, forjas, serras, além de vários móveis e equipamentos ditos de “fabricação própria”. (DIÁRIO POPULAR, 20/11/1974, p.2)

### 3.2.3 O COTIDIANO FABRIL

Todos os dias, obedecendo aos horários ditados pelos apitos da fábrica, o operariado exercia suas funções nos setores da empresa. O trabalho era repetitivo, imerso em um ambiente úmido e quente, tomado pelo barulho das máquinas. Não havia momentos de folga durante os turnos. Alimentação, satisfação de necessidades fisiológicas, comunicação entre colegas, tudo era realizado ao mesmo tempo em que as máquinas funcionavam.

No meio dos turnos, se fosse preciso ir ao banheiro, havia uma regra: permitia-se ir duas vezes por turno. Mais adiante, quando a nova diretoria assumiu, o sistema foi mudado para as chamadas “tábuas”, como foi dito anteriormente. No interior do banheiro um funcionário, no WC masculino, e uma funcionária no feminino, ficavam responsáveis por cuidar o tempo que cada um ali permanecia. Em certas ocasiões as moças se combinavam de encontrar-se no banheiro para conversar, e a função da “cuidadora” do banheiro era intervir e mandar que voltassem aos seus setores. Da mesma forma no caso dos homens, que iam ao banheiro para fumar, o funcionário também chamava a atenção para o tempo que estavam perdendo.

Então o sujeito ia lá no banheiro, chegava lá, às vezes fumar um cigarro, naquele tempo, então era uma área assim aberta, e tinha a parte dos homens, aquilo era uma parte grande e tinha a parte das mulheres. Ali os homens vinham ali e se encostavam na parede, fumavam seu cigarro, trocavam ali umas palavras um com o outro, e voltavam pra seção. Mas era controlado, às vezes o sujeito demorava muito vinha aquela “olha, tchê, tá na tua hora”. Pro sujeito não ficar só batendo papo no banheiro. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

Mesmo depois que se estabeleceu o sistema das “tábuas” os cuidadores de banheiro continuaram em suas funções, pois como contou dona Marlei, era comum a conversa naquele local.

[...] os banheiros eram assim, com porta pela metade, então a gente se debruçava na porta e a outra ficava sentada, e pápápápá... Bobagem, porque era nós que estávamos perdendo né, aí a Juliana [cuidadora dos banheiros femininos] já batia na porta “vamo embora, tão esperando a tábua”. Não tinha hora pra nada. Por acaso se tivesse com algum problema, tu tinha que pedir autorização, avisar que tu estavas com um problema, porque senão... ah, e ela tinha um papel, que tu davas o nome pra ela ver quantas vezes tu tinha ido no banheiro. Controlava, era muito controlado. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Também durante os turnos havia a hora do café. A alimentação era realizada no interior dos setores, junto às máquinas, geralmente às nove horas da manhã e às três horas da tarde. As máquinas não eram paralisadas para isto, e o café era tomado ao mesmo tempo em que o serviço era executado.

Quando te dava uma brechinha... Às vezes quando tu terminavas de tosmar o teu café tava gelado. Porque tu estavas naquela loucura que tu queria era que tivesse sempre trabalhando, pra ganhar né. Então quando dava uma folguinha assim, que estava tudo normal, tudo trabalhando direitinho então tu tomavas uns goles e comias um pão, já levava o mais fácil de comer. Se tu ias botar um bife já levava picado, ah é, era tudo assim, tudo na correria. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

A bebida mais comum era o café. Os ex-operários contaram que antes de surgir a garrafa térmica levavam café em vidros, que naturalmente depois de algumas horas estava frio. Para aquecê-lo, envolviam os vidros com algodão e os encostavam nos canos que levavam água quente e vapor das caldeiras. Na hora de tomar o café estava quente.

No horário das onze horas e trinta minutos soava o apito indicando o final do primeiro turno, e o horário de almoço. A maioria dos operários morava no entorno da fábrica, e almoçava em casa, mas alguns moravam mais longe, e não havia muito tempo para ir até em casa, se alimentar e voltar. Estes levavam sua marmita e almoçavam no refeitório da Companhia (figura 35), onde havia um fogão disponível para que aquecessem a sua comida. Era também o local disponível para o descanso entre um turno e outro. O intervalo iniciava às onze horas e trinta minutos e terminava às treze horas. O apito soava novamente, e era hora de retomar as atividades.



**Figura 35:** Prédio do refeitório da Companhia.

Ficava localizado no terreno lateral à fábrica, e a partir de 1946 foi a sede do Esporte Clube Fiação e Tecidos.

Fonte: Pelotas Memória Especial, 1992, ilustração.

No final de mais uma jornada, antes de retornar para suas casas, os operários passavam ainda por uma seleção para revista, que tinha o objetivo de procurar por algum furto, mas ao mesmo tempo, era um dispositivo de controle: sabendo que possivelmente seriam escolhidos para serem revistados, ficava menos convidativo pensar em levar algum pedaço de tecido, ou um novelo de fio. Um funcionário e uma funcionária eram responsáveis por revistar as roupas e as bolsas dos operários e operárias.

Dona Marlei contou como era:

A gente pegava o cartão, quando tu batias o cartão, se acendia a luz vermelha tu tinhas que ir na revista. Era um rodízio, uma peneira. Então, se por acaso ela desconfiasse ela chamava. E a gente entrava naquela peça e ela apalpava. Porque, dizem, não sei, que tinha muito roubo. Tinha gente que levava metros e metros de tecido enrolado na cintura. Comentavam né, que tinha gente que saía... Então tinha a revista. Aquela revista assim, quando tu às vezes correndo, louca pra ir pra casa ou louca pra ir ao banco e acendia a luz vermelha tu tinhas que parar, esperar ser revistada, porque às vezes já tinha uma lá, pra depois então ir correndo embora. Então a gente ficava furiosa né. Mas tinha que ir. Se acaso acendesse a luz vermelha e tu não fosses, tu eras suspensa. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)



**Figura 36:** Saída dos operários pelo corredor de acesso.

Note-se que o quadro onde ficavam as chapas já havia sido trocado pelo de cartões-ponto.

Fonte: Pelotas Memória Especial, 1992, ilustração.

Um cotidiano controlado pelos mestres e pelo ritmo das máquinas, desde o momento da entrada no serviço até a hora de ir para casa era vigiado, num sistema de “economia política do corpo”, citando as palavras de Michel Foucault (1987, pp. 27-28): “ainda que não se recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata, do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição, de sua submissão”.

O ambiente de trabalho reforçava a condição dura de trabalho. Pó, barulho e calor eram freqüentes. De qualquer maneira, havia sempre uma brecha para alguma brincadeira à revelia da disciplina exigida pelos superiores, e laços de amizade e solidariedade eram consolidados.

### **3.2.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO**

O ambiente no qual trabalhavam os operários da Companhia não está descrito em nenhum documento que tenha ficado de testemunha. Sobre o calor, a poeira e o barulho, apenas as memórias de quem viveu seus dias dentro da fábrica podem dar uma idéia.

Estudando as condições de trabalho dos operários da indústria têxtil paulista entre 1870 e 1930, Maria Alice Rosa Ribeiro (1988, p.116) traçou um perfil do ambiente fabril que se repetiu nas entrevistas com os antigos operários da fábrica de tecidos pelotense: “a espessa camada de poeira, a umidade combinada com calor abafado e barulho ensurdecedor das batidas compassadas dos teares”.

Já Vera Pereira (1979, p.87), que estudou o caso de operários têxteis cariocas na década de 1970 chamou a atenção para o fato de que, além do desgaste provocado pelo calor, pó e umidade concentrados no ambiente fabril, havia a “tensão nervosa provocada pela pressão conjunta de ‘fazer o pano perfeito’ ou ‘o fio perfeito’ e ‘dar produção’”.

Em Pelotas, ao passar pelas calçadas vizinhas à fábrica já se ouvia o barulho das máquinas funcionando. Para quem passava seus dias trabalhando ali, o barulho que no início era ensurdecedor, acabava virando algo comum. Para driblar o barulho e poder trocar alguma informação, os operários encontraram formas alternativas de se comunicar. Como falar não era possível, pois por mais que se falasse alto, não eram ouvidos, criavam senhas e falavam através de mímicas.

A gente se falava muito por senha, por mímica. A gente entendia, mas todo mundo entendia também né! [risos] Todo mundo entendia. [...] Então pessoas assim de mais idade, às vezes tinham mais dificuldade, mas a gente era guria, então, ah, dava risada. E aquilo era ligeirinho tu sabes. A gente falava tudo de longe, porque não se ouvia... Muito barulho. Eu hoje tenho dificuldade pra conversar por senha, mas naquela época assim, passava o dia inteiro só por senha [risos]. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

E para chamar um colega, não se fazia pelo nome, pois ele não escutaria:

[...] pra conversar como eu estou conversando contigo aqui, não... Tu não me ouvias e eu não te ouvia. Então pra gente chamar um “ô fulano”, por exemplo “Cíntia”... Não... “uuuhhhh”... Fazia assim, era barulho diferente né, então aquele barulho diferente a pessoa olhava. (DANILO PLÁ, 10/01/2008)

A poeira que se desprendia do algodão impregnava o ar. Não havia equipamento de proteção contra barulho nem contra o pó. Algumas mulheres colocavam uma touca na cabeça, mas as ex-operárias lembraram que isto não resolvia, e terminavam o dia com o cabelo e o corpo cheios de pó.

Tu chegavas em casa, o nariz, tudo tinha pó. A cabeça. Eu quando namorei o meu marido, ele ia me esperar na saída da fábrica. Logo que ele começou a me paquerar. E eu dizia assim “ahh que vergonha, lá está ele, bem limpo, bem arrumado” e a gente colocava um pano na cabeça, mas não adiantava, entrava. E aqui em cima ficava aquela coroinha toda branca né. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Alguns trabalhadores desenvolveram alergias à poeira, como foi o caso de seu Carlos Adão, que contou que aos 17 anos sofreu de uma gastrite diagnosticada pelo médico, relacionada ao pó.

Mas a gente precisava, tinha que trabalhar, a gente precisava, né, de família pobre... E aonde eu tive a oportunidade foi na Fiação e Tecidos [...] Mas fiz tratamento, diz que era devido ao pó. Outras pessoas, outros colegas,

tiveram problemas também, até de pulmão. (CARLOS ADÃO MACHADO, 22/01/2008)

Nas fábricas de tecido paulistas estudadas por Ribeiro (1988, p.125), “o contato direto com a poeira freqüentemente provocava irritações cutâneas, atritos na mucosa ocular e abscesso no conduto auditivo externo”.

Na hora de tomar café, como tinha que ser feito ao mesmo tempo em que se trabalhava, se a xícara ficasse um tempo parada, o café era ingerido com pó que se depositava ali. Dona Ida relembrou os conselhos dados pelo médico da fábrica: “quando a gente ia no doutor, já morreu, ele era bem velhinho, ele dizia assim ‘minha filha, tu toma café tu bota bastante manteiga no teu pão, que aí desce’ pra descer o pó do algodão que ficava.”

Como o maquinário era em maior parte movido à vapor, o interior da fábrica era um ambiente muito quente. “Era calor. Não se tinha ventilador, não se tinha nada. E a gente suava, e aquele pozinho sempre no ar né, do algodão, colava na gente.” (DANILO PLÁ, 10/01/2008)

Conforme o relato de dona Maria Plá, ex-fiandeira, percebe-se que a ventilação não era suficiente, principalmente nos dias quentes, quando o calor resultante do vapor que dava movimento às máquinas se somava à temperatura ambiente:

Porque as janelas da fábrica eram como se fosse acima do forro, pra cima [dona Maria compara com a altura do forro de sua casa]. Pra baixo não tinha abertura porque senão o vento rebentava os fios, então tinha que ser pra cima. Então aquilo ali era um abafamento no verão, que a gente tinha sempre um paninho molhado assim, sempre botava um pano molhado ou na cabeça ou nas costas, por causa do calor. Era muito quente no verão. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Para Maria Alice Ribeiro (1988, p.119), o ar confinado era um aspecto comum a todas as fábricas estudadas por ela. Conforme a autora, este ar atuava de maneira imperceptível nos operários, que aos poucos começavam a apresentar fadiga, falta de disposição para o trabalho e tornavam-se mais vulneráveis à doenças infecciosas.

Os acidentes eram freqüentes, já que também não era utilizado nenhum equipamento de proteção. Conforme Ribeiro (1988, p.117), “essa insegurança podia ser colocada como um dos elementos integrantes da insalubridade dentro das fiações e tecelagens, pois representava sempre um potencial gerador de mutilações e mortes”. Um dos acidentes mais comuns acontecia quando a lançadeira se soltava



de um tear, saltando longe, atingido quem estivesse no caminho. Seu Paulo Plá recebeu um golpe de uma lançadeira uma vez, e lembrou como aconteceu:

Logo no início, tava fazendo acho que uns poucos dias que eu tinha começado a trabalhar, e eu fui ao banheiro e passava no meio dessa tecelagem, aquele enorme salão com aquela porção de máquina tudo trabalhando, a gente olhava aquilo, era um enorme de um salão, aquela barulheira, aí eu ia indo e de repente de um daqueles teares a lançadeira saltou e me bateu na cabeça. Mas a sorte é que não me pegou de ponta. Ela pegou assim meia de lado, então não fez aquele furo. Não cheguei a desmaiar, eu só senti aquela pancada né, como se tivessem me batido com um pedaço de pau assim, mas não foi tão forte, porque o corredor aqui e a máquina ficava aí uns três, quatro metros. E quando ela salta, ela vem com o fio né, o fio vem desenrolando. E ela deixa aquele fio preso lá na máquina e fica aquele rastro com aquele fiozinho no ar... E aconteceu comigo. Mas não foi nada grave, só bateu. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

Numa outra ocasião, um operário manejando a chamada “máquina do diabo”, uma máquina de cardar, sofreu um ferimento tão grave que teve que ter parte do braço amputada.

O seu “Henrique sem braço”. Nós chamavamos o seu “Henrique sem braço”, era o nosso chefe ali [na fiação]. Era quem manobrava ali quando as máquinas se estragavam, qualquer coisa, a gente chamava ele pra ele arrumar. [...] Ele pegava as coisas assim, com o toquinho do braço. (IDA SANTOS, 21/01/2008)

Para atender aos acidentados e aos operários que adoecessem, a fábrica mantinha uma sala para um médico e uma enfermeira. Ao que pareceu, através dos relatos, a enfermeira fazia horário integral, e o médico atendia em um dos turnos. Entre os médicos citados pelos entrevistados estavam Ariano de Carvalho, Salvador Balreira e Miguel Medvedovski, o último assumindo as atividades depois da saída dos dois primeiros.

Quando um operário ou operária tinha alguma doença ou mal-estar e não podia freqüentar o trabalho num dos turnos, precisava consultar com o médico da fábrica para receber atestado e abonar a falta. Conforme algumas entrevistadas, o médico mais moderno era menos complacente com suas queixas, medicando-as e mandando-as de volta ao serviço: “esse era um médico durão, mas... aquilo tu podia estar caindo que se tu não tivesse febre ele não te dava atestado.” (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008) Quanto aos médicos mais antigos, que exerceram atividade na fábrica até a velhice, foi contado que alguns operários burlavam e inventavam dores ou doenças para ganhar atestado e ficar alguns dias sem trabalhar:

Então tinha uma criatura que era velha lá, porque o pessoal é medonho né, então quando chegava no carnaval, que ela vinha com preguiça porque

sambava, ela pegava um lápis azul, e ela era negra, então ela passava bem aquele lápis azul e ficava roxo, como se tivesse batido. Chegava pro doutor esse que era bem velho e dizia assim “olha aqui doutor, eu to com esse roxão aqui” ele dava atestado, porque o coitado do velho não enxergava né. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Os médicos da empresa também eram responsáveis por examinar os aspirantes a uma vaga na fábrica, bem como fazer o acompanhamento da saúde dos operários, e no acervo de documentos do Departamento Pessoal que é mantido no prédio da Companhia foram encontradas fichas de avaliação, como as apresentadas a seguir.

**Figura 37: Ficha de avaliação médica para ingresso.**  
 Fonte: Acervo no prédio da antiga Companhia Fiação e Tecidos.

**Figura 38: Ficha de avaliação médica de operário.**  
 Fonte: Acervo no prédio da antiga Companhia Fiação e Tecidos.

Outro auxílio médico era prestado pelo Serviço Social da Indústria - Sesi, aos operários das indústrias. Iza Barboza contou que em uma ocasião foi detectado que ela teria uma mancha no pulmão, por meio de um raio-X realizado pela instituição.

E naquela época só tinha uma coisa boa, nós tínhamos um plano de saúde muito bom, não era plano que a fábrica desse. Nós éramos assistidas pelo Sesi. E foi por intermédio do Sesi que descobriram que eu estava com uma mancha no pulmão. Naquela época uma mancha no pulmão, Deus te livre, seria como câncer hoje, Deus nos livre, que não tem cura. É. Porque eles

passavam duas vezes por mês, eles tinham aquelas unidades móveis com raio-x com tudo então eles passavam na fábrica e depois iam no Moinho. O nosso plano de saúde que nós tínhamos era esse. Por ali eles acharam. [...] porque eu nunca sabia que eu tava doente, nunca fumei, nunca bebi. E eu não sabia, eu só sentia um certo cansaço de vez em quando, mas atribuía ao trabalho, né. Mas não, eu já estava doente. [...] Tive três anos encostada, na época, me ausentei, depois voltei. E o Sesi me deu toda, toda, toda a assistência. (IZA BARBOSA, 14/02/2008)

No jornal A ALVORADA de 11 de abril de 1953 uma notícia deu conta desse serviço citado por dona Iza. Tratava-se do Censo Torácico do SESI, que buscava avaliar as condições cardiovasculares e pulmonares dos trabalhadores, realizado através de Abreugrafias feitas em ônibus, nos operários das indústrias das cidades (figura 39). O jornal anunciou que

Entre os inúmeros e relevantes serviços que o Serviço Social da Indústria, SESI, vem prestando aos trabalhadores pelotenses, através de sua obra assistencial, cabe ressaltar aqui por sua atualidade o censo torácico, anualmente efetuado, abrangendo por suas notáveis realizações e iniciado nessa cidade na semana passada entre os operários do Frigorífico Anglo com o serviço de Abreugrafia. [...] Em poucas palavras a Abreugrafia consiste em tirar radiografias em série e em miniaturas. [...] Todas as indústrias pelotenses serão visitadas, e pelo comparecimento voluntário e unânime dos trabalhadores ao censo torácico, não só estarão demonstrando o seu reconhecimento ao trabalho daqueles que se preocupam com a sua saúde e bem estar, mas, sobretudo estarão contribuindo para a sua própria felicidade e de sua família. (A ALVORADA, 11/04/1953, p.6)

Naquele ano estimava-se que o número de Abreugrafias ultrapassaria os oito mil e que levaria cerca de três meses para ser completo.



**Figura 39:** Unidade Móvel de Raio-X do Sesi.

Fonte: A ALVORADA, 11/04/1953, p.6.

### 3.3 FILHOS DO TRABALHO

#### 3.3.1 A “IRMANDADE” – MEMÓRIA COLETIVA SOBRE A FÁBRICA DE TECIDOS

Em todos os relatos dos ex-operários, foi recorrente que, quando questionados sobre a relação dentro da fábrica, as palavras irmandade e família eram usadas para representar cumplicidade e união entre os que trabalhavam na fábrica de tecidos, fossem operários ou chefes.

Michelle Perrot (1988) destacou três características do que chamou paternalismo, e que pode ser aqui aplicado: a marcada presença do patrão no ambiente fabril ou na moradia (no caso de fábricas com vila operária), a “linguagem e prática do tipo familiar entre patrões e operários” e a incorporação pelos trabalhadores deste tipo de organização.

O patrão é visto como pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protegendo-os, associa-os à história de sua família [...]. O “nós” substitui o “eles” da indiferença e da hostilidade. E acontece que os operários se identificam com a “casa” onde trabalham, vangloriando-se de sua estabilidade, do recrutamento hereditário que une sua linhagem à da empresa” (PERROT, 1988, p.83)

Os aspectos citados por Perrot foram realmente encontrados durante as entrevistas. Para ilustrar essa memória de “era uma família” que perpassou todas as

entrevistas foi escolhido a resposta dada por Danilo Plá à pergunta sobre o gosto por trabalhar na fábrica:

Gostava... gostava... é assim, claro que trabalhar quase ninguém gosta, mas eu gostava porque aquilo ali era uma irmandade, a gente entrava, aquilo ali era como uma família. A gente só tinha amigos ali, era uma irmandade assim, porque uns dividiam as coisas uns com os outros. Se eu estava tomando um café, tu levavas um pão melhor que o meu, seja como for, tu já dividias comigo. Era assim. Umas pessoas que vou te contar. Completamente diferente de hoje... Vou te contar. A gente sente falta. De vez em quando a gente vê assim, pô, faleceu fulano, faleceu cicrano... Aí a gente sente um pouco, mas o que a gente vai fazer... Faz parte né.  
(DANILO PLÁ, 10/01/2008)

Assim como seu Danilo, os outros ex-colegas deram depoimentos semelhantes, sempre lembrando o ambiente bom que tinham no local de trabalho, e as amizades que ali foram criadas e mantidas ao longo da vida. Alguns deles ainda mantêm contato regular, visitam-se. Outros não têm esta mesma relação cotidiana, mas quando se encontram na rua lembram os dias de trabalho:

[...] que alegria quando a gente encontra velhos colegas de trabalho né. A gente se reencontra assim, é de ambas as partes, quer dizer, é aquela alegria, [...] que maravilha, a gente nunca deixa de recordar aquele tempo... Os colegas de tear, outros colegas de maçaroca, outros que empurravam os carrinhos, outros carregavam as peças que a gente tirava dos teares, as fazendas... É muito gostoso a gente lembrar, bah, dá saudades. (CARLOS ADÃO MACHADO, 22/01/2008)

A facilidade em fazer contato com os ex-operários também foi consequência desta rede de amizades que permaneceu, pois cada um que era entrevistado oferecia indicações de outros colegas a procurar, inclusive dando direções exatas de onde encontrá-los. Seu Danilo, por exemplo, ao indicar seu Nede Matos como um colega que teria histórias a contar, sabia exatamente o número da casa onde seu Nede mora, e não sabendo de cabeça o telefone, soube informar que na guia telefônica o número poderia ser encontrado através do nome da esposa de seu Nede. Outro ex-operário que deu inúmeras dicas sobre outros colegas foi seu João Iriart. Indicou vários colegas, dizendo a quadra onde moravam, os pontos de referência, e para alguns chegou a telefonar para avisar que a pesquisadora iria procurá-los. Esta espécie de rede que foi descoberta no momento da pesquisa é indicativo de que a memória coletiva sobre esta irmandade existia, e que se mantém até hoje entre alguns. Halbwachs (2006, p.39) observou que para que a memória coletiva se conserve é importante a manutenção do grupo. Neste sentido, a memória coletiva dos operários da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense tem se mantido e

tem sido alimentada pelos colegas que ainda restam, e que se encontram e compartilham as recordações.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Em relação aos chefes, também sempre foi dito que o relacionamento era bom, sobretudo entre os homens, que disseram que ao final do turno da tarde operários e mestres reuniam-se na sede do Esporte Clube Fiação e Tecidos para jogar damas, bocha ou futebol. As mulheres disseram que os chefes eram bons:

Ah, tudo era amigo da gente. Tudo era amigo, guria. O que eles podiam dar de força. [...] Dia 15 e dia 30 encerrava a quinzena. Então o que a gente produzia até o dia 15, dia 15 encerrava. Então a gente chegava uma semana antes do dia 15 a gente começava a trabalhar, trabalhar, trabalhar, e a gente deixava eles bem atucanados, porque se estragava o tear a gente queria que eles fossem em seguidinha e claro, o deles já estava ganho, eles ganhavam por dia, então eles, naquela calma, e até tinha que ter calma pra fazer o serviço deles bem feito né, mas a gente que brigava com eles, porque a gente queria tudo bem ligeiro, não queria parar. Queria produzir. Mas eles faziam tudo o que a gente pedia, eles faziam os coitados. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

Mas não se pode imaginar que num ambiente fabril onde trabalhavam mais de 500 operários, vigiados por mestres e contramestres, a realidade fosse sempre tranqüila, sem conflitos. O esquema paternalista conseguiu em muitos casos fundamentar este sentimento, mas os mesmos relatos que falaram da irmandade também deixaram transparecer que houve momentos tensos. Outros documentos, como os processos movidos na Justiça do Trabalho, também podem elucidar estes casos.

Dona Maria no meio da entrevista disse que “às vezes era bom de trabalhar”. Questionada se havia vezes em que não era bom, respondeu:

Olha é como todo o emprego né, sempre tinha uma que ser mais superior que a outra, e no fim a gente não gostava muito. Mas... No mais era tipo duma irmandade assim, a gente se dava bem, e quando tinha uma fofoca, aquele monte de mulher e um monte de fofoca, dava um monte de gente envolvida. Mas, quando não tinha... Mas nunca se ficava de mal. Havia aquela discussão, aquilo era por um momento, no outro dia já estava todo mundo bem de novo. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

O depoimento da ex-fiandeira dá a entender que dentro da seção onde ela trabalhou havia colegas que não se davam bem com outras, existindo as que se

sentiam superiores e surgindo também boatos e fofocas, o que demonstra que a irmandade talvez existisse entre alguns.

Conforme Maurice Halbwachs (2006, p.69), a memória que guardamos de fatos passados é o nosso ponto de vista sobre aqueles fatos, recriado no momento da rememoração a partir das impressões que temos atualmente. “Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência de muitos planos do nosso passado.” (BOSI, 1987, p.335)

Analisando os processos nº 79-80 de 1955, junto à Justiça do Trabalho, se pode concluir que também entre os mestres e operários se davam conflitos, por vezes injustos, que levavam à suspensões que reforçariam a força hierárquica dos primeiros. A operária L.S.G. e o operário M.L.M. entraram com processos contra a Companhia por terem sido suspensos. Ela alegou que a suspensão havia se dado porque as peças produzidas por ela no dia da punição teriam defeitos. Ele não esclareceu o motivo da suspensão, mas no desenvolvimento do julgamento ficou claro que o primeiro dia de suspensão havia sido imposto por ter ele denunciado que um colega teria permanecido muito tempo no banheiro, discutindo por isto com o mestre da seção; a outra suspensão teria se dado por ter se recusado a executar um serviço, novamente se insurgindo contra o mestre. Durante o julgamento o juiz concluiu que a suspensão contra a operária era injusta, pois os defeitos surgidos em suas peças eram conseqüentes da matéria-prima e do maquinário defeituoso. Já no caso do operário, julgou que eram justas as suspensões. Através deste processo surgem novas peças para compor e tornar complexa a história da boa relação entre chefes e entre colegas. (PROCESSOS JCJ 79 e 80, 1955)

Outro processo que chamou a atenção foi o de nº 126 de 1955, onde a operária D.V.C. reclamava por ter sido agredida por um diretor da fábrica, o sr Ambrósio Perret, e suspensa por seu superior. Nos autos do processo constou, por parte da defesa da fábrica, que o diretor ao entrar na seção de tecelagem encontrou a operária conversando em outro local que não o seu tear, e que a havia repreendido. Em seu depoimento a operária negou, e argumentou que estava em um de seus teares, o de nº 108, e que trabalhava em três máquinas ao mesmo tempo. Disse que o diretor depois de acusá-la de estar conversando, o que foi por ela negado, pegou-a pelo braço com as duas mãos e a levou até o tear nº 107, perguntando se não era ali que ela estava quando ele a surpreendeu. A operária

teria respondido que sim, pois aquele era um de seus teares. Após o ocorrido D.V.C. retirou-se da fábrica e não voltou mais. A operária disse ainda que o contra-mestre da seção a perseguia. Durante os depoimentos, as duas operárias testemunhas da reclamante afirmaram que viram o diretor segurar pelo braço e arrastar a colega para outro tear, “com jeito de quem estava zangado”, mas que não escutaram o que foi dito por ambos, já que as máquinas estavam trabalhando e faziam barulho. A testemunha da fábrica, o contra-mestre do setor (acusado pela trabalhadora de perseguição), negou a agressão, e disse que a operária estava sim conversando com a colega de chapa nº 414 (mais tarde esta operária enviou uma declaração de próprio punho ao juiz, informando que no dia do ocorrido não havia trabalhado, pois sua avó havia falecido, e anexou a certidão de óbito da avó). (PROCESSO JCJ 126, 1955)

O que se percebeu após a análise destes processos é que deveria haver cumplicidade entre a maioria dos operários, mas que os mestres, contra-mestres e diretores agiam usando sua autoridade, suspendendo funcionários por pequenos motivos e em alguns casos usando de rispidez no tratamento com seus subordinados. Também se observou que o sentimento de união não era compartilhado de forma homogênea por todos, havendo aqueles que delatavam colegas aos superiores, e também ocorrendo casos em que os próprios operários praticavam brincadeiras de mau gosto contra os colegas, como também foi comentado pelos entrevistados.

### **3.3.2 AMBIENTE FAMILIAR**

Na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense trabalhavam, na época em estudo, mais de 700 operários. No Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas estão anotados 764. Fazendo o cruzamento dos endereços e nomes dos operários, foram identificadas 36 famílias. Em alguns casos se percebeu que, pelos sobrenomes, tratava-se de irmãos, em outros, de cônjuges. Houve alguns casos também em que se identificou que os operários pertenciam à mesma família, mas o parentesco poderia ser de primos ou tios.

Nos depoimentos os ex-operários chamaram a atenção para o fato de vários entes da mesma família serem colegas de trabalho:

[...] era o tipo da indústria que tudo era parente [...] Lá era o pai, a mãe, os filhos, os netos, as famílias, entendesse? Era eu, o meu marido e o meu



filho, era tu, o teu marido e mais dois ou três filhos, ou senão era tu e a tua mãe e o teu pai, era tudo assim. Era uma família. Porque eles iam tudo pra casa junto, e voltavam pro serviço também junto. É. Eles faziam questão disso aí, de se trabalhar família. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

O fato de algum parente trabalhar na fábrica de tecidos era um facilitador para que outros familiares conseguissem uma vaga para trabalhar, como foi observado anteriormente. Dona Maria Nelci, viúva de “Carioca”, um ex-operário, contou que em certa ocasião descobriu que seu filho estava faltando à escola, e temia que alguma coisa lhe acontecesse. Andava entristecida, imaginando receber uma outra notícia ruim: “já tinha recebido a notícia do marido que morreu, depois a do filho...”. Um dos chefes, ao perceber sua apreensão, quis saber o que estava acontecendo.

[...] eu disse pra ele “ah, seu Luís, o Gilmar não está indo pro colégio, vai com uma turma de guri tomar banho numa sanga eu tenho um medo que aconteça alguma coisa”. Ele disse “então traz ele pra cá. Traz ele pra cá”. Eles fizeram até um lastro de madeira pra ele alcançar nos teares que ele não alcançava. E ele foi trabalhar lá dentro. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

A família Plá teve vários operários na fábrica de tecidos. Além de seu Danilo, dona Maria e seu Paulo, entrevistados neste trabalho, mais sete parentes também exerceram funções na empresa. Seu Paulo contou que na carpintaria “trabalhavam uns tios e uns primos meus, tudo era meu parente. [risos] Era uma seção que trabalhavam cinco pessoas, e quatro eram primos e tios, era dois tios e dois primos”. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

Outra família que esteve dentro da fábrica desde sua fundação foi a Vieira da Cunha. Francisco Vieira da Cunha trabalhou na construção do prédio da fábrica, como servente de pedreiro. Seu neto, João da Cunha Iriart contou que ao terminar a obra, Francisco conseguiu uma vaga como operário, e lá continuou trabalhando, chegando a ser chefe do setor de fiação.

Morreu no fim de semana, se tivesse morrido em dia de semana tinha morrido dentro da fábrica. O vô trabalhou mais de 50 anos na fábrica. Nunca quis se aposentar. [...] Me lembro ainda da festa de 50 anos de serviço, eles deram um relógio de ouro pra ele, a direção da fábrica. (JOÃO IRIART, 16/01/2008)

Os filhos de Francisco, Francisco Filho – o Chiquinho, e Raimundo também trabalharam na fábrica, e foram citados por todos os entrevistados como pessoas que procuravam fazer a ligação entre os operários e a direção, sempre tentando amenizar conflitos e resolver as questões dos colegas. Dona Maria Helena relembrou que em certo momento, já na fase da diretoria nova, o chefe “Guará”

demitiu a ela e a um colega: “o Chiquinho, discutiui, brigou com o Guará, ‘não, mas não pode mandar eles embora, eles já tem dez anos. A fábrica vai pagar um dinheirão, não tem dinheiro pra pagar’. Tava quase fechando já. ‘Não pode, não pode.’”

No grupo responsável pela fundação e primeira diretoria do Esporte Clube Fiação e Tecidos, integrantes das famílias Plá e Vieira da Cunha estavam presentes: Francisco Vieira da Cunha, Francisco Vieira da Cunha Filho e Raimundo Vieira da Cunha e Guilherme, Fabiano e Pedro Plá. (ESPORTE CLUBE FIAÇÃO E TECIDOS, 1958, s/p)

Além das famílias que trabalhavam na fábrica, algumas outras também se formaram por intermédio dela. Vários namoros e casamentos aconteceram entre colegas, como foi o caso de seu João Iriart e sua esposa, de dona Maria Nelci e Jorge, o “Carioca”, ou de seu Danilo, que conheceu a esposa através de uma colega da fábrica.

Dona Maria Nelci contou como era a dinâmica dos namoros:

[...] ah se olhava, só se olhava, é. Quando saía, saía junto e quando vinha, vinha junto. Mas lá dentro não tinha como... Não tinha. Só se olhava. E não podia nem se conversar porque não se ouvia. Só se fazia alguma senhazinha. [risos]

E nos finais de semana, quando o time da fábrica ia jogar, ou quando havia algum baile na sede do clube, era o momento de se encontrar e conversar.

### **3.4 DOIS UNIVERSOS EM UM MESMO ESPAÇO**

“Forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada.” Assim Michelle Perrot (1989, p.18) finaliza seu artigo intitulado “Práticas da memória feminina”. A autora discorre sobre a dificuldade de se encontrar registros da memória feminina nos arquivos oficiais, e chama a atenção para a importância da história oral no trabalho com as memórias femininas. Conforme o texto, os relatos femininos são ligados ao privado, à família e ao íntimo e ficaram relegados às cartas e diários, muitos dos quais não foram conservados para chegar até nós, enquanto nos relatos dos homens esta memória estaria atrofiada pelo trabalho e pela atração exterior, além do fato de que seria “contrário a honra viril que considera essas coisas negligenciáveis”. (PERROT, 1989, p.16) Durante as análises das entrevistas, foi

possível perceber nuances que diferenciaram os relatos das mulheres e dos homens, reunindo no mesmo espaço duas realidades, dois universos diferentes.



**Figura 40:** Dois universos em um mesmo espaço.

Os funcionários da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense posando para foto no pátio da fábrica. Década de 1960.

Fonte: Pelotas Memória Especial, 1992, ilustração.

### 3.4.1 O UNIVERSO MASCULINO

[...] eram duas entidades numa só. A fábrica e o Fiação. O Fiação e a fábrica. Não tinha como a gente dissociar isso aí. Então isso aí criava, quer dizer, a gente com essa história, o Fiação era um prolongamento da fábrica. Terminava o nosso expediente, ia pra sede e a gente continuava vivendo as coisas da fábrica. Se conversava sobre o serviço lá na sede, se conversava sobre futebol lá dentro da fábrica, então era tudo muito misturado.

João Iriart

Futebol e trabalho. Realidades do cotidiano dos operários da fábrica de tecidos que se misturavam, como demonstram as palavras de João. Assim como ele, os outros ex-trabalhadores entrevistados fizeram referência ao esporte como a atividade principal e mais prazerosa das suas vidas, lembrada com saudades por todos. “E o coração da gente naturalmente fica, sabe, vinculado, a isso até hoje” comentou seu João Iriart.

O Esporte Clube Fiação e Tecidos foi fundado em 21 de outubro de 1946, com o objetivo de promover a prática de Futebol, Voleibol, Basquete, Bocha, Ciclismo, Atletismo, Pingue-Pongue, Futebol de Salão, Damas, Xadrez “e outros esportes que venham a surgirem (sic), sempre tendo em vista amparar e incentivar o desenvolvimento do amadorismo”. (ESPORTE CLUBE FIAÇÃO E TECIDOS, 1958, s/p)

Para Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987, p.59 e 90), o oferecimento de instituições recreativas e educativas pelas fábricas tinha a intenção de conservar os operários junto a suas funções e disciplinar seu lazer, o que fica evidenciado

também nas falas dos ex-operários, só que não de forma consentida, como no depoimento de seu João, acima.

Nos times do clube só podiam se integrar os funcionários da fábrica de tecidos, e um dos depoentes comentou que houve casos em que jogadores de outros times amadores da cidade foram contratados para trabalhar na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense para poderem jogar no time da fábrica. “Se não trabalhava, trazia, trabalhava na fábrica, né, e jogava.” (CARLOS ADÃO MACHADO, 22/01/2008)

Conforme os estatutos do clube, o emblema era representado por um retângulo branco, “tendo ao centro um escudo com as cores, encarnado, verde, amarelo, azul e as iniciais E.C.F.T.”. (ESPORTE CLUBE FIAÇÃO E TECIDOS, 1958, s/p) Ficou carinhosamente conhecido como o “Pentacolor da Várzea”.

A fundação do E.C.F.T. foi comentada pelo jornal DIÁRIO POPULAR, e no dia seis de novembro, a diretoria do clube enviou um esclarecimento que foi publicado pelo periódico. Diziam que o recém fundado clube não tinha nenhuma ligação com o Esporte Clube Fiateci, um forte time de futebol que existiu em Pelotas naquela época, e que no momento da fundação do clube da fábrica já se encontrava em declínio, “disputando jogos esparsos, amistosos”. Conforme o artigo, o Fiateci era composto por trabalhadores de diversos estabelecimentos, jogando também com qualquer time, fosse este ou não de empresas. Já o E.C.F.T. objetivava jogar apenas contra times de firmas comerciais ou industriais e “exclusivamente na prática do verdadeiro amadorismo, fonte salutar da espontaneidade e da cordialidade que deve remar entre gente de trabalho”. (DIÁRIO POPULAR, 06/11/1946, p.5)

No dia oito de novembro o time de futebol estreou contra o Casa-Rádio Futebol Clube, no gramado do Fiateci, empatando em três a três.

Marcaram os golos para o Fiação e Tecidos, Abreu 2 e Alves 1, e para o Casa-rádio Dedé 2 e Schroeder 1. Dos fiandeiros os que mais se destacaram foram Abreu, Darlo, Pinho e Ribeiro, sendo este último o melhor dos 22 em campo. (DIÁRIO POPULAR, 13/11/1946, p.5)

O Esporte Clube Fiação e Tecidos participou das Olimpíadas de Confraternização Operária realizadas pelo Sesi, chegando a disputar o campeonato de futebol com três times: “que o Ouro Branco, formado de elementos veteranos do futebol, Tecidos, considerado por seus dirigentes como sendo a segunda força daquela indústria, e em primeira linha o Fiação, que é a força máxima”. (DIÁRIO

POPULAR, 26/03/1954, p.5) No atletismo também disputou com vários atletas, saindo campeão da modalidade em 1954.

O entrosamento que a fundação do clube gerou entre os operários chamou a atenção durante as entrevistas. Sempre que se questionava sobre a relação entre colegas, depois de se referirem aos termos “irmandade” e “família” para caracterizar esta vinculação, os homens sempre contavam fatos sobre o futebol e o clube.

As fotografias guardadas com carinho e mostradas durante as entrevistas pelos ex-operários e jogadores dos times de futebol materializam o passado vivido em conjunto e ao mesmo tempo registram a importância que este grupo tem na vida e na memória de cada um deles.



**Figura 41:** Jogadores do time de futebol do Esporte Clube Fiação e Tecidos.

Fonte: Acervos de João Iriart e Nede Matos.

Com relação ao relacionamento com os mestres, na maioria das vezes os homens disseram que estes eram parceiros também nas atividades do clube, e quando seu João contou sobre alguma desavença que pudesse vir a surgir, citou como exemplo algum fato relacionado a uma operária, demonstrando que se houvesse atritos entre mestres e operários, se dava com as mulheres.

[a relação] Era boa... Claro, sempre tinha alguns atritos porque essa situação de se trabalhar muitos parentes, tinha muitas famílias na fábrica, então isso era uma coisa normal. Se tivesse lá uma senhora que estava lá há vinte anos, aí de repente a filha dela ou o filho vinha trabalhar, né, então o que acontecia, se tinha algum problema, uma reclamação de um chefe pra uma filha ou um filho, então naturalmente aquela pessoa, às vezes acontecia, se melindrava, mas nada assim muito grave, essas coisas normais, do dia a dia de uma empresa. (JOÃO IRIART, 16/01/2008)

Nos processos da Justiça do Trabalho pesquisados, pelo menos um caso foi encontrado onde um operário, jogador do time de futebol, foi suspenso por um chefe, o que demonstrou mais uma vez que a realidade do passado é amenizada pela memória.

No processo nº 744/71 o operário C.A.M. pleiteou a revogação de duas suspensões que lhe haviam sido impostas. Os depoimentos do operário e de testemunhas suas e da fábrica ajudaram a compor o fato. Em outubro de 1971 o operário foi suspenso por cinco dias por se negar a limpar máquinas e descarregar algodão dos caminhões. O reclamante alegou que aquela não era sua função, pois era contratado como tecelão, e que para as atividades de limpeza de máquina e descarregamento de algodão havia empregados: os menores e os diaristas. A segunda suspensão ocorreu em novembro, por ter sido surpreendido pelo mestre da seção “jogando futebol com uma laranja, fazendo a tecelagem de campo”. O operário negou que estivesse jogando, e disse que seu colega havia lhe atirado um limão, pois não queria se ausentar de sua máquina para lhe entregar a fruta em mãos. Após ouvir as testemunhas, o tribunal deu ganho de causa ao operário, e condenou a empresa a pagar os dias não trabalhados mais as custas do processo. (PROCESSO JCJ nº 744, 1971) Mais uma vez se percebeu que se havia amizade entre operários e chefes, também havia a hierarquia que punia e vigiava, mas a memória que se formou tratou de ocultar esta lembrança.

Outro aspecto que se apresentou com frequência nos relatos masculinos foi a questão técnica da produção. Através dos depoimentos dos homens pôde-se compreender a logística que se dava entre os setores e o funcionamento das máquinas. Conforme Niebuhr (1999, pp. 137-138), o orgulho em conhecer o funcionamento das máquinas e dos processos produtivos proporciona ao operário o sentimento de ser possuidor de um saber, de “um conhecimento técnico referente à função que ocupa na empresa”. Assim ele se mostrava habilitado a concorrer a cargos de maior responsabilidade, podendo melhorar sua condição dentro da hierarquia fabril. Seu Danilo foi exemplo desta condição de operário que “subiu” dentro da empresa. Ao contar sobre sua trajetória na fábrica de carregador de fios a encarregado da seção de engomação e urdição, chamou a atenção para a admiração que o mestre tinha de sua responsabilidade no trabalho:

[...] fui subindo, aí o chefe daquele setor que eu trabalhava que era a seção de liças que era o mesmo chefe das engomadeiras e da

urdição, aí me levou pra lá. Ele gostava do meu serviço, ele me achava responsável. E as engomadeiras e a urdição teria que ser muito responsável. (DANILO PLÁ, 10/01/2008)

Também analisando o fato dos homens se interessarem por conhecer o processo produtivo, Vera Pereira (1979, p.83) chamou a atenção para o fato de que este saber estava associado ao tempo de trabalho na empresa e principalmente como prova de interesse pela profissão.

Ilustrando o fato da presença da descrição dos aspectos técnicos nos depoimentos masculinos, transcrevemos um fragmento da entrevista de seu Paulo Plá, que buscou durante a entrevista dar esclarecimentos detalhados sobre os setores onde trabalhou ou dos quais tinha conhecimento. No trecho abaixo ele explicava que o trabalho no setor da enfardação era feito em duplas, para o que era importante o entrosamento entre os colegas.

[...] a marcação também era feita em dupla. Um botava a peça de fazenda, era uma máquina que tinha um braço que ia lá e baixava, vinha cá, baixava, levantava, ia lá baixava, quando ele ia lá ele encostava num colchonete, essas almofadas de carimbo, aí ele encostava aquilo naquela almofada que já tava com tinha, e aí quando ele vinha já tinha que estar uma peça pra marcar. Marcava aquela peça e ia pra lá. Então quando estava na marcação, eu botava a peça, marcava o lugar direitinho, o braço vinha e o outro tirava, o outro puxava a peça enquanto eu já estava botando outra. Então eu largava a peça ali e pegava outra. E o outro só tirava. [...] Os fardos era uma prensa tipo essas que tem pra lavar automóvel que sobe. Era exatamente um eixo daquilo ali. E então colocava as fazendas empilhadas em cima daquilo, botava-se pano em cima e pano embaixo, dois pedaços de pano, empilhava aquilo primeiro, botava o pano por cima, aí ligava, aquele negócio levantava e comprimia a fazenda. Aí enquanto ficava comprimindo, tu pegavas a fazenda e costurava a parte de cima com a parte de baixo. Costurava dum lado, costurava do outro, aí quando largava aquilo ficava fechadinho direitinho, porque espichava. E ficava aquele fardinho arrumadinho direitinho. Depois era só costurar um pano na parte de cima, na cabeça e outro embaixo e ficava protegida a fazenda. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

Era interessante observar seu Paulo contando sobre a máquina de marcação, pois ele realizava movimentos que imitavam o trajeto percorrido pelo braço da máquina, indo de um lado para o outro, além dos movimentos que faziam os operários que atuavam na sua alimentação. Estes movimentos todos foram reproduzidos pelo ex-operário, na época com 76 anos.

Em seu trabalho com lembranças de idosos, Ecléa Bosi detectou o mesmo tipo de recordação corporal ao entrevistar um senhor que havia passado a vida fabricando flores artificiais:

A recordação é tão viva, tão presente, que se transforma no desejo de repetir o gesto e ensinar a arte a quem escuta: 'Veja o caule, nós enrolávamos torcendo assim, com a mão direita, enquanto a esquerda vai

enrolando a tira verde. Assim... Bravo! Agora enrole este sozinha. (BOSI, 1987, p. 393)

Maria Leticia Ferreira (2002, p.210) também observou este retorno aos gestos do passado, quando seus entrevistados, ex-funcionários da Rheingantz, refaziam movimentos do trabalho passado. Conforme a autora, “o sujeito parece abstrair momentaneamente do espaço circundante e a recordação atem-se somente na função desempenhada, reinventando o saber fazer, garantia de existência num universo desafiador”.

A memória do fazer ficou gravada em seu Paulo, de forma semelhante à memória-hábito postulada por Henri Bérghson, a qual seria adquirida através da atenção e da repetição a gestos e palavras, pertencendo ao nosso processo de “adestramento cultural”. (BOSI, 1987, p.11)

### 3.4.2 O UNIVERSO FEMININO

O fuso que se enchia com as maçarocas feitas com o algodão, já cardado, torcido e trabalhando com os dedos. O fio ia crescendo, espichando... Enrolado o fio no fuso – a maçaroca. Depois, enrolava-a em novelo, para a tecelagem.

- Ela também vivia enrolada. Rodopiava para conseguir dar conta do recado. Era um fuço; sua vida, maçaroca.

Célia Arantes

Assim como a personagem Malvina, do conto “Nos fios da Memória” de Célia Arantes, as operárias da fábrica de tecidos pelotense também faziam um esforço para “dar conta do recado”. A fábrica não oferecia creche, e os filhos tinham que ficar em casa com irmãos mais velhos ou na casa de parentes. O almoço era adiantado de véspera ou antes do início do turno da manhã, pois não havia tempo para cozinhar no intervalo entre os apitos das onze e trinta e das treze horas. Lavar as roupas da família e limpar a casa eram tarefas de final de semana.

Eu adiantava de noite e de manhã eu terminava. Eu nunca comi comida requentada. [...] Eu fazia comida como eu faço até hoje, só que assim, se eu ia fazer panqueca, eu deixava o guisado refogado arrumadinho, não é, e de manhã cedo eu levantava, fazia as massas das panquecas, recheava, porque o meu filho ficava na casa da minha tia que ele chamava de vó, lá perto da fábrica. Então eu saía com ele sete horas da manhã e deixava ele lá. Porque não tinha creche. [...] Então eu levava pra lá. E quando eu levava, já levava comida pronta, a comida arrumadinha. Sábado de tarde quando a gente não trabalhava, a gente limpava a casa, fazia compra. [...] Eu tenho uma cunhada que dizia assim “Marlei, vem almoçar hoje aqui”, “ah, hoje eu não posso”. Eu tinha um trilho que vinha lá da frente até aqui. E o assoalho não era assim, era assoalho, então eu botava aquele trilho que era pra poupar né. Então eu dizia assim “não, domingo eu tenho que lavar o trilho, eu tenho que fazer feijão”, então domingo tu passava o dia inteiro às voltas. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)



As moças solteiras tinham mais tempo para assistir aos jogos de futebol do clube e participar de bailes, mas não se deve esquecer que algumas exerciam também um papel importante na manutenção da casa. Dona Iza contou que quando tinha doze anos sua mãe adoeceu e ela precisou parar com os estudos para ajudar em casa, nas tarefas da cozinha. Já dona Marlei ficou órfã de mãe aos dois anos de idade, e desde pequena dividiu com a irmã as atividades domésticas:

Quando eu entrei eu era solteira, mas como eu não tinha mãe, eu tinha que ajudar nos trabalhos da casa né. Então meu pai fazia assim, eu tinha uma irmã que não trabalhava, era mais velha que eu. Então a minha irmã cuidava da casa, mas era um sábado pra mim outro pra ela limpar a casa, no fim de semana um domingo pra eu cozinhar um domingo pra ela cozinhar, então eu já tinha responsabilidade. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

As casadas, quando os filhos estavam crescidos, também participavam de passeios com os colegas e de excursões para assistir aos jogos do time de futebol. Mas geralmente os finais de semana eram reservados para a organização da casa e a permanência com os filhos.

Marlus Niebuhr (1999, p. 104) encontrou a mesma situação das mulheres em seu estudo com operários têxteis de Brusque, Santa Catarina. Segundo o autor, “na esfera feminina deparamo-nos com a questão da dupla jornada [...] Após o casamento, era nas horas de folga que encontravam momentos para a realização das mais variadas tarefas domésticas”. A mesma realidade feminina foi descrita por Vera Pereira (1979, p.159):

As operárias que são donas-de-casa utilizam o domingo para realizar tarefas domésticas que não puderam fazer durante a semana [...]. Principalmente, é no domingo que a mulher assume seu papel feminino mais característico: o de autoridade absoluta sobre a alimentação da família e o preparo do almoço de domingo.

No dia a dia corrido, alguns fatos ficaram marcados na memória, e evidenciam que a dupla jornada era estressante para estas operárias. Dona Iza lembrou que certa vez chegou na fábrica e não se lembrava se havia desligado a boca do fogão. Pediu ao chefe para ir até em casa verificar e lá chegando viu que a boca havia ficado mesmo acesa. Dona Maria Nelci contou que um dia saiu da fábrica cansada e foi direto para casa. Quando chegou se deu conta de que havia esquecido os filhos na escola. Também contou que para chegar no horário na fábrica, ia de casa até lá correndo.

O fato de serem mulheres e estarem sujeitas à gravidez também as preocupava. Dona Marlei foi demitida quando ficou grávida. O processo da Justiça

do Trabalho nº 121/55 documentou um caso semelhante, onde M.G.P.G. foi demitida quando estava com sete meses de gravidez, conforme confirmou o atestado médico anexado. Dona Marlei não colocou a fábrica na justiça, e alguns anos mais tarde voltou a trabalhar como tecelã. Ela contou sobre uma colega que havia colocado uma questão contra a fábrica, e que havia sido demitida. Como precisava trabalhar, a moça passou algum tempo pedindo sua vaga de volta, e demorou a ser readmitida. Quando finalmente voltou a trabalhar, engravidou. Com medo de perder novamente o emprego, fez um aborto. “Foi em julho isso, naquela época que caía aquela chuvinha miúda sabe, ela pegou toda, toda aquela chuva. Aí claro, deu a recaída ela ficou um mês em casa e morreu. Porque, porque ela não queria perder o serviço.” (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

De qualquer maneira, no meio deste cotidiano corrido havia tempo para brincadeiras entre as colegas de seção, que conforme Marlus Niebuhr (1999, p.147) são as ocasiões em que o trabalhador “vai protestar contra a disciplina que lhe é imposta, quanto ao tempo que lhe é tomado, resistindo assim, ao seu assujeitamento”. Michel de Certeau (2007, pp. 97-101) denomina certas atitudes, onde podemos encaixar as brincadeiras no ambiente da fábrica, como *táticas* que seriam “a arte do fraco”. Conforme o autor, a tática

Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Dona Maria Plá contou sobre uma dessas astúcias, onde as operárias utilizaram-se de uma brecha na vigilância do mestre para causar um movimento de estranhamento e algazarra dentro do setor de fiação. Numa ocasião em que havia copa do mundo, a entrevistada levou uma bombinha de pavio para estourar quando houvesse gol.

E as polias eram de ferro, grande assim, e tinha um buraco no meio. E a minha amiga levou um rádio e nós estávamos escutando. No que o Brasil fez o golo eu risquei a bomba e botei no meio assim. Deu um estouro que foi uma coisa. Dentro dum prédio fechado. “Quem foi que fez isso, quem foi?” Aí eu cheguei lá também “quem foi que fez isso?” As gurias nem olhavam pra minha cara né, porque sabiam que era eu. Se elas olhassem morriam de rir. “Mas que horror que isso, podendo até prender fogo em tudo.” Podia, porque o algodão flutuava no ar assim, em pó, o algodão voava no ar. [...] E aí aquilo se pegar fogo, sai aquelas faíscas tudo, tudo era inflamável. “Quem foi, quem foi, quem foi?” Aí eu cheguei lá também “quem foi, pelo amor de deus? Será que essa gente não tem consciência do

que estão fazendo? Será que não vê que a gente pode até se queimar...” e elas nem me olhavam né. Levamos uma semana com aquela gozação daquela história. E eles furiosos querendo saber quem era que eles iam botar na rua. Mas ninguém contou. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Em outro dia as mesmas duas levaram um rádio para escutar música, o que era proibido. Para despistar os colegas e os superiores, encheram a capa do rádio com algodão e a deixaram à mostra, escondendo o aparelho no meio do algodão, em um caixote. Um colega vendo foi se queixar ao contra-mestre, que veio saber o que estava acontecendo, dizendo que pela lei elas poderiam ser demitidas se fossem pegas ouvindo rádio. Elas mostraram a caixinha cheia de algodão, desmentindo o colega. Assim fizeram durante vários dias, quando foram descobertas por outros colegas próximo a hora do fim do turno. No outro dia deixaram o rádio em casa e levaram a capinha, que novamente encheram de algodão. O mestre já avisado pelos outros sobre a infração, foi logo chamar a atenção das duas operárias, que mostraram mais uma vez a capinha e pediram que mestre procurasse pelo rádio dentro dos caixotes. Não encontrando, não pode suspendê-las.

Dona Iza também relatou uma brincadeira que os operários faziam durante a época de eleições. Os candidatos percorriam a fábrica cumprimentando os trabalhadores e fazendo campanha. Estes afixavam em suas máquinas os “santinhos” do candidato que fazia a visita naquele dia. “Claro, eles ficavam cheios de grau né. Entravam “ah, tá, muito obrigado”. Saíam, dali a dois dias vinha outro, nós botava a fotografia daquele [risos] então era assim sabe, a amizade era boa né, da gente.” (IZA BARBOSA, 14/02/2008)

Conforme José Sérgio Leite Lopes (1988, p.82), estas brincadeiras e outras táticas para burlar a fiscalização podem ser denominadas como “reinvenção criativa” atitude que está “intrinsecamente ligada a uma concepção de trabalho, que inclui tanto a construção da suportabilidade das condições de trabalho fabris quanto padrões de sociabilidade entre companheiros de trabalho submetidos ao poder da administração da fábrica”. Estas práticas transformariam eventos do cotidiano em acontecimentos inesperados, motivos para risos e conversa, quebrando a monotonia do trabalho. Mais adiante o autor afirma que este tipo de “cultura fabril” era às vezes tolerado pela administração da fábrica por não questionar a legitimidade do poder, “sendo construída assim uma ‘microfísica da produção’ mais relacionada a um campo de jogos e lutas cotidianas que a uma orquestração pré-determinada.” (LEITE LOPES, 1988, p.88)



**Figura 42:** Operária trabalhando nas máquinas da fiação.  
Fonte: Acervo família Madruga.

Fora as brincadeiras, no dia-a-dia da fábrica as operárias buscavam ajudar umas às outras. Esta solidariedade foi citada por todas, valorizada como um dos aspectos que amenizavam o cotidiano pesado.

Nos momentos de final de quinzena, as tecelãs que recebiam a cada quinze dias e trabalhavam por produção, isto é, recebiam remuneração por peça de tecido feita, não queriam se ausentar dos teares para não perder tempo. Então quando uma colega ia buscar um copo d'água, já trazia para a outra. Na hora do café, dividiam os lanches.

Quando eu estava grávida fiquei muito enjoada então alguém levava pão com manteiga, às vezes com doce, ai, eu olhava assim, via aquela gente comendo, que a gente comia muito pão com banha, ai como era bom pão com banha. Coisa de pobre né, presunto nunca. Aí eu dizia assim “ai me dá um pedaço desse teu pão com banha?” Aqueles bolos, tinha uma senhora bem velha, que era solteirona, ela não era muito certa da cabeça, a Alzira, ela levava uns bolinhos de carne. Mas tão bons aqueles bolinhos de carne. ..“Ai Alzira, vamos trocar de merenda, eu te dou uma bolachinha e tu me dá um bolinho”, então ela fazia bastante e levava. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Quando acontecia uma “entaladela” no tear, ou seja, vários fios rebentavam e enredavam, era preciso parar a máquina e recolocar todos os fios nos liços<sup>27</sup>. Isso demandava muito tempo, e aquela operária certamente teria uma redução na produção, o que acarretava um menor salário naquela quinzena. Para que ela não

<sup>27</sup> Liço: Cada um dos fios de arame suspensos no tear, por onde passam os fios da tecelagem. (HOUAÏSS, 2004, 456)

perdesse tanto tempo, as colegas mais chegadas paravam suas máquinas e iam ajudar a desenredar os fios e recolocá-los no lugar.

Algumas táticas eram usadas pelas operárias para conseguir produzir um pouco mais. As que conseguiam, chegavam mais cedo, para que quando as máquinas comessem a funcionar, elas já estivessem a postos. Também manipulavam a máquina nos finais de quinzena para fazer a peça sair mais rápido: “aquela engrenagem é que ia puxando né, a trama. Então se tu puxasse um pouquinho a trama saía um pouquinho mais fina, mas adiantava”. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Em relação ao relacionamento com os mestres, as mulheres foram as que mais lembraram o tempo em que o Guará esteve na fábrica. “Depois que entrou aquele castelhano pra lá aí sim, aí a coisa degradingolou mesmo. Aquele homem chegou a ponto de dizer assim: ‘se a minha mãe trabalhasse aqui e eu visse ela parada eu dava-lhe bofetada’”. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Sobre os outros mestres e chefes, elas contaram que eram boas pessoas, mas que mantinham a firmeza no relacionamento, o que foi justificado pelas mesmas ex-operárias como sendo necessário.

[...] eles eram superiores, eles não podiam se juntar conosco mesmo. Então eles eram sérios, eles mantinham, que era pra gente ter aquele respeito por eles né. Mas eles não eram pessoas ruins, como colegas, como homens, eles eram ótimas pessoas. Com autoridade que eles tinham né, eles já eram um pouco mais severos. Mas isso aí é como todo o serviço que a pessoa tem uma responsabilidade. Como eles tinham responsabilidade com uma turma de funcionários, uma quantidade de máquina [...] pra uma pessoa ser responsável por tudo aquilo ali, era muita coisa. Era muita mulher e muita coisa. Então eles tinham que manter aquela seriedade deles. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Conforme se pode observar, as mulheres tiveram a tendência de lembrar os aspectos sentimentais do passado, as sociabilidades entre as colegas; já nos relatos masculinos, o funcionamento das seções e das máquinas foi lembrado, às vezes quase de forma visceral, quando durante a fala reproduziam os gestos necessários para realizar um trabalho e os movimentos das máquinas.

Além do fato da memória feminina ser mais ligada ao subjetivo e a masculina ao objetivo, foi percebida a diferença no cotidiano entre operários e operárias. Os homens tinham um dia-a-dia mais livre, saindo do trabalho para a sede do Esporte Clube Fiação e Tecidos para jogar com os colegas, enquanto as mulheres cumpriam uma jornada dupla, pois após o trabalho na fábrica iam para casa cuidar dos filhos, cozinhar o almoço do dia seguinte e organizar a casa.

## **4 PELAS CALÇADAS E PELAS CASAS: A VIDA OPERÁRIA NA ZONA DA VÁRZEA**

Como foi verificado anteriormente, a grande parte dos trabalhadores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense residia no entorno da fábrica. Em seu estudo intitulado “O coração da fábrica”, Vera Pereira identificou o mesmo aspecto ao trabalhar com operários de uma fábrica de tecidos da cidade do Rio de Janeiro. Denominou este agrupamento de residências operárias no entorno da fábrica de “comunidade residencial” (PEREIRA, 1979, p.39). No caso carioca a empresa havia construído casas para alugar aos funcionários, o que se deu de forma distinta ao caso pelotense. Aqui, a fábrica ensaiou uma tentativa de construção de vila operária, como já foi visto, mas não concretizou o projeto. A maior incidência de residências de trabalhadores no entorno do local de trabalho se deu mais pelo fato da zona da Várzea ter concentrado um grande número de empresas e indústrias a partir do início do século XX, o que fundou na área um bairro operário, onde os lotes e os aluguéis tinham um preço menor, já que era uma região sujeita a alagamentos e estava localizada fora da zona servida pela infra-estrutura, mas mesmo assim próxima ao centro da cidade.

Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987, p.18) observou que esta localização espacial dos bairros industriais e operários se fixarem nas zonas de várzea aconteceu em São Paulo, mas que não era uma característica apenas paulista. Conforme a autora,

Esses bairros eram, em geral, bairros mistos, de residências operárias e indústrias. [...] A escolha de locais para o estabelecimento das indústrias e fábricas obedecia a certas invariantes ou “lógica”: locais onde o preço do terreno era mais baixo, próximos a estradas de ferro para embarque e desembarque [...], razoavelmente servidos de “transporte” para a locomoção da classe trabalhadora, etc. por outro lado, o baixo preço dos terrenos da várzea até meados da década de 10 (1915, mais ou menos) fazia o loteamento e a construção de residências humildes nestes locais um negócio altamente lucrativo, fixando-se neles o operariado.

Ainda de acordo com a mesma autora, o modo de vida semelhante unia os trabalhadores e moradores do mesmo bairro possibilitando o surgimento de uma “comunidade”, vivendo em torno de interesses e lutas comuns. (DECCA, 1987, p.47)

As amizades que se iniciaram no ambiente de trabalho da fábrica de tecidos iam se desenvolver no dia-a-dia dos operários fora dali, em suas casas, nos bailes, nos cinemas, nos finais de semana. Os namoros viraram casamentos, vieram os filhos, que viraram amigos dos filhos dos colegas. Da mesma forma, as amizades que foram travadas na rua, poderiam levar os companheiros para o convívio da fábrica, já que era por indicações que se conseguia uma vaga para trabalhar.

As condições de vida enfrentadas por todos os operários influenciavam sua forma de trabalhar, no seu rendimento na produção. Se houvesse enchente, menos trabalhadores poderiam chegar à Companhia. Se houvesse carestia de alimentos, talvez eles ficassem menos fortes para enfrentar a jornada, e se houvesse reivindicações de classe, eles participariam. Serão novamente os relatos dos antigos operários que nos guiarão por esta parte da história da zona da Várzea, amparados sempre pelas notícias veiculadas em periódicos da época.

Descortinar este passado através das lembranças dos mais velhos tem o valor de encontrar-se com uma obra de arte, como indicou Ecléa Bosi (1987, p.41):

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte.

E assim, como se tivéssemos olhado para dentro da fábrica através de suas janelas para descortinar o cotidiano fabril, chega a hora de olharmos para fora, para entender o que se passava com os operários pelas calçadas e pelas casas.

## **4.1 AS CONDIÇÕES DE VIDA E A INFRA-ESTRUTURA DO BAIRRO**

### **4.1.1 AS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS**

O ano de 1953 iniciou com notícias que deram conta de aumentos nos preços de gêneros de primeira necessidade. Em 17 de janeiro Rodolfo Xavier, escrevendo para o jornal local A ALVORADA, observava que o novo ano não começava com melhores perspectivas em relação aos anos passados. Reclamava do governo que aumentava os salários de funcionários públicos, enquanto outros

trabalhadores ficavam a mercê de baixos salários e preços cada vez mais altos. Ainda segundo o autor,

[...] a pobreza luta com todas as dificuldades para a alimentação e para obter casas de aluguéis prevalecendo-se o mercado negro de qualquer cortiço, alugando-o por 150, 200 e 250 cruzeiros mensais nos subúrbios da cidade, sem água nem esgotos. (A ALVORADA, 17/01/1953, p.1)

No início de fevereiro o mesmo jornal denunciou que os aumentos nos gêneros alimentícios continuavam e que havia “ameaças” de que subissem ainda mais. Culpou os comerciantes “açambarcadores [...] contaminados com o vírus da ganância” e chamou à atenção para as estratégias lançadas pelos mesmos, nas quais alguns produtos desapareciam do mercado, aguardando que o governo aumentasse os preços, para então serem recolocados à venda. O mesmo artigo trouxe preços dos gêneros que estavam sendo praticados na época em Pelotas, relacionando-os aos preços antigos e ainda aos preços dos mesmos produtos em outras cidades, como Uruguaiana onde, por exemplo, um pacote de banha custava Cr\$ 12,00, quando em Pelotas, onde era vendido por Cr\$ 20,00 (A ALVORADA, 07/02/1953, p.1).

Poucos dias depois o vice-prefeito em exercício, Oscar Echenique, deu declaração ao jornal dizendo que os preços da carne não haviam subido em Pelotas, ao que o autor do artigo rebatia, informando que em alguns açougues se verificava sim um aumento, e clamava pela fiscalização (A ALVORADA, 21/03/1953, p.1).

Desde 1952 a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços – COMAP, através do Departamento de Abastecimento Municipal – DAM, mantinha no Mercado Público um armazém, onde comercializava os gêneros de primeira necessidade por um preço mais baixo. Mas a reclamação que se fazia presente nos jornais era de que quem precisasse utilizar este armazém ficava obrigado a permanecer horas nas filas de espera, inviabilizando a compra para os que trabalhavam. Em maio de 1954 um leitor sugeria através do jornal DIÁRIO POPULAR que a COMAP criasse um outro posto de vendas, “um dia que fosse por semana, noutro lugar em zona oposta a do Mercado, como na praça Júlio de Castilhos, já que os armazéns da feira livre não correspondem nas mesmas condições de preços” (DIÁRIO POPULAR, 08/05/1954, p.3)

Em setembro de 1953 A ALVORADA anunciou que definitivamente os preços da carne haviam subido. Se em março um quilo de carne custava entre seis e oito cruzeiros, seis meses depois havia aumentado para catorze. O jornal alertava:



“francamente, o povo atravessa uma quadra de verdadeira apertura, e diante do que se está passando acreditamos que a situação vai se tornar mais aflitiva, pois não há esperanças de que surja uma medida capaz de coibir semelhante abuso” (A ALVORADA, 26/09/1953, p. 01). Ainda em 1953 o então Ministro do Trabalho, João Goulart, prometeu um aumento de 100% para o salário mínimo, o que, segundo os jornais locais, funcionou como estopim para os aumentos nos preços.

A situação foi-se agravando. Os meios de comunicação, através de artigos e de publicação de cartas de leitores mapearam os preços e denunciaram os abusos. Em janeiro de 1954 A ALVORADA trouxe uma listagem de gêneros de primeira necessidade<sup>28</sup>, onde discriminava as quantidades suficientes para a sobrevivência de um casal, por dia. O valor total para cobrir as mínimas despesas com alimentação chegava a Cr\$ 819,00, sem somar a esta quantia os valores com aluguel, transportes, remédios ou vestuário, água ou luz. Na época, informou o jornal, o salário mínimo local era de Cr\$ 650,00 (A ALVORADA, 23/01/1954, p.1).

O jornal DIÁRIO POPULAR publicou, em abril do mesmo ano, a contribuição à seção “Instantâneos Locais” feita por um leitor que se auto-denominava “operário especializado”. O redator da carta denunciava o aumento do preço do leite, que tabelado pela COMAP a Cr\$ 3,00 o litro, era vendido em alguns bares a Cr\$ 4,00. Chamou a atenção para a legislação, citando um parágrafo do artigo 2º da Lei de Crimes e Contravenções contra a Economia Popular, o qual fixava penas para aqueles que transgredissem as tabelas oficiais, praticassem preços superiores às mesmas ou ainda que não as mantivessem afixadas em lugar visível. Disse o operário: “Parece que, não há exagero nem irreverência da assertiva, as leis no Brasil são feitas apenas para constarem no papel, pois ninguém as cumpre” (DIÁRIO POPULAR, 11/04/1954, p.4). Quatro dias depois o mesmo jornal publicou declaração do presidente da Cooperativa de Laticínios, que informou que os aumentos no preço do leite não tinham origem na fonte produtora. Informou ainda a mesma nota que a COMAP se reuniria para avaliar o aumento praticado em descumprimento às tabelas oficiais.

Em onze de maio a COMAP publicou o tabelamento do pão e do leite, o qual elevou na tabela para Cr\$ 4,00 o litro vendido no comércio e Cr\$ 2,00 o vendido nos

---

<sup>28</sup> A listagem estava composta por arroz, carne, feijão, batatas, banha, carvão, farinha açúcar, pão e café. Note-se que o leite não fazia parte da listagem.

postos de venda do DAM. O jornal DIÁRIO POPULAR denunciou que à imprensa não foi dado o direito de assistir a reunião de onde a decisão havia sido tirada:

Ora, se ali são discutidos democraticamente os interesses do povo, se ali estão representadas todas as classes sociais, se ali há o desejo honesto de solucionar os assuntos da alçada do referido órgão, por que razão a imprensa não pode estar presente? Sem dúvida é absurda a norma adotada pela COMAP pelotense, tão absurda quanto a tentatória ao direito de acesso das frentes de informação assegurada aos jornalistas pela carta magna. (DIÁRIO POPULAR, 11/05/1954, p.8)

Em resposta aos aumentos o Sindicato dos Trabalhadores de Pelotas divulgou no dia nove de junho o “Manifesto da Comissão Executiva do Movimento Sindical Pró Salário Mínimo e Congelamento dos Preços” visando manifestar

a intranquilidade existente nas mais amplas camadas de nossa sociedade e especialmente entre as classes menos favorecidas pela situação verdadeiramente caótica ora reinante no país em consequência do negativismo dos órgãos de controle de preço, facilidades na obtenção de lucros descomedidos e sobretudo pela resistência desonesta e inescrupulosa das altas categorias econômicas às conquistas sociais obtidas com lutas e sacrifícios sem conta. (DIÁRIO POPULAR, 09/06/1954, p.3)

O documento chamava os trabalhadores para um movimento organizado de repúdio ao “movimento altista”, e marcava a primeira manifestação para o dia seis de julho, quando todos os trabalhadores deveriam cessar suas atividades durante 24 horas. “Tudo pelo imediato pagamento do salário mínimo. Tudo pelo congelamento dos preços.” Na véspera do dia marcado para o movimento reivindicatório, o prefeito Mário Meneghetti decretou ponto facultativo para o dia seis, e chamou à atenção para a promessa feita a ele por parte dos representantes da Comissão Pró Congelamento de Preços, de que a greve teria

[...] caráter ordeiro e pacífico da paralisação do trabalho, por 24 horas, amanhã dia 6, e que os serviços essenciais à coletividade como energia elétrica (luz e força), abastecimento de água, transportes coletivos, fornecimento de leite e carne não serão afetados, tendo em vista a grave repercussão que a paralisação de tais serviços teria para a população vítima também da carestia de vida. (DIÁRIO POPULAR, 06/07/1954, p.8)

O movimento teve “caráter pacífico”, conforme indicou o jornal DIÁRIO POPULAR, culminando em uma manifestação pública frente ao prédio da Prefeitura Municipal, onde se reuniu a massa de manifestantes para ouvir o prefeito municipal, alguns vereadores e líderes da manifestação que discursaram.



**Figura 43:** A manifestação no largo da Prefeitura, no dia 6 de julho de 1954.

Fonte: DIÁRIO POPULAR, 08/07/1954, p.8.

Em uma contribuição à seção "Instantâneos Locais" o leitor P.S. observou o medo com o qual a população local aguardou o dia da greve, surgindo inclusive boatos de que poderiam haver saques, "como se em vez de uma greve pacífica, de uma simples demonstração de protesto, se tratasse de um movimento de caráter revolucionário". Conforme o relato do leitor, aos poucos o medo se desfez, "ante a calma e a ordem reinantes" (DIÁRIO POPULAR, 08/07/1954, p.8).

O ex-operário da Companhia Fiação e Tecidos, Paulo Plá, rememorou estes momentos de mobilização dos trabalhadores:

E houve naquela época também, um pouco antes, talvez um ano<sup>29</sup>, houve um aumento da carne aqui, o preço da carne subiu aqui, e o operariado tudo, começaram o sindicatos a se reunir e fizeram uma passeata pra baixar o preço da carne, e naquela época juntou lá o operariado do Anglo, que devia ter lá uns 400, 500 funcionários, a fábrica também, com uns 400, 500, e mais o pessoal do porto, do moinho, e aquele pessoal que trabalhava lá, e fizeram uma passeata pela cidade pedindo a baixa do preço da carne. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

O relato de seu Paulo recria a imagem do tempo em que na zona da Várzea a força operária se fazia presente, unindo-se em movimentos reivindicatórios em prol da classe trabalhadora.

#### 4.1.2 PAVIMENTAÇÃO E ENCHENTES

Conforme foi dito no capítulo 1, a zona da Várzea foi edificada em uma das baixadas do território da cidade, no encontro entre o arroio Pepino e o canal São Gonçalo. No período em estudo, enchentes atingiram a região, deixando desabrigados e causando transtornos na vida de quem ali residia.

Mesmo em momentos mais chuvosos que não ocasionavam alagamentos de grandes proporções, as ruas da zona da Várzea, a maioria sem calçamento de pedras até a década de 1970, ficavam tomadas pela lama. Nos relatos dos ex-operários aparecem as lembranças destes momentos. Seu Nede contou que a pavimentação chegava até a rua Álvaro Chaves, por onde tantos anos passou o bonde, mas que a partir da Bento Martins, as ruas não eram calçadas. Dona Marlei refaz através de seu relato os momentos de penúria pelo meio das águas lamacentas das ruas, quando ia a pé até a fábrica, levando numa bolsa um calçado seco para poder trabalhar durante aquele dia:

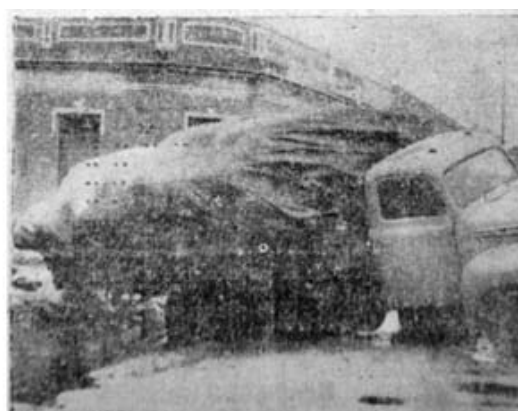
Bom, quando eu entrei pra fábrica não tinha calçamento. E a gente muitas e muitas vezes, porque tinha enchente, enchia d'água ali. Então muitas e muitas vezes a gente tinha que entrar por dentro d'água. Com água acima do joelho. Porque aquilo ficava tudo inundado. Enchia, enchia muito. E não tinha calçamento, tinha aquelas valetas, a gente andava, escapando de um buraco, daqui e dali, até chegar na fábrica. Lá na fábrica era um pouquinho mais alto, mas ali onde eu morava era cheio. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Nos jornais, inúmeras eram as reclamações sobre o estado das ruas na zona da Várzea. Em fevereiro de 1954 os moradores da zona fizeram um apelo ao prefeito, através de carta publicada na seção Instantâneos Locais, do DIÁRIO POPULAR. Na missiva observaram que as repetidas chuvas de verão atingiam as ruas não calçadas do lugar:

<sup>29</sup> Seu Paulo comentava sobre a movimentação do operariado quando do suicídio de Getúlio Vargas, um antes da reivindicação operária pedindo pela baixa do preço da carne.

[...] o problema apresenta-se sem modificação sob os mesmos precários aspectos toda a vez que as chuvas tornam a Várzea num imenso pântano. A conclusão irretorquível é que sem calçamento jamais a Várzea deixará de ser o que é: um mar de barro onde o trânsito é impossível nos períodos de aguaceiros. Pediríamos ao sr prefeito que desse um passeio pela referida zona em dias de chuva para que possa se capacitar da realidade. (DIÁRIO POPULAR, 27/04/1954, p.3)

Ponderaram os moradores que o período pior, ou seja, o do inverno chuvoso e úmido, ainda nem se fazia presente, e a situação já era calamitosa, inclusive com atolamento de veículos (figura 44). Concluía apelando: “Calçamento, seja com pedra irregular e mesmo em caráter provisório é o único meio de remediar o mal, porquanto aterros como os que têm sido feitos até aqui resultam no eterno barreiro e nada resolvem. Calçamento, calçamento seja como for.” Os relatos reproduzidos pelo jornal e pelas narrativas dos ex-trabalhadores da Várzea permitem que se recrie a imagem de uma região com ruas de terra, poeirentas nos dias secos, enlameadas em períodos chuvosos, sendo no verão ou no inverno.



**Figura 44:** Veículos atolados na zona da Várzea.  
Fonte: DIÁRIO POPULAR, 11/07/1954, p.10.

Os diversos apelos noticiados pelos jornais fazem perceber que as zonas periféricas ao centro não recebiam manutenção ou melhoramentos na pavimentação. Parece que pelo menos até a década de 70, as ruas foram cobertas com aterro, com exceção daquelas pelas quais passava o bonde, como a Álvaro Chaves, Gomes Carneiro, Benjamin Constant. Por inúmeras vezes apareceram informações sobre buracos, lixo ou entulho sobre os leitos das ruas, reparos por terminar. Em 1973 o jornal DIÁRIO POPULAR anunciou que 25 mil metros quadrados de ruas na zona da Várzea estavam sendo calçados com pedra irregular<sup>30</sup> (DIÁRIO POPULAR, 19/09/1973, p.5). Dias mais tarde informou que

<sup>30</sup> As ruas que estavam sendo calçadas naquele momento eram: Voluntários da Pátria, Garibaldi, Três de Maio, Alberto Rosa, Uruguai e Visconde de Jaguarí.

outros 15 metros quadrados na Várzea estavam sendo calçados<sup>31</sup>, e que o bairro Nossa Senhora de Fátima receberia calçamento até o Natal (DIÁRIO POPULAR, 09/10/1973, p.1).

Todos os problemas conseqüentes da falta de pavimentação ficavam agravados quando aproximava-se o inverno, época de constantes chuvas.

Seu Paulo Plá contou sobre a enchente ocorrida em 1941, a qual manteve na memória:

[...]em [19]41 eu era guri, ainda nem trabalhava. Mas ali teve a água teve até a esquina da João Pessoa. Olhava ali de casa pr'aquela zona lá, aquilo era um mar de água. Ali tudo, a Alfândega, tudo ficou, as ruas todas tapadas d'água. O pessoal andava de caíque por ali, tirando os móveis que podiam ser estragados com a enchente. Aquilo ali era um movimento, porque muita gente se viu obrigada a se transferir pra casa de parentes. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

Ao iniciar o mês de junho de 1954, um cidadão denominando-se “eleitor” recorreu aos Instantâneos Locais, queixando-se da situação da Várzea e anunciando um “mau prenúncio”. O autor da carta disse que o mês havia começado acompanhado de frio e chuva. E fez a sua previsão:

Se é este um prenúncio de inverno chuvoso, nada de agradável espera aquela parte da população pelotense que tem suas moradias em zonas onde ainda não chegou o progresso com o benefício do calçamento. E quantas são as que se encontram nessa situação? Uma boa parte da cidade, a partir da Várzea, tantas vezes citada, vive os períodos longos de chuva sob o tormento das lagoas, do barro, dos valos intransponíveis e toda uma vasta série de transtornos e dificuldades. E toda aquela gente trabalha e tem seus afazeres, suas obrigações a atender e precisa locomover-se. E como? Por dentro d'água ou atolando-se na lama. Não há outra alternativa. (DIÁRIO POPULAR, 11/06/1954, p. 3)

Um mês depois, em julho de 1954, uma enchente inundou por mais de um mês as zonas baixas da cidade. Iniciando pelas terras à margem do arroio Santa Bárbara, principalmente na vila Castilhos, o “elemento líquido” atingiu em seguida a região sul da cidade, onde o canal São Gonçalo teve seu nível aumentado, alagando a vila do Gasômetro e seu entorno. Às margens do arroio Pepino, a zona da Várzea, também sofreu com o alagamento. No dia 14 o jornal DIÁRIO POPULAR anunciou que o nível do canal São Gonçalo havia subido dois metros. A comunidade pelotense uniu-se para ajudar aos flagelados, juntando donativos e dinheiro, e os desabrigados, cerca de 300 foram recolhidos ao parque da Sociedade Agrícola, no

---

<sup>31</sup> Eram as ruas Dom Pedro II trecho entre Visconde de Jaguari e avenida 27 de Julho, Vereador Barcelos entre Uruguai e Dom Pedro II, Uruguai entre Antero Leivas e Vereador Barcelos, J B Gonçalves entre Gomes Carneiro e Dom Pedro II, Sete de Setembro entre Bento Martins e João Pessoa, Bento Martins entre General Neto e Princesa Isabel, João Pessoa entre General Neto e Princesa Isabel, General Neto entre Álvaro Chaves e canal do Pepino.

Bispado e no Hospital Espírita (DIÁRIO POPULAR, 14/07/1954, p.6 e 07/08/1954, p.6).

Em 1959 outra cheia atingiu Pelotas. Da mesma forma, as zonas atingidas foram aquelas às margens do arroio e Pepino e do canal São Gonçalo, o que foi agravado pelo represamento das águas resultante da cheia da Lagoa dos Patos. A travessia do canal através da balsa foi paralisada<sup>32</sup>, assim como a linha ferroviária Rio Grande, Bagé, Olimpo e Jaguarão. As famílias flageladas foram abrigadas no parque da Sociedade Agrícola, no prédio em obras do Colégio Pelotense e no Asilo São Benedito. As chuvas começaram a resultar em enchente em julho, e no início de setembro o jornal DIÁRIO POPULAR dava conta de que as águas começavam a baixar (DIÁRIO POPULAR, 09/07/1954, p.8 e 01/09/1954, p.8).

No final de setembro as águas continuavam a cobrir a zona da Várzea. Flagelados continuavam alojados no prédio em construção do Colégio Pelotense. Líderes sindicais decidiram então empreender, por conta própria, o represamento das águas do arroio Pepino com sacos de areia e o bombeamento da água acumulada, o que causou grande repercussão entre Fernando Navarro, o titular local do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, o prefeito municipal Adolfo Fetter e os moradores da Várzea, o que se estendeu até o mês de novembro.

Logo que as obras no arroio Pepino foram iniciadas pelos sindicalistas, o engenheiro Fernando Navarro enviou um ofício ao prefeito onde afirmou que o DNOS não se responsabilizava pelas referidas obras nem tampouco as autorizava. Além disso, sugeriu que o que estava sendo empreendido no arroio Pepino poderia implicar em problemas ainda maiores para a zona, se caso ocorressem novas chuvas. Repassou ao governo municipal as responsabilidades. O prefeito respondeu com outro ofício, concordando com a gravidade do problema, reiterando que também não tinha nenhuma responsabilidade sobre o represamento que estava sendo realizado no arroio. Avisou que nomearia uma comissão que trataria do assunto. Ao visitar o local o prefeito observou ao jornal DIÁRIO POPULAR que

os responsáveis pela barragem do Pepino estão expondo os moradores da Várzea a um desastre que pode ter consequências fatais. Isto porque, continuou o prefeito, uma chuva inesperada que viesse agora, alagaria com

---

<sup>32</sup> A travessia para a cidade de Rio Grande era feita através de balsas que cruzavam o canal São Gonçalo até 1962, quando foi inaugurada a primeira ponte sobre o canal. A área próxima ao local de embarque e desembarque das balsas é hoje conhecida como Vila da Balsa, sobre o qual debruçou-se a pesquisa de mestrado de Neusa Janke da Silva.

muita rapidez toda a região de forma avassaladora. (DIÁRIO POPULAR, 01/10/1954, p.8)

A equipe nomeada para estudar e sugerir soluções para o problema foi composta pelos engenheiros José Ripol, Pedro Luis Monteprieto e Otávio Kramer da Luz. A Associação Comercial de Pelotas tentou interceder junto ao DNOS, solicitando ao seu diretor geral, Camilo de Menezes, que viesse à cidade para avaliar as condições da zona leste. Pelo teor do texto percebe-se que o descontentamento da população não era um fato revestido de surpresa, e que os responsáveis pelo saneamento do arroio Pepino estavam sendo omissos ao problema. No ofício enviado, publicado no jornal, leu-se:

[...] a situação aqui é gravíssima em face do alagamento permanente há cerca de seis semanas da zona leste da cidade, banhada pelo arroio Pepino, sem que se vislumbre sequer mínima providência concreta da parte dos responsáveis para resolver o angustiante problema com que se debate grande número de famílias de operários. A população inteira de Pelotas está descontente justamente, resultando disso a agitação principalmente entre os elementos atingidos pelo flagelo que, em desespero de causa, desejam por iniciativa própria ver-se livres do alagamento, agitação esta que pode causar conflitos graves se contrariados em seus propósitos. (DIÁRIO POPULAR, 04/10/1954, p.14)

De fato, as obras para a drenagem do arroio em questão constavam de projeto do DNOS de proteção da cidade contra as chuvas, obras que estavam incompletas até aquele momento. O grande volume de chuvas e a atitude de emergência tomada pelos sindicalistas apenas colocaram a situação da morosidade das obras na ordem do dia. O próprio jornal DIÁRIO POPULAR destacou em suas páginas o fato de que as obras de responsabilidade federal não estavam sendo realizadas:

A Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Associação Comercial, a Sociedade Agrícola, o Centro das Indústrias, os sindicatos de classe, todos se vem empenhando com insistência junto ao presidente da república e demais autoridades responsáveis no sentido da conclusão da obra em referência. Mas infelizmente tudo até o momento tem sido em vão. (DIÁRIO POPULAR, 06/10/1954, p.8)

Sem que a equipe técnica tivesse se manifestado, a “operação escoamento” com a barragem era mantida, e a pequena bomba, ainda estava em funcionamento. No dia quatro de outubro as águas baixaram três centímetros, indo o nível de 1,84m para 1,81m. O jornal observava que os trabalhos realizados pelos sindicalistas de nada adiantavam, e que a baixa do nível das águas se daria com ou sem eles. Denunciava:



A população daquela zona da cidade que há muito atingida pelas águas vem se transformando em mina dos caçadores de votos que ali vão em busca de popularidade e prestígio, à custa da miséria alheia, e tudo isso fazendo crer que são os descobridores de solução para um mal que aflige a Várzea, quando o que ocorre é coisa completamente diversa. (DIÁRIO POPULAR, 04/10/1954, p.14)

Sugeriu, ainda que de maneira velada, que a “politicagem grossa” estava sendo praticada pelos próprios sindicalistas.

No dia cinco a bomba foi desativada, permitindo rapidamente a inundação da área próxima. A população, segundo o jornal acreditando nas palavras do sindicalista “Sr. Vilela” - colocando então às claras sua denúncia de politicagem - culpou o prefeito pela proibição do funcionamento da bomba, ao que este respondeu que de maneira nenhuma havia se colocado contra a manutenção da barragem e do bombeamento.

O jornal passou então a apresentar a figura do prefeito como o grande injustiçado da situação:

[...] certos elementos espalharam o boato de que a barragem e a bomba foram retiradas por ordem do prefeito municipal, procurando com isso criar na população flagelada a convicção de que a obra produzira bons resultados, mas o chefe do executivo não queria que as águas fossem escoadas da zona leste. Intriga miserável, urdida com objetivos ocultos, contra quem, embora participando do mesmo pensamento dos técnicos, segundo o qual a obra era inócua, jamais proibiu a sua execução, pois se esse fosse o seu propósito desde o início da operação teria feito valer a sua autoridade, impedindo que elementos estranhos ao poder público tomassem aquela iniciativa, e o boato espalhado pelos quatro cantos da zona leste e pela cidade toda calou fundo entre os menos avisados, criando-se naturalmente um clima de descontentamento e até de repulsa contra a suposta atitude do prefeito municipal. (DIÁRIO POPULAR, 07/10/1954, p.3)

A população da Várzea entrou na batalha. Dirigindo-se ao prédio da prefeitura, e em reunião com o prefeito, solicitaram que a bomba fosse posta novamente a funcionar, o que ocorreu no dia sete.

Como haviam cessado as chuvas, o nível das águas começou a baixar, mas a bomba e a barragem foram mantidas pelo governo municipal, “para não contrariar o desejo dos moradores da Várzea”, embora se noticiasse que se fossem retiradas o escoamento se daria de forma mais rápida.

No dia onze de outubro a comissão técnica indicou sua sugestão para o problema da zona leste. Previu a instalação de uma bomba potente ou de uma draga de sucção associadas a placas que funcionariam como comportas móveis, além da execução completa dos diques do DNOS. No local onde se havia

empreendido a ‘operação escoamento’, sugeriu a manutenção da mesma bomba e a troca da barragem por um painel móvel.

No dia 27 o jornal trouxe a notícia de que a nova bomba de grande potência estava na cidade, passando por reparos e que logo seria instalada. A bomba menor havia parado de funcionar devido avarias, mas mesmo assim a água continuava escoando de forma natural, dado o vento que soprava ajudando.

Dois dias depois as chuvas retornaram à região, e o nível do São Gonçalo subiu rapidamente de 2,26m para 2,65m no dia seguinte. Segundo a reportagem do jornal, a zona sul e leste da cidade foi inundada:

No gasômetro [figura 46] a situação é constrangedora. Nenhuma família mais ali permanece, a água do São Gonçalo invadiu todas as residências ali situadas, em sua maioria de madeira, chegando a cobrir o telhado de algumas delas. O desastre é total. Algo que se acredita só mesmo vendo com os próprios olhos. O líquido procedente do rio na verdade chegou até entre as ruas João Manoel e Conde de Porto Alegre.

[...]

A seguir a reportagem deslocou-se para a praça Domingos Rodrigues [figura 45], onde fica situada a Alfândega. Constatamos que as águas do São Gonçalo e do Arroio Pepino, vindas de direções distintas, ali se haviam encontrado. O prédio da Alfândega chegou a ser lambido pelo elemento líquido.

[...]

As ruas Dona Mariana e Xavier Ferreira, em toda a extensão acham-se com água. Na Gomes Carneiro o líquido vai até a Álvaro Chaves, e na rua Garibaldi até a Moreira Cezar. Esta última, em toda a zona leste foi a única poupada pela água. Por sua vez, na Álvaro Chaves, a água alcança a Princesa Isabel, atingindo ainda a Butuí. Por último, na Princesa Isabel e Sete de Setembro, o líquido chega até a Álvaro Chaves. Nas demais artérias paralelas à Sete de Setembro até a avenida Bento Gonçalves a água alcança até a Barroso. (DIÁRIO POPULAR, 30/10/1954, p.8)

No início de novembro o DNOS informou por ofício que estava procedendo o lançamento de edital de concorrência pública para “construção das casas de bombas e galerias de descarga do arroio Pepino e dique na zona leste” e para o fornecimento de material e equipamentos respectivos. O nível das águas estava baixando, o contou-se o número de 600 pessoas flageladas. A bomba para escoamento das águas da zona leste da cidade começou a funcionar no dia quatro, tendo uma potência de sucção de três mil litros por segundo.



**Figura 45:** Enchentes na praça Domingos Rodrigues.  
Fonte: Acervo Projeto Pelotas Memória.



**Figura 46:** Enchentes na zona da Várzea.  
À direita o aspecto da rua João Manoel, próximo ao Gasômetro, e à esquerda o entorno do prédio do Moinho Pelotense durante uma enchente.  
Fonte: Acervo Projeto Pelotas Memória.

O evento acima descrito mostrou que os problemas de cheias na zona da Várzea eram freqüentes e sua solução estava planejada. A falta de realização dos projetos do DNOS veio à tona quando um grupo de moradores local, seja por motivos políticos, seja por desespero em encontrar uma solução para o problema, mobilizou-se para instalar equipamentos ainda que precários no arroio Pepino. O fato serviu de estopim para uma movimentação por parte da prefeitura, Associação Comercial, Câmara de Vereadores que tencionados pela situação, agiram no sentido de instalar equipamento provisório para diminuir os riscos de novos alagamentos.

#### 4.1.3 ILUMINAÇÃO

Às ruas mal pavimentadas e sujeitas ao alagamento somava-se a iluminação pública precária. Nos relatos ficou claro que havia postes com lâmpadas nas ruas, mesmo que fracas. Assim, andar pelas ruas poderia ser um perigo. Dona Marlei contou que na saída da fábrica nos dias de inverno, quando escurecia mais cedo, ou nos dias em que saíam mais tarde devido ao cerão ou ao regime de turnos, era comum que pais, irmãos ou namorados buscassem as operárias de bicicleta.

Ali tinha muita árvore por causa da pracinha do porto, ali era um local meio perigoso, porque ali era uma praça, a praça do porto, e aquele campo, que eu acho que ainda é campo hoje. Mas aquele campo tinha árvores. Então quando a gente saía às dez horas da noite sempre tinha que ter alguém esperando. Porque naquela época também tinha assalto né. E a gente tinha medo porque era guria, tudo guria. Porque não eram só pessoas de idade. Então alguém sempre ia esperar a gente. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Mas a precariedade se devia também aos *blackouts* que ocorriam pela falta de capacidade da usina da Light & Power, ou mesmo pela carência de manutenção em lâmpadas quebradas, queimadas ou furtadas. No DIÁRIO POPULAR de 5 de junho de 1954 apareceu a notícia de que na noite anterior várias ruas da cidade haviam ficado imersas na escuridão.

O *blackout* imposto pela *Light* atingiu desde a rua Princesa Isabel à General Telles, bem como toda a zona da Várzea a partir da rua Barroso. Foi uma noite negra de veras para os moradores daquela extensa zona que ficaram sem luz dentro e fora de casa, numa situação realmente crítica. (DIÁRIO POPULAR, 05/06/1954, p.3)

Seu Paulo Plá lembrou um personagem lendário do qual se falava na sua época de juventude, denominado o “fera da Várzea”. Segundo ele, se tratava de um homem negro que atacava as pessoas à noite, nas épocas de escuridão. O fato teria ocorrido na época da Segunda Guerra Mundial, quando os *blackouts* eram freqüentes, e a justificativa, no ponto de vista de seu Paulo, não era verdadeira:

[...] eles diziam que era porque os navios ou aviões inimigos poderiam ver as luzes da cidade e bombardear a cidade. Porque nós já estávamos em guerra com a Alemanha. Mas nada disso, era o combustível que faltava, pois não tinha gás na usina, tinha essas usinas de motor a diesel, funcionando a diesel, outras a carvão, então o combustível era difícil né, com esse negócio de guerra. Até o transporte. Então teve um boato que andava uma pessoa assaltando, pegando as pessoas na rua [...] (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

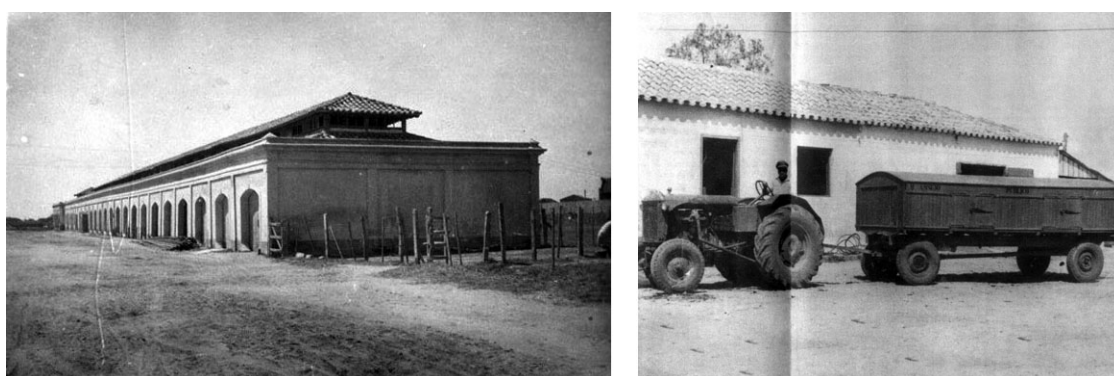
#### 4.1.4 ESGOTO E ASSEIO PÚBLICO

Em áreas ainda não servidas pela rede de esgotos, como era o caso da zona da Várzea, o serviço de recolhimento de dejetos fecais era feito pela Empresa de Asseio Público, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal desde 1903. No relatório elaborado em 1967 pela equipe do 1º Plano Diretor de Pelotas, a prancha 21 mostrou que para parte da zona da Várzea havia rede de esgotos projetada. Na seção onde analisaram este serviço os técnicos observaram que “nas áreas periféricas da cidade, são usadas fossas sépticas, “negras”, ou, ainda, é feita a coleta domiciliar dos “cubos higiênicos” (PELOTAS, 1967, p.130).

No jornal DIÁRIO POPULAR de 20 de julho de 1954, momento no qual a cidade passava por uma enchente, o redator anunciou que inúmeras eram as

reclamações sobre o serviço do Asseio Público. Diziam as cartas que os cubos higiênicos não eram recolhidos há quinze dias, em algumas regiões. Ponderou que o atraso se desse talvez devido à alta das águas, solicitando uma solução do poder público.

Os cubos higiênicos ou “cabungos”, como eram popularmente chamados, eram recolhidos por funcionários da empresa que, com tratores ou carroças puxadas por burros iam percorrendo as ruas, e de casa em casa trocavam os cubos cheios por outros vazios. Estes funcionários ficaram conhecidos como os “cabungueiros”. Dona Maria, ao lembrar do tempo em que no lugar onde hoje se localiza o bairro Nossa Senhora de Fátima havia apenas um campo de eucaliptos, contou que os cabungueiros despejavam os dejetos e lavavam os cubos no canal São Gonçalo, deixando os burros para pastar naquele campo. Do prédio onde funcionou o Asseio Público (figura 47) restam hoje alguns vestígios, no interior da chamada Vila da Balsa.



**Figura 47:** Prédio e trator do Asseio Público.  
Fonte: Arquivo SMU e Acervo Projeto Pelotas Memória.

#### 4.1.5 TRANSPORTES

A locomoção e o transporte público pela cidade no período em estudo já apresentava dificuldades. Os arrabaldes ocupados pela população trabalhadora demandaram ações por parte do governo municipal na organização de transportes baratos que ligassem os lugares de moradia aos de trabalho. No caso da Várzea, que abrigava boa parte das habitações operárias e também grande número de fábricas como já foi dito, mas nas zonas do Fragata e das Três Vendas também residiam os trabalhadores e funcionavam empresas, e nem sempre os operários residiam próximos ao seu local de trabalho.

As linhas de bondes elétricos administradas pela *Light & Power* desde 1915, que durante muito tempo serviram a comunidade foram aos poucos sendo

desativadas, e em 1953 apenas a linha do Fragata estava em funcionamento (A ALVORADA, 04/07/1953, p.1). A empresa STUR, a qual tinha exclusividade para o transporte coletivo em ônibus, dava sinais de ineficiência.

A população necessita de transporte, em vista de não haver mais bondes. Afluiu aos pontos de ônibus. E diante deste acúmulo a STUR, muitos de seus carros em péssimas condições de trafegar, apesar de seu contrato com a prefeitura deu marcha ré e os passageiros começaram a formar bichas enormes expostos ao tempo. Chuva, frio, sol candente etc, e ainda mais retardamento na chegada em seus lares. Consultada sobre a falta de cumprimento nas cláusulas do contrato, não deu uma solução [...]. (A ALVORADA, 04/07/1953, p.1)

Através da Lei nº 512, de junho de 1954, o prefeito rescindiu o contrato com a citada empresa, e abriu a possibilidade para que outras empresas explorassem o serviço de transporte público sem oferecer exclusividade a nenhuma delas.

A população manteve a postura de questionamento em relação à extinção dos serviços de bondes, e vários foram os exemplos encontrados nos jornais de leitores reclamando a volta deste serviço.

Os nossos saudosos bondes foram se acabando aos poucos e os poderes públicos não tiveram a coragem de obrigar a Light a cumprir o seu contrato e nem tampouco de obrigá-la a conservar os trilhos e trole de certas ruas. E parece-nos que a prefeitura ficou tão de acordo com tudo isso, que achou de boa política cobrir os trilhos com moderno asfalto de algumas ruas onde passavam os bondes. [...] Porque a prefeitura não procura um meio de entrar em entendimentos com a direção da Light e ver se ainda haverá um remédio para a volta dos bondes que tanta falta fazem em todas as grandes cidades que ainda mantêm esses serviços. (DIÁRIO POPULAR, 10/04/1954, p.3)

Conforme os relatos dos ex-operários, as linhas de ônibus para a área do porto e Várzea eram deficitárias. Quem morava mais longe era obrigado a pegar a condução e desembarcar no abrigo público municipal, no entorno Mercado Público e de lá deslocar-se a pé até o serviço. Da mesma forma no final de cada dia, era preciso vencer a distância da fábrica até o centro da cidade para então pegar um ônibus. Seu Carlos Adão relembra as caminhadas desde o abrigo até a fábrica, o qual percorria em grupo com outros colegas que também moravam na zona das Três Vendas:

[...] muito barro a gente amassou aqui porque não tinha calçamento, só tinha um ônibus aqui pro meu bairro [...]. Então aqui nós saíamos daqui pra pegar o ônibus lá onde tem o colégio Joaquim Nabuco [...]. Era um ônibus só [...], largava o pessoal da Cohab. Fazia Jardim Europa, Bom Jesus, e nós íamos, os que tinham que trabalhar, saíamos daqui no inverno, forte do inverno, a gente levava um pano pra [...] limpar os pés pra embarcar no ônibus, ia de chinelo, levava um sapato pra colocar pra trabalhar porque a gente passava o dia [...]a gente pegava a rua Tamandaré, então a gente ia quebrando rua, tinha outros colegas aqui, a gente então descia, e outros

que vinham de outros bairros, então a gente descia toda aquela turma, que a gente ia naquele horário, né, sempre, a gente descia pra ir lá trabalhar na fábrica. [...] aí vinha pra casa onze e meia, onze horas, não podia também perder, porque tinha o último ônibus, senão tinha que vir de lotação, já era mais caro. (CARLOS ADÃO MACHADO, 22/01/2008)

Outra forma locomoção entre pontos mais distantes utilizada na época foi a chamada lotação, um automóvel que levava um pequeno número de passageiros, cobrando uma tarifa superior à do ônibus. Na zona da Várzea o ponto das Lotações se localizava na praça Domingos Rodrigues, próximo ao prédio da Alfândega. Os entrevistados que trabalhavam na fábrica de tecidos contaram que na época em que a empresa fez os pagamentos através de cheques, os colegas recebiam seu salário no Departamento Pessoal e corriam até o ponto das lotações para conseguir pegar um carro e chegar ao banco antes que fechasse, o que ocorria às 18 horas.

Não raras foram as reclamações encontradas sobre o serviço das Lotações e dos ônibus. Em fevereiro de 1954 leitores reclamavam ao DIÁRIO POPULAR de que esperavam durante longo tempo nas “esquinas intermediárias” da linha do Porto, e que quando ali chegavam os ônibus ou as lotações, estavam com a lotação máxima, não podendo levar mais passageiros. O jornal declarou que isto ocorria porque os carros ficavam parados no estacionamento do Porto, de onde saíam somente quando o número máximo de passageiros estava preenchido. Assim, além de não recolherem as pessoas nas paradas intermediárias, também não respeitavam um horário fixo (DIÁRIO POPULAR, 05/02/1974, p.3).

Também a bicicleta foi citada como uma maneira dos trabalhadores deslocarem-se para o trabalho. Na fala de seu Danilo Plá isso ficou claro, quando ele contou que ao sair de férias depois do primeiro ano de serviço na fábrica, comprou uma bicicleta. Mesmo morando próximo a fábrica, era de bicicleta que ele e muitos outros iam trabalhar. A fábrica de tecidos disponibilizava um estacionamento para as bicicletas de seus funcionários, e seu Danilo deu conta de que eram mais de 200 as que eram guardadas ali (DANILO PLÁ, 10/01/2008).

Seu João relembrou uma cidade mais tranqüila, onde a bicicleta era usada sem a concorrência contemporânea dos carros:

[...] muitos vinham de bicicleta, muita gente vinha de bicicleta... Antigamente era muito mais fácil, não tinha carro do jeito que tem hoje né, então andar de bicicleta era muito tranqüilo. O pessoal andava muito de bicicleta. (JOÃO IRIART, 16/01/2008)

## 4.2 A CASA OPERÁRIA

Durante a realização do estudo “Bicho da Seda” foi realizada uma pesquisa junto ao Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo, onde foram localizadas dez plantas de casas onde residiram operários sindicalizados de empresas têxteis pelotenses. A análise das residências revelou uma homogeneidade e os projetos puderam ser divididos em dois grupos tipológicos: os *chalés de madeira* e as *casas de meia-morada*, ou seja, casas nas quais a porta principal abre-se diretamente para a rua, e um corredor lateral liga a frente aos fundos do prédio, onde está a cozinha; na fachada geralmente aparece uma porta e uma janela mais freqüentemente, podendo aparecer duas.

Quanto à propriedade das casas, concluiu-se que a maioria deveria fazer parte das chamadas “casas de renda”, pois relacionando o morador e o proprietário, apenas em um dos casos se evidenciou que a casa pudesse ser própria. Conforme relatou Rosa Rolim de Moura, após o fechamento de Banco Pelotense na década de 1930, a alternativa de investimento encontrada por alguns poupadores locais foi a construção de casas para aluguel. (MOURA, 2005, p.28)

A opção pelo aluguel também foi apontada por Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987, p.30). As famílias estudadas pela autora vivam em casas alugadas de três ou quatro cômodos, ou em cortiços e porões, pelos quais pagavam preços altos comparados à baixa qualidade das moradias.

Na tabela abaixo aparecem os dados das plantas, nome dos moradores e dos proprietários.



**Tabela 1: Relação das plantas de casas de operários encontradas na SMU.**

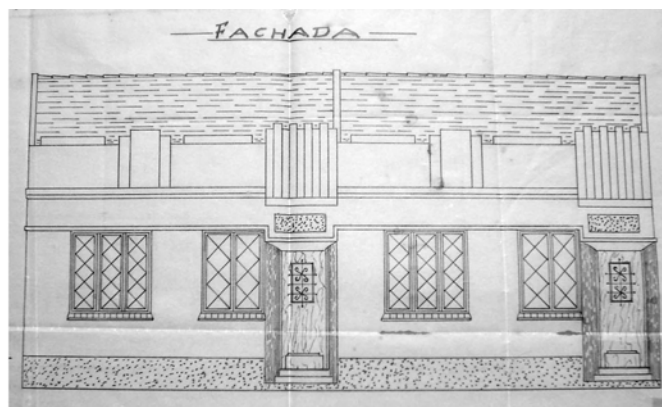
PLANTA nº / ano	ENDEREÇO	OPERÁRIO / FUNÇÃO	PROPRIETÁRIO	TIPOLOGIA
35/17	Álvaro Chaves, 164	Dora Soares Fiandeira	Hancal Figueiredo Bastos	MEIA-MORADA
160/22	Garibaldi, 118	Vários operários	Paulo Wagner	CHALÉ
48/26	Três de Maio, 27	Iracema S. Diogo Fiandeira	Porfirio Honório da Silva Sobrinho	CHALÉ
103/26	Uruguai, 102	Marli Anemann Aprendiz	João Gayia	CHALÉ
262/28	Dom Pedro II, 303	Denise Marchand Silva Industriaria	Emilio (ilegível)	REFORMA
24/36	Álvaro Chaves, 204	Cesar Claudio dos Santos / Industriário	Armando Aurora	CHALÉ
201/46	João Pessoa, 427	Vários operários	Emezais José da Silveira	MEIA-MORADA
219/48	João Pessoa, 364	Emilia Ida Kinchofel Tecerã	Alberto Carlos Krüger	MEIA-MORADA
23/48*	Dona Mariana, 15	Ivanilda Roquemback Lopes / Industriaria	Dionísio Lopes	CHALÉ
220/51	Álvaro Chaves, 226	Alzira Rubira Fiandeira	José Souza Pencarinha	MEIA-MORADA

\* provavelmente casa própria devido ao sobrenome do proprietário e da moradora/operária.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas.

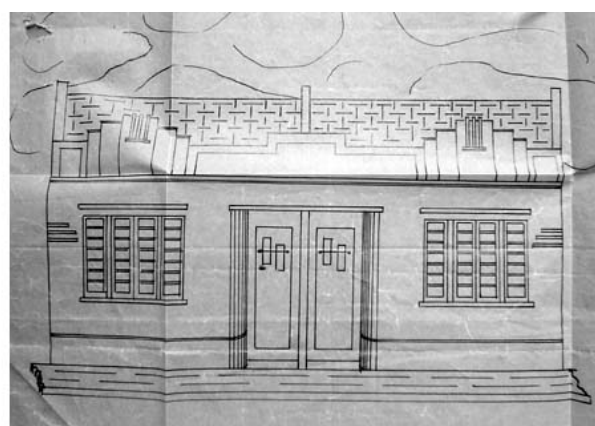
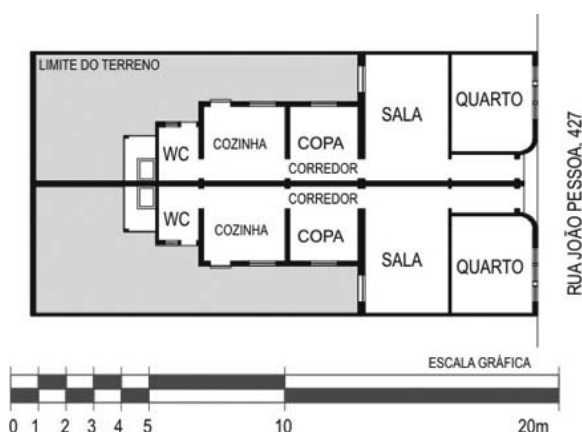
A análise do mapeamento das residências operárias na zona da Várzea (figura 18), realizada a partir dos endereços anotados no Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas revelou grande quantidade de endereços vizinhos, o que pode evidenciar casas de meia-morada, geminadas ou em fita, tipologia freqüentemente utilizada nos empreendimentos conhecidos por “casas de renda”, onde o proprietário dividia um terreno maior em lotes menores, de 4 a 8 metros, construindo as casas de aluguel sem recuos frontais ou laterais. (MOURA, 2005, p.71)

Entre as plantas encontradas no arquivo da SMU, duas delas revelaram conjuntos de duas casas assim construídas: um à rua Álvaro Chaves nº 226, e outro à rua João Pessoa, 427. Para o primeiro caso (figura 48) foram projetadas duas casas em lotes de 5,75m de testada cada uma, compostas por uma sala, dois quartos, uma sala para costura (que poderia ser usada como quarto), um banheiro, uma cozinha, copa, varanda e um tanque nos fundos da casa.



**Figura 48:** Fragmentos da planta 220/51.  
Casas em fita projetadas para o lote à rua Álvaro Chaves, 226. Planta Baixa e Fachada.  
Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas.

O segundo caso (figura 49) apresentou o projeto de duas casas geminadas compostas cada uma por uma sala, um quarto, uma copa, uma cozinha, um banheiro e um tanque igualmente nos fundos da construção. A testada do lote era de 4,8m. Numa destas casas residiam três operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, todas de sobrenome Farias: Idília, Maria Dalva e Natália. Pelas idades registradas no livro do sindicato, eram provavelmente irmãs ou primas, pois as três estavam na faixa de 21 a 27 anos. Se for considerado que as operárias residissem com um ou ambos os pais, a família contaria com 4 ou 5 pessoas, sem considerar que poderia haver outro irmão que não fosse operário ou outro parente morando na residência. Pela figura pode-se observar que na casa havia apenas um quarto, e pode-se supor que a copa pudesse ser utilizada como quarto, o que pode apontar para uma superlotação do imóvel.



**Figura 49:** Fragmentos da planta 201/46.  
Casas em fita projetadas para o lote à rua João Pessoa, 427. Planta Baixa e Fachada.  
Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas.

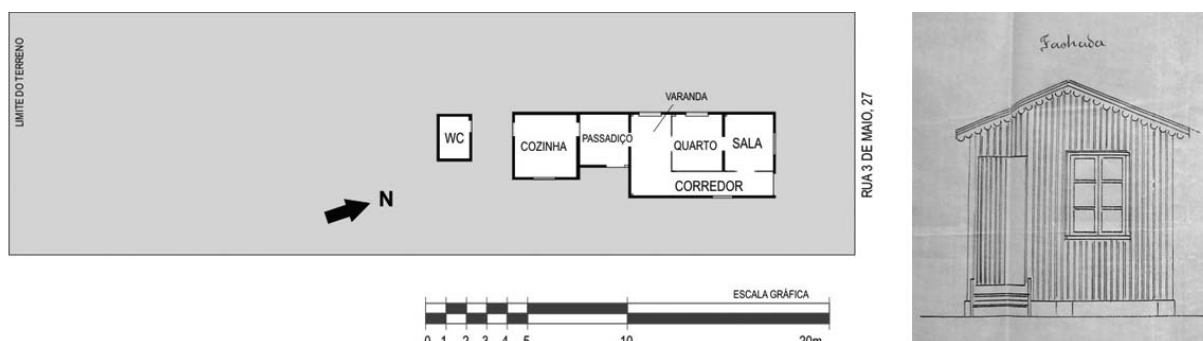
O chalé em madeira foi a outra tipologia recorrente entre os projetos encontrados. Eram construções mais simples, afastadas no mínimo três metros dos

limites laterais do lote e quatro do frontal, construídas sobre base de alvenaria com pelo menos 60 cm de altura a partir do nível do terreno, com compartimento reservado à cozinha feito em alvenaria ou material incombustível. Estas regras estão descritas no Código de Construções de 1930, que também proibiu as construções de madeira no interior da zona servida por esgoto (entre as ruas Professor Araújo e Gonçalves Chaves, avenida Bento Gonçalves e rua Três de Maio), diferenciando as zonas da cidade pelo tipo de construção que poderiam receber. (PELOTAS, 1930, pp. 47-48)

Seu João Iriart morou com a família em um chalé de madeira que até hoje existe na zona da Várzea, na rua Dona Mariana entre Dom Pedro II e Três de Maio. Segundo ele naquelas imediações havia muitas construções semelhantes a essa, e relembrou que muitos trabalhadores da estiva e das fábricas moravam em chalés.

A casa da minha mãe era um chalé, era uma casa mista [...] Esse chalé deve ter uns noventa anos ou mais... E se eu não estou enganado já está tombado, inventariado, eu não tenho certeza disso, mas me parece que acontece isso. O da minha mãe era um chalé com um alpendre, depois tinha duas peças, a cozinha, o banheiro e um outro quartinho que era de material. (JOÃO IRIART, 16/01/2008)

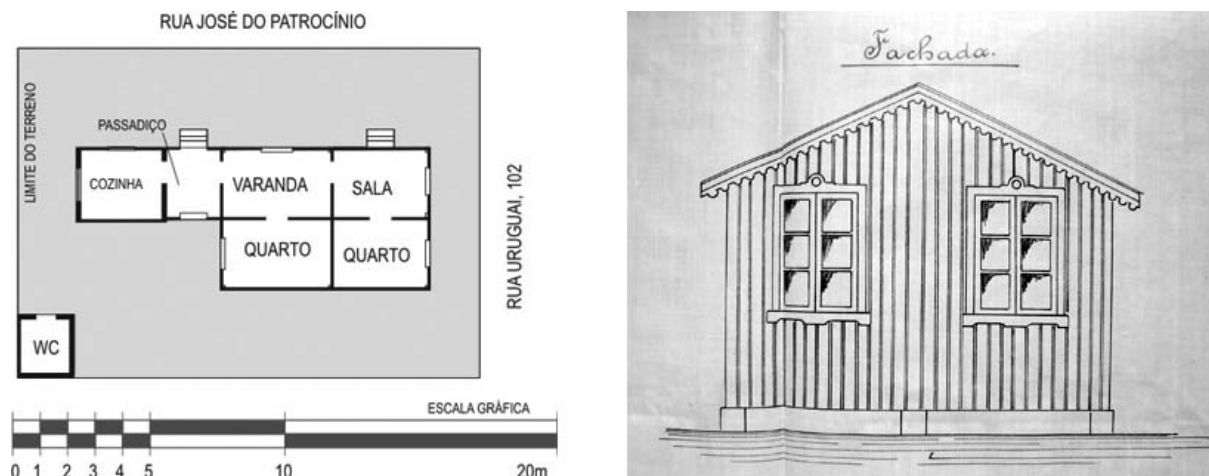
Na planta dos chalés analisados (figuras 50 e 51) uma característica que se repetiu foi o fato de o banheiro estar localizado separado do corpo da casa. Talvez isso se dê pela data dos projetos: três deles datam da década de 1920, um da década de 1930 e outro do final da década de 1940. Os códigos em vigência nessa época exigiam que as construções localizadas fora da zona de esgoto tivessem o compartimento destinado à latrina afastado dos demais compartimentos. (PELOTAS, 1930, p.29) Com o passar dos anos e com a extensão da zona de esgoto para a zona da Várzea, os proprietários foram fazendo melhorias nas casas, trazendo o banheiro para o interior da mesma. Talvez por isso seu João já se lembre do banheiro incorporado ao chalé na casa de sua infância e adolescência.



**Figura 50:** Fragmentos da planta 48/26.

Chalé projetado para o lote à rua Três de Maio, 27. Plantas Baixa e Fachada.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas.



**Figura 51:** Fragmentos da planta 103/26.

Chalé projetado para o lote à rua Uruguai, 102. Plantas Baixa e Fachada.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas.

Na década de 1950 foi criado pela prefeitura o Loteamento Nossa Senhora de Fátima. Do outro lado do arroio Pepino, o loteamento foi uma das alternativas municipais criadas para suprir a carência de habitações populares. Primeiramente chamado de Loteamento Municipal da Várzea, foi uma extensão da zona da Várzea, sendo ligado a esta por meio de uma ponte sobre o arroio (SOARES, 2000, p. 319). A prefeitura promoveu o parcelamento de cerca de 900 lotes e a abertura de ruas, vendendo os terrenos a preços acessíveis e divididos em parcelas para funcionários e trabalhadores. Dona Maria, ex-tecelã e moradora do bairro desde a infância contou sobre a implantação do loteamento:

[...] ali adiante tinha uma fábrica de adubo, o meu pai trabalhava na fábrica de adubo e nós morávamos nos fundos da fábrica de adubos. Não tinha nada. Era um mato de eucalipto, os burros e essa fábrica de adubo. Aí então depois eles cortaram o mato de eucalipto e lotearam, que é aqui. Só que a nossa casa era mais lá na ponta né. Aí quando lotearam, o pessoal que estava assim, que tinha um aqui, tinha outro lá quem sabe aonde, aí eles lotearam e aqueles foram os que tiveram preferência. Eles deram um terreno de 30 por não sei quê, não, de 20 por 30 e não sei quê, então aí mudaram a nossa casinha pra lá e depois o meu pai aumentou mais um pouco. [...] E aí então foi quando começou né, começou a vir mais gente, eles fizeram a tal vila dos hidroviários, que era esse pessoal que trabalhava em embarcação, que esse porto nosso aqui funcionava, agora funciona muito pouco né. Então era a vila dos hidroviários, então veio aquela gente, vieram tudo morar, trouxeram o pessoal todo [...]. Aí começaram a lotear isso aqui, e foi abrindo, foi abrindo, começou a aparecer vizinhos, a fecharem os pátios, aquelas coisinhas assim, foi melhorando. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

O que narrou dona Maria sobre os hidroviários consta da lei municipal nº 462 de 1953, através da qual a Prefeitura Municipal doou 96 lotes à margem esquerda do arroio Pepino para a Associação dos Servidores Hidroviários do Rio Grande do Sul, para que se estabelecesse ali a “Vila Hidroviária de Pelotas”.

Nos jornais algumas queixas apareceram com relação à carência de habitação popular. Em novembro de 1953, na seção Instantâneos Locais do jornal DIÁRIO POPULAR o leitor F.A.C. denunciou que as notícias sobre a construção de casas populares na cidade eram coisa antiga, e que não passavam de “simples promessas”. Com tom de ironia, lembrou que há quarenta anos se debatia o assunto, que com o passar dos anos e a falta de concretização das tais casas, virou tema de deboches, citando a ocasião em que dois interlocutores conversavam, quando um perguntou: “Sabes o que é mitologia?” Ao que o outro teria respondido “Sei, é uma história de casas para operários.” (DIÁRIO POPULAR, 19/03/1953, p.3) Já em 1954, a mesma seção trouxe uma carta onde um leitor “necessitado de casa” indagava sobre as casas populares que estariam sendo construídas “atrás do Grêmio Esportivo Brasil<sup>33</sup>”. Dizia:

Faz mais de um mês que todos os domingos vou ao local onde estão sendo construídas aquelas casas para ver seu adiantamento, mas por desventura tudo está na mesma. A umas faltam janelas, e a outras o soalho, e enquanto isso eu a esperar desesperadamente. (DIÁRIO POPULAR, 23/02/1954, p.3)

Outra iniciativa da prefeitura no sentido de promover a habitação popular foi o parcelamento de terrenos na área chamada Tablada. Para lá se dirigiram também alguns trabalhadores da Várzea, que viam ali a oportunidade de adquirir a casa própria. Foi o caso das famílias de seu Carlos Adão e de dona Maria Plá, que até hoje residem na Cohab. A distância da casa à fábrica foi um dos motivos que levou dona Maria a demitir-se, o que ocorreu na época em que a empresa já não ia bem financeiramente.

E era bom de trabalhar, eu gostei de trabalhar, eu trabalhei lá muitos anos, depois saí de lá, aí eu vim morar aqui, aí pra mim era mais difícil, tinha que pegar dois ônibus pra trabalhar na Fiação e Tecidos. O meu filho menor não tinha um aninho ainda, eu digo, “olha, eu não vou continuar” aí eu saí. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Segundo estatística publicada em 1954 pelo jornal DIÁRIO POPULAR, das 14.076 casas registradas em Pelotas no ano de 1953, 9.485 delas, ou seja, 67,4% eram alugadas. (DIÁRIO POPULAR, 30/03/1954, p.3) Conforme o funcionário municipal responsável pela contagem, nos últimos quatro anos a construção de casas pequenas localizadas nos arrabaldes da cidade predominava, o que o fazia concluir que o número de casas alugadas tendia a decrescer no futuro.

---

<sup>33</sup> Provavelmente se tratava das casas no loteamento Nossa Senhora de Fátima.

A opção por moradias baratas situadas fora da zona central foi defendida durante a Jornada da Habitação Popular promovida pelo IDORT em 1941<sup>34</sup> por Oscar Egídio de Araújo, técnico em Estatística do Departamento de Cultura de São Paulo. Conforme sua comunicação intitulada “O papel da habitação e do salário no nível de vida da família operária”, as casas baratas, ao alcance dos trabalhadores, não poderiam se localizar próximas ao centro, mas sim na zona rural. Para que as famílias preferissem deslocar-se para longe dos locais de trabalho, abandonando os cortiços, preconizou que a educação era a ferramenta:

O mais eficiente desses meios é a educação em sentido lato, a educação sob todos os aspectos possíveis – filmes, rádio, palestras escolhidas em lugares apropriados – capazes de demonstrar que só há vantagens medíveis, presentes e futuras, na troca do pátio da habitação coletiva pelo quintalzinho da zona rural, onde uma horta e um galinheiro poderão erigir-se em renda para a família. (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, 1942, p. 65)

A construção de casas e loteamentos periféricos parecia ter fundamento nestas justificativas técnicas, que colocavam a segregação espacial sob o manto da melhoria das condições de vida operárias.

De qualquer maneira, parece que morar longe do centro, detentor de infraestrutura e empregos, ainda não era a opção mais desejada pela população. No jornal DIÁRIO POPULAR de março de 1954 foi publicada uma denúncia sobre as condições estruturais de uma casa de cômodos localizada à rua Álvaro Chaves, 371. De acordo com a notícia, viviam ali seis famílias que alugavam peças da casa.

Eva Correa ocupa duas peças pelas quais paga Cr\$ 160,00 de aluguel e tem em sua companhia uma irmã e um neto; Moacir Pinheiro mora com sua mulher e um filho e ocupa uma peça e paga Cr\$ 50,00; Domingos Silveira tem 3 filhas em sua companhia, sendo uma delas casada, aluga duas peças por Cr\$ 200,00; Nelson Barbosa, casado, com uma filha, mora em uma peça pagando Cr\$ 150,00; Isolina Rocha de Azevedo e seu filho habitam uma peça e pagam Cr\$ 50,00 de aluguel por mês. Além destas resta ainda na referida casa uma outra família com a qual não pudemos tomar contato, mas que também paga aluguel por uma ou mais peças que ocupa. Sem computar as que estavam ausentes, encontramos ali 16 pessoas expostas ao perigo que constitui o referido prédio cujo telhado já está caindo para dentro da casa. (DIÁRIO POPULAR, 14/03/1954, p.3)

O artigo informou que no ano anterior o proprietário havia sido notificado das condições do prédio e da condenação de sua estrutura pela Diretoria de Obras, que na ocasião havia solicitado a demolição.

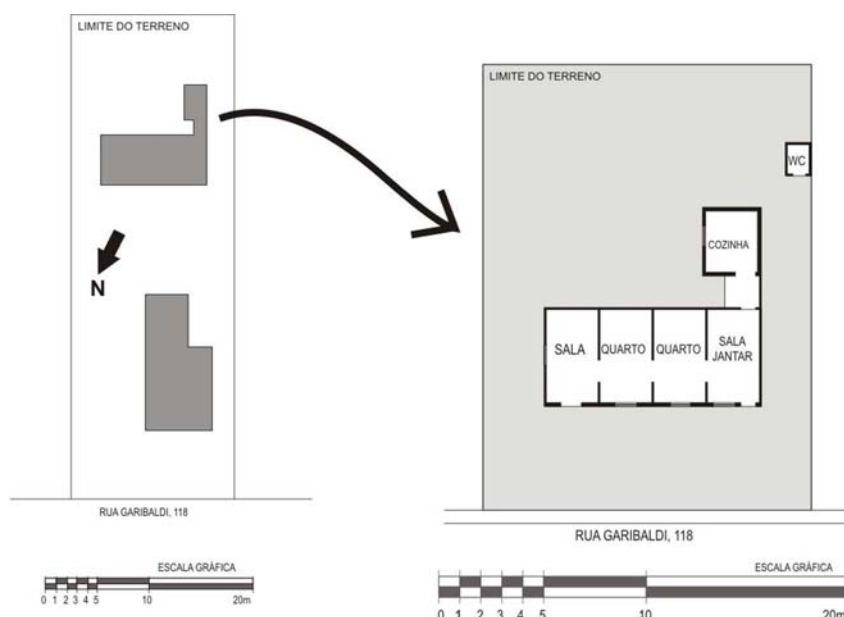
<sup>34</sup> Instituto de Organização Racional do Trabalho.

Três meses após a denúncia, outra matéria no jornal deu conta de que o prédio desabara parcialmente, e que de nada havia adiantado a denúncia, pois ainda estavam residindo no local os mesmos moradores entrevistados em março.

O fato encontrado no jornal apenas deu maior visibilidade ao problema da falta de habitações que vivia a cidade.

Em 1967 o relatório do 1º Plano Diretor de Pelotas informou que a zona da Várzea apresentava uma densidade alta de pessoas residentes por hectare (142 hab/ha), e observava que a maior parte de seus moradores estava composta por trabalhadores e operários. (PELOTAS, 1967, p.92) Sugeriram que tal densidade fosse consequência da pequena dimensão dos lotes (testadas estreitas, como foi observado anteriormente nas plantas 220/51 e 201/46) e talvez ainda à subdivisão dos mesmos, com a construção de casas no fundo dos lotes. Provavelmente também existissem ainda mais casos como o do casarão transformado em casa de cômodos na rua Álvaro Chaves, 371.

Um exemplo da subdivisão de terreno citada pelos técnicos do Plano Diretor pode ser observado na planta 160/22 do arquivo da SMU (figura 52), onde num lote localizado à rua Garibaldi nº118 se projetou a construção de um chalé nos fundos do terreno que já apresentava uma residência. Não foi possível identificar se as duas casas eram para aluguel. Neste endereço, segundo o Livro de Registros, residiam oito operários: Asta Carolina Albenseth, Amélia Ana Albenseth, Fernando Xavier da Silva, Maria Silva, Regina Campelo, Maria Belém Silveira, Janira Rodrigues Pereira e Alzira Silveira Ribeiro. Pode-se supor que se tratava de uma casa de aluguel de peças, pois os nomes não sugerem parentesco, a não ser no caso das duas primeiras operárias, Asta Carolina e Amélia e de Fernando e Maria Silva. Regina e Maria Silveira estavam registradas como casadas, o que faz o número de habitantes do lote subir para no mínimo dez pessoas.



**Figura 52:** Fragmentos da planta 160/22.

Chalé projetado para os fundos do lote à rua Garibaldi, 118. Planta de situação e planta baixa.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas.

### 4.3 PELAS CALÇADAS, PELAS RUAS...

#### 4.3.1 FÁBRICAS, OPERÁRIOS E MOVIMENTO NA VÁRZEA

A concentração de indústrias na zona da Várzea, que deu ao lugar um caráter operário, foi lembrada pelos ex-trabalhadores da fábrica de Tecidos com melancolia, assim como o gradativo fechamento das empresas.

Frigorífico Anglo, Sudeste Carnes, Cooperativa Tritícola, Naoli, Moinho Pelotense, Laboratório Leivas Leite, Cotada, entre tantas outras que foram citadas e o movimento da gente trabalhadora que estas empresas proporcionavam, retomados durante as narrativas, faz redescobrir a antiga zona da Várzea, das operárias de tapa-pó branco do Anglo, e das “senhoras de sombrinha” da fábrica de tecidos, “[...] todo mundo de sacolinha, que fazia aqueles saquinhos de levar o café, né, uns não tinham térmica levavam em vidros, em garrafinha... Aquilo parecia um formigueiro.” (CARLOS ADÃO, 22/01/2008)

Além das indústrias, também o porto em funcionamento tinha seus trabalhadores que moravam na zona da Várzea e movimentavam a área. Seu João lembrou dos trabalhadores da dragagem e dos estivadores:

[...] tinha o pessoal da estiva né, desse negócio do porto. Lembro que eu era criança, pequenininho, e tinha um refeitório do porto aqui na João Manoel, então eles davam pros estivadores umas mariolas, tijolinho que a gente chamava, e a gente ficava, eu e a minha irmã, na frente, esperando, eles vinham e nos enchiam daquilo. (JOÃO IRIART, 16/01/2008)



A lembrança da vizinhança de operários é presente na maioria dos relatos dos ex-trabalhadores. Como foi verificado na figura 18, grande parte dos trabalhadores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense residia na zona da Várzea, o que foi reforçado pelas entrevistas. Conforme dona Maria Nelci Alves, “da Álvaro Chaves pra baixo tinha muita gente *da Tecido*. Ah tinha.”

Essa proximidade, companheiros de trabalho morando próximos, reforçou laços criados dentro da fábrica, e dias de descanso eram compartilhados entre os colegas, com idas ao cinema e ao campo de futebol da fábrica, ou mesmo nas comemorações de aniversários ou casamentos.

Dona Maria Plá contou que foi criada uma comissão, com um operário ou operária de cada seção da fábrica, que era responsável por comparecer a eventos dos operários, como velórios, enterros ou casamentos representando a equipe de colegas. Para casamentos, aniversários, nascimento de filhos, esta comissão organizava uma lista de contribuição para dar o presente, e comparecia ao evento.

Se depois que terminasse o serviço, que apitava pra sair, alguém resolvesse ir ao velório, ou o casamento, aí sim, mas a comissão aquela era pra ir. Casamento a gente sempre ia, porque os casamentos eram sábado de tarde e a fábrica não trabalhava sábado à tarde. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

#### **4.3.2 COMÉRCIO NA ZONA DA VÁRZEA**

Ouvir os relatos dos ex-trabalhadores se assemelha a montar um quebra-cabeça do passado da Várzea. Peças vão sendo encontradas e o panorama do lugar nas décadas em que se buscam as lembranças começa a se formar.

O comércio de bairro sempre existiu. Alguns locais permaneceram, outros desapareceram, e definitivamente a forma de relacionamento entre os comerciantes e os compradores não é mais a mesma. O leite comprado no “tambo”, o açúcar ou o arroz vendido à granel, a feira, os “turcos” vendendo roupas de porta em porta.

Alguns produtos eram entregues na porta ou vendidos na rua, em carroças. Seu Danilo Plá contou que ainda adolescente, antes de entrar para a fábrica de tecidos, trabalhou em uma dessas carroças, entregando gelo e bebidas e que também se ocupou da entrega de viandas. Dona Marlei lembrou um serviço comercial prestado pelos que ela chamou de “turcos”:

Mas o turco esse, ele vendia na porta. Tu compravas, como até hoje tem esses mascates que andam aí, nas carroças né. Aí tu compravas e ias pagando. Mas tu não tinha essa variedade que tem hoje, hoje... (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Contou ainda sobre uma senhora que servia refeições em sua casa, na rua Tiradentes,

Como um restaurantezinho, era tudo bem simples né, era na casa dela mesmo, uma mesa grande e ela fornecia refeição, mas depois que a fábrica fechou aquilo tudo acabou. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Quanto às casas comerciais da zona da Várzea, as “vendas”, açougues e tambos foram os mais citados. Na esquina das ruas Gomes Carneiro e Dona Mariana havia um bar conhecido por “bar do seu Artur”, onde comprava-se fiado, pagando quinzenalmente, conforme o recebimento na fábrica. Seu Paulo Plá contou que nos armazéns se vendia de tudo, “inclusive tinha um cantinho lá pra vender cachaça, vender bebidas”, onde certamente se encontravam colegas de trabalho para uma conversa nas horas de descanso. Disse ainda seu Paulo que no armazém na esquina de sua casa havia um telefone, o qual era emprestado aos fregueses, freqüentemente nos casos de emergências:

[...] poucas pessoas tinham telefone, quem tinha telefone não estava recebendo ligação toda hora. Então quando tinha que confirmar alguma consulta, um médico, chamar alguma ambulância, alguma coisa é que a gente usava. (PAULO PLÁ, 15/02/2008)

O fato acima referido está registrado na novela de Fernando Melo chamada “Os fios telefônicos”. No texto o autor retrata a vida de algumas famílias moradoras da zona da Várzea, na década de 1954, onde uma delas tem um filho com problemas de saúde, e o telefone no “armazém do seu Patusco” freqüentemente é utilizado para chamar o médico, como no trecho transcrito abaixo, onde o personagem Pedro bate à porta da casa do dono do armazém durante a madrugada, para usar o telefone durante uma emergência.

Era Pedro.

- Posso usar o telefone? – pediu, fitando seu Patusco que ainda conservava a tranca na mão. E entrou sem esperar a resposta.

- Que se passa? – indagou o homem, largando a tranca a um canto – Algo de grave?

- O Joãozinho tá passando mal – explicou o outro, enquanto esperava ligação.

- Alô!

- ...

- O dr. Dinarte está? (MELO, 1996, p.107)

Na praça Domingos Rodrigues havia um trailler, onde conforme dona Marlei “vendiam lanche, [...] vendiam cachaça, eles vendiam de tudo ali né. Jogo de bicho, faziam.” Seu Danilo citou o armazém Cacimba do Mato, que existiu até bem pouco

tempo, e lembrou que ao lado havia um açougue e em frente um campo denominado pelos moradores da área como “areão”, onde se jogava futebol.

Dona Maria Plá relembrou a maneira de embalar os produtos comprados à granel nos armazéns. Disse ela que

[...] naquele tempo era venda, tudo era vendido a granel. O açúcar era num saco grande que tu compravas quanto tu querias naquelas conchas grandes. O arroz, o feijão, o milho, tudo, a farinha de trigo, tudo era vendido a granel [...] aquele papel-pedra, que chama papel de pão aquele, botava meio quilo, um quilo naquilo ali, torciam ele, faziam um pacotinho e entregavam pra gente. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Na rua Dom Pedro II, quase esquina dona Mariana existiu o “açougue do Canhoto”. Na rua José do Patrocínio, o “armazém do Estevan” e o tambo do “seu Barão” onde, como contou dona Maria Helena, “eles tiravam leite e a gente ia lá tomava leite, tirava num copinho, uma canequinha. A gente ia pra tomar leite quentinho que eles tiravam na hora ali da vaca” (MARIA HELENA, 12/02/2008). As vacas ficavam no entorno do tambo, em um campo, e o leite era vendido fresco, em garrafas.

#### **4.4 MOMENTOS DE SOCIABILIDADE**

Como foi visto neste capítulo, a maior parte dos operários da fábrica de tecidos residiam na zona da Várzea. Isto gerou uma rede onde todos se conheciam, trabalhavam juntos ou sob as mesmas condições nas diversas fábricas da área, freqüentavam os mesmos lugares, e compartilhavam o mesmo espaço ao mesmo tempo. Um espaço operário, permeado por relações de solidariedade e de sociabilidade, onde aconteciam eventos culturais como carnaval, futebol, festa de Nossa Senhora dos Navegantes, aos quais toda a comunidade comparecia. Neste espaço havia lugar também para a simples convivência cotidiana, da conversa nas calçadas, dos festejos de aniversário em casa, das caminhadas juntos até o local de trabalho.

Este convívio do dia-a-dia foi comentado pelos entrevistados: “o pessoal todo, no verão mesmo, ficava na frente, colocava as cadeiras na frente ali, ficava todo mundo sentado” (JOÃO IRIART, 16/01/2008). Hábito que até hoje se mantém, conforme contou seu Nede:

[...] aqui na nossa zona, eu acho que a zona da Várzea aqui é um dos poucos locais que o pessoal ainda no verão se senta na frente. Eu por exemplo não vejo mais em lugar nenhum. Mas aqui tu passa de noite tu vê.

O pessoal, com o calor, o pessoal sentado na frente, conversando. (NEDE MATOS, 14/01/2008)

Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987, p.42) encontrou realidade semelhante nas décadas de 1920 e 1930 para o lazer operário paulista. Conforme a autora,

Os operários freqüentavam as sociedades recreativas, dançantes, engrossavam com sua presença os clubes de futebol, gostavam de bares e de casas de jogo e apostas. Muitos dos bairros pobres operários tinham seus times de futebol ou associações esportivas, os “clubes de várzea”, sendo muitos deles vinculados às fábricas e empresas.

Além do futebol e dos bailes, o cinema e as festas promovidas pelo Esporte Clube Fiação e Tecidos marcaram as narrativas dos ex-trabalhadores e moradores da Várzea.

#### **4.4.1 O CARNAVAL**

O movimento de Carnaval na zona da Várzea era intenso. A partir dos relatos se conheceu uma dinâmica que iniciava nos preparativos e estendia-se durante todo o período da festa popular.

Blocos burlescos que até hoje existem e outros que ficaram para trás foram resgatados nos relatos, como os Filhos do Luar, Tribo Guarani, Bloco da Tesoura, Girafinha do Porto, e o bloco Filhos do Trabalho, criado dentro da fábrica de tecidos, que saiu apenas algumas vezes, composto somente por operários da empresa.

Nos jornais, a época de carnaval era bem noticiada. Desde os “pródromos” – espaço reservado nos jornais para relatar os preparativos da festa popular – até o final da festa, as reportagens anunciavam os bailes e desfiles, comunicando os horários, as regras da festa ditadas pelas instruções policiais e contavam como haviam transcorrido as festas, contando inclusive as músicas com as quais os blocos haviam se apresentado.

Em 1954 o bloco Filhos do Trabalho saiu às ruas pela primeira vez, e segundo a notícia do DIÁRIO POPULAR, surpreendeu a todos “merecendo vastos aplausos pela maneira brilhante como já se apresentou em seu primeiro carnaval” (DIÁRIO POPULAR, 05/03/1954, p.3). O jornal informou que o bloco havia sido criado e ensaiado em apenas nove dias, e que mesmo assim havia desfilado com sucesso. Dona Maria Plá que saiu no bloco neste ano contou da fantasia: “Era verde e branca a nossa fantasia. Era branca com umas faixas verdes, parece que eu *to* vendo” (MARIA PLÁ, 11/02/2008). Seu Carlos Adão também lembrou o bloco com saudades:

E os Filhos do Trabalho representaram muito bem a fábrica Fiação e Tecidos. Como tinha, tinha o carnaval dos clubes, né, dos clubes sociais e tudo, a fábrica também colocou o seu bloco na rua. Era aquela quantidade, xi, aquela quantidade de trabalhadores... [risos] (CARLOS ADÃO, 22/01/2008)

A tradição carnavalesca ligada aos operários da Fiação e Tecidos Pelotense também apareceu nas notícias de jornais. O bloco infantil Girafinha do Porto ensaiava na sede do Esporte Clube Fiação e Tecidos, e alguns operários faziam parte da equipe organizadora. Em 20 de fevereiro de 1954 a reportagem do DIÁRIO POPULAR esteve na sede da instituição para saber sobre os preparativos do bloco. Na ocasião entrevistou o presidente do clube, João Vieira da Silva, juntamente com o secretário Paulo da Costa Plá, que deram as informações sobre o desfile do bloco. O carro alegórico estava sendo confeccionado por Guilherme e Fabiano Plá, ambos também operários da fábrica de tecidos. Dona Marlei lembrou também esta presença dos operários no bloco infantil:

[...] a maioria dos que eram encarregados eram da fábrica. Eu me lembro que eles trabalhavam, o pessoal saía com aqueles tecidos da fábrica, xadrezinho quando faziam, as minhas primas chegaram a sair na Girafinha, camisinha xadrezinha tudo de tecido da fábrica. Não sei se eles doavam, vendiam mais barato [...]. Era a comunidade do porto né, da fábrica de tecido, do Anglo, mas a maioria era da fábrica. (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Alguns personagens característicos desse momento foram lembrados, como Páuzio, ou “Paulinho Veludo”, ex-operário da Fiação e Tecidos, que desde as primeiras horas do primeiro dia de carnaval vestia-se de mulher e saía pelas ruas da Várzea, cantando e tocando violão.

[...] e depois ele ia juntando né, ia juntando o resto do pessoal ia fazendo um grupo, fazia um grupo e aí saía, vinha até chegar no centro aí. Mas tudo começava lá na Várzea. (JOÃO IRIART, 16/01/2008)

Conforme seu João Iriart, se a fábrica funcionava nos dias de carnaval, já se sabia que ele não compareceria ao serviço.

#### **4.4.2 O FUTEBOL DE VÁRZEA: PAIXÃO PELO “PENTACOLOR”**

O futebol de campo foi uma atividade de lazer citada por todos os entrevistados. Esporte que reunia homens e mulheres, eles jogando, elas assistindo, foi lembrado com saudade e com orgulho.

O Esporte Clube Fiação e Tecidos foi ativo nesta modalidade e teve times de futebol de campo e de salão, através dos quais obteve vitórias em vários campeonatos amadores locais e estaduais. O campo de futebol do clube, que se localizou em terreno vizinho à fábrica, foi inaugurado no ano de 1954 e foi, durante

os anos de funcionamento da fábrica, um lugar que concentrou grande movimento. No jornal DIÁRIO POPULAR a inauguração do “estádio do Esporte Clube Fiação e Tecidos” recebeu destaque:

Hoje, dia 1 de maio, data consagrada ao trabalho, o Esporte Clube Fiação e Tecidos deverá realizar a festa de inauguração de seu estádio. Para essa festa, constituída de vasto programa, recebemos um atencioso convite do clube dos tecelões. (DIÁRIO POPULAR, 01/05/1954, p.6)

Na ocasião, três partidas de futebol marcaram o início das atividades no campo, onde se enfrentaram os times de veteranos, reservas e titulares da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e da União Fabril, de Rio Grande.

Cinco anos após a inauguração do campo de futebol, o clube organizou-se em campanha em prol da iluminação através de 48 refletores, do seu estádio. A campanha denominada “Garrafa Vazia” iniciou em fevereiro de 1959, e teve ampla divulgação e apoio do jornal DIÁRIO POPULAR:

O Esporte Clube Fiação e Tecidos, valorosa agremiação do nosso futebol amador, vem, desde muito, alimentando grandes esperanças no sentido de iluminar sua cancha de futebol, localizada nas adjacências da fábrica, local onde, diariamente se reúne os numerosos associados em noites de bochas, futebol, futebol de salão, além de jogos de salão na excelente sede que mantêm, orgulho, sem dúvida, do futebol amador de Pelotas, pois que é uma das melhores que conhecemos. (DIÁRIO POPULAR, 25/02/1959, p.5)

A notícia informou que naqueles próximos dias equipes de sócios do Esporte Clube Fiação e Tecidos percorreriam as casas da cidade solicitando a doação de uma garrafa vazia, as quais seriam vendidas e com o montante arrecadado seria comprado o material para a tão desejada iluminação. O periódico tratou de incentivar a campanha em nota:

Pelotense Amigo! Contribui com a insignificante doação de uma garrafa vazia, e estarás colaborando para a iluminação do estádio do Esporte Clube Fiação e Tecidos, um orgulho e uma tradição no setor do esporte amadorista de tua terra. (DIÁRIO POPULAR, 25/02/1959, p.6)

Em março o mesmo jornal noticiou que a campanha estava obtendo bons frutos, tendo “os valorosos e incansáveis elementos do clube que, às horas vagas, percorrem as ruas da cidade visitando seus lares e solicitando cooperação” recebido já várias garrafas, e que continuaria “com o entusiasmo inicial, pois que os dirigentes do Fiação foram animados pela receptividade da idéia e pelo apoio que vêm obtendo”. (DIÁRIO POPULAR, 20/03/1959, p.5 e 01/03/1959, p.6)

No dia 1º de maio de 1959, portanto cinco anos exatos após a inauguração do campo, uma solenidade marcou a concretização da “velha aspiração da família fiaticiana”, a iluminação do campo de futebol do “Fiação e Tecidos”:

Hoje a iniciativa é uma realidade e será apresentada ao público local, à noite, na plenitude da sua importância. A Várzea, local de tantas agremiações amadoristas, de tantos clubes que lutam por um ideal que tem sido o apanágio de muitos e progresso do amadorismo de Pelotas, é precisamente a zona que tem a honra de apresentar uma cancha iluminada, honrando o seu futebol amador através do Fiação e Tecidos. (DIÁRIO POPULAR, 01/05/1959, p.6)

Durante o dia ocorreram partidas de futebol entre times amadores tanto de industriários, comerciários ou recreativos, da zona da Várzea e de outras zonas da cidade, como o Dragagem Futebol Clube, Cometa Futebol Clube, Grêmio Esportivo Ruy Barbosa e SAMRIG Futebol Clube. À noite se deu a solenidade de inauguração dos refletores, com entregas de medalhas e diplomas a atletas, e uma partida intermunicipal, entre o time do Esporte Clube Fiação e Tecidos e o Esporte Clube Esperança, de Povo Novo. A solenidade noturna teve entrada franca e foi transmitida pela rádio local Tupanci. (DIÁRIO POPULAR, 01/05/1959, p.6)

Após a inauguração da iluminação, o estádio do Esporte Clube Fiação e Tecidos, denominado então de Estádio Umbu, foi palco para os embates futebolísticos da Várzea, como o Campeonato Amador da Liga de Futebol Pelotense. (DIÁRIO POPULAR, 27/06/1959, p.5) Os entrevistados rememoraram que o movimento do campo de futebol aos finais de semana era grande, como na fala de seu Carlos Adão:

[...] nos domingos quando tinha o jogo no campo do Fiação que era atrás da fábrica pela Garibaldi, ih, eles colocavam auto-falante, aquilo ficava, aquela rua Garibaldi pretinha de gente. (CARLOS ADÃO, 22/01/2008)

A participação do time de futebol da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense nos campeonatos locais e estaduais saiu vitoriosa em vários momentos, do que se orgulharam ao contar os seus ex-operários e jogadores. Seu Nede relembrou os vários títulos do time:

Nós tínhamos um time aí que era forte... Nós fomos campeões estaduais três anos seguidos. Campeão estadual da segunda de amadores. Do Sesi eu não tenho conta quantas vezes fomos campeões estaduais. Futebol de salão também nós jogávamos o campeonato da cidade de futebol de salão. (NEDE MATOS, 14/01/2008)

Seu Carlos Adão, que classificou o sentimento dos operários pelo clube como a “paixão pelo pentacolor”, considerou que o time de futebol do Esporte Clube Fiação e Tecidos foi “uma potência” e que representou a cidade de maneira exemplar:

[...] representou, levou o nome da cidade de Pelotas pra este estado do Rio Grande do Sul [...] foi uma das poucas... Eu acho que a única firma mesmo na época que levou o nome de Pelotas ao auge, ao apogeu, foi o Fiação e

Tecidos. [...] E o Fiação sempre foi um campeão. Sempre foi um campeão, haja visto que ele foi tricampeão estadual de futebol. E esses outros campeonatos, essas competições que tinha pelo Sesi, [...] também, o Fiação sempre... (CARLOS ADÃO, 22/01/2008)

Nesses momentos a fabrica se misturava à rua efetivamente: o campo de futebol da Cia Fiação e Tecidos Pelotense se abria à população da Várzea para os campeonatos e jogos amistosos, os operários praticavam esportes, as famílias compareciam para assistir e torcer.

#### 4.4.3 O CINEMA, OS BAILES

Além do futebol nos momentos de lazer, outro lugar lembrado durante as entrevistas foi o cinema. De acordo com os ex-operários, nos finais de semana era comum encontrarem-se com os colegas no Cine Apollo:

[...] aí a gente encontrava conhecidos lá que trabalhavam com a gente. Às vezes a gente até combinava 'olha vai dar um filme bom no Apolo, vamos no Apolo domingo' e aí a gente se encontrava. Só às vezes não ficava muito junto, uns chegavam primeiro, os outros chegavam depois... (DANILO PLÁ, 10/01/2008)

O teatro Apollo foi inaugurado em 1926, e se localizava na rua Gomes Carneiro entre Gonçalves Chaves e Félix da Cunha. Conforme seu João Iriart, um operário da Cia Fiação e Tecidos Pelotense, o mestre da seção de fiação sr. Abílio Piloto, era o responsável por passar os filmes neste cinema. Seu João lembrou que “o pessoal tudo da Várzea ia pro Apolo. A referência do pessoal era o Apolo.” (JOÃO IRIART, 16/01/2008)

Na década de 1950 o Cine Apollo fazia parte da rede de cinemas da empresa Cinépolis, que também mantinha os cinemas no Teatro Avenida e no Cine Capitólio. No Almanach de Pelotas de 1927 foi anunciada a inauguração do novo teatro próximo à zona da Várzea:

No transcurso de 1926, para citar, por agora, os empreendimentos particulares [...] concluiu-se e inaugurou-se uma nova casa de diversões, o “Theatro Apollo”, que veio servir vasta e próspera zona, e o seu proprietário já se preparava para fazer erguer outro edifício de tal natureza – “Theatro Avenida”, na Avenida Bento Gonçalves, cogitando construir, ainda, outro servindo arrabaldes populosos como são os da Avenida 20 de Setembro, Parque e Fragata. (ALMANACH DE PELOTAS, 1927, p.171)

Pelo descrito no periódico, o cinema era uma diversão bastante utilizada pela população pelotense, e, portanto, lucrativa, já que o proprietário acabara de construir um teatro e já planejava outro. Os entrevistados contaram que nas décadas de 60 e 70 havia inúmeros cinemas espalhados por todas as zonas da cidade:



Ah, cinema se ia, tinha o Apolo aqui, na Gomes Carneiro, depois tinha o Cine Garibaldi aqui na Garibaldi, a duas quadras daqui, aí no Expresso Embaixador. Tinha muito... Olha: Apolo, Capitólio, Avenida, Fragata, Garibaldi, Cine América, dois que tinham lá no Areal... e hoje nem sei se tem... a televisão terminou com o cinema né... (NEDE MATOS, 14/01/2008)



**Figura 53:** Cine Apollo.

Fachada do prédio do Teatro Apollo (já demolido) e a programação da Cinépolis, divulgada no jornal.  
Fonte: Acervo Projeto Pelotas Memória e DIÁRIO POPULAR, 10/08/1954, p.4.

Uma outra oportunidade para assistir aos filmes era proporcionada pelo SESI, que semanalmente oferecia seções de cinema nos bairros da cidade. A programação era divulgada nos jornais, e os filmes eram exibidos na rua:

#### CINEMA DO SESI

O serviço de cinema do Sesi, durante a semana de 9 a 15 de fevereiro visitará os seguintes locais: dia 9 – vila Carúcio – Fragata, em frente ao prédio n.109; dia 10 – bairro Simões Lopes, em frente ao Grupo Escolar Balbino Mascarenhas; dia 11 – vila Santa Teresinha, em frente ao Ambulatório São Camilo de Lélis; dia 12 – Porto, rua João Pessoa esquina Moreira Cezar; dia 13 – vila Castilho, rua dr Amarante, n.956 e dia 14 – vila Gotuzzo – Fragata, em frente ao bar Progressista. (DIÁRIO POPULAR, 08/02/53, p.3)

Bailes durante o ano e durante a época de carnaval eram tradicionais na Sociedade Polonesa, chamado por alguns por “clubes dos polônios”. Nos jornais, apareceram as chamadas para estas festas, e os ex-operários contaram que as freqüentavam.

Ah, o pessoal em peso né. A maioria era da Várzea que ia, o pessoal tudo. A gente se conhecia tudo, já ia pro baile já sabia tudo quem ia. É, mas a maioria era daqui da Várzea. Era muito bom. (MARIA HELENA MENDES, 12/02/2008)

O clube funcionava na rua João Pessoa, e recebia toda a comunidade. O clube carnavalesco Dromedário fazia suas festas na sede da Sociedade Polonesa, e o anúncio a seguir ilustra um chamado para os festejos preparativos de carnaval, ainda em junho de 1953:

#### BAILE DO DROMEDÁRIO

Reina uma animação fora do comum para o grande baile que o Dromedário brindará os seus sócios, admiradores e excelentíssimas famílias, que será realizado hoje na Sociedade polonesa. Pela procura de convites, os quais estão em mãos do srs Manoel Silva e João Soares, é de prever-se uma das mais belíssimas festas apresentadas pelo simpático dromedário. O Jazz Danúbio ritmará as danças. (DIÁRIO POPULAR, 20/06/1953, p.2)

Os bailes e churrascos na sede do Esporte Clube Fiação e Tecidos também foram lembrados. Eram realizados em datas comemorativas, como o Dia do Trabalho, aniversário da empresa, ou simplesmente quando os colegas decidiam se reunir para dançar e ouvir música:

Sábados de noite se fazia os bailes, tinha os bailes, oh... Mas era muito bom. Era discoteca né, não era música ao vivo, mas tinha os colegas que tocavam, que eram músicos, então nós fazíamos até shows lá no refeitório, na sede do clube, a gente fazia, e era um lazer pra nós, aquilo, era uma maravilha. (CARLOS ADÃO MACHADO, 22/01/2008)

Os “comes e bebes” ficavam a cargo de cada freqüentador. Alguns levavam pratos de salgados, outros bebidas, conforme relatou seu Nede Matos.



**Figura 54:** Festejos dos 50 anos da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. Dona Maria Plá e seu esposo fazem pose diante da capelinha montada na sede do E.C.F.T.  
Fonte: Acervo de Maria Plá.

#### 4.5 MEMÓRIAS GRAVADAS NO ESPAÇO URBANO

Quando passamos na mesma calçada, junto ao mesmo muro, o ruído da chuva nas folhas nos desperta alguma coisa. Mas, a sensação pálida de agora é uma reminiscência da alegria de outrora. Esta sombra tem algo parecido com a alegria, tem o seu contorno: é uma evocação.

(Ecléa Bosi)

Alguns elementos da paisagem urbana, ou mesmo sons e odores, servem como evocadores, que fazem as lembranças virem à tona.

Quando questionados sobre o retorno ao entorno do prédio da fábrica, houve dois tipos de respostas. Uns disseram que não gostavam de passar por ali, pois sentiam muita tristeza e saudades. “Eu não gostava de passar por lá porque me dava saudade. Me dava uma saudade que nem sei, parece que eu ia ouvir o barulho dos teares.” (MARLEI RODRIGUES, 23/01/2008)

Outros afirmaram que quando precisam ir à zona da Várzea de ônibus, escolhem uma linha que passe por ali, pois assim podem rever o antigo lugar de trabalho.

No ano de 1995 a Festa Nacional do Doce – FENADOCE – foi realizada no interior do antigo prédio da Cia Fiação e Tecidos Pelotense. Foi um momento relembrado por todos como uma oportunidade de retornar ao lugar e relembrar a vida passada ali. Dona Maria lembrou que na ocasião ficou emocionada:

Eu depois eu entrei lá quando teve a Fenadoce lá eu entrei lá. Aí eu me emocionei até quando eu entrei lá. Mas só tem no teto a polia grande que rodava, uma polia maior que essa poltrona, ela ainda está no local lá. Em cima. Ali tinha uma correia que pegava ela num eixo lá, e ela girava e aquela girava as outras e as outras giravam a das nossas máquinas. Elas giravam tudo assim pras nossas girar assim. Ah, fui lá e me emocionei. Eu fui no último dia da Fenadoce, aí eu fiquei a tarde inteirinha, até o encerramento eu fiquei lá dentro. (MARIA PLÁ, 11/02/2008)

Já um outro entrevistado contou que pensou várias vezes na possibilidade de ir até a feira e entrar no prédio, mas que preferiu não ir, com medo do que poderia sentir, já que encontraria o lugar onde havia trabalhado tantos anos, o que o faria então lembrar de tantos colegas e amigos já falecidos.

Esta relação do lugar onde antigamente se viveu e trabalhou, com a idéia de morte foi observada também por Maria Letícia Ferreira na Fábrica Rheingantz. Segundo a autora, “a maneira como a fábrica e seu entorno apresentam-se ao olhar aciona, fundamentalmente naqueles que com ela mantêm ainda uma relação de passado, representações de perdas”. (FERREIRA, 2002, p. 79)

A chaminé da fábrica, que ainda domina a paisagem da zona da Várzea é um destes elementos, evoca a memória coletiva relativa à fábrica de tecidos. Alta e de cor alaranjada, contrastante com o azul do céu, é visualizada de longe, e simboliza a época em que o bairro era um centro industrial movimentado.



**Figura 55:** A chaminé da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense  
Vista a partir da praça Domingos Rodrigues.  
Fonte: Foto de Ricardo Calovi, 2007.

O apito da fábrica cadenciava os dias dos operários e também dos moradores do entorno. Chamando para mais um dia de trabalho, avisando o horário de soltar do serviço e almoçar ou descansar à noite. Nas noites de 31 de dezembro, ao chegar à meia noite, as fábricas também apitavam no bairro da Várzea, marcando sua presença na noite de festa. Dona Maria relembrou:

Ainda era no tempo que no primeiro do ano as fábricas apitavam né. Bah, a Tecido quando começava a apitar não parava mais de apitar. Na noite do dia 31 pro dia 1º, à meia noite, tinha aquelas firmas tudo, tudo apitava. [...] de primeiro cada um disputava quem apitava mais tempo. Tinha uns que levavam dez, quinze, vinte minutos apitando, apitando, apitando, apitando... [...] O Anglo apitava, a Tecido apitava, as firmas tudo, tudo apitavam, tempos assim dez, quinze, vinte minutos sem parar. Ah era lindo, lindo, não

tinha essa foguetama que tu vês agora. Agora que é só foguete. (MARIA NELCI ALVES, 18/01/2008)

Outra ex-operária lembrou que após o fechamento da fábrica de tecidos, ainda durante alguns anos o ronda do prédio aquecia a caldeira e acionava o apito da já extinta fábrica. Contou que o estímulo auditivo do apito a fazia chorar, rememorando os tempos em que trabalhara na fábrica. “As lembranças estão povoadas de sons.” (BOSI, 1987, p.364)

De acordo com Maria Letícia Ferreira (2002, p.75),

A memória percorre os antigos caminhos e se nutre deles quando ainda existem, ou os recria em imagens e sensações, a partir dos vestígios deixados. De uma forma ou de outra, através dos sentidos ou do ato criativo, a paisagem onde a vida acontecia é moldura, cenário, é a própria matéria da recordação.

Neste sentido, odores e sons característicos do lugar, e que permaneceram ao longo do tempo, podem desencadear as lembranças, fazendo com que reapareçam mesmo que o ambiente construído tenha se modificado, ou ao contrário, vestígios materiais como uma construção, um revestimento de rua ou uma praça remanescentes, podem reavivar na memória o conjunto de barulhos, odores e atividades de épocas pregressas.

No caso dos ex-operários da fábrica de tecidos e moradores da zona da Várzea, os odores desapareceram, junto com as fábricas que os produziam. O som das chaminés não é mais ouvido. No porto não aportam mais tantos barcos, que com seus apitos avisavam da nova carga que chegava. Mas devido ao desinteresse de investidores do ramo imobiliário naquela área, as estruturas fabris permanecem em seus lugares, algumas sendo deterioradas pela ação do tempo, mas testemunhando ainda o passado fabril daquela zona.

Assim, como sons e odores reavivam as recordações, de acordo com Pierre Nora (1993, p.9) “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” Ouvindo os relatos dos ex-trabalhadores da fábrica e moradores da Várzea, a teoria de Nora ganha sentido real. Seu Carlos Adão sem conhecer as palavras do pesquisador francês explica com as suas próprias palavras:

Então aquilo ali, Cíntia, aquilo ali fez, quer dizer, como hoje eu vou lá pro lado do Porto, [...] tudo traz recordações, muitos amigos lá, aquele pessoal que já morreram, outros não moram mais lá, então aquilo, cada lugar que a gente passa ali a gente lembra de alguém ou de alguma coisa né... Ou era algum bar, algum ambiente que a gente freqüentava, alguma sede de algum outro co-irmão, então tudo ali traz lembranças.

## 5 CONCLUSÃO

Caminhar pelas ruas da zona da Várzea e do Porto faz com que nos questionemos sobre o cenário atual: prédios industriais fechados ou em ruínas, grandes silos desativados, equipamentos portuários em deterioração, espaços públicos vazios. Como todo lugar que contem vestígios industriais, esse nos remete a uma dinâmica do trabalho e uma racionalização do espaço ocupado, pela lógica das relações a partir da fábrica. Não se pode deixar de perguntar como tantas empresas que movimentaram o passado deste espaço encontram-se hoje desocupadas, em ruínas algumas. Como seriam os dias deste lugar quando operários e operárias andavam apressados em direção ao serviço, ou voltando para suas casas? Que memória ficou retida acerca deste espaço operário? Como era trabalhar e viver nesta zona, nas décadas de 1950, 60 e 70?

Hoje a área tem sido requalificada pelo movimento gerado por alunos, funcionários e professores da Universidade Federal de Pelotas que adquiriu alguns dos prédios fabris ali disponíveis para instalar sedes de faculdades e espaços administrativos. Uma população nova, com novas motivações, circula pelas mesmas ruas antes animadas pelos operários. Mas a história do bairro terá sido contada a ela?

Estas inquietações motivaram a presente pesquisa, e auxiliando-nos nas memórias de ex-trabalhadores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense encontramos respostas, através das quais podemos reconstituir um pouco desta história e registrá-la.

A fábrica de tecidos foi uma importante empresa deste espaço, fundada num momento em que a área continha um bom número de indústrias e oficinas, e quando o porto funcionava ativamente. O projeto arquitetônico do complexo fabril foi inovador na cidade. Utilizando grandes vãos livres nos principais salões da tecelagem e da fiação, estrutura metálica para as coberturas e sistema de iluminação zenital através de *sheds*, o prédio da Companhia se destacava no seu entorno. A chaminé de mais de 30 metros marcava (e continua marcando) a paisagem do lugar. Os apitos que chamavam o operariado para o serviço também serviam para indicar a passagem das horas do dia para os moradores da volta.

Nos seus 66 anos de funcionamento a empresa passou por altos e baixos no que diz respeito à situação econômica, refletindo as condições da economia do país,

mas também sua fragilidade administrativa. Desde o início efetivo de suas atividades, em 1910, empregou centenas de trabalhadores, a maioria mulheres, e também menores.

Muitos destes operários habitaram a zona da Várzea, que se tornou um bairro operário e fabril, devido a proximidade às empresas, mas também devido ao baixo preço dos terrenos, o que incentivou os investidores a construírem as chamadas casas de renda para locação à operários.

O trabalho no interior da fábrica de tecidos, reconstituído através das falas dos entrevistados, era imerso em poeira de algodão, barulho das máquinas e calor úmido do vapor que as movimentava. Por causa do barulho, era impossível conversar. A vigilância dos mestres e contramestres também dificultava o intercâmbio entre os colegas. Mas mesmo assim os operários encontravam formas de burlar os contratempos, encontrando-se nos banheiros para uns minutos de assunto, ou usando mímicas e senhas para compreenderem-se em meio ao barulho. As pausas para alimentação ou utilização dos banheiros eram controladas, e não se tratavam de pausas propriamente ditas: as máquinas continuavam em funcionamento enquanto o operário fazia seu lanche ou enquanto ia ao banheiro. No último caso, o trabalhador pedia para um colega cuidar da sua máquina durante sua ausência.

Em cada seção os operários estavam subordinados a uma hierarquia: os mestres administravam a seção; os contramestres vigiavam os trabalhos, e consertavam máquinas que precisassem de reparos. Os operários estavam distribuídos nas várias máquinas, às vezes tomando conta de mais de uma, como no caso da tecelagem, onde um tecelão experiente dava conta de três ou mais teares. Os serviços de limpeza e carregamento de fios e tecidos eram feitos por menores.

Quanto aos salários, alguns serviços eram remunerados por tarefa, outros recebiam a remuneração por dias trabalhados. Entre os serviços que recebiam por tarefa estavam alguns dos setores da seção de fiação, como a função de “tirar maçarocas”, e os tecelões. Diariamente, no caso da fiação, a produção era pesada e anotada, e no final da quinzena, era somada, e o valor era pago. Os tecelões recebiam por peça concluída dentro da quinzena. Havia quinzenas em que o operário não conseguia produzir o suficiente para receber o salário mínimo, e a fábrica não completava o valor para que chegasse no teto mínimo. Este tipo de remuneração relacionada ao cumprimento de tarefa fazia com que os operários se



afastassem de suas máquinas o mínimo possível, deixando para usar o banheiro ou buscar um copo d'água em caso de grande necessidade.

Ao contar sobre o relacionamento entre colegas e também com os chefes e mestres, duas palavras foram citadas pelos ex-operários: irmandade e família. Estas expressões buscavam representar a empatia entre a comunidade da fábrica de tecidos, onde havia união e cumplicidade. Como a memória é feita também de esquecimentos, alguns documentos, como os processos da Justiça do Trabalho, trouxeram à tona momentos em que operários e mestres se enfrentaram, colocando às claras que havia perseguições entre mestre e operários e até mesmo entre colegas.

De qualquer maneira, o sentimento de irmandade que é a base da memória coletiva deste grupo talvez tenha sido o responsável pela ligação que até hoje existe entre alguns dos ex-operários. O exemplo disto foi verificado durante o trabalho de campo, quando o contato com os entrevistados foi se dando de forma contínua, cada um deles fornecendo informações sobre outros ex-colegas de trabalho.

No final da década de 1960 as dívidas da Companhia com uma empresa paranaense obrigaram a diretoria a repassar a ela o controle acionário da fábrica de tecidos. Estes momentos finais são lembrados pelos ex-operários como uma época de desilusão, falta de esperança e desmantelamento estrutural e psicológico da equipe e ficaram personificados na figura de um dos chefes que integrou a nova diretoria, o qual foi apelidado pelos operários de Guará. O nome jocoso, que relacionava o chefe ao lobo de instintos maus é significativo.

As entrevistas também revelaram que havia dois universos convivendo no espaço da fábrica de tecidos. Os homens, mais objetivos, apreenderam dos dias do trabalho os aspectos técnicos do funcionamento de máquinas e da logística interna do espaço de trabalho. Também lembraram sobre os relacionamentos com chefes sem distinção hierárquica, e um dia-a-dia voltado ao esporte, sobretudo ao futebol, e ao trabalho. Já no caso das mulheres, observou-se um discurso muito mais subjetivo, que valorizou a convivência e a sociabilidade entre as colegas, demonstrou a preocupação cotidiana com a manutenção da casa, o preparo da alimentação da família e o cuidado com os filhos. Em relação aos chefes, a hierarquia da fábrica foi lembrada, pois conforme algumas delas justificaram, os chefes não poderiam igualar-se aos operários nas brincadeiras e mesmo durante a

realização das tarefas: estavam ali para cuidar das seções e para garantir que a produção fosse sempre maior.

No bairro da Várzea, o dia-a-dia na época estudada era permeado pelas relações que se estabeleciam na fábrica e que eram mantidas e fortalecidas seja em visitas às casas dos colegas ou encontros nas calçadas nos finais de tarde, seja em momentos de lazer, como as idas ao cinema e aos bailes, os dias de carnaval ou os jogos de futebol realizados principalmente no campo do Esporte Clube Fiação e Tecidos. Este clube, fundado por operários da fábrica de tecidos em conjunto com alguns diretores, era elemento fundamental de união entre o mundo do trabalho e o mundo do lazer, principalmente para os homens. Foi lembrado pelos homens que o clube era uma extensão da fábrica, e que durante os momentos de trabalho, os assuntos do esporte sempre estavam em pauta, acontecendo o mesmo durante as estadas na sede do clube, ou seja, as condições de trabalho eram também discutidas entre os colegas que se reuniam para jogar futebol, xadrez, bocha. Também para a população da Várzea que não trabalhava na fábrica de tecidos, o “campo do Fiação” era um lugar de encontros e sociabilidades. Aqui o relacionamento da fábrica com a rua extrapolava o mundo dos seus operários, e abarcava toda a comunidade do bairro.

As condições de vida eram compartilhadas pelos vizinhos, e as reclamações sobre a infra-estrutura urbana deficitária, como falta de pavimentação e segurança contra enchentes, iluminação precária, recolhimento de esgoto feito pelos chamados “cabungueiros”, eram freqüentes nos jornais da época. Os operários da fábrica de tecidos se juntavam aos das outras empresas para reivindicar melhores condições de vida, preços mais justos, salários melhores. Estes embates e as condições de vida refletiam na vida dentro da fábrica, estando assim diretamente relacionados à produção que cada operário teria no serviço,. Da mesma forma, os problemas ou dificuldades encontrados dentro da seção de trabalho deviam interferir na vida de cada um deles.

Endividada com fornecedores, órgãos federais e estaduais e com os seus próprios operários, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense decretou falência no ano de 1974. Seguiu-se um processo de desmantelamento de seu patrimônio para que as dívidas pudessem ser saldadas e, através de um leilão, o prédio, os bens imóveis, a maquinaria e os terrenos da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense foi dividido entre os arrematadores.

Atualmente o prédio da empresa que em 2008 faria 100 anos permanece conservado pelo proprietário, que ali produz cerveja e aluga alguns dos galpões. Os documentos do Departamento Pessoal também estão guardados em uma das salas do prédio, alguns já deteriorados, e junto a alguns outros indícios da vida da fábrica, como a caldeira, são vestígios materiais que ainda restam. A chaminé recebeu um grande letreiro branco com o nome desta cervejaria, e com o passar dos anos talvez o “prédio da Fiação” já seja reconhecido por outra designação.

Para preservar a lembrança deste espaço fabril e de toda a área que o cerca como um lugar operário, as memórias daqueles que por ali transitaram e viveram foram imprescindíveis. Somadas aos documentos oficiais e fotografias, animaram a reconstituição deste passado até então não registrado.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Ed. Universitária, 2000.
- ARANTES, Célia Siqueira. **Os Fios da Memória**. Goiânia: Kelps, 1998
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRUSCHINI, M. e ROSEMBERG, F. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, M e ROSEMBERG, F. (org). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p.9-22.
- CANDAU, Joel. **Antropologia de la memoria**. Buenos Aires, Nova Visión, 2006.
- CANDAU, Joël. **Memoria e identidad**. Buenos Aires, Ediciones Del sol, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 13ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CERTEAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. **Estudos Ibero-Americanos**. (PUCRS) v. XXXII, n. 1, junho 2006, p. 63-73
- CORONA, Eduardo. LEMOS, Carlos. **Dicionário de Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.
- CRUZ, Glenda Pereira da. **Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul**: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- d'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Ed. USP, 1981.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvona S. (org). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ESSINGER, Cíntia Vieira. **Bicho da Seda**: o espaço dos operários das fábricas de fiação e tecelagem de Pelotas. 2006. Artigo (Especialização em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- FERREIRA, Jorge. De volta ao catete: democracia, nacionalismo e crise política no governo Vargas (1951-1954). In: BAUM, Ana (org.). **Vargas, agosto de 1954**: a história contada pelas ondas do rádio. Garamond: Rio de Janeiro, 2004.

- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **"Quando o apito da fábrica de tecidos":** memória publica e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, 1950-70. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS. 2002
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GUTIERREZ, Ester, J. B. **Negros, charqueadas e olarias:** um estudo sobre o espaço pelotense. 2.ed. -Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001
- GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue:** mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas, Ed. UFPEL, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário da língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- KELLER, Paulo F. Cotidiano operário & Complexo fabril. **Revista Enfoques** (PPGSA-IFCS-UFRJ), Rio de Janeiro, março de 2006.
- KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil.** Tradução de Afonso Arinos de Melo Franco. 2ª edição. São Paulo: Martins Editora/Editora USP, 1972.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe Na Cidade das Chaminés.** São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq, 1988.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas:** toda a prosa (1809-1871) 1º vol. Pelotas: Armazém Literário, 2000.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas:** toda a prosa (1874-1925) 2º vol. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002.
- MARINS, Paulo Cezar G. Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 3.
- MARQUES. Alvarino da Fontoura. **A Economia do Charque.** O charque nas artes. Culinária do charque. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- MELO, Fernando. **Os Fios Telefônicos:** novela. Pelotas: Ed. Universitária / UFPel, 1996.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950):** entre políticas públicas e investimentos privados. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Protomodernismo em Pelotas.** Pelotas: Ed. Universitária / UFPel, 2005.
- NIEBUHR, Marlus. **Ecos e sombras:** memória operária em Brusque – SC na década de 50. Itajaí, SC: Ed. Univali, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo: CEDUC, n. 10, dezembro/1993, p. 7-46.

OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Volume 1. 3 ed. rev. Organização e notas de Mário Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

OSÓRIO, Fernando Luís. **A cidade de Pelotas**: corpo, coração e razão. Pelotas, Diário Popular, 1922.

PELOTAS, Governo Municipal. **Plano Diretor de Pelotas**. PDP. Pelotas: ORPLAN, 1967.

PEREIRA, Vera Maria Candido. **O coração da fábrica**: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. v.9, nº18, ago.89/set.89, pp.9-18.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec / Ed. UniCamp, 1988.

ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Editora UFPel, 1985.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SÃO PAULO - Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. Ano VII, vol. LXXXII, 1942.

SILVA, Neusa Regina Janke da. **Entre os valores do patrão e os da nação como fica o operário** (O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970). Dissertação Mestrado de História do Brasil. Porto Alegre: PUC, ago/99.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio**: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000). Barcelona, 2002. Tese (Doutorado). Universidade de Barcelona.

SOUTO, Ana Paula da Gama. **Um restauro sobre a cidade**. O porto fabril de Pelotas e o ecletismo. 2000. 254p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

THOMPSON, Paul. **La voz del pasado**: la historia oral. Valencia: Ediciones Alfons El Magnanim, 1988.

## FONTES

A ALVORADA, 17/01/1953, p.1

A ALVORADA, 07/02/1953, p.1

A ALVORADA, 21/03/1953, p.1

A ALVORADA, 11/04/1953, p.6

A ALVORADA, 04/07/1953, p.1

A ALVORADA, 26/09/1953, p.1

A ALVORADA, 23/01/1954, p.1

ARAÚJO E SILVA, Domingos de. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província de São Pedro**. Rio de Janeiro: Ed. Eduardo e Henrique Laemmert, 1865. PUC-RS

BRITO, Francisco Saturnino de. **Projetos e Relatórios: Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas, Obras Completas**, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1944.

BUCCELLI, Vittorio. **Un viaggio a Rio Grande del Sud**. [Milano]: L.F. Pallestrini e C., 1906. PUC-RS

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE. **Relatório do ano de 1928** - Para ser apresentado à Assembléia Geral de 22 de março de 1929. Pelotas: Livraria do Globo – Barcellos, Bertaso & Cia. 1929. BPP

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE. **Relatório do ano de 1930** - Para ser apresentado à Assembléia Geral de 25 de março de 1931. Pelotas: Off. Typ. Livraria Commercial. 1931. BPP

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE. **Relatório do ano de 1932** - Para ser apresentado à Assembléia Geral de 24 de março de 1933. Pelotas: Off. Typ. Livraria Commercial. 1933. BPP

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE. **Relatório do ano de 1936** - Para ser apresentado à Assembléia Geral de 29 de março de 1937. Pelotas: Livraria Comercial. 1937. BPP

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE. **Relatório do ano de 1940** - Para ser apresentado à Assembléia Geral de 30 de abril de 1941. Pelotas: A Universal – Echenique & Cia. 1941. BRG

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE. **Monumento Industrial do Rio Grande do Sul**. s/ed., s/d.

CORREIO MERCANTIL, 25/11/1892, p.1

COSTA, Alfredo R. da. **O Rio Grande do Sul**. I Volume. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922. BPP

CUNHA, Alberto Coelho da. **Cidade em crescimento**. BPP

CUNHA, Alberto Coelho da. **Formação suburbana**. BPP

CUNHA, Alberto Coelho da. **Notícias descritivas dos distritos de Pelotas**. BPP

DIÁRIO POPULAR, 1/1/1893, p.1

DIÁRIO POPULAR, 17/07/1907, p.1

DIÁRIO POPULAR, 03/08/1907, p.1

DIÁRIO POPULAR, 11/08/1907, p.2

DIÁRIO POPULAR, 16/07/1908, p.2

DIÁRIO POPULAR, 23/09/1908, p.1

DIÁRIO POPULAR, 15/02/1910, p.2

DIÁRIO POPULAR, 27/03/1910, p.1  
DIÁRIO POPULAR, 15/11/1910, p.2  
DIÁRIO POPULAR, 20/04/1924, p.5  
DIÁRIO POPULAR, 13/11/1946, p.5  
DIÁRIO POPULAR, 08/02/53, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 22/02/1953, p.2  
DIÁRIO POPULAR, 19/03/1953, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 20/06/1953, p.2  
DIÁRIO POPULAR, 06/11/1953, p.5  
DIÁRIO POPULAR, 23/02/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 05/03/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 14/03/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 26/03/1954, p.5  
DIÁRIO POPULAR, 28/03/1954, p.2  
DIÁRIO POPULAR, 30/03/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 10/04/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 11/04/1954, p.4  
DIÁRIO POPULAR, 27/04/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 01/05/1954, p.6  
DIÁRIO POPULAR, 08/05/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 11/05/1954, p.8  
DIÁRIO POPULAR, 05/06/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 09/06/1954, p.3  
DIÁRIO POPULAR, 11/06/1954, p. 3  
DIÁRIO POPULAR, 06/07/1954, p.8  
DIÁRIO POPULAR, 08/07/1954, p.8  
DIÁRIO POPULAR, 09/07/1954, p.8  
DIÁRIO POPULAR, 11/07/1954, p.10  
DIÁRIO POPULAR, 14/07/1954, p.6  
DIÁRIO POPULAR, 07/08/1954, p.6  
DIÁRIO POPULAR, 01/09/1954, p.8  
DIÁRIO POPULAR, 01/10/1954, p.8  
DIÁRIO POPULAR, 04/10/1954, p.14  
DIÁRIO POPULAR, 06/10/1954, p.8  
DIÁRIO POPULAR, 07/10/1954, p.3



DIÁRIO POPULAR, 30/10/1954, p.8  
 DIÁRIO POPULAR, 25/02/1959, p.5  
 DIÁRIO POPULAR, 25/02/1959, p.6  
 DIÁRIO POPULAR, 01/03/1959, p.6  
 DIÁRIO POPULAR, 20/03/1959, p.5  
 DIÁRIO POPULAR, 01/05/1959, p.6  
 DIÁRIO POPULAR, 01/05/1959, p.6  
 DIÁRIO POPULAR, 27/06/1959, p.5  
 DIÁRIO POPULAR, 06/09/1973, p.4  
 DIÁRIO POPULAR, 12/09/1973, p.1  
 DIÁRIO POPULAR, 13/09/1973, p.1  
 DIÁRIO POPULAR, 19/09/1973, p.5  
 DIÁRIO POPULAR, 09/10/1973, p.1  
 DIÁRIO POPULAR, 12/12/1973, p.3  
 DIÁRIO POPULAR, 05/02/1974, p.3  
 DIÁRIO POPULAR, 23/02/1974, 2º caderno, p.3  
 DIÁRIO POPULAR, 02/04/1974, 2º caderno, p.4  
 DIÁRIO POPULAR, 27/04/1974, p.3  
 DIÁRIO POPULAR, 18/05/1974, p.1  
 DIÁRIO POPULAR, 01/06/1974, p.1  
 DIÁRIO POPULAR, 30/10/1974, p.2  
 DIÁRIO POPULAR, 14/11/1974, p.4  
 DIÁRIO POPULAR, 20/11/1974, p.2  
 DIÁRIO POPULAR, 11/12/1974, p.8  
 DIÁRIO POPULAR, 31/12/1974, p.8  
 DIÁRIO POPULAR, 06/02/1975, p.8  
 DIÁRIO POPULAR, 14/06/1975, p.1  
 DIÁRIO POPULAR, 10/02/2008, p.8

DOMECQ' & CIA, Monte. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Estabelecimento Graphico Thomas, 1916. BPP

DREYS, Nicolau. **Noticia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Com esboço crítico por Alfredo F. Rodrigues. Rio Grande: Edição da Biblioteca Rio-Grandense, 1927. PUC-RS

ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas — novos estudos — Relatórios de projetos**. Pelotas: s/e, 1947. PUC-RS

ESPORTE CLUBE FIAÇÃO E TECIDOS. **Estatutos que regem o Esporte Clube Fiação e Tecidos**. 1958

FERREIRA & C. **Almanach de Pelotas**. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1906. PUC-RS

FERREIRA & C. **Almanach de Pelotas**. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1913. PUC-RS

FERREIRA & C. **Almanach de Pelotas**. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914. PUC-RS

FERREIRA & CIA. **Almanach de Pelotas**. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular 1915. PUC-RS

FERREIRA & CIA. **Almanach de Pelotas**. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular 1916. PUC-RS

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Processos JCJ nº 79 e 80/55**. Assunto: Suspensão e repouso remunerado. Reclamante: L.S.G. e outro. Reclamada: Cia Fiação e Tecidos Pelotense S/A. 1955. NDH

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Processo JCJ nº 121/55**. Assunto: Indenização, férias e diferença de salário. Reclamante: M.G.P.C.. Reclamada: Cia Fiação e Tecidos Pelotense S/A. 1955. NDH

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Processo JCJ nº 126/55**. Assunto: Indenização, aviso prévio, férias. Reclamante: D.V.C. Reclamada: Cia Fiação e Tecidos Pelotense S/A. 1955. NDH

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Processo JCJ nº 916/66**. Assunto: Salários. Reclamante: E.G.P. Reclamada: Cia Fiação e Tecidos Pelotense S/A. 1966. NDH

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Processos JCJ nº 186 a 255/68**. Assunto: Revogação de alteração de horário de trabalho. Reclamante: J.C.L.A. e outros. Reclamada: Cia Fiação e Tecidos Pelotense S/A. 1968. NDH

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Processos JCJ nº 3673 a 3677/68**. Assunto: Revogação de suspensão. Reclamante: M.P.A. e outros. Reclamada: Cia Fiação e Tecidos Pelotense S/A. 1968. NDH

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Processo JCJ nº 744/71**. Assunto: Revogação de pena disciplinar e pagamento dos dias não trabalhados, inclusive domingos. Reclamante: C.A.M.. Reclamada: Cia Fiação e Tecidos Pelotense S/A. 1968. NDH

LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. 29 de fevereiro de 1912a, nº5. BPP

LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Abril a 30 de maio de 1912b, nº7-8. BPP

OPINIÃO PÚBLICA, 26/01/1929, p.1

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1918. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1919. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1920. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1921. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1922. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1923. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1924. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1927. PUC-RS

PARADEDA, Florentino. **Almanach de Pelotas**, Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular. 1928. PUC-RS

PELOTAS. **Código de Construções**. Pelotas: Oficina Tipográfica Diário Popular, 1930.

PELOTAS, Conselho Municipal de. **Solicitação da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense**, 23 de julho de 1913. BPP.

PELOTAS, Município de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal**. 1914. BPP

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940. PUC-RS

SINDICATO DE EMPREGADOS DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE PELOTAS. **Livro de Registro de sócios**. 1946. NDH

## INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Pelotas, RS

Biblioteca Rio-Grandense (BRG). Rio Grande, RS

Núcleo de Documentação Histórica (NDH) – ICH / UFPel. Pelotas, RS

Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB) – FAUrb / UFPel. Pelotas, RS

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, RS

Prefeitura Municipal de Pelotas (PMP). Secretaria de Urbanismo. Pelotas, RS.

## ACERVOS PESQUISADOS

Acervo do Departamento Pessoal da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense

Acervo fotográfico de Maria Plá

Acervo fotográfico de João Iriart

Acervo fotográfico de Nede Mattos

Acervo fotográfico de Maria Helena Mendes

## FONTES ORAIS

Carlos Adão Machado – 22 de janeiro de 2008, 1h17min09s

Danilo da Costa Plá, 10 de janeiro de 2008, 54min35s

Ida Santos – 21 de janeiro de 2008, 52min09s

Iza Barbosa – 14 de fevereiro de 2008, 1h00min14s

João Carlos da Cunha Iriarte – 16 de janeiro de 2008, 1h29min17s

Maria Helena – 12 de fevereiro de 2008, 1h30min49s

Maria Nelci Dias Alves – 18 de janeiro de 2008, 1h05min18s

Maria Plá – 11 de fevereiro de 2008, 1h00min06s

Marlei Carvalho Rodrigues – 23 de janeiro de 2008, 1h30min49s

Miguel Ângelo Vieira da Cunha, 15 de janeiro de 2008, 55min02s

Nede Matos da Silva e Maria Silva, 14 de janeiro de 2008, 48min09s

Paulo Plá – 15 de fevereiro de 2008, 1h10min55s

## FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo fotográfico Projeto Pelotas Memória.

Fotografias cedidas pelos entrevistados.

Mapas da cidade de Pelotas datadas de 1882 e 1926. NEAB

Plantas arquitetônicas n<sup>os</sup> 35/17, 160/22, 48/26, 103/26, 262/28, 24/36, 201/46, 219/48, 23/48 e 220/51. PMP

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA AS ENTREVISTAS

#### DADOS BIOGRÁFICOS

- Nome completo
- Cidade onde nasceu
- Ano do nascimento
- De onde eram seus pais? O que eles faziam?
- Como era a sua família? Quantos irmãos? Mais algum familiar trabalhou na fábrica?
- Onde estudou?

#### SOBRE O TRABALHO NA FÁBRICA

- Quando entrou para trabalhar na fábrica?
- Entrou por indicação, convite, estavam chamando operários?
- Lembra de quem eram os diretores?
- Durante quantos anos trabalhou na fábrica?
- Gostava de trabalhar lá?
- Como se aprendia a trabalhar? Alguém ensinava?
- Em que seção trabalhou?
- Como era o seu trabalho? Pode descrever um dia na fábrica?
- Como eram os barulhos, cheiros, o ambiente na fábrica?
- Como era a relação com os colegas?
- E entre os operários e os mestres?
- Como eram os horários da fábrica? (entrada, saída, pausas)
- Iam em casa almoçar?

#### SOBRE A CASA E A RUA

- Onde morava na época em que trabalhou na fábrica?
- Como era a sua casa?
- Com quem morava?
- E o bairro, como era?
- Havia comércio perto? (bares, açougue, farmácia...)
- Como eram pavimentadas as ruas?

- Havia posto de saúde por perto? Havia escola por perto?
- Como era feito o transporte até o centro?
- Como ia para a fábrica?
- Como era o caminho até lá? Lembra-se de cheiros, barulhos?
- Havia pessoas vizinhas que trabalhavam na fábrica de tecidos?
- Como eram os meios de comunicação? (telefone próprio, de vizinhos, telefone público)
- Em que lugar se divertiam nos dias de descanso?
- Os colegas da fábrica eram companheiros dos momentos de lazer?

### FINALIZAÇÃO

- Porque acha que a fábrica fechou?
- O que sente quando passa pelo prédio onde funcionou a fábrica?